

Caion Meneguello Natal

**OURO PRETO  
A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE HISTÓRICA,  
1891-1933**



Fevereiro / 2007

**CAION MENEGUELLO NATAL**

**OURO PRETO  
A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE HISTÓRICA,  
1891-1933**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Barbosa Rubino.

Este exemplar corresponde à redação final da Dissertação defendida e aprovada pela Comissão Julgadora em 23/02/2007.

BANCA

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)

Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior

Prof. Dr. Marcos Tognon

Pr<sup>f</sup><sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Iara Lis Franco Schiavinatto (suplente)

FEVEREIRO / 2007

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA  
BIBLIOTECA DO IFCH – UNICAMP

**Natal, Caion Meneguello**

**N191**      **Ouro Preto : a construção de uma cidade histórica, 1891-1933 / Caion Meneguello Natal. - - Campinas, SP: [s.n.], 2007.**

**Orientador: Silvana Barbosa Rubino.  
Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas,  
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.**

**1. Patrimônio histórico. 2. Cidade e vilas. 3. Monumentos.  
4. Ouro Preto (MG) - História. I. Rubino, Silvana.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.**

**Título em inglês: Ouro Preto: the construction of a historical city, 1891-1933.**

**Palavras-chave em inglês (Keywords):**      **Ouro Preto (MG) - History  
Historical heritage  
Cities and towns  
Monuments**

**Área de concentração: Política, Memória e Cidade**

**Titulação: Mestre em História**

**Banca examinadora: Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Silvana Barbosa Rubino (orientadora)  
Prof. Dr. Marcos Tognon  
Prof. Dr. Guilherme Simões Gomes Júnior**

**Data da defesa: 23/02/2007**

**Programa de Pós-Graduação: Pós-graduação em História**

## **Resumo**

Este estudo busca compreender o processo histórico de patrimonialização de Ouro Preto. Partindo do último decênio do século XIX e chegando até o momento de tombamento da cidade em pauta, em 1933, o presente trabalho analisa os modos como a antiga Vila Rica adquiriu seu qualificativo histórico e quais foram os fatores políticos e valores sócio-culturais em jogo na construção e definição de sua imagem de monumento histórico e artístico nacional. No começo do século XX, portanto, após perder seu status de capital do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto se afirma no imaginário social como cidade histórica, tornando-se uma referência cara à constituição da identidade e tradição brasileiras.

## **Abstract**

This study intends to understand the historical process that lead Ouro Preto to the status of national heritage and historical city. Focusing on the period starting in the last decade of the nineteenth century until 1933 when the city became a Brazilian heritage, this study analyses the ways in which former Vila Rica acquired its historical category and which were the political factors and social and cultural values that contributed to the construction and definition of its image as a historical and artistic monument. After losing its condition of capital of Minas Gerais in the end of the nineteenth century and beginning of the twentieth, Ouro Preto is established as a historical city in the social imaginary, becoming a reference dear to the constitution of Brazilian identity and tradition.

## **Agradecimentos**

Agradeço ao CNPq pelo apoio financeiro de fundamental importância, sem o qual este trabalho não teria sido possível; a Silvana Rubino, pela orientação, confiança, interesse e amizade; aos professores Guilherme Simões Gomes Júnior e Marcos Tognon por terem aceitado compor a banca de defesa desta dissertação. Agradeço às professoras Iara Lis Schiavinatto, Isabel Marson e Margareth Rago, pela competência docente. A Cecília, pela tradução. Aos funcionários dos arquivos em que estive, especialmente ao Jairo da Hemeroteca Pública de Belo Horizonte. Aos amigos que encontrei na Unicamp e que me acolheram com tanta hospitalidade: Ana Rita, Flávio, Guilherme e Vanessa, que nossa amizade permaneça. Aos amigos de Minas: Aldo, Maurinho, Ana Amélia, Flávio Puff, Mussa, Marina, Fabrício, Pablo, Kibe, Marco, Pedro, Renatinho, Fábio e Chico, pela lealdade e pelas risadas inabaláveis. Meus agradecimentos ao pessoal de Aririnha: Andréa, Luiz, Daniel e Duda, amigos de sempre, pela música, pelo diálogo e pelos calorosos reencontros. A minha família, pelo apoio incondicional. A minha mãe, pela sensibilidade.

Agradeço a Erika, pelas fotografias, pela arte, pelo carinho e pelo sorriso nosso de cada dia.

A todos, obrigado.

# ÍNDICE

<b><u>INTRODUÇÃO</u></b>	<b>1</b>
<b><u>CAPÍTULO 1. POR UM NOVO DESENHO URBANO</u></b>	<b>13</b>
1.1 A QUESTÃO DA TRANSFERÊNCIA DA CAPITAL	15
1.2 O PROJETO DE MELHORAMENTOS DE OURO PRETO	37
1.3 POR UMA CIDADE MODERNA E TRADICIONAL	58
<b><u>CAPÍTULO 2. EM BUSCA DA CIDADE HISTÓRICA</u></b>	<b>67</b>
2.1 ENTRE A MEMÓRIA E O ESQUECIMENTO: A CIDADE REVISTA	69
2.2 A CIDADE COMO PALCO E TESTEMUNHO DA HISTÓRIA: AS COMEMORAÇÕES DO BI-CENTENÁRIO DE OURO PRETO	88
<b><u>CAPÍTULO 3. A CONSOLIDAÇÃO DE OURO PRETO COMO CIDADE HISTÓRICA</u></b>	<b>107</b>
3.1 A REDESCOBERTA MODERNISTA DE MINAS GERAIS	109
3.2 VOZES DE MINAS	133
3.3 A CIDADE MONUMENTO	149
<b><u>CONSIDERAÇÕES FINAIS</u></b>	<b>171</b>
<b><u>APÊNDICE. A CIDADE HISTÓRICA COMO “LUGAR DE MEMÓRIA”: UMA SUGESTÃO DE LEITURA</u></b>	<b>179</b>
<b><u>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</u></b>	<b>199</b>
FONTES PRIMÁRIAS	201
LOCAIS DE PESQUISA	206
BIBLIOGRAFIA GERAL	207
<b><u>ANEXO A. TRANSCRIÇÃO DE DOCUMENTO</u></b>	<b>223</b>
<b><u>ANEXO B. CÓPIA DE DOCUMENTO</u></b>	<b>235</b>

## ÍNDICE DE FIGURAS

FIGURA 1 - CASA DOS CONTOS, ANTERIOR À DÉCADA DE 1940, LUIZ FONTANA _____	9
FIGURA 2 - VISTA DE OURO PRETO, 1881, GUILHERME LIBENCAN _____	16
FIGURA 3 - VISTA DA PRAÇA TIRADENTES, 1881, GUILHERME LIBENCAN _____	22
FIGURA 4 - VISTA DO BAIRRO DE ANTÔNIO DIAS, 1881, GUILHERME LIBENCAN _____	27
FIGURA 5 - PROJECTO DE BOULEVARD _____	47
FIGURA 6 - VISTA DO ANTIGO PALÁCIO DOS GOVERNADORES, 1881, GUILHERME LIBENCAN _____	55
FIGURA 7 - VISTA DE OURO PRETO, 1911, AUTOR DESCONHECIDO _____	105
FIGURA 8 - OURO PRETO, ASPECTO DA RUA TIRADENTES EM 1922, LUIZ FONTANA _____	111
FIGURA 9 - VISTA DE OURO PRETO, FOTO TIRADA PELOS EXCURSIONISTA, 1924 _____	125
FIGURA 10 - VISTA DE OURO PRETO, 1924, TARSILA DO AMARAL _____	128
FIGURA 11 - OURO PRETO E PADRE FARIA, 1924, TARSILA DO AMARAL _____	129
FIGURA 12 - DOIS PANORAMAS, OURO PRETO E MARIANA, 1924, TARSILA DO AMARAL _____	130
FIGURA 13 - PAISAGEM DE OURO PRETO, 1924, TARSILA DO AMARAL _____	132
FIGURA 14 - OURO PRETO, ESCOLA DE MINAS, DÉCADA DE 1920, LUIZ FONTANA _____	140
FIGURA 15 - OURO PRETO, CIDADE MONUMENTO NACIONAL, ANTÔNIO DIAS, VISTA PARCIAL, DÉCADA DE 1930, LUIZ FONTANA _____	148
FIGURA 16 - ASPECTO DA PROCISSÃO DE CORPUS CHRISTI, 1931, LUIZ FONTANA _____	149
FIGURA 17 - VISTA DE OURO PRETO, CERCA DE 1870, AUTOR DESCONHECIDO _____	157
FIGURA 18 - VISTA DE OURO PRETO, 1881, GUILHERME LIBENCAN _____	157
FIGURA 19 - VISTA PANORÂMICA, ANTERIOR À DÉCADA DE 1940, LUIZ FONTANA _____	158
FIGURA 20 - OURO PRETO, VISTA PARCIAL DA CIDADE, ANTERIOR À DÉCADA DE 1940, LUIZ FONTANA _____	160
FIGURA 21 -- GRANDE PARADA EM HOMENAGEM DO PROTO-MARTIR DA INCONFIDÊNCIA, 1929, LUIZ FONTANA _____	164
FIGURA 22 - OURO PRETO, VISTA PARCIAL DA CIDADE, DÉCADA DE 1930, LUIZ FONTANA _____	166
FIGURA 23 - ANTÔNIO DIAS, ALTO DA CRUZ, VISTA PARCIAL, POSTERIOR A 1927, LUIZ FONTANA _____	174
FIGURA 24 - OURO PRETO, CIDADE MONUMENTO NACIONAL, PRAÇA TIRADENTES, DÉCADA DE 1930, LUIZ FONTANA _____	197

## MUSEU DA INCONFIDÊNCIA

São palavras no chão  
e memória nos autos.  
As casas inda restam,  
os amores, mais não.

E restam poucas roupas,  
sobrepeliz de pároco,  
e vara de um juiz,  
anjos, púrpuras, ecos.

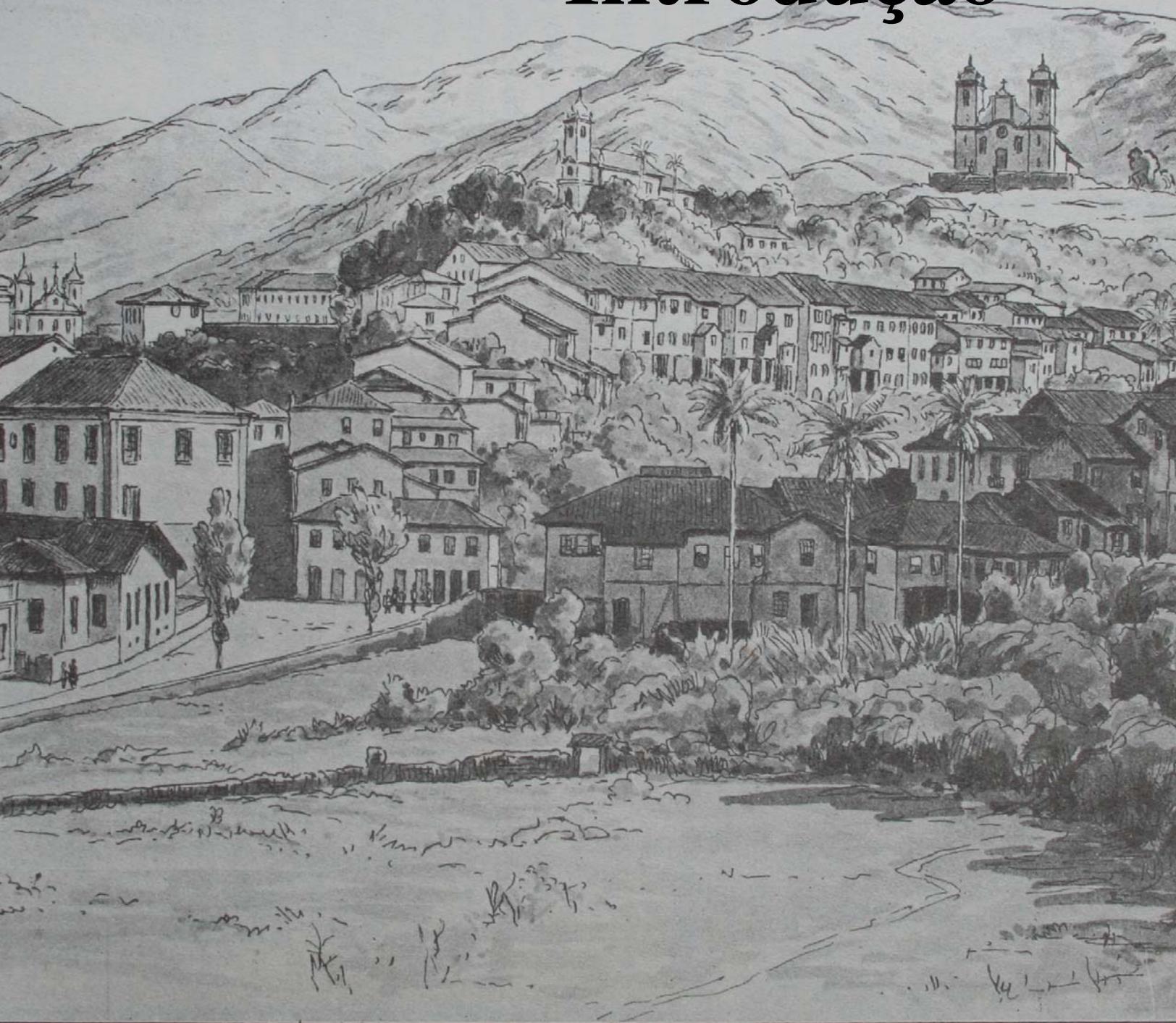
Macia flor de olvido,  
sem aroma governas  
o tempo ingovernável.  
Muros pranteiam. Só.

Toda história é remorso.

Carlos Drummond de Andrade, *in* Claro Enigma.

Para Erika

# Introdução



O presente estudo diz respeito a um espaço urbano de valor histórico e artístico à sociedade brasileira: trata-se de Ouro Preto, cidade considerada patrimônio da humanidade. Afirmar que Ouro Preto é uma cidade histórica e de valor artístico implica pensar sua própria história, visto que sua imagem de núcleo urbano histórico foi construída e consolidada ao longo do tempo, no decorrer de um processo histórico. Ao falarmos de Ouro Preto nos reportamos a idéias como “Cidade Monumento”, “Cidade Patrimônio” ou “Cidade Histórica”, representações que estão interligadas e expressam valores de preservação, de arte, de identidade, de tradição, etc. Contudo, em que consistem estes valores? Como eles são construídos? Qual é a importância em se preservar uma cidade dita histórica e o que determina seu caráter enquanto tal? Quais os critérios ou atributos que distinguem uma cidade histórica de outras que não possuem essa caracterização ou não transmitem semelhante idéia?

Motivados por tais indagações, pretendemos compreender o processo de sedimentação da paisagem histórico-cultural ouropretana, isto é, o processo de construção da imagem histórica da cidade abordada. O objetivo central desse estudo é compreender como a imagem de Ouro Preto enquanto cidade histórica foi engendrada e como ganhou força ao longo dos anos, vindo a ser um referencial de relevo para a identidade nacional brasileira. Assim, indagamos: por que Ouro Preto é reconhecida como cidade histórica? Considerando que este atributo histórico não compõe um dado natural inerente à cidade de Ouro Preto, mas que é fruto de uma construção histórica, é um signo construído e instituído ao longo de um processo histórico e social, buscaremos deslindar seus sentidos, características, fundamentos ou significados a partir do estudo deste processo que permitiu a Ouro Preto o predicado de cidade histórica, pois, seja qual for as qualificações ou tipologias mediante as quais uma cidade é classificada e reconhecida, ela sempre será um

artefato, coisa complexa, fabricada, historicamente produzida. O artefato é segmento da natureza socialmente apropriado, ao qual se impôs forma e/ou função e/ou sentido. Espaços, estruturas, objetos, arranjos gerais, etc., todavia, foram produzidos por forças que não é possível excluir do entendimento: forças econômicas, territoriais, especulativas, políticas, sociais, culturais, em tensão constante num jogo de variáveis que é preciso acompanhar. (MENEZES, 1996, p. 144-155).

Para responder às questões colocadas, nos debruçaremos sobre três momentos da história ouropretana, cada qual correspondendo a um capítulo desta dissertação: o primeiro se refere ao final do século XIX, quando Ouro Preto deixou de ser o centro político-administrativo de Minas Gerais, perdendo seu estatuto de capital para Belo Horizonte; o segundo momento (segundo capítulo) diz respeito ao começo do século XX, ou seja, aos anos subsequentes à perda do título de capital; o terceiro e último momento concerne à década de 1920 e princípio do decênio seguinte, quando a cidade em questão se consolida como núcleo histórico, sendo tombada como monumento histórico e artístico nacional.

Desse modo, no primeiro capítulo, trabalhamos com um projeto de modernização urbana denominado Empresa de Melhoramentos da Capital, que foi confeccionado em 1891 com o propósito de remodelar Ouro Preto para garanti-la capital de Minas Gerais. Diante da política republicana do Estado brasileiro, as principais cidades brasileiras de caráter “colonial” deveriam ser transfiguradas, adquirindo um traçado moderno e abandonando o antigo desenho. Neste período, a imagem de cidade antiga deveria dar lugar à de cidade moderna<sup>1</sup>.

No começo da década de 1890, Ouro Preto é ameaçada como capital de Minas Gerais porque possuiria, segundo o imaginário do período, uma configuração urbana arcaica, atrasada, irracional – incompatível, por isso mesmo, aos padrões modernos de cidade. Para combater as ameaças que rondavam Ouro Preto, e preservar seu status de capital, as autoridades políticas ouropretanas cogitaram de modernizar a cidade como forma de manter sua centralidade política. Então, foi criada a Empresa de Melhoramentos da Capital, um projeto que visou à modernização de Ouro Preto. Esta modernização pressupunha o fim de sua imagem decaída de cidade colonial, e consistia em reformas e transformações que abrangeriam toda a malha urbana.

Neste capítulo, com efeito, serão analisadas as contendas em torno da questão da mudança da capital mineira, tema polêmico que gerou grande controvérsia e discussão na imprensa mineira e nas assembleias legislativas do Estado e do Município. Dissertaremos sobre as personalidades que protagonizaram o assunto, as disputas políticas em torno

---

<sup>1</sup> PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.

desta questão e tentaremos mostrar como tal polêmica motivou a confecção de um projeto de modernização urbana destinado à remodelação e reestruturação de Ouro Preto. A cidade era vista, então, como decadente, desorganizada, desordenada, suja, imprópria aos desígnios de uma capital, e por isso deveria passar por reformas substanciais para permanecer como centro político-administrativo de Minas Gérias. A luta para defender Ouro Preto consistia no trabalho para transformá-la, modernizá-la, de modo a suprimir-lhe a configuração antiga e dar-lhe ares de cidade moderna, porquanto organizada, ordenada, asseada e confortável.

Pelo estudo desse momento decisivo na história de Ouro Preto, pretendemos mostrar que seu espaço urbano ainda não era visto como signo de preservação, mas sim enquanto um espaço que deveria ser modificado à luz das técnicas modernas. A cidade ainda não era considerada um patrimônio a ser defendido das intempéries do tempo: sua estrutura taxada de arcaica, colonial, antiga, deveria ceder lugar para o traçado da cidade moderna. Ouro preto, nesse sentido, era concebida como uma cidade ultrapassada, envelhecida; fazia-se necessário renová-la, rejuvenescê-la para mantê-la capital, e isso só seria possível através da total remodelação de sua forma. O valor histórico das edificações e do desenho urbano, portanto, ainda não existia neste momento.

Em 1897, o centro administrativo de Minas Gerais se transfere de Ouro Preto para a recente cidade de Belo Horizonte. Não sendo mais o centro político de um dos principais Estados brasileiros, Ouro Preto assume seu caráter de cidade histórica, passando a ser considerada a cidade guardiã da memória nacional. Com a transferência da capital em Minas Gerais, inicia-se um processo de defesa da relevância de Ouro Preto no contexto nacional; porém, não mais como centro político, mas como centro histórico, representante da história do povo brasileiro. Muda seu estatuto, muda também o discurso mediante o qual se construirá a idéia de cidade histórica. Analisaremos, neste segundo capítulo, um evento específico que ilustrou essa mudança de concepção em relação à cidade, a saber, a festa do Bi-centenário de Ouro Preto, episódio este que teve lugar na cidade em questão em meados do ano de 1911 e trouxe à tona os primeiros discursos preservacionistas, os quais começavam a definir Ouro Preto como núcleo histórico<sup>2</sup>.

---

<sup>2</sup> SENNA, Nelson. *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.

As comemorações do Bi-centenário tiveram um caráter manifestamente apologético e propagandístico no que se refere ao caráter histórico de Ouro Preto. Personalidades de relevo político, religioso e social ante a sociedade mineira estiveram presentes nesta festividade e saldaram Ouro Preto em suas características artísticas, seus prédios históricos, sua arquitetura singular e sua beleza pitoresca, de modo a ressaltar seu papel de símbolo de um passado e de uma tradição histórica. Veremos no segundo capítulo, através do estudo do Bi-centenário de Ouro Preto, como os discursos em prol da valorização histórica da cidade começavam a ser ensaiados e quais os sentidos ou significados que eles sugeriam.

A passagem do primeiro para o segundo capítulo é ponto central de nosso trabalho por demarcar o instante em que Ouro Preto começa a ser concebida como uma relíquia histórica. Se no início da década de 1890 esta cidade fora objeto de um projeto modernizante, que previa intervenções urbanas de grande escala em sua malha para manter sua centralidade política e administrativa, a partir do início do século XX, quando Ouro Preto já não é mais a capital mineira, outros discursos irão caracterizá-la e uma nova imagem começa a ser esboçada. Esse é um momento de ruptura nas visões e concepções acerca da cidade. Agora, ela não mais seria vista como uma cidade decadente, desordenada, decrépita ou vetusta, que deveria ser transformada, mas, ao contrário, torna-se a imagem de um passado heróico que deveria ser preservado da ação temporal. Ouro Preto, em fins do século XIX e começo do seguinte, vai sendo aos poucos descrita como um testemunho vivo e fiel de um passado histórico grandioso. A partir dessa guinada nas formas de ver e sentir a cidade, queremos mostrar como seu qualificativo histórico surge, cintila, é construído.

Assim, no primeiro momento, Ouro Preto fora alvo de denúncias e programas de remodelação urbana, porém, finda sua condição de capital e malgrado o projeto de modernização, a cidade ganha o predicado histórico, que pressupunha sua conservação física como garantia de sua valoração histórica. No começo do século XX surgem os discursos que irão valorizar Ouro Preto segundo seus traços históricos. Por conseguinte, a forma da cidade deveria ser mantida, e não redesenhada conforme pregavam os discursos de outrora.

Se partirmos do estudo de um projeto de modernização urbana, denominado Empresa de Melhoramentos da Capital, feito no ano de 1891, o fizemos como um contraponto à noção de cidade histórica, ou seja, como uma maneira de demonstrar que a cidade de Ouro Preto nem sempre esteve respaldada pelo valor de preservação que subjaz o atributo histórico. A arquitetura civil e religiosa ouropretana, bem como o traçado urbano, toda a cidade enfim, passa, num primeiro momento, de uma adjetivação negativa, pois que arcaica e colonial, cuja integridade e materialidade fora posta em cheque pelos anseios de modernização, a uma defesa incondicional de sua forma, de sua constituição arquitetônica e urbana. Esta ruptura na perspectiva sobre a cidade entrevê os inícios do processo de construção da imagem de Ouro Preto como cidade histórica, processo cuja dinâmica pretendemos compreender no presente trabalho.

O segundo capítulo é o inverso do primeiro e abre o terreno sobre o qual Ouro Preto irá consolidar-se monumento nacional, patrimônio artístico ou cidade histórica. Ao analisarmos esse momento, começo do século XX, quando se dão as comemorações do Bi-centenário da ex-capital de Minas, buscaremos mapear as primeiras vozes que advogam pela defesa da arquitetura da cidade, de sua materialidade e morfologia, no sentido de preservá-la da ação do tempo e caracterizá-la, toda a cidade, como um documento histórico, como suporte e imagem de um passado vital para a identidade mineira e, sobretudo, nacional. Ouro Preto é festejada pelos seus duzentos anos, e, assim, seu caráter histórico começa a ser disseminado pelo país. A arquitetura, o desenho urbano, a forma da cidade no geral passa a compor a paisagem do passado histórico mineiro e brasileiro. A cidade, tal como ela se apresenta ao olhar imediato, passa a simbolizar a história, ser seu substrato, seu testemunho. A partir de então, Ouro Preto vai sendo (re)conhecida como a cidade que não mudou, que traz em si a pátina de um tempo especial, isto é, as marcas, reminiscências, as provas de episódios históricos que concorreram à formação da identidade e de uma tradição artística nacional. Com as comemorações do Bi-centenário, Ouro Preto torna-se um signo histórico que irá motivar novas vozes a clamá-la, a desejá-la preservada, a defendê-la como patrimônio e monumento histórico e artístico da nação.

O terceiro e último capítulo dará conta dos anos de 1920, quando a imagem histórica de Ouro Preto sugerida no começo do século será maturada e clareada.

Procuraremos evidenciar aqui os personagens e discursos que acabaram por consolidar tal imagem, coroando, assim, um processo que começa no final do século XIX, a partir da transferência da capital mineira e do malogro do projeto de modernização, e culmina no tombamento de Ouro Preto em 1933.

Deste modo, seguindo nosso trajeto, em 1916, Alceu Amoroso Lima, o Tristão de Ataíde, publica, na Revista do Brasil, um artigo denominado “Pelo Passado Nacional<sup>3</sup>”, cujo objetivo era denunciar o abandono em que se encontravam as obras estéticas e sacras mineiras, incluindo Ouro Preto. Neste artigo, Alceu Amoroso Lima atenta para a importância de se preservar as obras do passado na construção da nacionalidade brasileira. Entre tais obras são salientadas as cidades de Ouro Preto e Diamantina.

Em 1919, Mário de Andrade visita Minas Gerais, se dirigindo a Ouro Preto para colher impressões sobre a arquitetura religiosa da cidade. No ano seguinte Mário lança um artigo intitulado “A arte religiosa no Brasil<sup>4</sup>”. Este texto constitui uma das fontes que mais exaltaram as qualidades artísticas e arquitetônicas de Minas Gerais, sendo um dos principais pontos de partida para a preservação destas. O estudo de Mário sobre Minas Gerais foi uma colaboração decisiva para a consolidação do valor histórico e artísticos das cidades coloniais mineiras, como Mariana, Congonhas, Tiradentes, Sabará, Diamantina e, em especial, Ouro Preto.

Em 1924, seguindo os passos de Mário, a famosa excursão modernista, capitaneada por Oswald de Andrade e composta por nomes como Mário de Andrade, Blaise Cendrars e Tarsila do Amaral, entre outros<sup>5</sup>, chega a Ouro Preto para fazer um estudo das suas características históricas e de suas riquezas artística e arquitetônica. No decênio de 1920, os discursos em favor da preservação de Ouro Preto se intensificam; no final desta década, são elaborados os primeiros projetos para preservação das edificações civis e religiosas ouropretanas sob a responsabilidade de Gustavo Barroso, o criador, em 1921, do Museu Histórico Nacional. Em 1928, as primeiras intervenções restauradoras são levadas a cabo em Ouro Preto sob a supervisão de Gustavo Barroso e patrocínio do

---

<sup>3</sup> LIMA, Alceu Amoroso. *Pelo passado Nacional*. In: Revista do Brasil, Vol. III, Ano 1. São Paulo, setembro-dezembro de 1916.

<sup>4</sup> ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Expeimento/Giordano, 1993.

<sup>5</sup> VENTURA, Alexandre de Oliveira. *A viagem de descoberta do Brasil: um exercício do Moderno em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2000. Ver segundo capítulo.

Governo mineiro: foram restauradas a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a capela de São João, a Casa dos Contos e a ponte de São José<sup>6</sup>.

Em 12 de julho de 1933, com o decreto nº 22.928, Ouro Preto é decretada oficialmente monumento nacional, passando a ser tutelada pelo Governo Federal, ato este que consolidou seu título de cidade histórica. Em 1937, com a criação do SPHAN, Ouro Preto passa a ficar sobre a guarda de uma instituição federal especializada em preservar o patrimônio histórico brasileiro<sup>7</sup>. Nosso esforço neste último momento é dissertar sobre esse processo todo que acabamos de relatar resumidamente. Com o decreto de 1933, que tomba Ouro Preto e a oficializa como patrimônio, a cidade em pauta sagra-se enquanto núcleo histórico.

**Figura 1 - Casa dos Contos, anterior à década de 1940, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

---

<sup>6</sup> MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado).

<sup>7</sup> As informações contidas neste parágrafo podem ser encontradas mais detalhadamente em um artigo de Lia Motta publicado na revista do IPHAN de número 22. MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987. Sobre a criação do SPHAN ver GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996; RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1991; SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.

Ao adotarmos o ano de 1891 como o início de nossa dissertação e o ano de 1933 como seu fim, elegemos dois marcos simbólicos que representam posturas distintas em relação à cidade estudada: num primeiro momento a cidade é posta em cheque, sua constituição física “arcaica” teria de ser transformada, já que sua materialidade arquitetônica e urbana é vista como uma ameaça ao seu futuro; por outro lado, ao chegarmos a 1933, uma outra imagem é representada pela ex-capital de Minas: agora, Ouro Preto não mais deve ser remodelada, modernizada, mas, ao contrário, deve manter sua forma colonial, a mesma forma “arcaica” que outrora lhe prejudicava e lhe servia de estigma passa, a partir de então, a qualificá-la como uma valiosa relíquia, uma obra de arte. Sua arquitetura e sua configuração urbana em geral tornam-se o símbolo de todo um passado e uma tradição que se queria preservar. Preservar Ouro Preto é, portanto, preservar este passado e esta tradição; em sua imutabilidade e antiguidade reside seu predicado histórico.

Vale dizer que Ouro Preto foi a primeira cidade a ser tombada no Brasil, o que equivale a afirmar que esta cidade foi a primeira a ser oficialmente reconhecida como cidade histórica. Com efeito, Ouro Preto serviu de paradigma aos tombamentos posteriores. As características estilísticas da cidade, seu estilo colonial e barroco, serviram de modelo para a constituição de parâmetros que orientariam as futuras ações preservacionistas e estabeleceram um modelo de patrimonialização a ser seguido. Ouro Preto surgiu como patrimônio nacional mesmo antes de existir uma instituição governamental que cuidasse do assunto. Os critérios que fizeram de Ouro Preto um monumento nacional, que consolidaram seu qualificativo histórico e que procuraremos estudar aqui, foram os mesmos que fundamentaram a criação de um órgão governamental responsável pela escolha, salvaguarda e conservação dos bens transformados em monumentos nacionais. Nesse sentido, Ouro Preto antecedeu e serviu como paradigma à primeira instituição federal de proteção patrimonial, que foi o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, ou SPHAN, criado em 1937, como dissemos anteriormente.

Nosso recorte temporal, 1891-1933, assim, concentra-se estritamente nesse período que antecede a criação do SPHAN, mas que, de certa forma, acaba por sugerir os critérios de sua política.

Ouro Preto, portanto, desempenhou um papel pioneiro e estabeleceu os referenciais básicos à formação de uma política oficial de tombamento, pelo menos no que concerne às primeiras décadas de funcionamento do SPHAN. Na década de 1930, Ouro Preto teria sintetizado a imagem da brasilidade; seu pioneirismo na construção de um modelo histórico e artístico para a nação talvez já fosse o suficiente para justificar qualquer trabalho que se voltasse às questões que ora propomos, sem contar, ainda, a própria singularidade histórica que a caracteriza e a curiosidade e interesse que suscita naqueles que se aventuram em estudá-la, seja de qual âmbito for. No mais, achamos suficiente às nossas indagações nos estendermos até o ano de tombamento da cidade, 1933, sem precisar nos delongar mais ou abordar as questões patrimoniais que vieram à baila com a fundação do SPHAN na década de 1930, o que daria lastro para um outro tipo de trabalho.

# Capítulo 1.

## Por um novo desenho urbano



Ouro Preto — Chafariz do Largo de Dirceu

## 1.1 A questão da transferência da capital

Ao alvorecer do século XIX, Ouro Preto é uma capital que sustenta a imagem de cidade decaída, decadente, irracional, desordenada. Essa imagem a compromete como centro político-administrativo de Minas Gerais. Com o advento do regime republicano, os estigmas que vinham acompanhando Ouro Preto desde o final do século XVIII, a partir da queda das atividades mineradoras, intensificam-se consideravelmente. Ouro Preto passa a ser vista como uma cidade atrasada e imprópria aos devidos desígnios de uma capital republicana; torna-se a imagem, por assim dizer, do atraso, da inoperância e da falta de funcionalidade segundo os parâmetros sociais de civilidade vigentes neste período<sup>8</sup>. Uma vez proclamada a República no Brasil, tudo o que representava ou remanescia dos períodos anteriores, império e colônia, deveria ser excluído ou substituído pelas normas e símbolos do regime que se instaurava (PINHEIRO, 2002)<sup>9</sup>. Sendo vista como a própria materialização de um passado que se procurava superar, Ouro Preto, considerada em sua fisionomia de cidade colonial, tem sua legitimidade política seriamente ameaçada<sup>10</sup>. Portanto, na década de 1890, a capital mineira corria enorme risco enquanto centro político-administrativo: era uma cidade considerada arcaica, cujo traçado, arquitetura e disposição das edificações dentro da malha urbana incondiziam com os modelos urbanísticos de então e com as linhas do discurso republicano, o qual se baseava, de modo geral, em ideais positivistas de progresso e modernização. Uma nota do jornal “A Ordem”, de 19 de Julho de 1890, dizia o seguinte:

Pedra que se move não cria limo.

Esse adágio popular, embora antigo, tem muita aplicação à insensata propaganda, que atualmente se faz, contra uma das mais antigas e importantes cidades deste vasto Estado de Minas. É o caso de querer-se a todo transe a mudança da capital de Ouro Preto para uma outra cidade, já construída, e condições que reúna quanto possível os requisitos de uma capital em nome da boa administração e dos interesses gerais do Estado.

---

<sup>8</sup> MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989; SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001.

<sup>9</sup> BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos Históricos e Culturais, 1996.

<sup>10</sup> FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado).

Isto posto, vejamos qual a procedência dos motivos em que se funda a tal propaganda. São mais ou menos os seguintes:

1º- Porque a cidade de Ouro Preto não reúne as condições higiênicas necessárias a uma capital.

2º- Porque é péssima a sua posição topográfica.

3º- Porque a situação geográfica dificulta a ação governamental e os interesses, quer públicos, quer particulares.

4º- Porque não tem vida própria, nem área suficiente para, ampliando-se, tornar-se uma grande capital, digna do Estado e aprazível aos olhos do estrangeiro. (“A Ordem”, Ouro Preto, 19/07/1890, apud BARBOSA, 1993, p. 17).

**Figura 2 - Vista de Ouro Preto, 1881, Guilherme Libencan**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

Os ideais de progresso e modernização, legitimados e reforçados com a República, exerceram grande influência nos circuitos intelectuais brasileiros ao longo do século XIX<sup>11</sup>, e seus conceitos correspondiam a valores de mudança, de renovação social e cultural, de pulverização de normas e comportamentos tradicionais. Essa “nova moral” da modernidade dirigia-se a uma superação ou mesmo destruição de padrões sociais

---

<sup>11</sup> SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.

amparados por uma dada tradição, e o fazia em nome de um suposto progresso social, moral, científico, e cultural que implicava em uma idéia de civilidade; era a partir das prédicas de modernização que o homem deveria superar seu passado atrasado, necessariamente inferior ao seu presente, e se lançar ao progresso, à evolução e à civilização<sup>12</sup>. Assim, a modernização visava uma reforma total da sociedade. Modernizar significava, de modo geral, promover o novo, que por excelência era o melhor, o positivo<sup>13</sup>. À idéia de progresso e modernização corresponde a noção de civilização. Promover o progresso representava, sobretudo, civilizar-se, o que pressupunha uma concepção de temporalidade teleológica. Era como se as nações ditas civilizadas estivessem à frente na escala de um suposto desenvolvimento social, cultural e moral. Assim, o tempo linear do progresso impunha uma série de valores em escala universal<sup>14</sup>. A civilização era o objetivo supremo a ser buscado, um fim cujo meio seria a modernização constante da sociedade pautada nos princípios progressistas<sup>15</sup>.

A detração do legado colonial brasileiro, portanto de um passado arcaico e incivilizado, começava a ser mais presente no imaginário social conforme a República se aproximava, acabando por se consolidar com a proclamação do novo regime. Os partidos republicanos<sup>16</sup>, seguindo uma rígida orientação positivista<sup>17</sup>, viam o Império como um regime anacrônico e obsoleto, representante de um estágio superado de sociedade; a

---

<sup>12</sup> ELIAS, Norbert. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990; HOBBSAWM, Eric. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>13</sup> BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia. das Letras, 1986.

<sup>14</sup> BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2ª edição. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986; BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª edição. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.

<sup>15</sup> RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

<sup>16</sup> A Proclamação da República envolve uma série de jogos de interesse que se deram entre as elites urbanas dos principais centros do país. Proprietários rurais, paulistas em sua maioria, aceitavam um modelo liberal restrito, patriarcal, mantenedor dos seus privilégios e das desigualdades sociais advindas da monarquia. Profissionais liberais, a classe média urbana de modo geral e pequenos proprietários almejavam uma República liberal ao modo norte-americano. Os militares, influenciados pelo Positivismo, lutaram para tomar o poder e fazer a República pela ditadura. Não cabe aqui entrar nos meandros das contendas oligárquicas que travaram-se no jogo republicano e na definição da República. Ver CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987; COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979; IGLÉSIAS, Francisco. *Trajectoria política do Brasil, 1500-1964*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.

<sup>17</sup> COMTE, Auguste. *Os pensadores*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: editora Nova Cultural, 2005.

República deveria tomar o lugar do Império por representar o caminho da civilização e a porta para a sociedade positiva do futuro. Por conseguinte, a nação brasileira deveria se “atualizar” frente às nações européias modernas, e para que isso acontecesse era preciso promover a sofisticação dos meios de produção, reformar substancialmente as cidades construídas sobre os padrões coloniais, além de erigir novos centros urbanos, bem como investir na ciência e na indústria. A República desencadeava a crença no futuro, no progresso, já que este regime sintetizaria o modelo político ideal para se gerir uma nação. No Brasil, o regime republicano representou a via do progresso à maneira das nações européias ocidentais; a República era o início de um futuro desejado, idealizado<sup>18</sup>.

O Brasil deveria galgar os estágios do desenvolvimento, fugindo de seu atraso, e acertar o seu relógio por via de remodelações institucionais, estruturais, legislativas, comportamentais. A ciência e a racionalidade tecnicista seriam os fatores responsáveis pelo avanço da sociedade brasileira<sup>19</sup>.

O Brasil endossou esta confiança no futuro, apresentando paralelamente a necessidade de construção de uma civilidade visível, preocupação exposta na remodelação de cidades como o Rio de Janeiro, São Paulo e Recife, ou na construção planejada de outras como foi o caso de Belo Horizonte. O espírito científico e o desenvolvimento tecnológico impregnavam a vida intelectual brasileira por todo o século XIX, colocando em debate o Estado, a nação e a civilização. (FONSECA, 1998, p. 24).

Capital de uma das províncias de economia mais próspera do século XVIII, no século seguinte, Ouro Preto já não desfrutava de uma posição econômica ascendente; a cidade é vista, em fins do século XIX, como o símbolo da decadência da economia aurífera e passa a incorporar uma imagem estigmatizada de cidade colonial, isto é, decadente, desordenada, irracional, desleixada. Ouro Preto, de acordo com esta visão, teria sido fruto da espontaneidade de seus primeiros fundadores, corolário da

---

<sup>18</sup> O positivismo comporia o arcabouço filosófico a orientar o novo regime. Cf. BRESCIANI, Maria Stella. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005; CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.

<sup>19</sup> SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

imprevidência e do descaso técnico-científico<sup>20</sup>. A cidade era considerada um núcleo urbano atrofiado, uma vez que suas ruas seriam, nesta perspectiva, demasiado irregulares e estreitas, mal traçadas, não suprimindo assim as exigências modernas de circulação e fluência. Taxava-se Ouro Preto de cidade suja, insalubre<sup>21</sup>, com sérias deficiências no que diz respeito às questões higiênica e sanitária, pois desprovida de um eficiente sistema de esgoto e água encanada.

Segundo o discurso corrente no final do século dezenove, Ouro Preto teria sido erigida sob o signo da desordem e do imprevisto; dotada de construções irregulares, becos, arruamentos tortuosos, estabelecimentos mal direcionados, esta cidade não teria obedecido, com efeito, a nenhum ordenamento racional ou plano pré-estabelecido, ficando à mercê dos acidentes que compunham seu terreno marcadamente anfractuoso. Sua malha urbana seria o produto de um acúmulo de construções aleatórias em torno de um eixo comum, a saber, o eixo-tronco<sup>22</sup>. A topografia ou o terreno onde se localiza a

---

<sup>20</sup> Muitos autores defendem que Ouro Preto teria sido conseqüência direta da descoberta do ouro: a cidade só poderia existir por conta da mineração; motivo algum haveria, além da promessa de riqueza imediata e fácil desencadeada com a descoberta do nobre metal, para se construir ou fundar uma povoação urbana em tais paragens. A única razão da ereção de uma vila em condições as mais adversas era a perspectiva do lucro gigante e imediato auferido das atividades mineradoras. Além da topografia ruim e do solo impróprio à agricultura, havia também a questão do clima, caracterizado por frio intenso, chuvas fortes e constantes, alta umidade do ar, o que possibilitaria o acometimento de inúmeras doenças e resultaria em outras tantas dificuldades para se estabelecer e viver ali. Em linhas gerais, considera-se que o sonho do ouro e da riqueza fácil teria seduzido baianos, paulistas, reinóis e gente de outras plagas. Assim, o território vai sendo demarcado sem nenhuma ordem pré-estabelecida; sua ocupação dá-se às margens dos riachos e nas encostas dos morros, locais de onde se extraía o ouro; as primeiras habitações teriam sido feitas de pau-a-pique, seriam ranchos rústicos e precários para o ambiente úmido e frio, e não responderiam a nenhum alinhamento ou planejamento: tudo teria sido construído em função dos locais onde o ouro era encontrado, dando à região um aspecto de caos e desordem. Não obstante a imensa dimensão e a relevância dessa questão historiográfica, excede aos nossos objetivos adentrar nos meandros de tal querela. Cf. ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Pelas minas de ouro: Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967; BOXER, Charles. *A Idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000; CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969; SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.

<sup>21</sup> Nos baseamos no conceito de salubridade tal como ele foi formulado por Michel Foucault. As preocupações urbano-sanitárias foram temas recorrentes no século XIX, permearam as principais nações européias e constituíram um relevante problema social, uma barreira no caminho da civilização. A esse respeito ver FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.

<sup>22</sup> O eixo-tronco seria a longa via em torno da qual Ouro Preto teria se constituído. Essa via, ou eixo, era o principal caminho, a via de acesso que interligava os arraiais que deram origem à cidade. Ver VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

cidade era alvo de duras críticas<sup>23</sup>. Os argumentos críticos se dirigiam à impossibilidade de crescimento urbano-industrial, e conseqüentemente de desenvolvimento econômico e demográfico. Ao longo do século XIX, com a paulatina queda das atividades mineradoras, as visões e discursos sobre Ouro Preto passam a simbolizá-la como uma cidade estagnada economicamente, até mesmo decadente, uma cidade vetusta, arruinada, ultrapassada, perdida num passado que deveria ser esquecido<sup>24</sup>.

Ouro Preto era vista como antípoda do modelo de cidade moderna: se por um lado sua economia não exercia importância no conjunto nacional, por outro, a imagem de “cidade colonial”, desordenada, jogada em meio a um terreno selvagem e hostil, não compatibilizava com os modernos padrões urbanos. Ouro Preto representava a tradição provinda de passado indesejável, política e socialmente; esse passado colonial deveria ser

---

<sup>23</sup> Ao longo do século XIX Ouro Preto sofreu muitas detrações por conta do seu terreno acidentado. Podemos citar como exemplos os relatos dos viajantes europeus que estiveram excursionando por vários pontos do território brasileiro durante o dezenove. Para Saint-Hilaire, Ouro Preto apresentou-se como: “Montanhas que por todos os lados dominam a cidade, casas antigas, e em mau estado, ruas que descem e sobem, eis o que nos apresentou aos olhos quando entramos na Capital da província de Minas.” (SAINT-HILAIRE, 1975, apud Fonseca, 1998, p. 9). Para John Luccock, que esteve em Ouro Preto em 1817, a cidade era “um dos lugares mais estranhos situados no mundo”. (LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975, apud Fonseca, 1998, p. 11). Richard Burton esteve em Ouro Preto na década de 1860; segundo ele, “Ouro Preto apresenta tanta curvatura mal feita e tanta estreiteza quanto se poderia desejar. Haverá todas as pitorescas dificuldades para a construção da rede de esgotos e de gás – um preço um tanto alto para pagar tanta curvatura.” (BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976). Sobre os viajantes, ver SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das letras, 1990. Ver também BURMEISTER, Dr. Herman. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980; MAWE, John. *Viagens do Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978; POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.

<sup>24</sup> Escrevendo em 1816, Saint-Hilaire esboça o seguinte panorama sobre a cidade: “Contam-se em Vila Rica cerca de duas mil casas. Essa vila floresceu enquanto os terrenos que a rodeiam forneciam ouro em abundância; à medida, porém, que o metal foi se tornando raro ou de extração mais difícil, os habitantes foram pouco a pouco tentar fortuna em outros lugares, e, em algumas ruas, as casas estão quase abandonadas. A população de Vila Rica que chegou a ser de 20 mil almas, está atualmente reduzida a 8 mil, e essa vila estaria mais deserta ainda se não fosse a capital da província, a sede da administração e a residência de um regimento. Vila Rica tem tão pouca regularidade que é extremamente difícil dar dela uma idéia suficientemente exata. É construída sobre uma longa série de morros que marginam o Rio de Ouro Preto e lhe desenham as sinuosidades. Uns avançam mais; outros, mais recolhidos, formam gargantas bastante profundas; alguns, demasiado escarpados para receber habitações, não apresentam, em meio dos que os rodeiam, senão uma vegetação bastante enfezada, e grandes escavações. As casas se encontram assim dispostas por grupos desiguais, e cada uma é, por assim dizer, construída em plano diferente do das outras. (...) Dessas casas, assim entremeadas de cumes áridos e tufos condensados de vegetais, resultam pontos de vista tão variados como pitorescos; a cor enegrecida do solo, a dos tetos, que não é menos escuro, o verde carregado das laranjeiras e cafeeiros muito multiplicados nos jardins, um céu quase sempre nevoento, a esterilidade dos morros não edificadas, dão, porém, ao panorama um aspecto sombrio e melancólico”. (SAINT-HILAIRE, 1975, p. 69-70).

abolido para dar lugar aos referenciais modernos de cidade e sociedade que ganhavam força com a República.

Vale ressaltar que o estigma de cidade decadente assombrou Ouro Preto desde fins do século XVIII, perpassando todo o século seguinte. A queda das atividades mineradoras, no último quartel do século XVIII, fez surgir a visão da estagnação econômica das Minas Gerais<sup>25</sup>. Paralela ao arrefecimento da extração aurífera, ter-se-ia dado a ruína dos principais centros urbanos mineiros, entre eles Ouro Preto. Ao contrário dos áureos tempos em que prevalecia a fartura do ouro – primeira metade do século XVIII, tempos de vasta riqueza e ostentação – com o declínio da economia mineradora, a partir da segunda metade do dito século, Ouro Preto teria adentrado um período de inexorável decadência<sup>26</sup>.

Assim, o estandarte da decadência prevaleceu no imaginário social destas regiões, demarcando a linha divisória entre um passado suntuoso, repleto da riqueza fácil provinda da extração aurífera, e um tempo posterior de pobreza, abandono e decadência. A nostalgia dos tempos áureos fazia-se visível na imagem decaída que Ouro Preto encarnava.

---

<sup>25</sup> Posteriormente, muitos autores acabaram corroborando esta visão da decadência econômica de Minas Gerais no século XIX. É vasta a historiografia que se baseia neste enfoque decadentista. Entre os que defendem tal posição, podemos citar: DELAMARE, Alcibíades. *Villa Rica*. São Paulo: Nacional, 1935; SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1978; PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999; SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Graaal, 2ª edição, 1986; WIRTH, John. *Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937: o fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

<sup>26</sup> Embora tal visão tenha se sedimentado no imaginário e na historiografia tradicionais, estudiosos vêm, há algum tempo, desmistificado esta imagem pelo argumento de que a economia das Minas não se restringia apenas às atividades mineradoras, mas operava consoante uma pequena, porém crescente, produção manufatureira, siderúrgica, agrícola e pastoril que, destaque para a produção dos sul e Zona da Mata mineiras, contribuía para as provisões alimentícias de todo o Estado mineiro e Rio de Janeiro, sendo das principais abastecedoras da Corte com a chegada da Família Real. Não obstante a queda e a quase falência da mineração, a economia de Minas, segundo esta visão, teria passado, durante o período em questão, por um rearranjo. Deste modo, a mineração teria cedido seu posto de carro chefe da economia mineira a outras atividades, não desaparecendo de todo. Ver ALMEIDA, Carla Maria C. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. In: LPH Revista de História, nº 5. Ouro Preto: Editora da UFOP, Departamento de História/UFOP, 1995; CHAVES, Cláudia M. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999; LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979; LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e trabalho em uma economia escravista. Minas no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988; LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. In: Seminário sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979; MARTINS, Roberto Borges. *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.

Figura 3 - Vista da Praça Tiradentes, 1881, Guilherme Libencan



Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP

A imagem de cidade colonial que acompanha Ouro Preto em fins do dezenove, e que foi uns dos principais fundamentos no questionamento da validade de seu status de capital, ia contra o jogo simbólico e as normas sociais que a República veio instituir. Falar em cidade colonial era o mesmo que referir-se a atributos tais como desleixo, atraso, insalubridade, caducidade, irracionalidade, etc., palavras estas que encerravam significados opostos aos princípios modernos republicanos. Feito um dado negativo, indigno e inválido face aos pressupostos da modernidade republicana, a cidade colonial deveria ser combatida, remodelada, desconstruída<sup>27</sup>.

<sup>27</sup> Esta perspectiva de cidade desleixada e irracional marcou a historiografia sobre as cidades brasileiras erigidas no período colonial. Sobre o tema ver ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993; HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1995. Vale dizer, entretanto, que não estamos compartilhando dessas considerações. Cabe abordar aqui as representações que envolviam a cidade de Ouro Preto ao final do século XIX, sem tomar, necessariamente, partido de suas assertivas. Abstemos-nos às problematizações e representações que colocaram a dita cidade em questionamento, no aludido período, respeitando, assim, a historicidade das mesmas, sem endossá-las ou refutá-las em função de uma autenticidade ou im procedência histórica. Temos hoje diversos estudos que contestam a visão da cidade colonial como um artefato desleixado e irracional. Ver DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o*

Ouro Preto era considerada uma cidade símbolo do antigo regime imperial que ora se findava para dar lugar à República. No ano de 1823, a antiga Vila Rica recebe o título de “Imperial Cidade de Ouro Preto”<sup>28</sup>, outorgado pelo Imperador de então D. Pedro I. O título de cidade imperial conferia a Ouro Preto o papel de centro representativo e defensor dos valores da monarquia, valores contrários aos princípios republicanos e, por isso mesmo, tornados inválidos, antiquados e obsoletos ao final do século dezenove.

O novo tempo, inaugurado com o advento do regime republicano, deveria dar conta de suprimir o atraso brasileiro, representado pelas eras monárquica e colonial, mediante uma política de modernização urbana e social, ou seja, pela inovação ininterrupta dos meios de produção, pela reurbanização das principais cidades e pela constante renovação da ciência e da técnica. Para o progresso efetivar-se de forma plena, estava em jogo não somente as metas futuras, mas também a supressão das marcas de um passado indesejável (BRESCIANI, 2005; CARVALHO, 1990; COSTA, 1979). Ouro Preto representava este passado; sua imagem seria o reflexo da cidade/sociedade arcaica, desordenada ou desleixada.

Desde a Inconfidência Mineira, Ouro Preto vinha sendo alvo de críticas no que tangia à sua condição de capital<sup>29</sup>. Entre os projetos dos Inconfidentes, havia uma proposta de se mudar a capital para São João Del Rei e fazer de Ouro Preto uma cidade universitária (LINHARES, 1905). Ao longo do século XIX, as propostas de mudança da

---

*Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Editora ALVA-CIORD, 1997; OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. São Paulo: EBRASA, INL-MEC, 1971; PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2000; REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Pini, 2000; VASCONCELLOS, 1977.

<sup>28</sup> “(...) a diferenciação entre vilas e cidades era de caráter jurisdicional e não hierárquico. As vilas resultavam da decisão de donatários e governadores, que tinham o poder de criá-las, ou de ordem real para que se elevasse a essa categoria algum arraial. A criação de cidades, entretanto, sempre foi um atributo exclusivo da coroa. As cidades, por serem da coroa, nem sempre alcançavam o papel de comando que o título lhes conferia. Por outro lado, o status de vila não diminuía a importância e um centro urbano.” OLIVEIRA, Melissa ramos da Silva. *Gestão patrimonial em Ouro Preto: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências. Pós-graduação em Geografia. Análise ambiental e dinâmica territorial. Campinas: Unicamp, 2005, p. 63.

<sup>29</sup> Diz-se de uma tentativa de mudar a capital empreendida em 1843 pelo então presidente da província de Minas o Tenente-Coronel Francisco José de Souza Soares, o Barão de Caçapava. Outra tentativa de mudança da capital data de agosto de 1851, feita pelo Dr. José Ricardo de Sá Rego, também presidente da província de Minas; ele indicava Mariana e São João Del Rei como possíveis capitais. Ver LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital: apontamentos históricos*. In. Revista do Archivo Publico Mineiro. BH: Imprensa Official, Ano X, 1905.

capital continuaram a aparecer com frequência e na década de 1860 o Padre Paraizo, representante do 6º distrito eleitoral, cuja sede era a cidade do Serro, na Assembléia Provincial da 15ª a 17ª legislatura, entre os anos de 1864 e 1869, defendeu um projeto que previa a transferência da capital mineira de Ouro Preto para as margens do Rio das Velhas, pelas razões relativas à navegabilidade deste rio e à centralidade da região, ou seja, por conta de um trânsito e comunicação mais fluentes (LINHARES, 1905). Para o Padre Paraizo, o lugar onde se encontrava Ouro Preto era incompatível com seu status de capital. Em suas palavras, Ouro Preto caracterizava-se por ser “(...) um lugar somente consumidor, sem nada produzir, conserva-se estacionária, ou antes, decadente, absorvendo quase toda a seiva da província.” (Linhares, 1905, p. 349). A nova capital, desse modo, deveria ser construída num lugar

que reúna todas as vantagens a uma fácil e boa administração; um ponto que ofereça à província e sua capital um futuro grandioso, deve ser o nosso desideratum. Considerando que abaixo do Rio das Velhas temos a grande estrada fluvial, que a natureza nos deu, entendi que para suas margens, lugar mais central, devia propor a transferência. (LINHARES, 1905, p. 349).

Em 1867, idealizado pelo Padre Paraizo, foi tecido o projeto nº15 que decretava:

Artigo 1º- A capital da província de Minas Gerais fica transferida para a povoação de Jequitibá, margem do Rio das Velhas, e termo de Curvello.  
Artigo 2º- O governo da província levantará um empréstimo cujos juros não excedam de noventa contos, para a construção dos edifícios precisos.  
Artigo 3º- Revogam-se as disposições em contrário.

Sala das sessões, 6 de novembro de 1867 – Agostinho Francisco Paraizo.  
(LINHARES, 1905, p. 349).

No entanto, alegando falta de verbas e recursos, o então presidente da província, o Sr. José da Costa Machado de Souza Ribeiro, negou o projeto acima referido, o qual foi rejeitado também pela Assembléia provincial por maioria de votos (LINHARES, 1905).

A ameaça da mudança da capital em Minas torna-se mais séria com a chegada da República. Neste período, Ouro Preto passava por problemas estruturais, como o acúmulo de lixo nas vias públicas, a presença de animais soltos nas ruas, o péssimo estado de conservação dos prédios públicos e privados, a falta de um amplo e eficiente sistema de

esgotos e ruas mal iluminadas e esburacadas, que contribuía para a sua imagem de cidade decadente. Endossando os estigmas da cidade colonial, a situação de Ouro Preto neste momento não era nada favorável ao seu status de capital. Os críticos atentavam para a infertilidade do solo, o que obstruía as atividades agropecuárias, à dificuldade de implantação de indústrias na cidade, devido ao terreno acidentado, que dificultaria o transporte e encareceria o produto; criticavam o sistema viário ouropretano, por sua disposição confusa e dispersiva, bem como a falta de espaços para um crescimento urbano futuro, e alegavam a falta de higiene por toda a capital mineira. Uma nota do jornal “Província de Minas”, de 5 de janeiro de 1885 descreve a cidade da seguinte forma:

...verdadeiros montes de lixo, depósitos de animais e de quanta imundície há. Os canos dos esgotos em péssimas condições e a venda de gêneros alimentícios de péssima qualidade e deteriorados e encanamentos de água obstruídos pelo esgoto. (“Província de Minas”, Ouro Preto, 5/01/1885, apud, FONSECA, 1998, p. 25).

A questão da higiene foi das mais recorrentes nas críticas dirigidas a Ouro Preto. As preocupações urbano-sanitárias foram temas recorrentes no século XIX, permeou as principais nações européias e constituíram um relevante problema social, uma barreira no caminho da civilização. Era preciso sanar as cidades doentes, atrofiadas e débeis, para promover o progresso de uma nação. Um relatório do ex-presidente da província de Minas Gerais, Dr. Manuel do Nascimento Machado Portela, do ano de 1886, resume as medidas mais prementes a serem tomadas no tocante à reestruturação de Ouro Preto:

No intuito de promover os meios necessários a ser melhorada esta capital, convoquei a Câmara Municipal, vários chefes de repartições e a imprensa (...) mostrei-lhes a necessidade que há de serem reformados diversos serviços e levadas a efeito algumas medidas de reconhecida utilidade. Assim é que tratei do modo por que atualmente é abastecida a água potável; da conveniência de serem aproveitados alguns mananciais dispersos; da canalização desta água; do serviço de esgotos, como é feito, que me parece nocivo à saúde pública; da fundação de um cemitério em lugar apropriado, que satisfaça os preceitos higiênicos; do aproveitamento do Morro do Cruzeiro, que bem pode adaptar-se à população que advier a esta cidade; da fundação de um jardim ou passeio público em melhor localidade à em que está colocado o pequeno que temos (...) Assim promovida a realização dos melhoramentos apontados,

e que me parecem urgentes, é de esperar que em breve estará esta capital elevada a nível superior, que lhe dão direito à beleza do seu território e à salubridade pública. (Relatórios da Assembléia Provincial de Minas Gerais/ livro nº 4. Ouro Preto: Typographia do “Vinte de Agosto”, 1886).

O ruinoso estado das ruas ouropretanas, sobre as quais se amontoavam lixos e estrumes de animais que ali perambulavam livremente, conformava um flagrante cenário de abandono. Os maus cheiros provindos desses amontoados de imundície e dos cemitérios eclesiásticos<sup>30</sup> provocavam doenças na população e contaminavam o sistema de distribuição de água. Os becos que pontilhavam toda a cidade eram outro defeito a ser corrigido, pois nesses lugares se misturavam detritos, insetos, ratos, provocando ares fétidos e um grande mal-estar nos transeuntes e habitantes próximos dali<sup>31</sup>.

Um dos fatores negativos mais presente no imaginário sobre Ouro Preto é sua topografia. As enormes dimensões dos morros e montanhas, das contingências e acidentes que caracterizam a cidade significaram talvez os maiores sinais contrários à sua condição de capital. No final do século XIX, o terreno sobre o qual Ouro Preto foi erigida passou a ser mais que um incômodo social, mas a própria vitória da natureza sobre os ouropretanos, o grande entrave destes em seu caminho à civilização. Segundo a descrição feita por Aarão Reis<sup>32</sup>, um dos engenheiros responsáveis pelo plano de Belo Horizonte, “...a vetusta Ouro Preto (...) se apinacula, tristonha, nos beirais do caldeirão formado pelos serros do Itacolomy, sem horizontes, sem luz, sem espaço, nem ar para a acanhada população, que se atrofia naquelas ladeiras quase inacessíveis.” (Revista Geral dos

---

<sup>30</sup> Desde o período colonial até meados do século XX, tinha-se por tradição, em Ouro Preto, enterrar os mortos no subsolo interno das igrejas. Tal prática, com frequência, acabava causando maus cheiros e provocando doenças na população. Os cemitérios dos interiores das igrejas, chamados de cemitérios eclesiásticos, foram alvos de contestação no final do século XIX por sua condição considerada insalubre. Cf. BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.

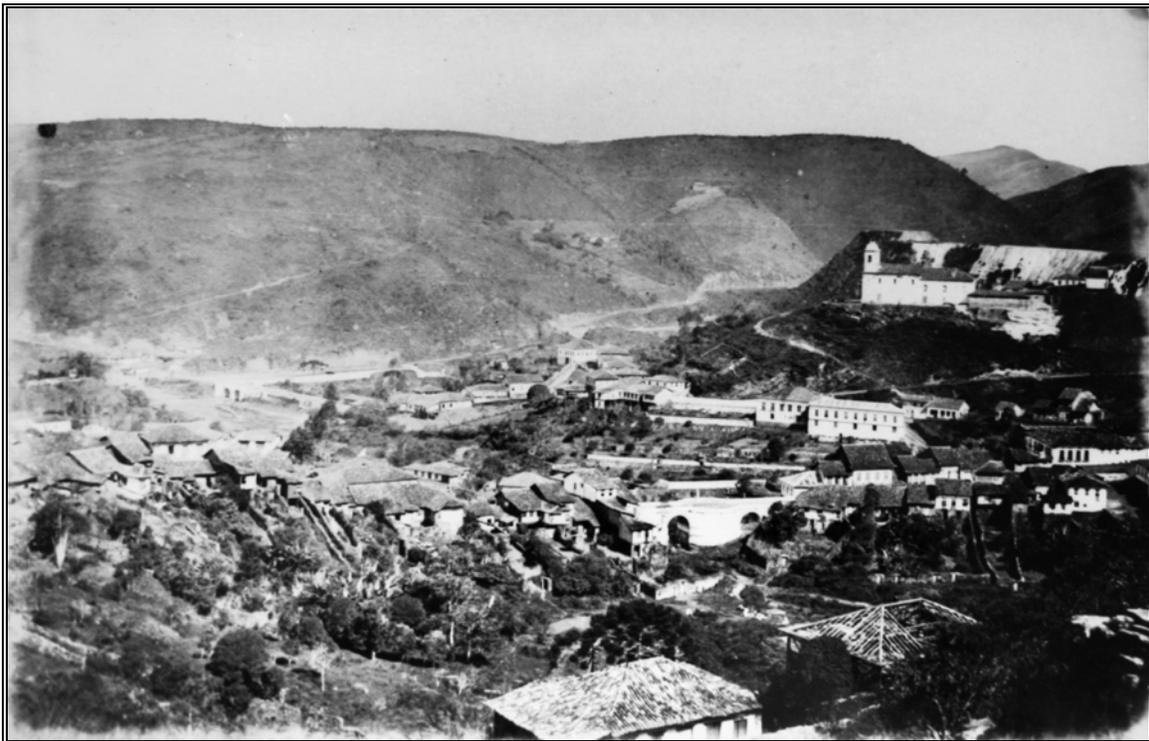
<sup>31</sup> No fim do século XIX, o verbete “Beco” tinha um significado topográfico e outro simbólico. “O verbete enuncia duas acepções: a espacial, topográfica, que define o traçado de um tipo de rua, de dimensão acanhada e bloqueada numa extremidade, e o significado complementar que se apresenta problemático e pejorativo, apontando para uma condição que extrapola a demarcação espacial(...) Nesse momento de fim de século, o beco foi identificado como o reduto das socialidades condenadas, era um espaço maldito da cidade, freqüentado pelos ‘turbulentos’ da urbe (...); verdadeiros ‘lugares de enclave’, eles ameaçavam a ordem, pois expunham, pela continuidade inevitável e indesejável, o mau lado da urbe.” (PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 97-98).

<sup>32</sup> Cf. SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1992.

Trabalhos - Agosto de 1895, nº II, p.12). Assim, Ouro Preto é vista negativamente pelo Governo do Estado de Minas Gerais, à época da transferência da capital mineira,

por seu aspecto montanhoso e de excessivas ingremidades, as ruas da cidade são de prática difícil e fatigante àqueles que têm que percorrê-las a pé, e não se prestam absolutamente de meios cômodos de Transporte, usados em todas as cidades de medíocre importância. (MAIA, 1972, p.170).

**Figura 4 - Vista do bairro de Antônio Dias, 1881, Guilherme Lebencan**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

O meio topográfico ouropretano constituía um grande entrave, o qual atuava sobre as esferas econômica e higiênica: seja impedindo a propagação de luz de forma homogênea e retilínea por toda a cidade, uma condição primordial de higiene e salubridade<sup>33</sup>, seja obstruindo a implantação de uma rede eficiente e ampla de estradas e

---

<sup>33</sup> Há um interessante relato a respeito da má luminosidade, decorrente da topografia acidentada, que recaía sobre Ouro Preto; foi escrita em tom de crítica por Aarão Reis, um dos engenheiros responsáveis pelo planejamento de Belo Horizonte, e dizia o seguinte: “As conseqüências higiênicas (...) acham-se ligadas à ação benéfica da luz sobre nosso organismo dando-lhe mais robustez, formas mais harmônicas, mais vigor, e é incontestavelmente na diferença de luminosidade das regiões que se encontra uma das melhores

linhas ferroviárias – prerrogativas básicas para a intercomunicação e o comércio com outras regiões – o que atravancava o desenvolvimento econômico da cidade.

Deste modo, as montanhas se apresentavam ao imaginário da época como muralhas naturais que cercavam e isolavam Ouro Preto dos principais pólos econômicos do Estado mineiro, e até mesmo do país. Uma capital que se prestasse a este título deveria estar conectada a uma complexa rede viária de comunicação, ou melhor, deveria estar integrada em um território, compondo um conjunto de relações comerciais e industriais, economicamente dinâmico e próspero. Na segunda metade do século XIX, cria-se uma idéia de capital, pautada no modelo urbanístico projetado pelo Barão Haussman para a cidade de Paris (PINHEIRO, 2002), que irá propor a capital como centro econômico e político de um dado território; o foco de irradiação e circulação que comunique e una todo uma extensão geográfica, que dê coesão ou polarize em torno de si um território de dimensões nacionais ou regionais. A capital seria o centro, equidistante de todos os pontos diametralmente opostos de um território; seria, sobretudo, o local mediador e controlador dos fluxos humanos, comerciais e industriais. As questões do fácil transporte e a concepção de centralidade, enquanto fatores econômicos, são fundamentais para a estruturação e a legitimidade de uma capital no século XIX (SALGUEIRO, 2001). Os discursos que questionavam o status de Ouro Preto como capital apelavam demasiadamente ao argumento de que a cidade, muito devido a seu caráter extremamente acidentado e montanhoso, não se enquadrava nestas premissas de centralidade e trânsito fluente, pois seria um núcleo de acesso e circulação dificultados por sua topografia e disposição urbana. Segundo afirma Heliana Angotti,

como a maioria das aglomerações da época da mineração, os arraiais que deram origem a Ouro Preto situavam-se, por medida de segurança, em fim de caminho, e não nos cruzamentos, não podendo, por consequência, responder às exigências de irradiação e de acesso fácil que o século seguinte preconizava. (SALGUEIRO, 2001, p. 147).

Diante da condição precária de Ouro Preto, o espectro da mudança da capital ganha força. As idéias do Padre Paraizo são retomadas e a possibilidade de se construir

---

explicações da predominância das afecções escrupulosas e raquíticas dos países ribeirinhos e brumosos em relação às regiões continentais mais secas, mais frias, porém de atmosfera límpida”. (“Revista Geral dos Trabalhos”, n I, 04/1895).

uma nova capital às margens do Rio das Velhas torna-se cada vez mais concreta. A busca de uma centralidade que unificasse todas as regiões de Minas, que servisse como centro dinamizador do território mineiro, escoando a produção por meio de um eficiente ramal férreo e de um amplo sistema de navegação fluvial, era um dos principais argumentos na escolha do lugar destinado à nova capital (BARRETO, 1996). Assim, previa-se uma capital arejada, bela e higiênica.

Ademais, as velhas oligarquias da região aurífera perderam terreno para os emergentes grupos de cafeicultores do sul e da Zona da Mata mineiras. Estes grupos irão pressionar politicamente o poder legislativo do Estado a fim de que este aprove e decrete o projeto da mudança da capital para suas regiões. O crescimento econômico e a ascensão das elites agrícolas mineiras faz com que seus representantes políticos ganhem força e reivindiquem, através de propostas ou projetos de leis apresentados ao legislativo, a mudança da capital para cidades como Juiz de Fora e Barbacena, focos do novo eixo econômico de Minas Gerais. Perdendo poder econômico, as elites políticas ouropretanas perdem também força política, e Ouro Preto corre o risco de perder seu status de capital (Barreto, 1996; Martins, 1980). Assim, os grupos políticos representantes da Zona da Mata mineira e do sul de Minas, que desfrutavam de uma ascensão econômica por conta da cafeicultura, reivindicavam para si o direito de ter em suas plagas a honra da nova capital republicana. Cidades como Juiz de Fora e Barbacena representavam o prestígio de uma economia em crescimento, o que desbancava e desautorizava politicamente a decadente região mineradora; este prestígio mereceria os préstimos de um centro político-administrativo, os quais não caberiam continuar na “decrépita” Ouro Preto.

Os debates sobre a mudança da capital mineira tomarão conta das assembleias legislativas de Minas; as elites emergentes travavam uma disputa em torno da cidade que deveria receber a missão de ser a nova capital. No entanto, os atritos entre as regiões candidatas tendiam a esboroar-se quando se tratava de combater Ouro Preto, que representava um passado ignóbil e um presente decadente. Essa cidade refletia um inimigo comum a ser combatido no jogo político das elites emergentes.

Não se tratava apenas de mudar a capital, atuava-se na tentativa de romper com antigos políticos ligados ao império, privilegiados nas

decisões do Estado. Encastelados na capital, controlavam as demais regiões através de sua influência política. (FONSECA, 1998, p. 27-28).

A questão da mudança da capital mineira já ocupava as páginas de vários jornais, uns sendo a favor e outros contrários, e predominava frequentemente nas discussões da assembléia legislativa provinciana. Com a proclamação da República, e a instituição do primeiro governador do estado de Minas Gerais, Cesário Alvim<sup>34</sup>, o assunto continuou na ordem do dia e ganhou força e adeptos por todo o Estado. No começo da década de 1890, a questão da transferência da capital de Ouro Preto para outra cidade já construída ou para uma nova cidade a ser planejada era o assunto mais polêmico e delicado posto nas pautas de discussão da assembléia mineira ou noticiado nos jornais estaduais (BARRETO, 1996).

Aliavam-se as ponderações sobre a topografia difícil, a incapacidade do município em arcar com as despesas da capital, a improdutividade dos solos das áreas circunvizinhas, o desvio dos recursos do estado para custeamento das obras da capital, as dificuldades e os elevados ônus em transformá-la em centro do sistema viário estadual, a outras de alta importância política, verdadeiras ameaças à segurança do Estado. (RESENDE, 1974, p. 138).

Chamados de mudancistas, os que advogavam a mudança da capital tinham em mente, sobretudo, o combate a Ouro Preto, pelo quanto esta cidade representava de (ultra)passado e pela sua situação física e estrutural do presente. Entre os principais mudancistas, estavam Bias Fortes, chefe do poder legislativo à época do decreto de lei que estabelecia a mudança da capital<sup>35</sup>, João Pinheiro da Silva, governador do Estado mineiro em 1890, Augusto de Lima, governador de Minas em 1891, Cesário Alvim, primeiro governador republicano nomeado em Minas, ministro do interior do Governo provisório da República, também senador do congresso nacional e presidente do

---

<sup>34</sup> Cesário Alvim foi deputado provincial de Minas por 3 legislaturas desde 1867. Presidiu a província do Rio de Janeiro, e também foi senador do congresso nacional. Redigiu, como jornalista, os jornais “O Tybira”, “O Futuro”, os dois de São Paulo; “A Reforma”, do Rio de Janeiro; “O Diário de Minas” e “A Opinião Mineira”, de Ouro Preto; “O Pharol”, de Juiz de Fora (SILVA, João Pinheiro. *Cesário Alvim*. In. Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1906).

<sup>35</sup> O promulgamento da lei nº3 que decidia pela transferência da capital mineira de Ouro Preto à Várzea do Marçal deu-se em sessão extraordinária do corpo legislativo na cidade de Barbacena em 17 de dezembro de 1893 (BARRETO, 1996).

congresso mineiro, além dos deputados Dr. Alexandre Stockler, Monte Razo, Augusto Clementino e Aristides Caldeira<sup>36</sup>. O principal instrumento de divulgação das idéias mudancistas era o jornal “O Estado de Minas”, no qual o deputado Dr. Alexandre Stockler publicou diversos artigos condenando a cidade de Ouro Preto e advogando pela causa da transferência da capital. O grupo dos mudancistas possuía representantes de grande peso político na sociedade mineira.

Contrários aos mudancistas, os anti-mudancistas ou não-mudancistas, foram os que defenderam a permanência da capital em Ouro Preto. E esta defesa fez-se através da imprensa e pelas discussões travadas entre deputados e senadores no poder legislativo. Os principais anti-mudancistas foram os deputados Camillo de Brito, Costa Sena e o senador Xavier da Veiga, além de personalidades ouropretanas de relevo como o padre Camilo Veloso e os componentes da Intendência Municipal de Ouro Preto<sup>37</sup>, como Cândido Cruz e Francisco Borja de Almeida Gomes, entre outros, que tiveram participação ativa e direta nas negociações para o aperfeiçoamento da cidade e na luta contra a mudança da capital<sup>38</sup>. O principal meio de divulgação dos ideais anti-mudancistas foi o jornal “A Ordem”, presidido por Xavier da Veiga. Chefe e redator de “A Ordem”, Xavier da Veiga era monarquista convicto e, com a proclamação da República, passou a defender Ouro Preto com tamanha tenacidade que acabou se tornando o maior arauto da luta antimudancista; publicou em seu jornal inúmeros artigos, a maioria de seu próprio punho, que defendiam a permanência da capital em terras ouropretanas. Em seus pronunciamentos no congresso, Xavier da Veiga<sup>39</sup> sempre defendia Ouro Preto

---

<sup>36</sup> Políticos da Zona da Mata e do sul de Minas que representavam os interesses das elites emergentes destas regiões, as quais eram mais prósperas economicamente que a região central do Estado, onde se localiza Ouro Preto (WIRTH, 1982).

<sup>37</sup> No ano de 1891, a Câmara Municipal de Ouro Preto trocou de nome, passando a se chamar Intendência Municipal, cujos integrantes passaram a ser reconhecidos como intendentes, ao invés de vereadores. Essa troca não interferiu no caráter e nas funções burocráticas e legislativas da instituição, que continuou exercendo seus desígnios do mesmo modo de antes. No ano seguinte, em 1892, a Intendência Municipal voltou a denominar-se Câmara Municipal de Ouro Preto, e seus integrantes, vereadores. Logo, sempre que nos referirmos à Intendência Municipal estamos falando do poder legislativo municipal, mais comumente conhecido como a Câmara dos vereadores, ou Câmara Municipal.

<sup>38</sup> Os nomes principais dos intendentes aparecerão ao longo desta dissertação.

<sup>39</sup> Mesmo sendo monarquista e integrante do Partido Conservador em tempos de República, Xavier da Veiga era uma personalidade política de grande destaque no cenário político mineiro: desde 1870 vinha ocupando a cadeira de deputado mineiro e se diferenciava dos demais colegas pela notável oratória; teve uma intensa carreira jornalística, na qual fundou e redigiu o jornal “A Província de Minas”, que mais tarde, com a República, tornou-se “A Ordem”; foi senador de Minas entre 1891 e 1895; em abril de 1891, fez parte da comissão constituinte que deliberaria sobre a mudança da capital; em 1895, Xavier da Veiga funda

ardorosamente, questionando, um a um, os argumentos contrários à sua condição de capital. Conforme sua visão:

(...) é realmente surpreendente a afirmativa de que as condições topográficas de Ouro Preto, que aliás sou o primeiro a considerar desfavoráveis, sejam um empecilho desanimador ou um mal irremediável, que impede seriamente o melhoramento desta cidade. Isto, que todos os dias se alega na propaganda para a mudança da capital, revela apenas um sinal de nossa fraqueza de ânimo, a inferioridade de nossa coragem, característica de nós brasileiro, que não gostamos de arcar com as dificuldades, crisol da energia e da perseverança.(..) Tudo se nega à atual capital, até as admiráveis condições de seu clima, na opinião insuspeita de nossos hóspedes, não prevenidos odiosamente contra esta cidade, um dos mais salubres e amenos do Brasil. (...) E seria triste, muito triste, senhores, que o velho e tradicional Ouro Preto, edificado pelo despotismo português no último século de seu jugo, que o velho e tradicional Ouro Preto, berço glorioso da liberdade brasileira, tenha de ser destruído pela República (...). (Discurso de Xavier da Veiga na sessão de 9 de Maio de 1891. In: Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, p. 198-204).

Assim, os anti-mudancistas partem para a contra-ofensiva no intuito de preservar Ouro Preto como capital. No começo, lançam inúmeros discursos em prol da antiga capital, os quais primavam por argumentos a favor da tradição e da importância histórica da cidade para a identidade de Minas Gerais. Entre os ouropretanos, o medo e a insegurança grassam a partir das ameaças da transferência da capital. As perdas seriam imensas com o abandono da cidade pelo governo, que levaria junto de si muitos comerciantes, profissionais liberais, negociantes, todo o funcionalismo público exigido pela máquina estatal, enfim, uma grande parte da população deixaria Ouro Preto com a transferência do centro administrativo mineiro. As vozes em prol de Ouro Preto não tardaram a vir à tona, denunciando as propostas de mudança da capital como ilegítimas.

E o que ficará sendo a tradicional Ouro Preto? As suas alcacitantes ruas, e os seus enormes edifícios, atestando, em cada ângulo, os fatos mais importantes de nossa história, ficarão reduzidos a ruínas como uma Babel brasileira; e ali onde, muito em breve, só se ouvirá o pio monótono

---

o Arquivo Público Mineiro. Era em torno da figura de Xavier da Veiga, um dos políticos e das personalidades mais respeitadas em toda Minas Gerias, que se reuniam os lutadores antimudancistas (LIMA, Augusto de. *Comendador José Pedro Xavier da Veiga*. In: Revista do Archivo Publico Mineiro. Belo Horizonte: Imprensa Official, Ano XVI, volume I, 1911).

e lúgubre da coruja, não ficará trespassado de saudades somente o coração do passageiro ouropretano, do mineiro, e sim também do brasileiro, que tiver os sagrados sentimentos de patriotismo: cruel ingratidão!! (“Jornal de Minas”, Ouro Preto, 14/05/1891, apud FONSECA, 1998, p. 29).

Os não-mudancistas criticavam os custos de uma nova capital e propunham o direcionamento de gastos ao melhoramento de Ouro Preto, cuja reforma seria muito mais viável do que a construção de uma capital moderna. A situação econômica de Minas era delicada, e os valores previstos para a construção de uma capital superavam em muito seu orçamento. Sem contar os juros pagos pelos empréstimos necessários à realização das obras, o orçamento de construção da futura sede mineira variava em torno de 4,000:000\$000, na opinião dos mudancistas. Para os não mudancistas, esse valor poderia chegar a 100,000:000\$000 (FONSECA, 1998, p. 33). A nova capital era assim referida pelos não mudancistas:

A cidade do luxo e de prazeres, consagrada à voluptuosidade de nababos, – quando o povo sofre e geme na desolação de indivisíveis privações; quando a ignorância – vasto manancial das misérias sociais, enegrece as tábuas do recenseamento com oito décimos de analfabetos; quando os sertões incultos de Minas só nos vêm à notícia atentados impunes, o brado angustioso dos famintos moribundos ou as narrativas hediondas da antropofagia pela fome! (“A Ordem”, Ouro Preto, 1891, apud, FONSECA, 1998, p. 32).

A comparação da futura capital com a construção de La Plata, na Argentina, é recorrente e exemplar nessa denúncia empreendida pelos defensores de Ouro Preto:

Uma nova La Plata, com palácios de argentário, senhores feudais da terra, – parques suntuosos, jardins, avenidas, prados, todos os esplendores da ornamentação e do luxo, isto é, o domínio onipotente do dinheiro e da corrupção – quando a República deve ser a escola exemplar da sobriedade e da honra; quando as emanções da opulência podem infeccionar o ambiente do governo; quando os atrativos do ouro não raro fascinam as cobiças rasteiras da burocracia! (“A Ordem”, Ouro Preto, 1891, apud, FONSECA, 1998, p. 33)

Xavier da Veiga lança as seguintes palavras em favor de Ouro Preto:

Não comentarei semelhante indiferença ou tácito contentamento ante a perspectiva de uma ruína colossal, pelos avultadíssimos valores de súbito destruídos e pelas preciosas tradições relativamente aniquiladas, tradições veneráveis, sempre respeitadas no Império e que, na República, de culto ainda mais fervoroso são dignas. Parece que na lamentável aberração, até a página gloriosa da Inconfidência ficou apagada e com ela a lembrança imorredoura dos primeiros mártires da liberdade nacional.

Mas é forçoso inquirir aqui: Por que esta fúria iconoclasta contra Ouro Preto e por que este afã neurótico por uma nova capital, quando só agora se inicia (e Deus nos dê juízo para levá-lo a bom termo) o trabalho enorme da reorganização mineira, tão vasto, tão delicado e tão difícil, que reclama o concurso harmônico e persistente de todas as inteligências e de todos os esforços patrióticos? (“A Ordem”, Ouro Preto, 30/04/1891, artigo assinado por Xavier da Veiga).

Buscando dissuadir o governo mineiro de construir a nova sede administrativa, os não-mudancistas apelavam ao argumento de que tal empresa demandaria gastos exorbitantes, além da conta, constituindo-se, assim, numa aventura insana que resultaria em drásticas perdas aos cofres públicos.

As discussões sobre a mudança da capital passam ao congresso constituinte que, além da tarefa de elaborar uma nova constituição para o recém criado Estado de Minas Gerais<sup>40</sup>, também passa a ter a responsabilidade de ponderar e decidir sobre a questão da transferência da capital. Entre as vozes mudancistas que tiveram vez nas sessões do congresso, o deputado Aristides Caldeira afirmava:

Quanto às edificações, Sr. Presidente, o Ouro Preto começa por ter contra si a própria natureza! Terreno montanhoso, escabroso, impossível de comportar edificações condignas de uma cidade capital! E o que mais: mesmo esses edifícios imperfeitos, mal acabados e de péssimo gosto custam aqui preços fabulosos, o duplo do que custa um bom prédio em qualquer outro lugar; terreno montanhoso, argiloso e pouco firme, preciso é gastar-se, só nos alicerces de qualquer prédio, o que se gasta fora daqui na construção de uma boa casa acabada... Revela-se ainda ponderar-se a dificuldade do transporte, porque sendo o lugar essencialmente montanhoso e a locomoção sendo quase impossível... Pelo lado das indústrias, sabemos que em Ouro Preto não se pode haver

---

<sup>40</sup> Estamos nos referindo à constituição de 1891, a primeira do regime republicano. O congresso constituinte de Minas Gerais, neste ano, abordou diversas vezes a questão da transferência da capital. Pretendia-se debater o problema para se decidir, constitucionalmente, entre o estabelecimento de uma lei que regulamentasse e instituísse a transferência da capital ou que decretasse a permanência desta em Ouro Preto. Cf. BARBOSA, Francisco de Assis. *Minas e a Constituinte de 1890*. In: Seminário de Estudos Mineiros República Velha em Minas Gerais. BH: UFMG/PROED, 1982.

indústrias porque se o comércio vê-se abatido pelos inconvenientes que acabo de apontar, as indústrias co-participam das mesmas... Na cidade de Ouro Preto não pode haver higiene, porque os seus próprios habitantes são os primeiros a confessar que existem certos incômodos epidêmicos, que atribuem ao mau encanamento. Entretanto, este é atualmente novo e continuam da mesma forma esses incômodos! Está provado que aqui anualmente aparecem, às vezes, diariamente doze casos e mais de febre tifo, o que é muito em uma população pequena como é esta. O ano atrasado a cadeia de Ouro Preto esvaziou-se quase, por causa do beribéri que ali grassou de um modo extraordinário... Portanto, pelo lado da higiene, é absolutamente necessária a mudança da capital. (Anais do Congresso Constituinte Mineiro. 5ª Sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. 04/05/1891. Discurso do Sr. Deputado Aristides Caldeira p. 98-99).

Ainda que em minoria, Ouro Preto também possuía seus defensores no congresso estadual. Discursando em sessão de 4 de maio de 1891, o deputado Simão da Cunha procurou combater os pontos principais da crítica contra a cidade. Eis seu pronunciamento:

Atualmente é forçoso confessar: o local em que existe a capital de Minas é o que melhor convém às relações de todos os pontos do Estado, porque, estando na garganta da serra do Espinhaço, torna-se por este fato como que um ponto obrigado. Entretanto, não contesto que haja no Estado um local mais apropriado à edificação de uma grande cidade que cinja o diadema da futura capital de Minas e que, por ser mais central, convenha por isso grandemente ao nosso desenvolvimento comercial e econômico. Mas presentemente todas as nossas relações se acham travadas com Ouro Preto; atraídas pela sua riqueza, pela amenidade de seu clima, pela sua civilização e seu comércio, e não podem ser de momento rompidas, sem grande abalo, essas relações seculares. (...) A cidade que até bem pouco tempo não tinha mais do que um punhado de habitantes, hoje oferece o espetáculo de uma cidade assaz populosa e capaz de comportar ainda uma população de sessenta mil habitantes, movendo-se facilmente em todas as direções, graças ao excelente meio de locomoção que possui. Eu acho mais prudente, mais acertado dispendermos o necessário para o desenvolvimento desta cidade [Ouro Preto], mediante um plano de melhoramentos conscienciosamente estudado e prudentemente executado, do que expormos o Estado a novas, desconhecidas e onerosas despesas; deste modo, teremos resguardado as grandes riquezas materiais que aqui estão acumuladas. (...) A transferência da capital de Ouro Preto para qualquer outro lugar acarreta necessariamente para o Estado uma soma enorme de sacrifícios, que as suas finanças não comportam e é inevitável o aniquilamento de um grande capital pela inutilização de tantos edifícios importantes; ficará enfim morta esta importantíssima cidade que tem as mais gloriosas tradições. (...) Se a cidade de Ouro Preto não é bela, tratemos de melhorá-la; se é muito distante de alguns

pontos do estado, tratemos de diminuir essa distância por meio de vias rápidas de comunicação. (Discurso do deputado Simão da Cunha na sessão de 4/05/1891, p. 89-90. In: Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais).

No entanto, o congresso constituinte de Minas era composto por uma maioria de deputados mudancistas. Nas assembleias parlamentares, acirrando a contenda sobre a questão da transferência da capital mineira, as denúncias contra Ouro Preto não cessavam:

Muitos mineiros que podiam prestar os seus serviços à terra natal procuram centros mais civilizados e adiantados, como Rio de Janeiro, São Paulo, etc.; onde melhor podem empregar suas atividades, porque a nossa capital infelizmente só nos inspira desprazer e tédio. Debaixo do ponto de vista higiênico, a capital de Minas vai-se tornando um foco de graves moléstias, principalmente depois do serviço de esgotos. As moléstias pulmonares são aqui endêmicas. (...) Não vejo motivo para se assustarem com a edificação de uma cidade para nova capital, porque o melhoramento de Ouro Preto custa-nos muito mais, e é um capital improdutivo (...). (Discurso do deputado Monte Razo na 5ª sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, em 4/05/1891, p. 95. In: Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais).

Os não-mudancista, por sua vez, defendiam Ouro Preto nos seguintes termos:

O patriótico Congresso Mineiro que no meio dos aplausos e admiração de toda União soube conduzir sagrada e inviolável a urna dos direitos, da tranqüilidade e da paz deste brioso povo não pode, não deve e com certeza não há de querer sacrificar um passado de glórias e fulgores (...). (“Correio da Noite”, Ouro Preto, julho de 1893. Discurso do senador José Pedro Xavier da Veiga).

Em fins do século XIX, desse modo, Ouro Preto depara-se com o grande problema: é uma cidade considerada insalubre, arcaica, decadente, portanto, ameaçada como capital. Mas como resolver esse problema? O que fazer para solucioná-lo e espantar de vez os estigmas da cidade colonial? Como manter-se legítima em um presente que a repudia como coisa passada, superada? Como firmar-se diante das pressões políticas exercidas pelas oligarquias emergentes? Enfim, quais as medidas a

serem tomadas para transformar Ouro Preto em cidade republicana e conservá-la como capital?

Ante as ameaças que rondavam Ouro Preto, os partidários da antiga capital mineira passam a defender a reforma desta cidade como a maneira mais sensata de se obter um centro urbano moderno e republicano. Se Ouro Preto simbolizava a nostalgia de tempos passados, portanto mortos, superados, agora era preciso reinventá-la ou modernizá-la para mantê-la dignamente nos novos tempos republicanos.

## **1.2 O projeto de melhoramentos de Ouro Preto**

Para os mudancistas, a capital de Minas Gerais deveria partir de um marco zero, ser planejada, simbolizar o início absoluto e sem máculas de um processo civilizador que se intentava empreender; para os não-mudancistas, cabia remodelar Ouro Preto, apagar de sua materialidade as marcas que recordassem um passado ignominioso, e sustentar o progresso sobre a imagem da tradição que a antiga Vila Rica espelhava. Neste caso, o passado a ser esquecido dizia respeito ao período monárquico, findo com o advento da República e por esta combatido. O período heróico a ser lembrado dizia respeito, principalmente, à Inconfidência Mineira e a outros acontecimentos políticos relevantes que tiveram lugar nas Minas durante o século XVIII, como a revolta de Felipe dos Santos (SALLES, 1982). Com a recriação de Ouro Preto nos moldes modernos, a tradição serviria como amparo do futuro desenvolvimento, do progresso, e o presente não partiria de um início absoluto, como queriam os mudancistas. Assim, remodelando-se Ouro Preto, o progresso teria história e respeitaria as gerações passadas. Ouro Preto seria, portanto, inserida na civilização e reforçaria o valor dessa mesma civilização uma vez que representava os feitos faustos dos Inconfidentes, de Aleijadinho, de Felipe dos Santos, etc. Em nome dessa tradição e desse peso histórico, fazia-se necessário e inadiável que Ouro Preto fosse melhorada, reformada, modernizada, reinventada.

Embora os não-mudancistas recorressem a um discurso conservador, onde o passado de glórias e a tradição possuíam papel de destaque, esse mesmo discurso só fazia apoiar as técnicas modernas no melhoramento da então capital de Minas. Ou seja, tanto os mudancistas como os não mudancistas tinham em mente a questão de fundar a

modernidade a partir dos novos conceitos e valores instituídos com a República. No entanto, os primeiros primavam pela construção de uma nova capital, como símbolo de um novo tempo, enquanto os segundos defendiam a reforma de Ouro Preto pelos mesmos padrões modernos defendidos pelos primeiros. Se para os mudancistas a fundação de uma nova capital significava a fatura dos tempos futuros, era em nome de um passado glorioso que os não-mudancistas empregariam a modernização de Ouro Preto. Assim, tanto um grupo como o outro defendia a reforma urbana como princípio e meio de se consolidar uma capital republicana de qualidade, mas discordavam quanto a seus fins. Para os mudancistas:

O passado seria enterrado definitivamente com as ruínas barrocas de Ouro Preto, ao planger dos sinos das suas igrejas centenárias. Tudo novinho em folha, trepidante, moderno, funcionando como nos Estados Unidos, a terra do progresso e da esperança, graças à República, graças à federação. (BARBOSA, 1982, p. 98).

Com efeito, não bastavam as arengas travadas na assembléia constituinte e na imprensa: era preciso agir antes que Ouro Preto sucumbisse às ameaças mudancistas. Ouro Preto deveria manter-se capital às custas de uma série de reformas; deveria provar que era uma cidade capacitada fisicamente aos fins de uma capital e ao projeto de uma civilização republicana e moderna.

Tendo em vista que a maioria dos congressistas era de cunho mudancista, e que a posição mudancista ganhava força com os debates no congresso mineiro, os defensores de Ouro Preto procuravam por um programa de reforma e modernização que objetivasse, sobretudo, a revitalização desta cidade como centro político-administrativo diante das denúncias que a detravam. Pensando na transformação de Ouro Preto, e buscando convencer os constituintes mudancistas a não decidirem pela mudança da capital, os integrantes da Intendência Municipal ouropretana firmaram um contrato com os Srs. Vicente Barreiros e Dr. Alexandre Moura Costa em 12 de setembro de 1891, criando a Empresa de Melhoramentos da Capital<sup>41</sup>. Assim, estava fundada a empresa responsável pela modernização de Ouro Preto.

---

<sup>41</sup> Ver Anexo A.

A dita empresa foi o mais vultoso projeto urbano da época direcionado ao remodelamento da capital mineira; previa intervenções jamais constatadas, tendo em vista os riscos que Ouro Preto corria. Foram estipulados 6 ou 7 anos para a finalização das obras, tamanha era a pretensão de tal projeto. A população ouropretana e todos aqueles que defendiam Ouro Preto depositavam na Empresa de Melhoramentos todas suas esperanças de vitória sobre aqueles que pretendiam a transferência da capital. A resistência ouropretana procurava, com este projeto, não apenas modificar o traçado, o desenho, o aspecto da cidade, mas visava, principalmente, dotá-la de elementos que garantissem fosse preservada sua dignidade e qualidade de capital. Se Ouro Preto estava ameaçada por ser antiquada e decadente, então, que fosse remodelada segundo as técnicas e os preceitos da urbanística moderna.

As manifestações jubilosas do povo foram a prova inequívoca do critério com que a Intendência compreendeu a situação da cidade precária nas portas do dilema – ou melhorar ou perecer. Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; e que ao lado de suas tradições maiores, sinta Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro – como a Cidade Eterna de Minas Gerais. (Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto: Typographia, “A Ordem”, 1891, p. 5).

A Empresa de Melhoramentos foi criada para sustentar-se com recursos da municipalidade; consistiu, por assim dizer, numa reação das autoridades ouropretanas às ameaças que Ouro Preto sofria. A tarefa de remodelar a cidade simbolizava, pois, a soberania, o orgulho e a afirmação da municipalidade como órgão competente em dar cabo das transformações que Ouro Preto necessitava naquele momento. Reformar Ouro Preto por conta própria, sem depender da ajuda do governo estadual, representava aos ouropretanos a afirmação da grandiosidade histórica e importância política desta cidade diante das demais cidades mineiras: constituía a própria afirmação de uma cidade que se via desrespeitada, menosprezada, injustiçada pelo perigo de não ser mais o centro político e administrativo de Minas Gérias. Se Ouro Preto corria o risco de não ser mais a capital do Estado, isto significava que toda uma tradição e uma identidade perigavam perecer. Recusar Ouro Preto como capital seria ferir os brios dos ouropretanos e demais anti-mudancistas. Se, por um lado, o congresso constituinte trazia uma maioria de políticos

que desejavam a transferência da capital, cabia à instância municipal ouropretana, por sua vez, modernizar a cidade pelas próprias mãos, sem precisar de outrem. Custear os melhoramentos urbanos com os fundos da municipalidade era uma questão de honra aos defensores de Ouro Preto, de modo a combater com independência aqueles que

Diziam, e dizem ainda que a cidade carece de ser reconstruída, mas que é de terrenos ingratos: e que, se para renová-la a ponto de corresponder a seu destino de cabeça do Estado as despesas tenham que sair do orçamento estadual, mais vale dizer, e dizem convictos, a edificação de uma cidade nova, feita como o Juiz de Fora, sob plano, em lugar seletto – que reúna todas as vantagens sem nenhum dos defeitos do local de Ouro Preto.

Diante destas razões – o que cumpria fazer? Corrigir quanto possível os defeitos apontados, nada pedir nem receber do Estado, e só por conta do município tentarmos os melhoramentos da cidade.

Seria morrer de vergonha, se mortos de vergonha víssemos pela negação das nossas últimas energias prevalecer a causa contrária, quando pela autonomia temos recursos, e podemos relativamente atenuar as asperezas do conceito desfavorável.

(...) Os organismos velhos, repetimos, resistem; e ninguém levará a mal o povo de Ouro Preto, sensato e brioso se resolva pela mais nobre, mais independente e mais digna reação, melhorando à sua custa a sua querida cidade, como pode, sem requerer, sem esmolar sacrifícios do Estado. (Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto, Typographia “A Ordem”, 1891, p. 11-13).

No entanto, a Empresa de Melhoramentos não pôde amparar-se apenas nos recursos da municipalidade e recebeu um empréstimo do governo estadual, mediante a Caixa Econômica de Minas Gerais, avaliado em 200:000\$000, com juros de 6% e amortização de 5% ao ano<sup>42</sup>. Havia um grande contraste entre as obras planejadas para Ouro Preto e as condições financeiras do município em dar-lhes cabo. Um empréstimo se fazia essencial para a construção da moderna cidade ouropretana. O Intendente Dr. Borja proferia em sessão solene do dia 19 de dezembro de 1891 as seguintes palavras a respeito dos melhoramentos da capital:

---

<sup>42</sup> Na época, o governador mineiro era Cesário Alvim. Ver Informação sobre o Contracto Celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto: Typographia “A Ordem”, 1891.

Como a sessão de hoje marca era nova na História da prosperidade deste município, sejam lançados na ata de hoje os nomes dos doutores João Pinheiro da Silva, Antônio Augusto de Lima e José Cesário de Faria Alvim um voto de agradecimento pelo auxílio que prestaram a esta municipalidade concedendo autorização para os empréstimos que se tem efetuado em benefício dos melhoramentos da capital. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 46).

Subseqüente a esse discurso, outro intendente, Francisco Ferreira Real, já apresentava uma proposta visando os esperados melhoramentos. Ele sugeria que fosse aberta uma rua no Rosário, "...de modo que esta vá ter à Praia (de Ouro Preto), assim como que seja aterrado e nivelado o beco que segue da Rua Direita à Rua das Flores, sendo o dito beco calçado a paralelepípedos." (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 46). E finalizando as propostas dessa sessão no sentido de modernizar Ouro Preto,

o senhor Candido Cruz ainda apresentou a seguinte indicação: proponho que se ouça a empresa de melhoramentos da capital sobre quais as condições por que realizará o corte do morro acima da praia denominada Manejo, de modo a ligar a rua das cabeças com a estação, e por meio de um viaduto com o Morro da Forca. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 46).

Ruas seriam alargadas e alinhadas, avenidas e bulevares seriam abertos, praças espaçosas construídas, além de novas áreas destinadas a futuras habitações. Essas obras deveriam ser realizadas segundo os princípios urbanísticos que apregoavam o nivelamento de qualquer sinuosidade topográfica, a normatização das construções e do traçado das vias, e a inserção de infra-estrutura e materiais modernos dentro do perímetro urbano, tais como o vidro e o ferro. Saneamento, transporte, iluminação, abastecimento de água, industrialização, jardinagem, sistema de esgoto, estes foram alguns dos aspectos mais relevantes apontados pelo projeto de modernização de Ouro Preto. As reformas visariam, antes de tudo, ao embelezamento da cidade, à abertura de espaços mais amplos e homogêneos, o que facilitaria a circulação de ar e de pessoas, higienizando e ordenando a urbes. A concepção de espaço ordenado e homogêneo pressupunha uma malha urbana ortogonal, divisora de quarteirões quadrangulares, na forma de tabuleiro de xadrez,

apontando a racionalidade do desenho das ruas e da disposição material da cidade<sup>43</sup>. A modernização ouropretana deveria seguir os rigorosos princípios geométricos, os procedimentos técnicos e científicos do urbanismo<sup>44</sup>. A cláusula primeira do contrato da Empresa de Melhoramentos da Capital sintetizava a reforma pela qual Ouro Preto deveria passar. Citemo-la em sua integridade:

Os contratantes obrigam-se: primeiro, a cortar o morro da Forca até o nível do caminho Novo, e a aplainá-lo em toda superfície para receber edifícios e embelezamento.

Segundo: aterrar com material extraído do morro o vale do Ribeirão Funil de modo que a área fique ao nível da estrada da Barra e nessa direção acompanhe a margem esquerda até o limite dos quintais das casas do Caminho Novo, construindo um cais de segurança para todo o aterro.

Terceiro: a construir por conta ou de terceiros nas áreas de aterros ou desaterros casas de tipos modernos com acomodações suficientes para duas, quatro, oito e dez pessoas.

Quarto: construir um teatro bem situado para ambas as Freguesias da Cidade, com proporções para seiscentos expectadores, distribuídos em duas ordens de camarotes, galerias e platéia, sendo um Camarote destinado ao Chefe do estado, e outro ao Presidente dos espetáculos. As cadeiras da platéia serão convenientemente espaçadas uma das outras, divididas em primeira e segunda classe.

Quinto: construir um Matadouro e dependências para o abatimento diário de 20 rezes, sendo o edifício de modo que possa se aumentado sem prejuízo de sua harmonia.

Sexto: construir um Mercado de ferro e vidro conforme o tipo modernamente adotado, espaçoso, perfeitamente arejado com bastante luz em proporção às necessidades da população da Capital, havendo um local contíguo para abrigo de tropas e carros que vierem abastecer a Cidade. Dentro do edifício, além de lugar destinado à exposição de víveres, os contratantes farão compartimentos e cobertas para serem utilizados por negociantes, merceeiros e vendedores de carnes, pão, aves, legumes, frutas, cereais, louça, etc.

Sétimo: Reparar, limpar, calçar e restaurar a fachada do antigo Mercado.

Oitavo: alargar de quatro metros e cinquenta centímetros a rua do Jangadeiro, recuando o muro do Outeiro do Carmo empregando o matéria extraído para aterrar o desbarrancamento atrás da Cadeia. O melhoramento começará da frente do Teatro atual.

Nono: calçar com paralelepípedos as ruas constantes do edital da Intendência, com obras aí estipuladas, sendo de pedra de primeira qualidade as que servirem ao trânsito de veículos de rodas, podendo ser

---

<sup>43</sup> A respeito das obras que seriam realizadas pela Empresa de Melhoramentos da Capital ver anexo A ao final do texto.

<sup>44</sup> Sobre o urbanismo ver CHOAY, Françoise. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.

as demais de pedras de inferior qualidade contanto que resistentes. As ruas são: do Jangadeiro, passando pelo Congresso desde o teatro até a cadeia. Do Conselheiro Afonso Pena desde a Ponte Painhas até as imediações da Chácara “Secofo”, incluída a nova ponte, direção da rua do largo da Marcenaria. Rua da Ponte Seca desde o Rosário até o fundo da Matriz. Rua do Conselheiro Santana desde a Matriz até a Ponte Seca. Ladeira das escadinhas. Ruas das Flores. Ladeira do Gibu e rua do Jogo de Bola até a Barra.

Décimo: Além dessas obras, a empresa obriga-se a construir e trafegar uma linha de Bondes pelas ruas que comportarem este modo de locomoção, podendo completar a viação por um elevador no lugar mais conveniente ao tráfego da Estação para a Cidade. (Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto n<sup>o</sup> 558 de 14 de setembro de 1891)<sup>45</sup>.

Em linhas gerais, a reforma pela qual Ouro Preto deveria passar objetivava a cura de uma cidade doente, imersa em um mórbido passado, bem como a correção de seu traçado irracional, desordenado, de modo a propiciar a prática de atividades industriais e comerciais rentáveis, desempenhado dessa forma o desenvolvimento capitalista, juntamente com suas relações políticas e sociais peculiares, próprias a uma cidade moderna. Seria uma reforma que revolucionasse toda a estrutura urbana arcaica de Ouro Preto e a transformasse numa cidade moderna e republicana<sup>46</sup>.

Era preciso, portanto, construir a moderna Ouro Preto e fazer frente às ameaças mudancistas. A cidade que se pretendia fazer deveria constituir-se, basicamente, de uma arquitetura de “gosto moderno”<sup>47</sup>; suas vias deveriam seguir um traçado reticular; indústrias seriam construídas; viadutos, avenidas, bulevares, linhas de Bondes, ruas e planos inclinados seriam criados<sup>48</sup>; previa-se o estabelecimento de sistemas eficientes de

---

<sup>45</sup> Ver anexo A.

<sup>46</sup> Sobre a construção de uma cidade moderna que satisfizesse os desejos políticos da incipiente República brasileira ver MAGALHÃES, 1989.

<sup>47</sup> Ouro Preto era uma cidade considerada feia, pois que antípoda de uma urbes moderna. Eis a opinião a esse respeito do Deputado Silviano Brandão: “Estarei de acordo que Ouro Preto é uma cidade feia, apesar de muitos a julgarem poética, incômoda, que mal impressiona os seus visitantes, construída sobre rochas, terreno tão ingrato, que nada produz e nem se presta a desenvolvimento (...)”. (Discurso do Deputado Silviano Brandão da 5<sup>a</sup> sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, em 4/05/1891. In: Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, 1891, p. 94).

<sup>48</sup> “Não é já objeto de discussão a inadiável necessidade de melhorar-se a locomoção interna da cidade. A este fim, pois (...) a Câmara, após detido exame do assunto, a que concorrerão com suas luzes os distintos profissionais doutores Bruno Von Sperling e Cypriano José de Carvalho, adotou o parecer da sua comissão de fazenda, composta dos ilustres vereadores Lauro de Lima, Dr. Bernardes Pinto Monteiro e Antônio José Netto a concessão de uma empresa, que tem por fim construir dois planos inclinados para cargas e passageiros, um da nova rua da Estação ao alto caminho novo, outro na rua das Flores; bem como duas

esgotos e água encanada, bem como o calçamento, alargamento e alinhamento das ruas já existentes; ansiava-se pela construção de novos chafarizes e pontes no lugar dos antigos; pela construção de um teatro amplo e moderno; pelo estabelecimento de um cemitério e matadouro públicos afastados do centro urbano; pela construção de muros de arrimo para conter as águas dos rios e evitar deslizamentos. Ademais, era necessário tomar as devidas providências para embelezar a cidade: arborizar as ruas e os adros das igrejas, construir parques e jardins, restaurar as vias e edifícios que estivessem em estado calamitoso, suprimir os becos onde se acumulavam detritos putrefatos e insalubres, nivelar áreas acidentadas e abrir praças e novas áreas planas, mais amplas e arejadas, para evitar miasmas e epidemias.

A preocupação com o asseio da cidade e conseqüentemente com a saúde da população é uma variável relevante na motivação de reformar Ouro Preto e promover sua modernização; o estigma ouropretano de cidade fétida e insalubre não condizia com os parâmetros sociais da modernidade. A cidade estava doente e suja: era preciso limpá-la e curá-la para ensejar seu caráter moderno<sup>49</sup>. Ou seja, era imprescindível que se sanasse a cidade enquanto missão de salvamento da sociedade, e também promoção do progresso da mesma<sup>50</sup>.

Em primeiro lugar, está presente a idéia de que existe um caminho da civilização, isto é, um modelo de “aperfeiçoamento moral e material”

---

linhas de bondes, ambas a partirem do mesmo caminho novo, passando uma pelas ruas do Paraná, Tiradentes e São José, outra em direção ao local da matriz de Antônio Dias (...).” (Relatório apresentado à Câmara Municipal em sessão de 2 de janeiro de 1895 pelo presidente e agente executivo Randolpho José Ferreira Bretas. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto, 1895, Typographia Silva Cabral, p. 14).

<sup>49</sup> “A percepção sensorial orienta o movimento de remodelação urbana, ao assinalar, no espaço, pontos virtuais de contágio. O saneamento da cidade é também uma recodificação desse espaço. As redes de água e esgoto passam subterrâneas às vias de circulação dos corpos, segundo uma nova racionalidade de gestão dos fluxos e fluídos.” (LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000, p. 37).

<sup>50</sup> É na França do final do século XVIII onde surge a Medicina Urbana. Esta estava preocupada com o crescimento desordenado de cidades como Paris e Londres, que sofriam com a concentração caótica de contingentes miseráveis em seus limites urbanos. O discurso sanitário propagado pela Medicina Urbana orientou as direções e formas do traçado urbano moderno, pressupondo novas articulações espaciais, engendrando áreas mais extensas e arejadas, de modo que os focos de insalubridade fossem combatidos. O saber urbano-higienista surge em meio às Revoluções industriais e burguesas. Com o capitalismo em cena, formou-se uma massa de miseráveis ao redor de núcleos urbanos, o que comprometeu suas respectivas estruturas e fez vir à tona surtos de epidemias e um quadro desolador de condições subumanas de sobrevivência- tal como se constatou em Paris e Londres em fins do século XVIII e começo do XIX (BRESCIANI, Maria Stella. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994; FOUCAULT, 1979).

que teria validade para qualquer povo, sendo dever dos governantes zelar para que tal caminho fosse rapidamente percorrido pela sociedade sob seu domínio. Em segundo lugar, há a afirmação de que um dos requisitos para que uma nação atinja a “grandeza” e a “prosperidade” dos países mais cultos seria a solução dos problemas de higiene pública. (CHALHOUB, 1996, p. 35).

O entusiasmo com a modernização de Ouro Preto tomava conta dos discursos proferidos nas sessões da Intendência Municipal. Para termos noção da amplitude desse projeto modernizador, importa dizer sobre a pretensão da Intendência Municipal em realizar obras na Serra do Itacolomi, ligando-a ao núcleo urbano. Em ata da sessão da Intendência Municipal do dia 10 de dezembro de 1891 foi apresentada uma petição do cidadão Antônio Tavares Ribeiro da Silva em que ele se propunha:

...em benefício dos melhoramentos da capital a contratar diversas obras na serra do Itacolomi, sem o menor ônus para a Intendência, como sejam um plano inclinado, ou elevador ou estrada de ferro que ligue esta cidade com aquela serra no lugar que for julgado mais conveniente, aproveitando a mesma localidade, no sentido do que se fez no Morro do Corcovado, na capital federal para divertimentos públicos e sob o ponto de vista higiênico; criação de uma colônia de mil famílias para exploração da pequena lavoura e dos minerais ali existentes e da pedra que ali igualmente se encontra. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893 p. 44).

A exploração da Serra do Itacolomi visava à fundação nesse local de uma casa de saúde, de um observatório astronômico e meteorológico, de uma pequena escola agrícola, de um conservatório de música, além do fomento de uma empresa turística<sup>51</sup>. Portanto, no projeto destinado ao Itacolomi estão presentes os principais aspectos culturais modernos, ou seja, o higiênico, científico, industrial, artístico e comercial respectivamente.

A questão do embelezamento era outro componente básico na criação de uma imagem moderna; a construção de praças e jardins como forma de embelezamento foi um tema constantemente posto em pauta nas sessões da Intendência Municipal de Ouro Preto. Pretendia-se fazer duas grandes praças, uma em frente à igreja de Antônio Dias e outra defronte à Matriz do Pilar, além do estabelecimento de praças menores por toda a cidade. Em sessão extraordinária do dia 21 de dezembro de 1891 o intendente Dr. Francisco Borja de Almeida Gomes atentava para os

---

<sup>51</sup> Cf. Livro de atas nº 109.

melhoramentos da Paria do Manejo que pode prestar-se a um belo e lindo jardim, ou mesmo a aprazíveis edificações e que entretanto achava-se em deplorável estado de destruição com as cotidianas inundações de córrego que a atravessa (...). (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 48).

A criação da Empresa de Melhoramentos<sup>52</sup> da Capital visava, no geral, promover o progresso de Ouro Preto: além do propósito de remodelar toda a estrutura urbana, essa empresa buscava industrializar a cidade, desenvolver sua economia, implementá-la com materiais modernos, dotá-la de dinâmica capitalista. Com tal intenção, foi implantado no ano de 1891, na cidade abordada, o primeiro sistema de luz elétrica. A energia elétrica era um dos maiores símbolos do progresso material e da evolução do homem; com essa medida, Ouro Preto tinha dado um enorme passo a caminho da “civilização moderna”. Além da inserção da luz elétrica, nesse mesmo ano foi construída na cidade a primeira linha telefônica e os primeiros calçamentos a paralelepípedos, elementos de extremo valor no ideário social moderno, já que representavam grandes inovações tecnológicas provindas das nações européias mais avançadas<sup>53</sup>.

Uma das áreas de maior interesse da Empresa de Melhoramentos da Capital era a chamada Fundos de Ouro Preto<sup>54</sup>. Pretendia-se realizar ali o nivelamento total do morro da Forca, seguido de alguns aterros ao seu redor, de modo a propiciar uma espaçosa área, onde seriam construídos jardins, casas, ruas, passeios públicos e um grande bulevar ou avenida. Os habitantes desta área sofriam com enchentes no período das chuvas, as freqüentes inundações faziam vir à tona dejetos de animais, lixos, lama, esgotos e outras espécies de imundícies; era urgente que se fizessem reformas urbanas nas imediações do Ribeirão do Funil. Em sessão da Câmara Municipal datada de 30 de janeiro de 1893,

---

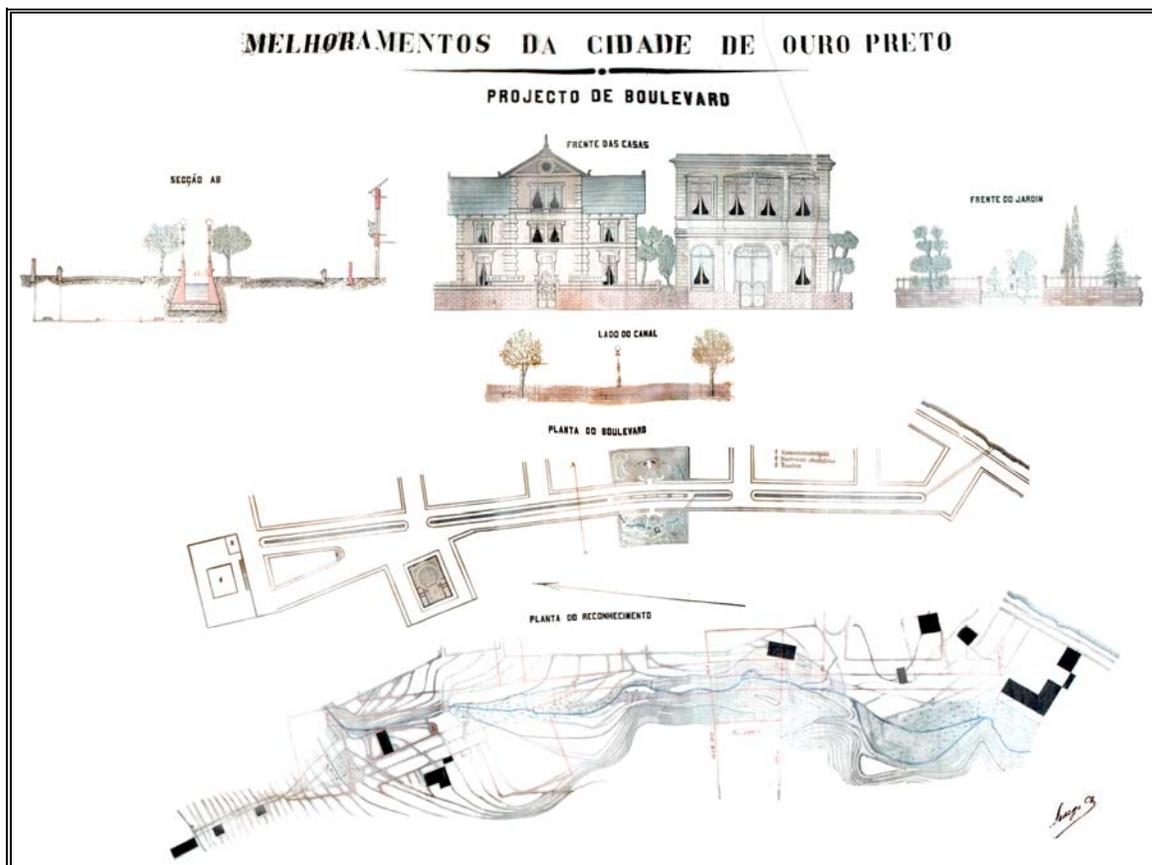
<sup>52</sup> “No Brasil, desde o final do século XIX, a palavra melhoramento urbano designava, desde a formação de comissões para uma ação planejada, como toda e qualquer intervenção em obras de saneamento, abertura de praças, alargamento e extensão de vias. Esta relação entre a ação planejada e a prática de intervenção se fazia regulamentada pela câmara”. (LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 82).

<sup>53</sup> Ver, em relação ao valor socio-cultural da tecnologia moderna, ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991, p. 13-63.

<sup>54</sup> Região onde, atualmente, também se encontram a Estação Ferroviária e a Reitoria da Universidade Federal de Ouro Preto, prolongando-se até a Igreja do Pilar.

o senhor Randolpho Bretas, relator da comissão de fazenda, expõe verbalmente o conteúdo de uma proposta que à Câmara dirige o cidadão engenheiro Joaquim Francisco de Paula para execução de uma grande avenida na Praia de Ouro Preto entre a rua que vai para o caminho de ferro e a ladeira conhecida pelo nome de Beco dos Bois, com as cláusulas, entre outras, de iluminar toda essa avenida a gás ou luz elétrica, canalizar o córrego que banha a praia, fazendo para isso dois cais, assentar pequenas pontes de ferro sobre o mesmo córrego, construir um jardim público no local do antigo matadouro e um asilo de órfãos, um teatro e um mercado de ferro, tudo pelos mais aperfeiçoados sistemas, calçar as ruas da avenida a paralelepípedos, edificar por conta própria ou de terceiros casas para acomodações de famílias, construir uma linha de bondes para serviço especial de bulevar. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 156).

**Figura 5 - Projecto de Boulevard, 1891, autor desconhecido**



**Fonte: Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto**

Na área aberta com a supressão do Morro da Forca seriam construídas 100 casas,

de construção e estilo modernos e elegante feitas de pedra, tijolo, madeira (...) além de um jardim de recreio e um politeama que se preste ao funcionamento de companhias líricas, dramáticas e eqüestres, construindo no jardim pavilhões para restaurantes, jogos e diversões públicas<sup>55</sup>. (Informação sobre o Contrato celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto, Typographia “A Ordem”, 1891, p. 21).

As autoridades ouropretanas estavam dispostas a não medir esforços na promoção e incentivo do crescimento populacional. Fazia-se inadiável a construção de novos bairros habitacionais para receber uma população futura, que viria com o desenvolvimento social fomentado pela reurbanização. Em relação ao povoamento de novas áreas ao redor da cidade, a cláusula décima quinta do contrato da Empresa de Melhoramentos da Capital previa o seguinte:

Além das obras contratadas a empresa obriga-se condicionalmente: primeiro, a repovoar com colonos nacionais ou estrangeiros não somente a área da antiga Cidade, como também os arrabaldes como sejam: Tripuí, Campo Grande, Saramenha, etc. Se o governo do Estado devidamente solicitado conceder para esse fim os favores e isenção tendentes a colocações de famílias na forma das leis que estiverem em vigor. Segundo, a formar a Colônia Cezario Alvim na Cachoeira do Campo, se devidamente solicitado conceder aos contratantes os favores e isenções já em leis estabelecidas para esses dois objetos. Terceiro, a estabelecer fábricas industriais nesta cidade e seu Município, e bem assim oficinas tendentes ao aproveitamento de riquezas naturais, se do mesmo modo forem concedidas aos contratantes as faculdades constantes de leis em vigor. (Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto nº 558 de 14 de setembro de 1891).

A área onde atualmente se localiza a escola D. Pedro II e a área detrás do antigo Palácio dos Governadores foram visadas pelas autoridades locais no sentido de serem desapropriadas e postas à disposição das hastas públicas com a finalidade de, nestes lugares, se construírem novos prédios. Em ata do dia 8 de Outubro de 1891, o intendente Cândido Cruz, em relação ao povoamento da cidade, fez a seguinte indicação:

---

<sup>55</sup> O valor de tais obras estava calculado em 2,008:185\$000. Ver Informação sobre o Contrato celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto: Typographia “A Ordem”, 1891, p. 21.

Indico que se responda ao governo sobre a reclamação que acaba de ser lida do seguinte modo: que alegando-se a falta de terrenos nesta cidade para edificação de casas, o que é também um dos principais motivos com que se procura se justificar a necessidade da mudança da capital, é no entanto fora de contestação que há aqui excelentes terrenos nas ruas principais para edificação de mais de quinhentos prédios, mas que não têm sido aproveitados neste mister, apesar das reiteradas providências tomadas pela Intendência Municipal, por se acharem a maior parte desses terrenos ocupados com plantações de capim e hortaliças, e outros inteiramente cobertos de matos, dando um triste aspecto à capital. Os proprietários têm sempre se negado a fazer edificações ou a venda dos terrenos, exigindo por estes um preço exorbitante. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 37).

Em 1893, ainda no âmbito do projeto modernizador fomentado pela Empresa de Melhoramentos da Capital, foi encomendado ao engenheiro municipal Blaksley um plano de expansão da cidade. Este plano previa a urbanização do Morro do Cruzeiro, abrangendo uma área de aproximadamente dois quilômetros quadrados, cuja população deveria chegar à cifra de 53 mil habitantes. Através deste plano, Blaksley pretendia demonstrar a viabilidade da construção de uma nova cidade que estivesse unida à “antiga” e “histórica” Ouro Preto por um viaduto de ferro. Ao analisar a região do Morro do Cruzeiro<sup>56</sup>,

Blaksley respeita a excelência dos ares salubres, do clima e das águas e a topografia favorável, possibilitando a implantação de estradas de rodagem e bondes, (...) prevendo-se a construção de planos inclinados e de um viaduto do Morro da Forca ao Morro do Planalto do Cruzeiro, medindo de longitude 331m x 10m de largura e uma elevação máxima, sobre o nível do rio Funil, de 76m. A construção seria com via dupla de estrada da Bondes, aplicada por sua vez, à estrada de ferro, assim como à estrada de rodagem e passeios laterais. (MENICONI, 2000, p. 63).

---

<sup>56</sup> A região do morro do Cruzeiro já havia sido alvo de projetos anteriores de urbanização. Em 1890, o governador do estado Jacques Bias Fortes concedera ao comendador Walter Heillbult privilégio por trinta anos para o nivelamento do planalto do morro do Cruzeiro, e arrasamento do morro do Curral, para nestes lugares construir novos bairros. “Escusado é dizer-se que a população ouropretana encheu-se de entusiasmo por semelhante cometimento, cujo objetivo é elevar a nossa velha e tradicional capital ao nível superior que lhe dão direito à beleza do seu território e a salubridade incontestável do seu clima.

Os trabalhos serão iniciados no planalto do cruzeiro, que possui uma área com capacidade para cerca de seis mil edifícios entre os quais se contará o do congresso mineiro.

Este local, além de possuir excelente água potável, vertida da majestosa serra do Itacolomi, um dos seus esplêndidos panoramas, oferece também a vantagem de ter terrenos apropriados a grandes olarias destinadas a fornecerem tijolos e telhas para as construções.

A sua comunicação com a cidade far-se-á por meio de um grande viaduto, que partindo da fralda do morro de santa Quitéria, travessa do jangadeiro, vá ligar-se ao arrabalde”. (“O Itacolomy”, Ouro Preto, Ano 1, nº 1, 10/10/1890, p. 3).

O plano de Blaksley<sup>57</sup> possuía uma relevante diferença em relação às medidas de intervenção urbana idealizadas e efetivadas até aquele momento: ele descartava qualquer intervenção de vulto no “antigo” núcleo urbano ouropretano, visando a construção de um novo centro, distinto, mas conectado ao “antigo”. Ou seja, apesar de ter em mente a conservação da “velha” Ouro Preto, o projeto de Blaksley denunciava ou confessava a impossibilidade de remodelá-la dentro das regras modernas de urbanização. A escolha do Morro do Cruzeiro enquanto alternativa para acomodar uma nova configuração urbana se justificava por dois motivos principais: manter próxima, portanto “viva” e preservada, a velha cidade e atender, por via do novo desenho urbano, aos quesitos de circulação, abastecimento, salubridade e funcionalidade. Os propósitos desse projeto já evidenciavam, mesmo que timidamente, os primeiros sinais de uma concepção urbanística que ressaltasse a preservação de um espaço urbano específico, distinto e separado de um conjunto moderno. A preocupação em conectar o novo centro a ser construído ao antigo núcleo representaria a conjugação de dois quesitos culturais importantes: o anseio de se engendrar novas formas urbanas e sociais, e a vontade de se preservar uma configuração urbana que já não condizia com os parâmetros da modernidade. Ao aliar novo e antigo, Blaksley introduzia um elemento inédito na forma de planejar e conceber o espaço ouropretano, qual seja, a preservação da materialidade construída, do artefato humano, como fator imprescindível para a manutenção de uma marca identitária. Sem perder de vista os ideais modernos de cidade, cujos pressupostos baseavam-se na transformação arquitetônica e espacial, o projeto de Blaksley atentava para a preservação do “antigo” centro ouropretano, ainda que a construção de um núcleo moderno fosse sua prioridade.

Modernizar Ouro Preto significava, acima de tudo, dar continuidade ao seu papel de sede político-administrativa de Minas Gérias; pressupunha refazer a cidade e apagar as marcas que a caracterizavam como cidade decrépita, arcaica, desordenada, impondo-lhe uma ordenação racional, plana e ortogonal, própria à cidade moderna (BERMAN, 1986). Para se livrar dos estigmas que a acompanhavam e preservar sua centralidade política, Ouro Preto precisava ser melhorada, ou modernizada. As obras previstas no projeto de modernização consistiam em intervenções radicais na estrutura urbana de Ouro Preto, de

---

<sup>57</sup> Não encontramos nenhuma planta deste projeto; para maiores detalhes, consulte MENICONI, 2000.

modo a engendrar um traçado moderno, uma imagem moderna. Os problemas de salubridade e a topografia anfractuosa foram os dois principais alvos de ação da Empresa de Melhoramentos da Capital. Procurava-se construir uma cidade asseada, saudável, baseada em áreas amplas e planas, que facilitariam o arejamento do espaço e impediriam o surgimento de epidemias e miasmas; era necessário ter uma cidade que se enquadrasse nos padrões arquitetônicos modernos. Para tanto, Ouro Preto deveria adquirir um novo desenho, um novo rosto: seus prédios deveriam ser em estilo neoclássico ou eclético, e os de traços coloniais deveriam dar lugar a estes últimos. Tudo deveria ser revisto à luz da modernidade: este era o preço que Ouro Preto deveria pagar para permanecer capital ante as ameaças advindas com a República<sup>58</sup>.

Todavia, apesar dos estímulos da Empresa de Melhoramentos, foi demasiado problemática a aplicação de técnicas urbanísticas na projeção de uma nova Ouro Preto e na implantação de ingredientes modernos em seu núcleo urbano. As contas municipais não foram suficientes para bancar o projeto de modernização e o empréstimo recebido do governo estadual também não supriu as melhorias estabelecidas, além de endividar mais ainda a receita municipal. A carência de recursos técnicos, materiais, e financeiros selaram o malogro da Empresa de Melhoramentos da Capital.

Em 1892, a população ouropretana passou por uma terrível crise de abastecimento de gêneros alimentícios; os trabalhadores agrícolas se mudavam de Ouro Preto em busca de centros agrícolas mais prósperos, como a incipiente região cafeeira paulista, o sul de Minas e a Zona da Mata, fazendo com que os alimentos minguassem e encarecessem, o que expôs a população citadina mais pobre às vicissitudes da fome<sup>59</sup>.

Em 1893, a crise econômica e financeira chegava ao seu ponto crônico; a prefeitura de Ouro Preto estava falida e imbuída de dívidas; a Empresa de Melhoramentos da Capital vai à bancarrota e a tão sonhada modernidade fica mais distante dos horizontes ouropretanos. Um relatório da Câmara Municipal de 23 de agosto de 1893 mostra com clareza a delicada realidade econômica de Ouro Preto naquele momento:

---

<sup>58</sup> Cf. MAGALHÃES, 1989.

<sup>59</sup> Livro nº 109 de atas da Câmara e Intendência Municipal.

Sendo imperiosamente reclamada a aplicação de meios conducentes a debelar-se a crise, reconhece a Câmara que, nada podendo intentar-se em relação às fontes de receita, o único recurso que resta e ora se impõe como medida urgentíssima e de indeclinável necessidade é o de operar-se a máxima redução no quadro das despesas que a possam comportar, em ordem a prevenir que nem se acumulem dívidas, nem cessem serviços como os da limpeza, iluminação e conservação das obras de águas e esgoto, que forçosamente devem ser mantidas. (Livro de atas nº 109, 1891 a 1893, p. 187).

Ao fazer o balanço final da receita e das despesas da Câmara Municipal relativo ao ano de 1892, o então prefeito ouropretano Diogo de Vasconcellos pronunciava-se nas seguintes palavras:

Assumindo o governo municipal em 7 de março, antes de tudo voltou a Câmara seus olhares para o estado financeiro do município, que desde logo viu gravado de sérias dificuldades, ameaçando tolher todos os passos à nova administração. Os orçamentos, elaborados no pressuposto de imaginários recursos a provirem de algumas tênues rendas recebidas do Estado e da União, se fabulosos eram nos cálculos da receita, nos da despesa registravam encargos onerosíssimos a derivarem-se de temerários compromissos, contraídos, ao que se dizia, para levarem-se a efeito melhoramentos materiais que não se viam em andamento, nem se achavam confiados a quem perante a Câmara se mostrasse seriamente disposto a pô-los por obra, assegurando-o por meio de imprescindíveis e suficientes garantias. (...) No momento assumimos o governo municipal, distribuídas as verbas e pagas as dívidas, só restava à câmara a insignificante quantia de 17:000\$000, para as obras públicas no exercício dos dez meses passados. Mas, encontramos obras já começadas e com prestações quase vencidas, das quais só uma era de 16:000\$000. Como pagar as outras? Como, senhores, mandar fazer outras novas, de urgente necessidade, tendentes a completar-se quanto antes a cidade, cujos destinos tanto têm sofrido ultimamente com a paralisação de sua vida progressiva sob tantas ameaças? O agente executivo não tinha que recuar ante o cumprimento das ordens da Câmara; tinha, pois, que pagar e saldar os serviços, ostentando a honra da Câmara aos empresários, nossos colaboradores na ingente obra de se aparelhar Ouro Preto em sua inalienável dignidade de cabeça e centro do povo mineiro. (...) Demais, muitas obras foram determinadas pela pressa de melhoramentos urgentes e impostos pela situação da cidade ameaçada em sua melhor esperança de continuar a ter dentro de si o governo do Estado (...). (Balanço de todas as caixas de receita e despesa da Câmara Municipal de Ouro Preto desde o início de sua administração a 7 de março de 1892 até 31 de dezembro do mesmo ano. Ouro Preto, Typographia Silva Cabral, 1893, p. 3-38).

O prefeito Diogo de Vasconcellos decidiu, como solução de tal impasse financeiro, não construir o Asilo de Órfão, destinando a verba para cumprir as metas da modernização de Ouro Preto. Ainda assim, a situação era muito delicada: o fracasso da Empresa de Melhoramentos era iminente. Não havia possibilidade monetária, tampouco potenciais técnicos para promover a tão sonhada modernidade ouropretana; pois a cidade estava economicamente estagnada; sua população crescia muito lentamente, não dinamizando uma economia de peso, e impossibilitando uma receita municipal mais substancial.

As reformas urbanísticas mais vultosas destinadas à modernização de Ouro Preto dependiam de empréstimos altíssimos para serem realizadas<sup>60</sup>, a cidade não tinha fundos suficientes para por si só promover as melhorias necessárias à sua modernização. Em um relatório datado de janeiro de 1895, o presidente da Câmara Municipal de Ouro Preto Randolpho José Ferreira Bretas discorria sobre o contrato da Empresa de Melhoramentos, sobre a situação financeira da capital e sobre como andava os melhoramentos empreendidos até aquele momento:

Os de maior vulto eram no mesmo ano [1891] objeto do aludido contrato, que, por absoluta falta de garantias, inteiramente veio a burlar-se; outros, porém, de menos porte, mas que deviam generalizar-se, reclamando assim dispêndios que os estreitos limites do restante da renda, já em sua máxima parte recolhida e gasta pela administração passada, de nenhum modo podiam comportar, eram instamente exigidos pela ansiedade pública, cuja sofreguidão crescia à medida que se iam dissipando as esperanças depositadas na realização desse contrato de grandes melhoramentos, com que infelizmente se havia embaiado a aspiração geral dos que ao mesmo tempo criam ainda possível opor barreiras à torrente da opinião desencadeada contra a permanência da antiga sede do governo.

Em circunstâncias tão especiais, a uma Câmara recentemente eleita, cuja dedicação ao município despertava as mais vivas esperanças de uma transformação completa da cidade, certamente não era dado imobilizar-se no enleio de tímidas hesitações. Cedeu, pois, à expectativa pública e, confiando devidamente no valioso concurso das classes contribuintes, entrou com firmeza na série de melhoramentos da cidade, absorvendo não só o que remanesca da totalidade dos suprimentos que a esse tempo, por empréstimo, podia prestar-se o cofre de órfãos, legando ainda o exercício ao que se lhe ia seguir os ônus de que passo a dar notícia. (Relatório apresentado à Câmara Municipal em sessão de 2 de janeiro de

---

<sup>60</sup> Em 1892, por exemplo, os cofres municipais tomaram de empréstimo à Caixa de Órfãos o valor de 41:913\$000 (Livro nº 109 de atas da Câmara e Intendência Municipal, 1891 a 1893).

1895 pelo presidente e agente executivo Randolpho Ferreira Bretãs. Câmara Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto, Typographia Silva Cabral, 1895, p. 5-6).

Não obstante os esforços das autoridades políticas ouropretanas, em 1895 já não havia mais condições para levar adiante as obras de melhoramentos, que cessaram neste ano. Nessas alturas, já estava determinada a mudança da capital mineira, que deveria se transferir de Ouro Preto para Belo Horizonte, antigo Curral Del Rei, região do rio das Velhas<sup>61</sup>. As causas principais que teriam determinado o destino de Ouro Preto foram assim indicadas pelo governo de Minas Gerais<sup>62</sup>:

Que a cidade de Ouro Preto, capital do Estado, não reúne as condições exigíveis para o desempenho desse papel e esta circunstância exerce direta e indiretamente influência prejudicialíssima na direção dos negócios públicos e no progresso moral e material do Estado; que a área sobre a qual foi edificada a cidade, por sua configuração especialíssima, não se presta ao aumento das edificações e, desde já, é notada a falta de habitações suficientes à população que dia a dia se desenvolve; que por seu aspecto montanhoso e de excessivas ingremidades, as ruas da cidade são de prática difícil e fatigante àqueles que têm de percorrê-las a pé, e não se prestam absolutamente à criação de meios cômodos de transportes, usados em todas as cidades de medíocre importância; que a zona que contorna a cidade, dotada aliás de riquezas metalúrgicas, é inteiramente improdutiva, de modo que aos habitantes faltam, por justo preço, os suprimentos do que é mais necessário à vida; que não havendo proporção entre o número de casas existentes e a população, opera-se o fenômeno que se deverá esperar, da carestia dos aluguéis, superiores às posses dos inquilinos, o que torna a situação destes difícilíssima, e, para grande número, insuportável; que este inconveniente não poderia ser removido, por não haver espaço aproveitável para novas habitações, não se fariam pelo fundado receio de prejuízo, por estar radicada no espírito de todos a convicção de que a mudança da capital é acontecimento fatal e impossível de ser evitado; que anualmente o estado de Minas perde, em benefício dos Estados vizinhos, grande parte do seu melhor pessoal, que vai procurar, algures, o teatro que sua terra natal lhe oferece para manifestação dos seus talentos; que pelo fato de não reunir atrativo, comodidades e área suficiente, não possui Ouro Preto a população que se deve esperar e está muito longe de ter a extensão e a importância da capital de um estado que cota mais de três milhões de habitantes, o que constitui, seguramente, um fenômeno de microcefalia, de funestas conseqüências para o funcionamento normal do organismo do Estado;(...) que o município tem rendas insignificantes, de modo que os serviços municipais são custeados pelo tesouro do Estado, o que,

---

<sup>61</sup> Sobre a escolha da região do Curral Del Rei para a construção da nova capital ver BARRETO, 1996.

<sup>62</sup> Neste momento, o governador mineiro era Jacques Bias Fortes. Cf. BARRETO, op. cit.

impondo a este encargos pesadíssimos, não consegue dar à cidade as condições de asseio, de comodidades e de beleza que são indispensáveis; que é aspiração antiqüíssima do povo de Minas Gerais a remoção de sua capital para outro local, em que seja edificada uma cidade digna de ser a cabeça do primeiro Estado da República; (...) que depois de minuciosos estudos a que procederam pessoas competentíssimas, em comissão que lhe foi confiada pelo governo (Dr. Domingos Rocha) ficou verificado que o lugar denominado Belo Horizonte, no município de Sabará, é o que oferece as desejadas condições topográficas, de clima, de beleza, de fertilidade, o que parece indicá-lo como o lugar mais próprio para a construção da nova capital; que além destas considerações e vantagens, a cidade ficará atravessada pela estrada de ferro Central do Brasil e quase à margem do rio das Velhas, tributário do São Francisco, circunstância que reunirá o norte ao sul do Estado; que além de ser um ponto mais ou menos central, Belo Horizonte está destinado a ser o ponto de convergência das ferrovias que partirem do vizinho Estado do Espírito Santo e das regiões do oeste de Minas Gerais; que nestas condições, a nova cidade se constituirá dentro em pouco num centro de população, de riqueza, de movimento e de vida, capaz de honrar ainda mais um Estado de futuro, deslumbrantemente como seja o Estado de Minas Gerais. (MAIA, s.d, não paginado).

**Figura 6 - Vista do antigo Palácio dos Governadores, 1881, Guilherme Libencan**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

Muitas mudanças previstas à modernização de Ouro Preto (as de maior escala) não chegaram a acontecer; a grande maioria das medidas reformadoras não saiu do papel. As aspirações em se modernizar Ouro Preto, em diversos aspectos, não passavam de idealizações distantes das condições locais, ou de possibilidades pouco concretas. Isto mostra que, embora os habitantes ouropretanos passassem por sérias dificuldades em relação à higiene da cidade, ao estado depreciado das vias e das edificações, além de não possuírem um sistema de esgoto decente e uma satisfatória distribuição de água potável, o projeto de modernização transcendia em qualidade e quantidade a solução dessas deficiências. Os problemas vitais mais urgentes que afetavam a cidade requeriam soluções mais palpáveis, já que Ouro Preto não vivia nenhum momento de desenvolvimento urbano, econômico ou demográfico. Salvo as regiões vizinhas aos rios, alvos de enchentes periódicas, onde deveria se reconstruir e planejar as marginais ribeirinhas de modo a resolver tal constrangimento, as intervenções urbanas mais prementes não eram tão magnânimas como rezava o projeto de modernização.

Todavia, os planos de remodelação urbana destinados a Ouro Preto estavam baseados, em grande parte, em prognósticos que nutriam a imagem de um mundo futuro. A nova cidade asseguraria os benefícios de um futuro ideal mediante o aniquilamento do antigo desenho urbano, o qual trazia inscritos em sua materialidade os vestígios de uma sociedade “atrasada”, pois condicionada em um ambiente conspurcado pela “irracionalidade”. A questão da modernização ouropretana dizia respeito não apenas a necessidades presentes de reestruturação urbana, mas principalmente à construção de uma futura sociedade onde se exercitariam plenamente os valores da modernidade<sup>63</sup>. Ouro Preto deveria ser recriada, e para tanto não bastava resolver apenas suas disfunções rotineiras ou mais iminentes, era preciso construir a “nova” cidade, e a partir dela fomentar seu progresso sócio-cultural, bem como seu desenvolvimento econômico.

A configuração da trama viária ouropretana praticamente não foi alterada na década de noventa do século XIX. Exceto na região dos Fundos de Ouro Preto, onde algumas pequenas ruas foram abertas, no período abordado não houve a construção de

---

<sup>63</sup> Sobre as mudanças Haussmannianas, Ítalo Campofiorito (1997) afirma o seguinte: “Aliadas em geral ao desejo de progresso e higiene, e de substituir a população pobre residente nos tecidos mais antigos, essas transformações são quase sempre mais simbólicas do que funcionais.” (CAMPOFIORITO, Ítalo. *A cultura das três cidades*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997, p. 55).

nenhuma grande avenida ou de extensos bulevares pela capital mineira. O espaço de Ouro Preto, enfim, não sofreu grandes transformações, a não ser por intervenções circunscritas, pontuais. As principais reformas empreendidas pelo projeto de modernização foram:

- \*Alinhamento e recalçamento da Rua das Escadinhas-1892
- \*Alargamento e calçamento da Rua das Lages até a Ponte da Barra-1892
- \*Alargamento da Ponte do Funil e calçamento da respectiva área até a estação-1892
- \*Calçamento e alargamento da rua que vai da antiga Escola de Farmácia à Ponte do Funil, passeios bilaterais, e do passeio desta ponte à barra-1892
- \*Melhoramentos dos alicerces na Rua São José-1892
- \*Calçamento da Rua do Conselheiro Afonso Pena-1891
- \*Recalçamento da Rua das Flores-1891
- \*Calçamento a paralelepípedos da Rua do Jangadeiro, da Ponte Seca, da Rua Conselheiro Sant'ana, da Ladeira do Gibó-1891
- \*Inauguração do Cemitério Público-1892
- \*Fechamento de um beco nos fundos da Rua das Cabeças –1892
- \*Recalçamento e nivelamento da Rua da Ponte Seca à Ponte de Ouro Preto-1892<sup>64</sup>

Ainda que malgrado os projetos de reurbanização, em 1894, a Câmara Municipal de Ouro Preto decretou um Estatuto Municipal exigindo da população modos de conduta para resguardar a cidade. Uma série de obrigações foi legislada e posta neste Estatuto com o propósito de exigir da população comportamentos e hábitos civilizados. Em Linhas Gerais, o Estatuto Municipal de 1894 decretava:

Art. 13. Dentro dos limites da sesmaria da câmara, inalteradamente mantidos desde que foram confirmados por carta régia da 17 de janeiro de 1736, ninguém pode construir ou edificar em terreno que não disponha de aforamento direto ou transferido depois de satisfeito todos os devidos direitos (...).

Art. 18. Proibi-se toda espécie de conspurcação, quer à entrada e saída dos povoados, quer o interior deles em largos, praças, ruas, travessas e becos; não se podendo ali queimar palha, capim, lixo ou outro objeto,

---

<sup>64</sup> Cf. Livro nº 109 de atas da Câmara e Intendência Municipal, 1891 a 1893.

nem lançar águas limpas ou servidas, materiais ou entulhos de qualquer natureza (...).

Art. 20. Também na cidade não poderão andar pelas ruas cabras ou cabritos, cães, leitões ou porcos (...)

Art. 21. A limpeza externa e diária da cidade começará à hora que se houver por mais conveniente, devendo ficar terminados, nos meses de Outubro a Março ao romper d'alva, nos outros até as 7 horas da manhã, todos os serviços de irrigação varreduras e remoção de lixo.

Art. 22. Os habitantes da cidade são obrigados:

§1º A velar constantemente pelo bom aspecto dos prédios de sua propriedade, fazendo-os cair bienalmente e olear em cada quinquênio. (Câmara Municipal de Ouro Preto. Estatuto Municipal. Ouro Preto, Typografia Silva Cabral, 1894).

A promulgação de tal regulamento foi a última grande ação do governo municipal para “melhorar” a cidade e impedir a perda de sua função administrativa. Ele indicava como se deveria proceder aos aforamentos e edificações, asseio e salubridade pública, cominação preventiva de danos, jogos e divertimentos ilícitos, mercancia, indústria e licença, etc. O Estatuto Municipal de 1894<sup>65</sup> previa duras penas, com multas e prisão, para os contraventores, mas seus propósitos permaneciam os mesmos que de projetos anteriores: embelezar a cidade, higienizá-la, nivelar suas vias salientes, implementar transportes modernos, como o Bonde, industrializá-la, imprimir enfim uma dinâmica social moderna. Com esta medida, os políticos ouropretanos alimentavam a esperança do projeto da nova capital dar errado, e buscavam mais uma vez o delineamento de uma imagem de capital civilizada, saudável e moderna.

### **1.3 Por uma cidade moderna e tradicional**

O projeto de modernização de Ouro Preto tinha um objetivo central: consistia em manter a sede política de Minas Gerais nos limites da aludida cidade. Apesar de ser um projeto que visava a recriação de uma nova Ouro Preto, o projeto de modernização urbana buscava preservar a posição ouropretana de foco das decisões políticas do Estado mineiro. Portanto, à iniciativa de remodelar a cidade, subjaz a idéia de conservação desta.

---

<sup>65</sup> Ao todo foram redigidos 50 artigos, aprovados na Câmara Municipal de Ouro Preto sob a presidência de Randolpho José Ferreira Bretas, em 21 de novembro de 1894. Cf. Câmara Municipal de Ouro Preto. Estatuto Municipal. Ouro Preto: Typografia Silva Cabral, 1894.

Uma fórmula a princípio paradoxal, mas que refletia os anseios de uma elite política que pretendia manter Ouro Preto como o lugar privilegiado da política mineira. Em outras palavras, reconstruir Ouro Preto nos moldes da urbes moderna significava conservar sua importância como cidade e legitimidade enquanto capital. A modernidade ouropretana visava a fatura de um futuro promissor, por outro lado, previa a manutenção de sua posição de centro político. Em outubro de 1891, o Conselho da Intendência Municipal publicou “Informações sobre o Contrato de Melhoramentos pela Intendência Municipal da cidade de Ouro Preto<sup>66</sup>”, um documento produzido para justificar a Empresa de Melhoramentos, o qual retrata bem os intuítos e o caráter desta iniciativa. Dizia este documento:

A pressa é inimiga da perfeição; mas as urgências têm por seu turno um caráter absoluto. A cidade viu-se, e vê-se, como dizemos, nas portas de um dilema implacável- ou melhora-te ou morre-te. Entre a vida e o suicídio só não se decidem os descrentes do futuro (...). Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; e que ao lado de suas tradições maiores, sinta Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro- como a cidade eterna de Minas Gerais. (Conselho da Intendência. Ouro Preto, publicado no jornal “A Ordem”, Ano III, de 30/04/1891).

Para aqueles interessados na permanência da capital em Ouro Preto, a modernização da cidade representava sua continuidade como centro da história e da tradição de Minas Gerais; o lugar por excelência da identidade e memória do povo mineiro (ARRUDA, 1990). Desse modo, a modernidade ouropretana deveria ser encarada como uma conquista do futuro progressista republicano, mas também como uma preservação da memória e história mineiras: era preciso recriar Ouro Preto para mantê-la como capital de Minas Gerais e, conseqüentemente, preservá-la em sua importância histórica, tradicional, identitária. Os apelos à história de Ouro Preto foram recorrentes nos discursos que defendiam a permanência da capital mineira. Modernizar Ouro Preto era preservá-la e valorizá-la na medida em que tal cidade trazia consigo uma história muito rica, um honroso passado de glórias.

---

<sup>66</sup> Conselho da Intendência. Ouro Preto, publicado no jornal “A Ordem” em outubro de 1891.

(...) desde o período colonial, na fase histórica e célebre da Inconfidência, até bem recente dias da nossa vida política e social, esta velha, deprimida, mas gloriosa cidade mineira nos tem dado provas de seu culto fervoroso à justiça e ao direito; e a despeito de qualquer intervenção e opressão governativa, ela tem zelado antes de tudo a autonomia mineira e os princípios do mais esclarecido devotamento à liberdade. (Discurso proferido por José Pedro Xavier da Veiga na 31ª Sessão Ordinária do Congresso Constituinte de Minas Gerais, 07/06/1891. Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais).

A mudança da capital mineira foi um assunto muito cogitado em fins do século XIX; trazia em seu bojo as disputas e interesses de grupos políticos e econômicos distintos. Mudar uma capital significa transferir o poder de um espaço a outro, ou melhor, representa um remanejamento simbólico do poder. Os “tradicionais” políticos ouropretanos teriam seu prestígio abalado com a mudança da capital. Na questão da transferência do centro político-administrativo mineiro estão inscritas as disputas políticas que vieram à tona com a implantação do regime republicano no Brasil (CARVALHO, 1990).

O fato da transferência da sede de um governo é por si só tão grave, afeta a interesses de ordem tão elevada, que só razões de alto valor político, administrativo ou econômico e acentuada aspiração do povo mineiro podem justificar o ato do congresso mineiro, que abalçou-se a incluir em sua lei básica a disposição que retirou a sede do Estado da velha e histórica cidade de Ouro Preto (...). (“Revista Geral dos Trabalhos”, Ouro Preto, nº 1, Abril de 1895).

A disputa em torno da permanência ou mudança da capital mineira foi balizada pelas noções de “novo” em oposição a “velho”, de “moderno” contrário a “decrépito”, os primeiros termos representados respectivamente pela República e os segundos pela Monarquia e pelo período colonial<sup>67</sup>. Para os não-mudancistas, este conflito de ideais políticos e sociais resolver-se-ia na concepção de Ouro Preto como cidade, ao mesmo tempo, moderna e tradicional, ou seja, uma cidade que sintetizasse as visões de mudança e permanência. O desenho urbano de Ouro Preto teria de sofrer as devidas mudanças para

---

<sup>67</sup> “A monarquia viveu no Brasil, como em toda parte, da ignorância; a República vive da luz, da opinião nacional, e tem por isso, interesse em esclarecê-la.” (OZZORI, Manuel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do Município de Ouro Preto*. Ano 1- 1890. Belo Horizonte: MAZZA/IAC/UFOP, 1990, p. 227).

que a cidade continuasse em sua posição política central. Em outras palavras, a forma de Ouro Preto deveria mudar, de modo a adquirir um caráter moderno, para que seu status de sede governamental fosse conservado: mudar para preservar-se, esta era a possível saída para a situação ouropretana. Era preciso adaptar-se às novas circunstâncias, às novas visões de mundo que ganhavam vigor com a República.

Inaugurar novos tempos e se manter como capital, enterrar de vez o passado irracional, simbolizado pela monarquia e pelos tempos coloniais, e conquistar a sociedade positiva através da República e da democracia: estes eram os objetivos mais ansiados pelos defensores de Ouro Preto. Para tanto,urgia recorrer ao passado de glórias desta cidade a fim de legitimar sua permanência no foco das atenções políticas de Minas Gerais. Modernização e permanência não constituíam idéias excludentes: a primeira era relativa ao meio, à forma urbana, material, enquanto a segunda dizia respeito a uma idéia ou valor de continuidade, cujo discurso legitimador apelava para a história e para a identidade do povo mineiro.

A urbes moderna era concebida dentro de um ideal universal: sua aparência deveria conter os traços de regras homogêneas e universais, aplicáveis indistintamente a qualquer contexto. A cidade deveria ser planejada conforme o “mito da razão tecnicista” (SALGUEIRO, 2001), cujos modelos assinalavam para um suposto distanciamento do desenho urbano em relação a peculiaridades ou traços particulares, locais. A técnica que projeta a cidade moderna pautar-se-ia pela neutralidade, fazendo tábula rasa do passado e apagando configurações que se constituíram ao longo de um processo histórico. O meio físico, a arquitetura e o desenho urbano da modernidade não poupariam marcas, vestígios, de especificidades relativas a uma dada cultura, pois suas fórmulas almejavam a utopia do universalismo da razão e a neutralidade da técnica científica<sup>68</sup>. O ideal de civilização propunha-se universal; a cidade civilizada era estereotipada em modelos homogêneos, em ideais atemporais, neutros, pois exequíveis em qualquer espaço. A modernização urbana do século XIX era uma atitude de ruptura e descontinuidade na medida em que negava o passado, isto é, o decorrer temporal sedimentado e acumulado

---

<sup>68</sup> Mumford (1980) fala das técnicas modernas de construção da seguinte maneira: “Criara-se um mundo caótico no qual as máquinas se tinham tornado autônomas e os homens, servis e mecânicos: isto é, condicionados pelos objetos, formalizados, desumanizados – desligados dos seus valores e propósitos históricos.” (MUMFORD, Lewis. *Arte e técnica*. Trad. Fátima L. Godinho. Lisboa: Edições 70, 1980, p. 13-14).

na materialidade urbana, indicando, ao contrário, a fundação de uma nova cidade e sociedade:

O homem do século XIX é também aquele que remodela as coisas e o espaço(...) E sua cidade é mais uma ruptura, um mundo suplementar do que um complemento natural do sítio(...) Todo processo de fundação é contrário à idéia de continuidade histórica. Numa região marcada pelos estigmas do passado “espontâneo” das cidades montanhosas, pensar o sítio consiste, sobretudo, em fazer desaparecer seus traços. (SALGUEIRO, 2001, p. 158).

Porém, no caso ouropretano, como conjugar esta ruptura material, espacial e urbana, com os discursos que pregavam a preservação de um certo passado? As reformas urbanas aniquilariam as referências históricas intrínsecas nas ruas e edifícios de Ouro Preto, maculariam sua singularidade, solapariam suas pistas identitárias advindas de seu passado e sedimentadas pelo tempo. No entanto, os discursos que recorriam à história para defender Ouro Preto e legitimá-la como centro político eram os mesmos que fundamentavam sua transformação. Ou seja, os valores histórico-tradicionais não eram ainda simbolizados pela paisagem citadina ou representados pelo artefato humano, mas, paradoxalmente, instrumentalizados por um discurso cujo objetivo era garantir a mudança dessa mesma paisagem: agregava-se um discurso histórico à idealização de uma aparência moderna, aliavam-se valores de tradição a modificações estruturais e espaciais. A estrutura física de Ouro Preto não expressaria qualquer conteúdo ou signo histórico digno de ser preservado, sendo vista como um elemento contingencial, volúvel, passível de ser modificado; a materialidade urbana estaria dissociada, portanto, de uma qualidade documental, mediante a qual se pudesse estabelecer um referencial de identidade. A modernização de Ouro Preto buscava:

(...) criar setores com tipologia urbana independente do que caracteriza a cidade antiga. Seus” monumentos” não despertam, na época, nenhuma atenção. A cidade nova que se deseja não se ajusta à antiga, mas se impõe a ela, a ela se superpondo. (SALGUEIRO, 1996, p. 133)<sup>69</sup>.

---

<sup>69</sup> “No final do século XXI não se valorizavam ainda os modelos históricos do país; o gesto era antes de negá-los ou massacrá-los (..) A maioria dos habitantes acolhe favoravelmente as inovações: a modernização é vista antes como benefício do que como descaracterização”. (SALGUEIRO, Heliana Angotti. *Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”*. In: Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Vol. 4. São Paulo: EDUSP, 1996, p. 144).

A modernização ouropretana constituiria assim mais um capítulo da auspiciosa história dos mineiros, sem, contudo, negá-la. Com a modernização de Ouro Preto, o passado de Minas Gerais continuaria vivo e fundamentaria seu futuro. Através de um novo desenho urbano, esta história se engrandeceria ainda mais.

Resta agora só que as obras comecem e prossigam com toda energia; e que ao lado de suas tradições maiores, sinta Ouro Preto no sangue generoso do presente desatar-se a fé no futuro – como a Cidade Eterna de Minas Gerais. (Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto, 1891).

De modo geral, essa relação entre passado e futuro, vigente na concepção da modernização ouropretana, corresponde a uma relação entre a noção de cidade “antiga” e defasada e a noção de um lugar muito valioso para a cultura e política mineiras (WIRTH, 1982). O passado ouropretano encarnaria os valores civilizatórios, a história, a tradição, a “alma” de Minas Gerais, mas se fazia urgente ganhar o futuro por meio da construção da moderna cidade, da moderna arquitetura e disposição viária. O jornal “A ordem” combatia a idéia de transferência da capital mineira, defendendo sua permanência em Ouro Preto, nos seguintes termos:

Os organismos resistem com legítimo instinto de conservação. As tradições históricas, a experiência diuturna de uma ordem secular, os interesses econômicos de fatores criados, o hábito mesmo de uma solidariedade moral, que os homens não rompem bruscamente, se tem a consagração do passado, todas estas qualidades deveriam, e devem ser ponderadas em balança fiel no dia solene, dia de incomparáveis pensamentos e angústias bem fundas em que seja decidida a sorte do Estado com a mudança do governo para um lugar desconhecido, para uma esfinge de ilimitadas incertezas. (Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto, 1891).

Preservar o lugar Ouro Preto, sua história e tradição, requeria que todas as suas edificações, ruas e demais elementos urbanos fossem revistos e reformulados à luz das prerrogativas da modernidade (ARGAN, 1992; BERMAN, 1986; COMPAGNON, 1999). Além da variável política, as discussões sobre a mudança da capital mineira encerravam também noções de temporalidade, conceitualizadas pelos dicotômicos termos

“tradicional” e “moderno”, “progresso” e “atraso” ou “civilizado” e “incivilizado” (Elias, 1990; Miranda, 1999). Porém, estas noções, cujos referenciais provinham de contextos europeus tecnologicamente mais desenvolvidos, foram praticadas de forma peculiar à realidade ouropretana: o espaço deveria ser transformado, respondendo ao progresso civilizatório, mas a identidade histórico-cultural de Ouro Preto, bem como sua importância política, seriam mantidas no porvir. Por conseguinte, a nova Ouro Preto viria reafirmar sua dignidade como símbolo maior da história mineira; o “lugar” de relevância política e cultural chamado Ouro Preto estaria preservado a partir de uma moderna configuração espacial e arquitetônica<sup>70</sup>. A criação de uma imagem moderna, enfim, fundamentava-se na reafirmação de uma identidade pautada em um passado tido como grandioso.

Embora a transferência da capital mineira já estivesse prevista pelo artigo nº13 das disposições transitórias da constituição de 1891<sup>71</sup>, foi em 17 de dezembro de 1893 que o congresso mineiro, reunido extraordinariamente em Barbacena, decretou a lei constitucional nº 3, que determinava a mudança. Esta iniciou-se em julho de 1897 com a saída do Tribunal da Relação e da Repartição de Terras. A Imprensa Oficial e a Junta Comercial foram transferidas em 1898. Em 1904 transfere-se o Arquivo Público Mineiro; em 1903, a Delegacia Fiscal e a Caixa Econômica; em 1906, a Administração dos Correios<sup>72</sup>. “Em todo tempo consumido com a mudança da capital, de agosto a dezembro, ouvia-se em Ouro Preto, durante todo o dia, o constante martelar com o encaixotamento de móveis dos funcionários públicos e das repartições públicas(...).” (“Tribuna de Ouro Preto”, 15/12/1947, Mudança da Capital Mineira, “Notas Esparsas”, apud BARBOSA, 1993, p. 19).

---

<sup>70</sup> Os conceitos de lugar e espaço que utilizo aqui, os buscamos em Giddens (1991), em sua teoria na qual ele contrapõe os dois conceitos a partir de uma noção de temporalidade que tende a homogeneizar o tempo e o espaço em um padrão universal.

<sup>71</sup> “Art. 13 das disposições transitórias. É decretada a mudança da capital do Estado para um local que, oferecendo as precisas condições higiênicas, se preste à construção de uma grande cidade”. (Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. Ouro Preto: Typographia do jornal “O Movimento”, 1891, p. 4000). A constituição de Minas Gerais é aprovada e promulgada em 15 de junho de 1891 (BARRETO, 1996).

<sup>72</sup> “Tribuna de Ouro Preto” de 15/12/1947, “Mudança da Capital Mineira, notas esparsas”, apud BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993, p.19.

A partir de então, Ouro Preto passa por anos de obscurantismo, pois fora renegada, abandonada, ao perder seu status de capital. Depois da fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto será considerada uma cidade melancólica, símbolo de um passado decrépito: eis o imaginário que assombrou a cidade nestes primeiros anos sem o título de capital. “O êxodo de antigos moradores e instituições e instituições para Belo Horizonte, confere à cidade um aspecto de súbito abandono que a envolve com aura legendária de cidade fantasma.” (BARBOSA, 1993, p. 11).

Não obstante as perdas econômica e política que acarretou a transferência da capital mineira, Ouro Preto deveria permanecer como centro da identidade e da cultura de Minas Gerais. Assim, os ouropretanos não arrefeceram diante destas perdas e partiram para um outro discurso de valorização e legitimação da cidade: a preservação de seu espaço e arquitetura como símbolos da história e dos valores da identidade mineira. O início desse processo de sedimentação de uma idéia preservacionista, no sentido de preservar o artefato como forma de manter uma identidade histórica, o veremos no segundo capítulo.

# Capítulo 2.

## Em busca da cidade histórica



## 2.1 Entre a memória e o esquecimento: a cidade revista

Como foi dito no capítulo anterior, a mudança da capital mineira já era prevista na primeira constituição republicana do Estado, promulgada em 1891. Belo Horizonte, a nova capital, começa a ser construída em fevereiro de 1894<sup>73</sup>. A partir de então, outro discurso irá identificar Ouro Preto: não mais o da modernização, da remodelação urbana, mas o da reverência à sua arquitetura. Esta torna-se a representação de um passado heróico, de uma história grandiosa que deverá ser preservada pelo bem da identidade mineira.

Este capítulo trata desse momento de ruptura, dessa inversão de perspectiva sobre a cidade. Aqui, pretendemos mostrar como o apelo a uma memória histórica sustenta-se na apologia de uma imagem que antes era detratada como decadente e arcaica. Agora, é a visibilidade imediata da cidade que passa a significar toda a sua grandeza. Ouro Preto é reinventada; a estética colonial que marca seus traços passa a ser vista como representante de um passado de glórias, signo dileto da identidade mineira. Em outras palavras, a estética arquitetônica, a imagem colonial que ela solidifica, começa, neste momento, a trazer impressa em sua materialidade e visibilidade os signos da história, da tradição, da memória e da identidade do povo mineiro.

Esta virada na visão acerca da cidade dá-se justamente por conta da fracassada campanha de modernização. Desse modo, num primeiro momento, com a fundação de Belo Horizonte, Ouro Preto é esquecida, para, com o passar dos anos, ser lembrada e reinventada como representante de um passado majestoso. Ou seja, Ouro Preto é revista e lembrada porque fora alvo do esquecimento e do abandono; ela passa a significar um artefato digno de preservação devido à sua suposta estagnação e decadência.

Com a transferência da capital para Belo Horizonte, a 12 de dezembro de 1897, sofreu Ouro Preto na sua cidadania político-social e histórica, como na vida comercial e doméstica, o profundo abalo que era de se esperar.

Como bem previram os ardorosos anti-mudancistas, em inflamados protestos no Congresso extraordinário de Barbacena e nos jornais da época, – Costa Sena, Xavier da Veiga, Camilo de Brito, Rocha Lagoa,

---

<sup>73</sup> Custou aos cofres públicos aproximadamente, em valores da época, 33.073:000\$000. Cf. “A Gazeta”, Belo Horizonte, Ano 1, nº 17, 1904.

Diogo de Vasconcellos e outros – destronada a invicta cidade do seu império, com suas ruas desertas, seu casario solitário e seus bairros adormecidos, nada mais lhe restou que a glória dos seus monumentos veneráveis e das suas tradições seculares. (VASCONCELLOS, 1957, p. 133).

Em 1897 é fundada Belo Horizonte. Ouro Preto adentra um período de ostracismo e melancolia. No entanto, o esquecimento que espreitava a cidade atuará como catalisador de sua reinvenção: lutar contra o esquecimento motivou a construção de uma nova visão sobre a antiga capital. Se anteriormente a transformação urbana, a modernização, justificava-se e objetivava a manutenção da aura da cidade – isto é, seria em nome de um passado de lutas e heroísmo que Ouro Preto deveria ser remodelada, com a transferência da capital, este mesmo passado passa a ser o motivo de sua preservação arquitetônica. A importância histórica de Ouro Preto não mais demandaria uma remodelação, mas, ao contrário, instauraria o valor da preservação, da manutenção da cidade tal qual ela se apresentava no presente. Aquilo que outrora fez de Ouro Preto a imagem do caos e da irracionalidade, agora serve como atributo de sua grandeza e dignidade histórica.

A partir de então, percebe-se uma guinada no olhar sobre a cidade, tingido de uma nova sensibilidade, que passa a vê-la como bonita, pictórica, histórica, digna de preservação. Agora o passado e a história são motivos de preservação. O que conta é a visibilidade da cidade tal como ela se apresenta, uma vez que a arquitetura colonial torna-se o atestado indubitável, o tecido do tempo, a prova legítima e cabal de uma história heróica, de um passado histórico fundamental na construção da identidade do povo mineiro e brasileiro.

No entanto, nos primeiros anos sem o título de capital, é o signo do abandono e do esquecimento, porém da luta contra esse esquecimento, que ronda a ex-capital de Minas Gerais. Às vésperas da inauguração de Belo Horizonte, era Ouro Preto a cidade homenageada. Ainda que jogada no limbo do tempo, vítima da dramaticidade dos processos modernos de transformação social, a cidade em questão, por sua grandeza histórica, mereceria ser comentada e lembrada.

Avisinha-se o prazo fatal dentro do qual tem de realizar-se a mudança da capital.

O dia 17 de dezembro de 1897 marcará nos fatos históricos da nossa legendária cidade, desta cidade cuja riqueza de passado engrandece o nosso estado, uma das datas mais solenes, mais memoráveis, porque ela representará a separação de um punhado de filhos que, forçados pelo cumprimento do dever, deixam seus lares, recordações e suas tradições em busca de novas plagas, que a lei lhes designou.

Ouro Preto, essa jóia de Minas, berço da liberdade pátria, que em todos os tempos foi com justiça apelidado de magnânimo e hospitaleiro, Ouro Preto, esse recanto sagrado onde se aninharam sempre com ardor as boas e santas causas, Ouro Preto, esse heróico quilombo mineiro, em que milhares de desgraçados condenados ao cativeiro acharam abrigo e refúgio contra o barbarismo escravocrata, vai nesse dia jamais esquecido passar pela dolorosa provação de ver-se deixado, abandonado e votado talvez ao esquecimento.

É que na vida dos povos como na vida dos homens dão-se transformações extremas, metamorfoses, complicadas, em que o bem estar de seus semelhantes obriga muitas vezes o sacrifício da individualidade.

Foi julgada conveniente e de necessidade para o bem do Estado a transferência da sede do governo para outro ponto, levantaram-se protestos e reclamações contra essa propaganda, afinal os representantes do povo, os nossos eleitos, julgaram a medida conveniente e útil, e determinaram no nosso pacto fundamental que ela se realizasse.

Nós que antes nos batíamos tenazmente contra a propaganda, curvamos-nos vencidos ante o veredicto do Congresso Constituinte e, com o coração transido de dor, preparamo-nos para receber o golpe que a lei vibrou contra esta cidade, mas que por ser lei devia ser respeitado.

Avisinha-se essa data dolorosa e é mister que Ouro Preto, a antiga Vila Rica, mirando-se no seu passado, saiba ser grande e generosa no momento do sacrifício; é preciso que sua bondosa população mostre-se magnânima e forte, alheia a toda a sorte de ressentimentos, e veja na execução da lei o rigoroso cumprimento de dever, *Dura Lex, Sed Lex*.

Conhecedores do espírito ordeiro deste povo que tem se imposto, em todas as emergências da vida social, pelo seu brilhante modo de proceder, estamos convencidos de que todos saberão guardar as conveniências tão necessárias a um povo civilizado e, a pesar de vencidos ou contrariados, assistirão a esse cumprimento do dever por parte do governo do nosso estado com toda isenção de ânimo e sem ressentimentos de espécie alguma.

Estamos convencidos de que a transferência da sede do governo se fará de modo mais digno para esta cidade que tem sabido sempre suportar todos os seus revezes com sobrançeria; e nem outro poderá ser o procedimento da sociedade ouropretana.

A nossa cidade tem elementos para prosperar, a sua riqueza em minerais é admirada e decantada no mundo inteiro, e se ela não podia desenvolver e tornar-se uma cidade grande e formosa que atraísse ao seu seio grande população devido exclusivamente à sua topografia, pode entretanto ser o centro de grandes indústrias e tornar-se o tesouro mineiro.

(...)

Ouro Preto fica despojado das regalias de capital do nosso Estado, mas ele será o sacrário dos gloriosos despojos históricos de Minas, que só foi

grande, só tornou-se conhecida devido à incomparável riqueza da outrora Vila Rica. (“Jornal Mineiro”, Ouro Preto, 24/10/1897, Ano 1, nº 10, p. 1).

No início do século XX, depois de sofrer com a perda do status de sede político-administrativa, Ouro Preto sucumbe a um período de crise, pautado, principalmente, pelo esvaziamento populacional – pois a maior parte de sua população muda-se para Belo Horizonte e para regiões economicamente mais prósperas, como é o caso da Zona da Mata e sul de Minas – e pela falta de uma atividade econômica de peso. A cidade encontrava-se em franco processo de depauperação à época da transferência da capital; sua população variava em torno de 10.0000 almas; isto significava um decréscimo de cerca de 45% em relação ao começo da década de 1890 (OLIVEIRA, 2005).

Nos seus dois últimos anos de capital do Estado de Minas, em 1896 e 1897, Ouro Preto se preparava ver o governo se transferir para a cidade de Minas, hoje Belo Horizonte, onde se instalou a 12 de dezembro de 1897. O comércio em apreensões. O funcionalismo, as repartições públicas, os escritórios e os homens de negócios em perspectiva de mudança. A vida social em discreto retraimento. Dominava o ambiente de tristeza desanimadora. Demonstrava a gente ouropretana, com contraste com o entusiasmo dos (...) mudancistas, a invencível melancolia dos que vêem um ente querido partir para não mais voltar<sup>74</sup>... (RACIOPPI, 1940, p. 49).

Além dos funcionários públicos, que migravam para Belo Horizonte, comerciantes e profissionais liberais também se mudavam a outras plagas em busca de melhores mercados; consta-se que houve uma crescente desvalorização dos imóveis da cidade, o mato crescia em meio às ruas depredadas, obras embargadas pontuavam o tecido urbano, complementando o cenário de desolação (FONSECA, 1998, p. 85).

A construção da nova capital e o êxodo que se seguiu – calcula-se que mais de 45% da população tenha emigrado – vão colocar Ouro Preto em uma espécie de limbo, um local fora do tempo. Não sendo mais desse tempo, de que tempo seria esse lugar? Começam as evocações de glórias

---

<sup>74</sup> “Mudada a capital, destronou-se a rainha. A cidade despovoou-se. Comboios especiais levavam para a nova sede governamental, levantada como um milagre nos campos de curral d’El-Rey, onde Bello Horizonte, com mais de 200.000, é flor da civilização mineira, funcionários, operários, militares, homens de letras, famílias e comerciantes.” (RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940, p. 14).

passadas e as constantes referências à sua história, e Ouro Preto vai se distanciando, perdendo sua consistência e completude, enfumaçando-se por ação dos discursos. Como se já tivesse cumprido seu papel, dissolve-se nas brumas do passado. À cidade da História, que transparece nos discursos e homenagens, contrapõe-se a cidade real que, por vazia e destituída de vitalidade, vai se deteriorando fisicamente. (MENICONI, 1999, p. 68).

Esse período, onde grassava na cidade um ambiente de abandono e ruína, propicia atitudes em prol de sua recuperação, de sua reinvenção, de sua sacralização enfim. Em nome de seu passado de lutas, de sua história, Ouro Preto necessitava com urgência retomar sua relevância frente às cidades brasileiras; mas, para isto, era preciso encontrar uma atividade econômica de peso e honrar em seu presente os legados de seu passado.

Despida das velhas regalias de capital, tem a velha Ouro Preto passado fases difíceis e lutando com milhares de embaraços para a manutenção do seu acreditado comércio depauperado, devido aos seguidos cortes que sofreu com a despopulação da cidade; mas, mesmo assim, ainda podemos dizer que é uma das principais cidades do Estado. Milhares de promessas temos tido para o seu engrandecimento industrial, mas sempre vamos na mesma, como outrora os lusitanos à espera da vinda de D. Sebastião! Agora o que nos faz crer, já surgiu um raio de esperança, segundo o criterioso governo do Dr. João Pinheiro<sup>75</sup>, que tem mostrado interesse pelo seu elemento progressivo. Sendo assim, voltaremos muito em breve a ostentar o nosso glorioso passado tradicional. (“Diário de Notícias”, Belo Horizonte, 9/03/1907, Ano I, n.º. 15, p. 2).

---

<sup>75</sup> O governo de João Pinheiro ficou reconhecido como o início de um período de políticas desenvolvimentistas em Minas Gerais. Buscando reaquecer a economia mineira, tal política primava pelo aspecto econômico; baseava-se, sobretudo, no protecionismo à indústria incipiente, tanto de bens de consumo como de bens de produção, no incentivo em larga escala do Estado à agricultura, no investimento em educação, na construção de ferrovias e no investimento em transporte de modo geral, bem como na modernização da sociedade compreendida dentro dos preceitos positivistas de progresso. João Pinheiro assume a presidência de Minas em 1906, deixando o cargo dois anos depois por falecimento. Cf. GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005. Sobre uma visita que João Pinheiro fez a Ouro Preto, o “Diário do Povo” publicou a seguinte nota: “Gratas reminiscências, felizes recordações devia certamente ter suscitado no espírito de Vossa excelência a velha e lendária terra, que foi o berço de seus sonhos republicanos, que foi o teatro das suas primeiras lutas em prol do novo ideal, que assistiu todo o início feliz da sua vida política.

O passado inteiro devia voltar-lhe de pronto ao espírito, nos belos dias da graciosa cidade, nessa época de agitação e de lutas fecundas, nesses períodos de vida intensa, como um cenário longínquo, apagado, quase extinto, é certo, mas em que o coração se compraz, sentindo vibrar-se as suas vidas mais íntimas ao impulso de pungitiva saudade.

Foi, certamente, sob o influxo dessas emoções que Vossa Excelência saudou a antiga metrópole de Minas, como uma relíquia sagrada que era preciso conservar, como um esdrúxulo precioso de gloriosas tradições, patrimônio inviolável da geração que passa”. (“Diário do Povo”, Ano 1, n.º 1, Belo Horizonte, 7 de setembro de 1907, p. 3).

A decadência atua em função do renascimento da cidade, agora, porém, em termos outros, distintos, por exemplo, dos prognósticos e preceitos da modernização. Em decorrência da busca de um renascimento surge, aliada à valorização da cidade colonial, de sua estética urbano-arquitetônica, a perspectiva de se retomar as atividades mineradoras para reavivar o desenvolvimento ouropretano.

Como é sabido, nenhuma questão se apresenta mais momentosa para Ouro Preto do que a mineração, por certo, destinada a reparar os males de que ressentiu-se a cidade com a mudança da capital.

Essa questão, do mais elevado alcance, não só para o município de Ouro Preto, mas ainda para todo o Estado, tem sido ativa e desveladamente defendida pelo infatigável Sr. Alcides Medrado, concessionário do privilégio para a exploração do ouro na sesmaria municipal.

Existem, entretanto, encravadas nessa concessão diversas datas minerais remotamente concedidas, condenadas a inteiro abandono pelos seus proprietários e que até agora jazeram inúteis, já pelas dificuldades de serem trabalhadas, já mesmo por não se lhes ter prestado mínima atenção. (“Jornal Mineiro”, Ouro Preto, 12/02/1899, Ano II, nº 73, p. 1).

O progresso nunca deixou de povoar os horizontes da sociedade ouropretana. Mesmo depois de fundada a nova capital, se procurava por soluções para a sua estagnação econômica. A esperança da recuperação das atividades auríferas sempre esteve presente no imaginário daqueles que ansiavam por uma mudança nos rumos da cidade. Desde seu decréscimo, no terceiro quartel do século XVIII, a mineração era uma possibilidade ansiada e perseguida em Ouro Preto. Retomar os áureos tempos fazia parte das ansiedades que rondavam a cidade no começo do século XX. Porém, tal retomada trazia em seu bojo um elemento diferenciador: a visão da cidade como objeto de arte e símbolo histórico. O progresso da cidade deveria trabalhar em nome de um passado glorioso e em função de uma beleza sem igual. O que a cidade representava deveria ser mantido; logo, a cidade deveria ser preservada. A dignidade histórica de Ouro Preto, de seus prédios, suas vias, seu espaço enfim, passa a constituir a visão principal sobre a cidade. Embora o progresso fosse ansiado, era a sacralização de Ouro Preto como cidade histórica, a luta contra a ação do tempo e a favor da conservação, que começava a vir à tona nos discursos que focavam a cidade no período em questão.

(...) É digna de outra sorte a ex-capital de Minas. (...) Seu progresso não é apenas uma necessidade urgente; é também um dever imposto à todo brasileiro, porque se o Brasil, devido às suas nobres cogitações, foi considerado como um horizonte onde se divisaram grandes encantos, Ouro Preto foi sem dúvida o sol que brilhou e extasiou nesse horizonte.

De Ouro Preto, todos sabem, partiu aquela luz brilhante que iluminou o caminho que o povo brasileiro devia palmilhar quando, constrangido e humilhado, o Brasil suportava o jugo tremendo de uma política colonial tirânica. Sim! De Ouro Preto partiu a idéia da liberdade nacional! A ex-capital de Minas é portanto um redil suntuoso, é o sacrário das mais sublimes tradições.

Se o povo brasileiro tem, portanto, a obrigação de venerar e amparar Ouro Preto como foco de idéias luminosas, como explicar o descaso implacável com que é tratado tudo que diz respeito aos interesses de tão gloriosa cidade? Como explicar sua decadência?

Vítima de odiosos caprichos, de uma animosidade brutal, Ouro Preto retrograda célebre, marcha, à passos de gigante, para o completo aniquilamento.(...)

A minh'alma de moço completamente absorvida na contemplação do passado de Ouro Preto brada contra o desprezo estúpido votado a tão histórica cidade.

Desprezar, porém, um lugar onde só tem guarida os belos ideais e de onde só irradiam nobres ensinamentos, não é apenas um procedimento detestável, é mais que isso, é um crime imperdoável!

Tudo aquilo que célebre deve merecer a atenção dos povos. Ora, é sabido que os fatos edificantes celebram e santificam a materialidade dos lugares em que eles se dão.

Se isso é uma asserção verídica, razoável e inconcussa, segue-se que Ouro Preto é a cidade que no Brasil mais veneração merece, porquanto nela sempre se defendeu, com o mais ardoroso patriotismo, tudo que de mais grandioso se nota na história do Brasil.

(...)

Se invocarmos o passado glorioso de Ouro Preto, verificaremos que ele ostenta o que de mais sublime se pode desejar na história dos povos. Interroguem os futuros.

Se consentirmos que uma cidade tão célebre como Ouro Preto se arruine, que dirão de nós os vindouros? Maldirão, certamente, nossa conduta, inculcar-nos-ão como causa do atraso da rotina da pátria. (“Jornal Independência”, Ouro Preto, número único, 7/09/1907, p. 2-3, discurso de Olympio Cardoso).

Contudo, por não ter sofrido as mudanças ou remodelações que lhe foram previstas, e permanecer no presente como cidade do passado, Ouro Preto incorporará a imagem valiosa de um passado heróico, de uma tradição glorificante. É em seus caracteres históricos, em sua imagem de cidade lendária, que o jornalista Moreira Pinto, no começo do século XX, reverencialmente descreve Ouro Preto:

Acabo de visitar essa cidade, a qual o Congresso Mineiro apeou da honrosa posição de Capital do Estado.

Ao penetrar nela, o fiz de chapéu, em sinal de respeito às suas tradições gloriosas. O seu aspecto melancólico, os diversos morros sobre os quais ela se ergue, sua imensa casaria muito antiga, as torres de suas numerosas igrejas elevadas para o infinito, ao longe a extensa serraria de Ouro Preto, a um dos lados o grande do Itacolomi, verdadeira hipérbole de granito, emergindo do alto da cordilheira e como que querendo deitar-se sobre ela, e aos pés o rio Funil, correndo ao través de pedras enegrecidas e perturbando com o ruído de suas águas o silêncio das matas que o margeiam, aqui o lugar onde se erguia a modesta habitação do redivivo mártir da Conspiração Mineira, ali a casa dos Contos, onde expirou Claudio Manoel da Costa, mais adiante a casa de Gonzaga, quase defronte a habitação da bela Marília; tudo isso produziu em meu espírito uma impressão de respeito e amor por esta lendária cidade.

Nela não se nota o prurido das grandes cidades. Parece que o sacrifício de tantos mártires a quem ela afagou em seu seio de mãe carinhosa, produziu-lhe grande tédio do mundo, uma tristeza que não a abandona e o aconchego da religião, que é o seu grande consolo.

Gostei imensamente do viver dessa cidade. Oito dias que nela passei foram os dias mais ditosos da minha vida. (PINTO, 1907, p. 691).

De cidade jogada no limbo do tempo, Ouro Preto transformar-se-ia em suporte de uma memória histórica (NORA, 1996). O perigo da ruína completa e do esquecimento gera as condições de construção de uma imagem histórica. Justamente por ter perdido sua centralidade política, por não ter sido modernizada, e adentrado um período ruinoso, de perdas materiais, simbólicas, políticas e econômicas, é que Ouro Preto irá conformar-se como uma referência identitária do passado. A perspectiva da ruína e do esquecimento atua em função de sua rememoração e de seu simbolismo histórico: a cidade passa a ser vista como vestígio de um passado, uma cidade “antiga”, a paisagem clara, tangível e descritiva de outrora, pois que atesta em sua materialidade as mudanças que se deram no tempo. A cidade serve como prova, como testemunho da passagem e das cisões temporais pelas quais a história se constrói (GINZBURG, 2002).

Vencida pelas contingências do tempo, mas preparada para ser reinventada, Ouro Preto figurará como palco célebre dos maiores acontecimentos da história de Minas. Mitos históricos, como Felipe dos Santos, Tiradentes, Aleijadinho, Cláudio Manuel e

outros inconfidentes, encarnar-se-iam na imagem da cidade colonial, que, a partir do fim do século, recebe as áureas de guardiã e representante das mais gloriosas tradições mineiras. Em Ouro Preto, essa antiga e vetusta cidade, imagem de um passado distante do presente, a mineiridade encontrará um nicho privilegiado; aqui, a história será evocada pela arquitetura e traçado colonial da cidade, constituindo um fator determinante na sua identidade simbólica; o passado histórico passa a definir a cidade, a delineando e diferenciando de outras. Ouro Preto torna-se o teatro dos grandes feitos, dos gestos que marcaram a história, o lugar onde se inscreveu tais acontecimentos, a prova autêntica, visível, de fatos históricos que concorreram para a definição da própria identidade do povo mineiro e brasileiro. Remanescente de um passado heróico, a cidade traz em si as reminiscências de sua história; deve ser vista, portanto, como relíquia, como peça sagrada, lendária, essencial na legitimação da tradição e na construção da identidade de Minas e do país.<sup>76</sup>

Na história, por mais longínqua que seja o fato que ela registra, de que autoridade crescente se reveste ele, a cada passo e a cada momento, para as almas de elite que respiram a doce atmosfera do passado? Como santifica, unge e eleva o sagrado amor da pátria e a própria materialidade das cousas a ela ligadas? Quem há por aí que, ao visitar a antiga sede da capitania, a de nossas a mais lendária cidade, que Vila Rica foi e Ouro Preto é, quem há que não sinta a misteriosa influência, reslumbrando de seus vetustos edifícios a rememorar, por exemplo, a épica tragédia que foi o primeiro sonho da independência?!

Lá as pontes de pedras, seculares, junto ao largo do Dirceu, lembram o pássaro mensageiro das saudades desoladas de Gonzaga, que as devia transpor para levar à sua Marília o coração sem esperanças do poeta encarcerado, misturando com os amores da noiva os amores da pátria<sup>77</sup>.

O passado, de certo, não levou as lembranças, mas trouxe para a história o murmúrio longínquo dos versos imortais e, com eles, o nome da formosa mineira com a rememoração dos sacrifícios pela liberdade de nossa terra.

Na antiga rua de São José, a lembrança revive o chão salgado pela tirania para que nem a erva brotasse, por ter sobre ele se erguido uma casa em

---

<sup>76</sup> Veremos no próximo capítulo como Ouro Preto passa a ser vista como cidade-museu.

<sup>77</sup> Referência ao romance do poeta inconfidente Claudio Manoel da Costa com a sua amada Marília de Dirceu. Cf. JERÔNIMO, Alcebíades Taciano. *Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1967; LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.

que se agasalhava o coração de um homem livre; e o infamado daqueles dias é hoje o imortal da história americana<sup>78</sup>.

Nesta mesma Ouro Preto, a casa dos Contos acorda sempre, nos corações, o terror do estrangulamento misterioso de Claudio, revivendo, eternamente, a história do despotismo que mata ou que se escapa somente pela escura porta do suicídio, atraindo um olhar misericordioso para o velho poeta e jurisconsulto, revolucionário aos 72 anos de idade<sup>79</sup>. Se a história santifica a própria materialidade dos lugares que a ela se ligam, também nos dá lições mais altas e de caráter bem mais generalizado. (VASCONCELLOS, 1910, p. 223-224).

Datam da década de 1890 as primeiras atitudes documentadas em relação à valorização histórica de Ouro Preto. E dizer em valorização histórica é referir-se às ações voltadas à distinção de um caráter de testemunho da história, ou de prova documental, genuína e inconteste, imanente à cidade em questão. Para tanto, em 21 de abril de 1893, em data que comemorava a morte do mártir Tiradentes, foi inaugurado em Ouro Preto o monumento em sua homenagem<sup>80</sup>, na praça hoje conhecida como Praça Tiradentes. Este monumento foi criado pelo escultor italiano Cestari e sua inauguração contou com a presença do Presidente do Estado, Conselheiro Afonso Augusto Moreira Pena, e sua comitiva presidencial (FONSECA, 1998). Nesta ocasião, a praça referida, largamente enfeitada com arcos de folhagens, escudos e bandeirolas multicoloridas, ficou completamente tomada pela população e autoridades civis e eclesiásticas. Enquanto a Banda de Música da Brigada Militar executava o Hino Nacional, salvas de dinamite explodiam, de modo a conceder um ar de heroísmo e grandiosidade ao evento (FONSECA, 1998). Deste modo, Tiradentes era eternizado e a cidade recebia em seu seio a marca de seu maior símbolo histórico. Além de ser eleito como herói nacional republicano, Tiradentes figurava como o representante dos ideais altaneiros da Inconfidência Mineira. Seu monumento servia, assim, como demonstração de respeito pelo regime que se instaurava e também como construção de uma referência histórica

---

<sup>78</sup> Neste parágrafo, o autor está se referindo à Inconfidência Mineira, mais especificamente a seu mártir Tiradentes e à sua casa que situava-se na atual rua São José, em Ouro Preto. Segundo a historiografia vigente, a tal casa foi demolida e seu terreno foi salgado como uma forma de mostrar à população os castigos impostos a quem ousasse insurgir-se contra o governo português. Cf. MAXUWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.

<sup>79</sup> Referência ao suposto suicídio de Claudio Manoel, que teria tido lugar sob as escadarias da Casa dos Contos. Cf. JERÔNIMO, 1967.

<sup>80</sup> Cf. "A Ordem", Ano IV, nº. 189, Ouro Preto, 26/12/1892.

central, de um território respeitável por representar valores como patriotismo, liberdade, coragem, luta soberania e tradição. Por conseguinte, o mineiro se reconheceria no herói e se identificaria com a cidade.

Os defensores de Ouro Preto acreditavam na sacralização cívica do mártir Tiradentes, todavia, sacralizada também deveria ser a antiga Vila Rica, berço da luta pela liberdade. Retirar-lhe o status de Sede do Governo Mineiro significaria arrancar de Minas suas raízes, impondo ao mesmo tempo à heróica terra de Tiradentes a mais desalmada crueldade, o abandono. (FONSECA, 1998, p. 70).

Em 11 de junho de 1895, pela Lei nº 126, é criado o Arquivo Público Mineiro, sob o planejamento de Xavier da Veiga, o qual foi seu primeiro diretor. Como foi dito no capítulo primeiro, Xavier da Veiga foi um dos defensores mais fervorosos de Ouro Preto na questão da mudança da capital mineira. Uma vez tendo ele perdido a batalha, passa a se empenhar na proteção e salvaguarda do significado histórico da antiga capital. Seu primeiro esforço nesta direção foi a publicação do livro “Efemérides mineiras” (VEIGA, 1998), em dezembro de 1897, que exalta as principais datas e fatos da história de Ouro Preto e, por extensão, de Minas Gerais<sup>81</sup>.

Xavier já assinala o novo destino da cidade, conformando-se com a transferência da capital, como um fato inelutável da História, uma triste contingência: Ouro Preto passaria a ser o depositário desses valores, o lugar concreto onde a mineiridade se construiu. (MENICONI, 2000, p. 69).

As esperanças de salvar Ouro Preto da perda de seu status de capital diminuam conforme o tempo passava; cresciam, contudo, as preocupações em torno de sua valorização histórica. Em 1894, como já foi dito, iniciam-se as obras de construção da nova capital. Neste mesmo ano, atentando para a excelência histórica de Ouro Preto, e criticando a ruína de seu casario e a modernização das cidades brasileiras de modo geral, o chefe do Estado mineiro Cesário Alvim tece o seguinte pronunciamento:

---

<sup>81</sup> São elencados nas “Efemérides mineiras” a Guerra dos Emboabas, a Sedição de Vila Rica, a Revolução Liberal de 1842, a Inconfidência Mineira, entre outros. Cf. VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras, 1664-1897*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Megaço Neves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.

(...) E a cada construção nova que se levanta, cai uma construção velha, sem que alguém se tenha dado ao trabalho de estudá-la, fixando a sua recordação numa página histórica. Nesses escombros sem história, fica soterrada a última lembrança dos que, bem ou mal, na medida do que puderam, assentaram, suando e penando, na terra virgem do Brasil os alicerces da nossa nacionalidade. No Rio, a monomania da modernização inconsiderada sobe de ponto. Arrasam-se construções coloniais, não para, no seu lugar, se erguerem edifícios em que se não ofendam as leis de higiene e da arquitetura, mas para substituí-las por trambolhos sem arte, sem solidez, sem beleza (...).

Que temos feito até agora em matéria de arquitetura, que edifícios novos levantamos no Brasil, dignos de serem vistos e admirados, – para que assim demos à face uma expressão ridícula de supremo asco, quando se nos deparam essas deveras e eternas edificações coloniais, como a cadeia de Ouro Preto, fixando uma época, – e, altivas, de pé, protestando soberbamente contra as nossas casinhas de papelão, cheias de afeites e de arrebiques, que lembram o luxo do palavreado fofo e dos trocadilhos reles em que o estilo dos sonetistas gongóricos encobria a inutilidade da idéia e a morbidez do sentimento poético?

(...) Minas, que é o único Estado em que as tradições ainda se enraízam, deve dar o sinal de alarma em prol da nossa nacionalidade ameaçada. E a primeira medida a tomar para isso é dar o exemplo da regeneração, mostrando como é preciso amar o passado.

Ouro Preto, por exemplo, já é por si só um grande museu. Mas, como tudo neste museu, anda maltratado e descuidado! Nas suas igrejas, as mais belas e curiosas do Brasil, mãos profanas estragaram, com restaurações ineptas, quadros e esculturas de um valor inestimável. A cada canto da cidade encontram-se móveis antiqüíssimos, objetos de arte que se inutilizam à mingua de quem os recolha, verdadeiras preciosidades que será um crime deixar abandonadas à especulação dos antiquários espertos ou à ação terrivelmente destruidora do tempo. (“Opinião Mineira”, Ouro Preto, 5/01/1894, Ano 1, n.º 1, p. 1).

O discurso acima demonstra uma clara intenção em ressaltar o caráter histórico de Ouro Preto, além de desferir uma crítica mordaz à destruição de prédios de arquitetura colonial e enaltecer este estilo em detrimento da construção moderna. O que antes era detratado segundo sua fealdade, agora é objeto de elogios por sua beleza e alvo de preocupações concernentes à sua preservação e à sua integridade física. Embora esse discurso de valorização histórica apareça raramente neste momento, já se pode notar, ainda que tímida, uma mudança de direção na questão sobre a arquitetura e o valor histórico de cidades coloniais como Ouro Preto. É justamente esse tipo de discurso que balizará as intervenções restauradoras efetivadas nesta cidade ao longo da década de 1920, e embasará o conceito de patrimônio histórico uma década mais tarde.

Porém, como já vimos no capítulo primeiro, esta postura de outorgar a Ouro Preto uma prerrogativa de referência histórico-identitária estava presente também nos discursos que defendiam sua modernização. A nova concepção que passa a envolver Ouro Preto, a partir da consolidação de Belo Horizonte, é a de que a cidade não deveria mudar sua condição material, mas sim trazer as marcas do passado em seu traçado e em sua arquitetura. A visibilidade da cidade tal como ela se apresentava era o requisito fundamental de sua identidade histórica. Em fins do século XIX e começo do XX, Ouro Preto passa a assumir uma imagem cujo principal atributo seria sua imutabilidade como signo da preservação de uma memória histórica; de uma tradição que deveria ser mantida sob pena de se perder um importante elemento constitutivo da identidade mineira. Uma vez preservada a cidade, a história e a tradição dos mineiros permaneceriam inabaladas ante as mudanças do mundo moderno. Assim, se Belo Horizonte simbolizava os feitos e avanços da modernidade, Ouro Preto por seu turno representaria o reduto da história e identidade mineiras, o chão sólido e incorruptível da tradição de Minas Gerais e do Brasil. A cidade seria assim o próprio passado de glórias presentificado, visível em sua forma e arquitetura. Agora, o que contava era a visibilidade da cidade: era preciso ler nas ruas e prédios ouropretanos os fatos históricos mais representativos da personalidade e identidades mineiras. Ver a Ouro Preto colonial era sentir sua história<sup>82</sup>. No começo do século XX, portanto, se inicia um processo que culminará na construção da idéia de cidade histórica, patrimônio a ser preservado.

A urbes moderna não seria mais o destino de Ouro Preto, pois esta guardaria as peculiaridades do caráter mineiro, os símbolos de uma identidade ou memória social, enquanto aquela seria marcada pela supressão de referenciais, pela mudança e descaracterização constante de seu espaço, o que acarretaria numa vacuidade em relação a signos históricos ou referências identitárias. A cidade moderna, cadenciada pela transformação permanente de sua estrutura, não comportaria o tempo suficiente para sedimentar em sua materialidade focos visíveis de um passado histórico, de uma memória coletiva. Fruto de projetos e intervenções planejadas, a cidade moderna assenta-se sobre

---

<sup>82</sup> O sentido da visão predominaria, na cultura moderna, sobre os outros sentidos (audição, olfato, paladar e tato) como registro de uma verdade absoluta, como prova cabal e incontestada do real. O visível seria, sobretudo, um axioma. Sobre o tema ver: CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001; SÓLHA, Hélio Lemos. *A construção dos olhares: imagem e antropologia visual*. Campinas: Unicamp, 1998. (Dissertação de Mestrado).

uma elaboração científica, racional e funcionalista, sendo concebida segundo um modelo ideal/idealista, abstrato, que subjuga e adapta, em sua planta ou plano, os elementos herdados de outros períodos históricos (MUMFORD, 1980).

As cidades planejadas do século XIX pretendiam tanto facilitar a livre circulação das multidões quanto desencorajar os movimentos de grupos organizados. Corpos individuais que transitam pela cidade tornam-se gradualmente desligados dos lugares em que se movem e das pessoas com quem convivem nesses espaços, desvalorizando-os através da locomoção e perdendo a noção de destino compartilhado. (SENNETT, 1997, p. 264).

Os novos meios de produção, técnicas e materiais engendrados com o advento da sociedade industrial determinam, pela própria lógica de funcionamento do capitalismo, a renovação permanente dos ambientes urbanos: um processo ininterrupto de destruição-reconstrução opera-se no traçado urbano, nos espaços citadinos modernos, impedindo, assim, que focos referenciais sejam constituídos. A cidade moderna muda rapidamente, e essa mudança apaga as marcas do tempo, os signos visíveis e reconhecíveis, as imagens estáveis por meio das quais o cidadão estabelece seus vínculos com os lugares, suas identidades, memórias, etc<sup>83</sup>. A cidade moderna é sempre uma outra cidade, irreconhecível segundo uma possível particularidade que a define, uma auto-imagem que a singularize e diferencie das demais, porém semelhante a qualquer outra cidade construída sob os mesmos moldes<sup>84</sup>. Os núcleos urbanos modernos tendem a uma homogeneização de seus traçados, já que estes respondem às formulações padronizadas e neutras da técnica urbanística, ou seja, regras e planos universais, modelares, instituídos pelo saber urbanista<sup>85</sup>.

(...) a técnica como ferramenta auxiliar do homem, que dele se separa, se exterioriza e passa a ditar a melhor solução; a técnica concebida como relação neutra entre problemas e soluções, noção estreitamente ligada a outra noção, a de progresso/universalidade, aplicável a qualquer lugar onde o mesmo problema técnico se apresente. Habilidade desgarrada de

---

<sup>83</sup> Ver apêndice.

<sup>84</sup> Cf. BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1983.

<sup>85</sup> Cf. MUMFORD, 1980. Em relação ao urbanismo Argan afirma: “É ele a que visa mais explicitamente não tanto interpretar o mundo quanto mudá-lo”. (ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992, p. 117).

seu lugar de origem, desenraizada, itinerante, mutável<sup>86</sup> (BRESCIANI, 1997, p. 100).

Esta noção de técnica neutra, recorrente no final do século XIX e começo do seguinte, desconsidera as peculiaridades ou marcas locais de uma dada cidade, arrasa seus traços históricos, aquilo que a identifica por sua singularidade, o acúmulo temporal inscrito e reconhecível em seu tecido urbano, e estabelece um traçado atemporal, uma imagem universal, fria, descolorida, uniforme, a-histórica porquanto constantemente renovada e indiferenciada<sup>87</sup>.

Consideramos que toda cidade é o resultado de elementos culturais e simbólicos que se acumulam através dos tempos e nos reportam a várias temporalidades.

Lugares do caos e da desordem, provocados pelo desmoronar de muros e de tudo o que é sólido, os espaços construídos da cidade também refletem a acumulação de tempos, em seus espaços. São como veias e pálpebras que se espessam ao envelhecerem, acumulando histórias e acontecimentos. São memórias que se superpõem e tornam mais densas as cidades (...). (CASCO, 2001, p. 83)

No entanto, a dinâmica da cidade moderna<sup>88</sup> tende sempre à erosão, ou mesmo ao aniquilamento, dessa concentração cultural e referencial construída no decorrer dos anos<sup>89</sup>. A cidade moderna, objeto do urbanismo (CHOAY, 1979), é projetada com a função de intervir no espaço, modificar esse espaço e romper com um processo histórico,

---

<sup>86</sup> “O lugar se tornou fantasmagórico porque as estruturas através das quais ele se constitui não são mais organizadas localmente. O local e o global, em outras palavras, tornaram-se inextricavelmente entrelaçados”. (GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991, p. 110)

<sup>87</sup> “Se, na antiga cidade, a forma era compartilhada por seus habitantes e produzida ‘espontaneamente’ através de uma imagem consensual, onde os espaços públicos e os edifícios estabeleciam as referências e eram feitos para durar indefinidamente, no projeto moderno a cidade é fruto de uma elaboração científica, racional e funcionalista, reconduzindo-a a um modelo ideal, abstrato e a-histórico”. (MENICONI, 2000, p. 27).

<sup>88</sup> “Através do imaginário, a velocidade da máquina e as transformações tecnológicas passam a ser signos, passam a representar o próprio modo de vida urbano e moderno”. (FERRARA, Lucrecia D’Alessio. *Cidade: imagem e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997, p. 198).

<sup>89</sup> Para Argan a modernidade se fundamenta em um universo mental que repudia sua historicidade, sua formação cultural, suas singularidades e referências históricas. Em relação à sua contemporaneidade, ele diz: “Está em andamento um fenômeno de rejeição da história pelo pragmatismo que caracteriza o mundo moderno.” (ARGAN, 1992, p. 86). Cf. COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

fundar um novo marco a partir da total transformação espacial. A rápida industrialização e a especulação imobiliária são os principais fatores em jogo na contínua transformação da cidade moderna<sup>90</sup>.

Segundo Choay (2001), a era da revolução industrial provocou uma drástica ruptura com um mundo anterior. A modernidade seria, então, uma cultura de ruptura temporal, um mundo em constantes transformações. Daí a necessidade em se preservar um passado que está sendo engolido por um mecanismo inexorável de mudança. Na medida em que as transformações da modernidade se acentuam, o ser humano vê a urgência de preservar objetos, tradições, cidades, memórias enfim, de um passado que está em vias de se perder para todo o sempre (ARANTES, 1984). A modernidade traz em seu rastro de destruição e mudança os resquícios e as marcas de um passado distanciado do presente, de um tempo fraturado que deve ser conservado, ou reconstituído (restaurado), como forma de resgatar uma identidade histórica e memorial<sup>91</sup>. Se referindo à Europa, Choay diz o seguinte:

A estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passavam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que

---

<sup>90</sup> “A agressão contra a memória da cidade é sempre um ato de barbárie, pouco importando se essa amnésia coletiva é induzida pela barbárie dos especuladores imobiliários ou pela barbárie de certos arquitetos, que usam o fetichismo do novo para transformar o passado em terra atrasada.” (ROUANET, Sergio Paulo. *A cidade iluminista*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997, p. 12).

<sup>91</sup> Sobre o mundo moderno e sua dinâmica mutante, segundo a qual as obras e costumes do passado tendem a soçobrar, resultando em uma clivagem entre o antes e o depois, numa relação de alteridade e distanciamento entre passado e presente, nos baseamos principalmente nos trabalhos de ARENDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001; BENJAMIN, 1986; BERMAN, 1986; BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2ª edição. Trad. Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1992; FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999; HOBBSAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2003; além dos estudos da própria Choay já citados. No que se refere à arquitetura e ao urbanismo, uma série de autores vêm, há algumas décadas, denunciando a perda da forma urbana e dos referenciais identitários urbanos operada no seio das grandes metrópoles modernas. Sobre este assunto, ver HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos do século XX*. Trad. Perola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva, 1995; JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000; LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997; MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Trad. Neil R. da Silva. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília, 1982; ARANTES, Otília. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.

deveria ser protegidos incondicionalmente e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museu<sup>92</sup> (CHOAY, 2001, p. 193).

Dessa forma, os discursos de preservação surgem em um mundo marcado pelo rápido desaparecimento de objetos ou obras humanas que testemunham um passado, e que, em decorrência desse passado, contém em sua integridade física um referencial identitário. Os discursos e as ações preservacionistas atestam a necessidade de lutar contra um processo sócio-cultural instável, prevendo salvar desse processo as manifestações e obras humanas que se prolongam através dos tempos, mas que estão prestes a se perderem. Dentre esses objetos, manifestações ou obras humanas, estão as cidades consideradas históricas ou antigas, as quais testemunham, mediante sua forma, imagens valiosas de uma tradição, uma vez que foram erigidas em tempos pretéritos, tempos distanciados das práticas culturais do mundo presente<sup>93</sup>. Arelada à idéia de cidade histórica e à necessidade de preservar tudo que assim for considerado

está uma concepção moderna de história, em que esta aparece como um processo inexorável de destruição, em que valores, instituições e objetos associados a uma “cultura”, “tradição”, “identidade” ou “memória” nacional tendem a se perder. Os remanescentes do passado, assim como as diferenças entre culturas, tenderiam a ser apagadas e substituídas por um espaço marcado pela uniformidade. (GONÇALVES, 1996, p. 22).

A efemeridade e a uniformidade da forma urbana moderna são características que a diferenciam de uma cidade histórica. Esta última conglomerada em seu espaço marcos simbólicos que representam uma memória coletiva; a cidade de cunho histórico seria aquela cuja forma lhe fosse ímpar, única, e portanto reconhecível enquanto tal, pois seria o produto de um contexto sócio-cultural singular. A cidade moderna é pautada pela homogeneização do espaço, pela racionalização, padronização e universalização de elementos urbanos, enquanto a cidade histórica reflete a singularidade de uma dada sociedade, conforme nos atesta sua forma definida e particular; seu caráter se distingue de outros por seus traços peculiares, frutos de uma história também peculiar. “A perda da

---

<sup>92</sup> Voltaremos a este ponto no próximo capítulo.

<sup>93</sup> “Esta cidade se apresenta hoje como um organismo residual que se encontra perante regras e processos que não correspondem mais às suas regras internas.” (LOMBARDI, Giorgio. *A cidade histórica como suporte da memória*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 82).

forma urbana e o eclipse dos lugares públicos são fenômenos correlatos ao esgotamento da dimensão representativa e simbólica da cidade moderna, corpo sem memória de uma máquina que se quer pura funcionalidade.” (BRESCIANI, 1997, p. 102). Pois é dentro desse imaginário que Ouro Preto irá adquirir seu caráter de cidade histórica. Ou seja, trata-se de uma cidade de características únicas cujas linhas compõem uma forma distinta da forma de outras cidades; uma cidade que representa a história de um lugar diferenciado. Apropriando-nos de uma assertiva de Argan (1992, p. 55), em Ouro Preto “há um sentido profundo do espaço e do tempo no agrupamento e na evidência das coisas.” A concepção de cidade histórica pauta-se em valores tradicionais, e busca o resgate da diversidade e peculiaridade de certos lugares como estratégia de diferenciação destinada a combater a homogeneização, impessoalidade e frieza da cidade moderna, que é arbitrária, pois criada aprioristicamente<sup>94</sup>. Há um forte conteúdo subjetivo na visão de uma cidade histórica<sup>95</sup>. “A natureza efetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de trocar, pela emoção, uma memória viva.” (CHOAY, 2001, p. 18).

Ouro Preto passa, então, a representar o singular, o único. Mais que uma cidade, a ex-capital de Minas Gerais torna-se o recinto sagrado, um lugar, por assim dizer, de resguardo da identidade mineira e nacional, um lócus onde as experiências do passado manter-se-iam eternamente, à revelia do processo cambiante da modernidade; um lugar caracterizado pela concretude, vivacidade e visibilidade de um passado majestoso; um lugar que, por não sofrer as reformas outrora almejadas, por permanecer “íntacto”, ileso às vicissitudes de uma total reformulação, representa a legítima imagem, tradição e caráter, do povo mineiro e brasileiro<sup>96</sup>. Ouro Preto não foi modernizada, não se transformou na cidade dos avatares modernos; superou os estigmas de cidade decadente;

---

<sup>94</sup> “A humanidade sempre procurou marcar os lugares por onde circulou com elementos diferenciados, como construções especiais e até dando-lhes nomes ou apelidos, que serviam de referência para si própria. Tornar um ambiente diferente do outro para não se confundir espacialmente é sempre uma imposição para se estabelecer a própria identidade”. (SOUZA, Célia Ferraz de. *Entre as práticas populares e o poder do estado (ou público)*. In: BRESCIANI, Stella (org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001, p. 137).

<sup>95</sup> Nos primeiros anos de existência da nova capital mineira, Ouro Preto ainda recebia freqüentemente seus antigos moradores, os quais haviam se mudado para Belo Horizonte. Estes passavam finais de semana, períodos de férias e feriados na antiga capital. Ou seja: ainda permanecia nos ex-moradores de Ouro Preto uma forte ligação identitária e emotiva com sua ex-cidade; Ouro Preto representava para eles uma referência de identidade, suas próprias memórias estavam calcadas na antiga capital. Cf. BARBOSA, 1993.

<sup>96</sup> Ver apêndice.

encarnou valores fundamentais à identidade nacional e regional; seu destino virtuoso foi trazer ao presente a grandiosidade de seu passado.

Excluída a questão da modernização urbana, e já consolidada a fundação da nova capital, a sociedade mineira proferirá discursos em direção à preservação do perfil histórico-colonial de Ouro Preto, o qual antes era de todo desconsiderado, ou mesmo repugnado. Ouro Preto se transforma em símbolo vivo de um passado, um lugar repleto de significados históricos, identitários, culturais, etc.

A cidade passava a ser vista como uma rede de relações diacrônicas e sincrônicas, como lugar: corte estrutural de espaço e tempo, condensação simultânea de vários tempos e valores históricos. O lugar, nesta acepção, se cristaliza por assim dizer impregnando, circunscrevendo um espaço determinado – qualificando-o ao convertê-lo num fato único, sobrecarregado de sentido (histórico, psicológico, etc), de camadas de significação que ultrapassam o seu ser bruto imediato (ARANTES, 2001, p. 158).

Em termos gerais, Ouro Preto ficará reconhecida como “a cidade que não mudou” (BANDEIRA, 2000), e esta prerrogativa garantirá seu qualificativo histórico, o que resultará na sua monumentalização e tombamento na década de 1930. Por não ter mudado, sofrido as conseqüências da modernização, é que ela se constituirá como cidade histórica. Se, num primeiro momento, a transferência da capital mineira relega Ouro Preto ao plano do esquecimento, num segundo instante, essa mesma transferência permite que a cidade seja resignificada de acordo com seu valor histórico.

A mudança da capital de Minas Gerais era assunto cogitado desde a Inconfidência. Durante todo o Império a idéia voltava periodicamente à discussão, na imprensa e na Assembléia Legislativa provincial (...) A razão da mudança foi, desde a Inconfidência, sempre a mesma: a decadência econômica e demográfica de Ouro Preto, determinada pelo declínio progressivo da mineração. (...) Pode-se, hoje, afirmar que a decisão da Constituinte Mineira [de mudar a capital] foi de transcendente importância para a vida de Minas Gerais e do Brasil. Graças a ela, em vez da ruína de Ouro Preto, que seria inevitável na medida em que as necessidades crescentes do Governo republicano fossem remodelando a cidade, numa fase em que a defesa do nosso patrimônio histórico e artístico não existia, a velha capital colonial e imperial ficou preservada nos seus elementos essenciais. (Biblioteca Nacional, 1973, p.13-14).

Neste capítulo nos esforçamos em mapear as primeiras vozes que iniciaram esse processo (que culminará na patrimonialização da cidade em 1933) de significação histórica da antiga capital mineira. Em inícios do século XX, ainda que não institucionalizados, esses esforços de ver a cidade como relíquia já apontam para uma postura preservacionista, que se oficializará na década de 1930. Por conseguinte, consideramos ser este um período chave para a compreensão de como Ouro Preto começa a se firmar enquanto signo histórico, suporte de uma memória histórica, como cidade histórica enfim.

Partiremos agora à análise de um evento comemorativo que acalentou e enrobusteceu o simbolismo histórico de Ouro Preto, a saber: as comemorações do seu Bicentenário, que deram-se em julho de 1911. Tal festividade serviu para divulgar a cidade como detentora das tradições mais caras ao povo mineiro e como santuário onde se preservara, gravados em suas pedras e prédios, os mais heróicos acontecimentos da história pátria.

Em 1911, portanto, Ouro Preto completava duzentos anos de existência. Nesta ocasião, foram organizados grandes festejos para se comemorar a aludida efeméride. As comemorações do Bi-centenário da cidade tiveram enorme importância na sedimentação da sua imagem de núcleo histórico, além de ensejar os primeiros discursos que definem a cidade, ele toda, como um monumento nacional. Vejamos mais de perto como se deram tais festejos.

## **2.2 A cidade como palco e testemunho da história: as comemorações do Bicentenário de Ouro Preto**

As comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto tiveram o apoio do congresso mineiro e da Câmara Municipal, bem como do governo estadual, cujo presidente era Júlio Bueno Brandão, e da prefeitura local, cujo prefeito era Lúcio dos Santos. Uma Comissão Central foi escolhida para organizar os festejos e serviços, tendo como presidente o mesmo Lúcio dos Santos e como secretários os senhores Alberto Cintra e Francisco de Paula e Souza. A Câmara Municipal de Ouro Preto ficou incumbida de preparar a cidade

para receber os visitantes, reparando as ruas, “fazendo obras e concertos necessários nos seus edifícios, e nos prédios destinados ao serviço das festas.” (SENN, 1911, p. 315). As igrejas também passaram por reparos e pinturas. Vieram bandas de música de Belo Horizonte e de outros municípios mineiros<sup>97</sup>; prefeitos, deputados, senadores, imprensa, altos funcionários de todas as partes de Minas Gerais. Os poucos hotéis e pousadas que havia em Ouro Preto ficaram completamente lotados; muita gente se hospedou em casas particulares<sup>98</sup>.

A cidade regurgitava de povo, que desde o dia 5 entrava dos caminhos de Mariana e Antônio Pereira, e dos trens da central, que começaram a vir cheios (...) As colinas da cidade, coroadas de templos e monumentos, apinhadas de suas casarias brancas, e ruas enfeitadas, desafiavam a plena luz o encantamento dos mais pitorescos panoramas do mundo. (SENN, 1911, p. 320).

**Figura 7 - Festejos do Bi-centenário de Ouro Preto, 1911, autor desconhecido**



**Fonte: SENNA, 1911.**

<sup>97</sup> Ao todo os músicos que foram a Ouro Preto nesta ocasião formavam um grupo de 420 pessoas. Cf. SENNA, 1991.

<sup>98</sup> As informações contidas neste parágrafo estão em SENNA, op. cit..

O intelectual, jornalista, escritor e representante de Ouro Preto no congresso mineiro, o Sr. Nelson de Senna, foi quem negociou e articulou o apoio do poder legislativo de Minas Gerais à Câmara Municipal ouropretana para a realização das comemorações do Bi-centenário da cidade. Senna conseguiu apoio político da maioria do congresso estadual para aprovar a quantia de cinco contos de réis a ser doada à Câmara Municipal de Ouro Preto para que esta promovesse os festejos. A verba foi aprovada pelo congresso e inserida no orçamento vigente do ano de 1911. Sem este auxílio, a Câmara Municipal de Ouro Preto dificilmente teria condições de promover as comemorações com a magnificência com que elas foram conduzidas (SENNA, 1911).

Além de sua importância nos bastidores da organização e produção do Bi-centenário, Nelson Senna registrou as memórias deste evento em um livro intitulado “Bi-centenário de Ouro Preto: memória histórica” (SENNA, 1911), documento precioso para nosso estudo, de onde tiramos todas as informações aqui apresentadas. O trabalho de Nelson de Senna registra com minúcia os aspectos e acontecimentos das comemorações do Bi-centenário, além de constituir-se de uma série de textos ensaísticos escritos por personalidades de relevância política, religiosa e intelectual como Diogo de Vasconcelos, Aristides Gesteira, Augusto Velloso – vereadores de Ouro Preto neste momento – Padre Theofilo Bento Salgado, Arcebispo de Mariana, Nelson Senna, Lúcio dos Santos<sup>99</sup>, entre outros, os quais participaram das comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto e expressaram em seus escritos o valor histórico e artístico desta cidade.

O que nos interessa aqui é a relação entre esses discursos e o espaço por eles significado. Os valores expressos mediante os discursos de tais pessoas são relacionados com a historicidade de Ouro Preto; há, portanto, uma fusão/concretização da palavra com o aspecto físico da cidade; esta se tornando, então, a matéria viva e visível da história. Percebemos nos discursos que ilustraram o Bi-centenário de Ouro Preto o clima feérico do evento. Não cessavam de chegar vagões especiais ao longo dos dias trazendo pessoas de Belo Horizonte. Sobre o segundo dia de comemoração, por exemplo, temos o seguinte relato: “Um dia esplêndido e ditoso. A cidade ostentava-se engalanada; as ruas toldadas de bandeiras e flâmulas multicores; e o mais alegre movimento desde cedo em passeios,

---

<sup>99</sup> Todos nomes de relevância política, religiosa e intelectual para a sociedade mineira da época. Não cabe aqui especificar a profissão ou a biografia de cada um desses personagens.

visitas, e reuniões demandando os sítios históricos, as casas notáveis, as obras de arte.” (SENNÁ, 1911, p. 324).

Ouro Preto ficou repleta de ornamentação e cores novas: foram pintados prédios públicos e particulares<sup>100</sup>. A Estação ferroviária e a praça defronte foram decoradas especialmente para a recepção da comitiva presidencial do estado de Minas Gerais, que viria de Belo Horizonte. A Praça Tiradentes, o principal recinto das solenidades, foi pomposamente enfeitada, com flâmulas, bandeiras e folhagens; no centro da Praça ergueu-se um grande palanque para abrigar as bandas musicais<sup>101</sup>. As igrejas de Nossa Senhora do Pilar, Antônio Dias, São Francisco de Assis e Rosário foram reparadas e pintadas, e toda a ornamentação da cidade foi feita com a ajuda da população. Houve a queima de uma imensa quantidade de dinamites e fogos de artifício durante toda a duração das festividades. Toda a cidade foi iluminada com lanternas venezianas e com eletricidade.

Centenas de luzes brilhavam a gare, e no edifício da Estação, do qual partiram cordões de lanternas em leque até a entrada da ponte, e em paralelas seguiam pelas ruas a começar da rua Diogo de Vasconcellos, passando pela Praça até o Largo de Marília (...) A Praça, merecendo especial esmero oferecia uma vista deslumbrante, feérica. Além das luminárias encarreiradas no quadro das ruas e janelas das casas, partiam do pavilhão em raios para as extremidades cordões numerosos de luz variegada. Assentou-se acetileno para a iluminação da fachada do Paço, e da estátua, cujas partes foram todas cobertas de bicos acesos, enquanto um jato de luz elétrica fazia ressaltar o vulto do herói<sup>102</sup>, a quem era dedicada.

As fachadas do Palácio, da Penitenciária<sup>103</sup>, do Fórum e do Paço Municipal foram guarnecidas de copinhos de cores, empregando-se a este efeito, além de outros, focos de cerca de três mil luminárias, que

---

<sup>100</sup> “O grande problema preparatório da festa era a ornamentação da cidade. Como parte essencial convinha a pintura das casas públicas e particulares.” (SENNÁ, 1911, p. 317-318).

<sup>101</sup> “A Praça, escolhida para centro das solenidades, apresentava um aspecto a não poder ser mais deslumbrante. Cercada e atravessada de cordões embandeirados, com centenas de flâmulas suspensas aos postes, arcos de folhagens, pilastras de várias formas, ostentava no centro um pavilhão monumental, sólido e vasto para duzentos músicos.

De construção octogonal, pintado de várias cores combinadas, esta peça magnífica apresentava em cada ângulo da cúpula uma bandeira da nação amiga e no ápice acabado por uma esfera armilar de ouro se hasteou a nacional. No frontão principal em triângulo, no alto a bandeira portuguesa, e dos lados as das ordens de Christo e Aviz.” (SENNÁ, 1911, p. 319-320).

<sup>102</sup> Referência ao mártir Tiradentes e ao monumento erguido em sua homenagem na Praça homônima, a principal praça de Ouro Preto.

<sup>103</sup> Prédio onde atualmente funciona o Museu da Inconfidência, antiga Casa de Câmara e Cadeia Municipal.

produziam cambiantes arabescos no mais formoso quadro que nunca se viu. (SENNA, 1911, p. 322).

As comemorações levaram três dias, iniciando-se no dia 7 de julho e findando-se no dia 9 do mesmo mês. Ouro Preto foi densamente enfeitada com estandartes e guirlandas, tudo para reafirmar seu papel de relevo na história nacional. No primeiro dia dos festejos, às 13 horas, enquanto as bandas musicais executavam o hino nacional, inauguraram-se os festejos com a explosão de uma girândola de dinamite e de fogos de artifício no alto do Morro da Cruz, para homenagear e, ao mesmo tempo, anunciar a chegada do Arcebispo de Mariana, Padre Theofilo Bento Salgado, com sua comitiva procedente da cidade vizinha; o primeiro dia de comemorações também foi marcado pela chegada do Presidente do Estado, o Sr. Júlio Bueno Brandão, junto de sua comitiva, às 20 horas e 40 minutos, quando as dinamites, fogos artificiais e as bandas voltaram à atividade para saudar a chegada do governante mineiro. No dia 8 de julho, às 6 horas da manhã, enquanto os sinos das igrejas badalavam sem cessar e as bandas musicais percorriam as ruas ouropretanas tocando os hinos nacional e municipal, foram executados 200 tiros de dinamite correspondentes aos 200 anos da cidade; a capital transferiu-se simbolicamente para Ouro Preto; houve festas populares e projeções cinematográficas na Praça Tiradentes no período noturno. No último dia das comemorações, a cidade voltou a ser acordada pelos tiros de dinamites, pelos fogos artificiais e pelas bandas de música; durante todo o dia, os festejos continuaram<sup>104</sup>, sempre exaltados e embalados pela multidão, e só terminaram à meia noite, quando os fogos de artifício coloriram e iluminaram o céu ouropretano enquanto girândolas de dinamite retumbavam do pico das colinas do Alto da Cruz, Carmo e São Francisco de Paula<sup>105</sup>. “Cumprida a Ouro Preto se apresentar aos olhos de seus hóspedes e convidados na altura de seu passado; e ainda de seu presente, cidade culta, de civilização antiga, povo inteligente e sensível às condições do belo.” (SENNA, 1991, p. 318).

Através dessa solenidade, Ouro Preto seria mostrada para toda a sociedade, não só mineira, mas também brasileira, como a vitrine da história e da tradição, da cultura, da

---

<sup>104</sup> Ver no Anexo B, ao final deste trabalho, a programação das comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto.

<sup>105</sup> As informações deste parágrafo estão em SENNA, 1911.

identidade e dos bons costumes do povo mineiro e brasileiro. A exaltação da história ouropretana contribuiria para a educação cívica da nação.

A idéia de se celebrar a data bicentenária de Ouro Preto, com festas dignas de tão notável efeméride, não foi aventada somente pelos moradores da cidade, mas reclamada por todos os mineiros dentro e fora do Estado (...) A posição especial da cidade na história nacional, o seu título de capital durante dois séculos, quantos Minas existe, impuseram à sua data natalícia o relevo de uma questão patriótica para solenidades, que não tivessem, como não tiveram, cunho algum nativista, senão generalizado e reconhecido, como próprio de todo o povo mineiro. (SENNA, 1911, p.315).

Além das bandas musicais e de autoridades municipais oriundas de várias outras cidades, bem como dos representantes do poder executivo e legislativo estaduais, vale dizer da multidão que invadiu toda a cidade para coadunar-se às festividades.

O Paço Municipal foi objeto de especial esmero, sendo ornamentada a primor e em ordem a servir de Palácio presidencial durante os dias festivos (...). O elegante prédio do Liceu de Artes e Ofícios à rua dos Contos foi adaptado para hospedagem dos beneméritos presidentes municipais, que honrassem as festas da cidade; e a Secretaria das Finanças, vasto edifício, destinado a hospedagem de convidados da imprensa e outros visitantes.

No Palácio Camargos foram preparados Cômodos para deputados, Senadores e altos funcionários, que chegassem nos carros da comitiva presidencial (...). Escusado é dizer que os hotéis e casas de pensão da cidade se encheram de forasteiros; e que uma casa particular sequer houve que não hospedasse pessoas e famílias amigas ou parentes.<sup>106</sup> (SENNA, 1911, p. 317).

O contingente humano, “jamais visto” (SENNA, 1911), que ocorreu a Ouro Preto na ocasião de seu bi-centenário, impressionou por sua participação efusiva e por suas manifestações de apoio e afeto para com a antiga capital mineira.

E o que releva notar é que, no seio dessa multidão imensa que enchia a cidade reinava uma atmosfera de amor e admiração pela Velha Heroína, envolvendo-a na mais quente simpatia, no mais carinhoso afeto. Não era uma festa banal, o que se vai pelo prazer fugidivo de alguns momentos.

---

<sup>106</sup> “E veio muita gente e o pessoal não achava meio de alimentar, então aquela turma que veio de fora, estudantes, esse povo irresponsável, chegou aí, começou a invadir essas casas comerciais para comer.” (BARBOSA, 1993, p. 28).

Não; no âmago de todas essas demonstrações sentia-se que palpitava alguma coisa mais que o júbilo comum que anima os divertimentos ordinários. Não; outro intuito mais elevado e mais digno dominava todos os espíritos e agitava todos os corações. Era, primeiro que tudo, uma homenagem ao passado. Comemorando a instalação das primeiras municipalidades mineiras, o povo sentia-se transportado a esse passado remoto tão fértil em ensinamentos, a esse período heróico em que os nossos pais, dotados de uma energia inquebrantável, vencendo todos os obstáculos, lançaram no solo mineiro os alicerces das nossas cidades, os fundamentos do nosso progresso, o gérmen da nossa vida nacional, independente. (SENNÁ, 1911, p. 335).

A festividade em pauta não poderia ser algo passageiro, que se esvai no tempo, mas deveria simbolizar um marco na história de Minas Gerais. A partir de então, o significado histórico da cidade seria compreendido, preservado e disseminado por todo território mineiro, ou mesmo brasileiro; este era o objetivo último das comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto, ou seja, eternizar a imagem de Ouro Preto enquanto núcleo da cultura e da história do povo mineiro, divinizar um tempo passado, uma tradição. Por isso, a cidade deveria ser preservada, imunizada contra a ação desestabilizadora da modernidade.

O ato de comemorar visa a dar continuidade, a partir de uma evocação do passado, a uma dada tradição. Comemorar é um ritual graças ao qual o passado permanece vivo no presente (e no futuro). Assim, os festejos, datas, efemérides que comemoram um feito pretérito permitem que este feito se reatualize permanentemente. O sentido apreendido de um tempo passado, pelo ritual da comemoração, é mantido e ressignificado mediante tais comemorações. Comemorar é evocar o passado, é rememorar coletivamente (CATROGA, 2001), em escala comum, para que este mesmo passado não perca sua vitalidade e sua atualidade como signo representativo de tradições, hábitos, sentimentos, práticas, crenças, enfim, valores fundamentais à coesão social.

Vemos essas comemorações como rituais. Pelo ritual, o tempo contingencial é revertido: os símbolos comemorados são sacralizados, uma vez que o mecanismo ritualístico permite que eles retornem, se reatualizando periodicamente. Através do ritual, o passado faz-se presente. Essa continuidade entre passado presente, operada pelo ritual, necessita, para efetivar-se como tal, de uma encenação performática. Dessa forma, os espaços onde se dão as comemorações ritualísticas são compreendidos como palco, como

espaços de teatralidade, nos quais o passado irá adquirir uma forma visível por meio de representações, de gestos, de discursos, narrativas, encenações, dramatizações do tempo pretérito. A performatividade do ritual, sua representação teatralizada, possibilita que o passado seja visível no presente. Trata-se de uma evocação pela representação. Podemos dizer, então, que o ritual de comemorar é um conjunto de discursos formais, estereotipados, cristalizados, os quais garantem que a representação do passado seja eficaz ou persuasiva. O ritual é uma linguagem performativa, teatral, ordenação de atos discursivos, enunciação de palavras prescritas que dão visibilidade, através da encenação, aos acontecimentos pretéritos. Nesse sentido, comemorar é:

(...) reencenação ritual de uma narrativa de acontecimentos que se julga terem tido lugar num tempo passado, de modo suficientemente elaborado para incluírem a performance de seqüências mais ou menos invariáveis de actos e declarações formais.<sup>107</sup> (CONNERTON, 1993, p. 54).

O rito é uma sagração<sup>108</sup>, as cerimônias rituais modernas se referem a pessoas ou acontecimentos prototípicos, exemplares, que estão no passado, mas fazem parte do imaginário e da identidade presente<sup>109</sup>. Ao ser evocada, ou melhor, comemorada, Ouro Preto assume seu papel de guardião da história, torna-se, portanto, um espaço ritualizado. A reversibilidade temporal operada pelo ritual, ou seja, o modo como o ritual faz voltar, repete no devir, gestos simbólicos é a característica principal das comemorações

---

<sup>107</sup> “Deste modo, é agora muito claro que, no período moderno, as elites nacionais inventaram rituais que reclamam a continuidade com um passado histórico adequado, organizando cerimônias, paradas e reuniões de massas e construindo novos espaços rituais.” (CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora, 1993, p. 62).

<sup>108</sup> “(...) o desejo de repetir conscientemente o passado, de encontrar sentido na recorrência celebrada.” (Connerton, 1993, p. 78). Cf. KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

<sup>109</sup> Para Connerton (1993), o rito é um mecanismo compensatório que se dá para compensar as perdas inerentes à temporalidade do mundo capitalista. “A celebração da recorrência não é monopólio das sociedades tradicionais. Mas a celebração da recorrência é um mecanismo de compensação. O capitalismo, segundo a famosa frase de Marx, arrasa toda a imobilidade social, toda a limitação ancestral e restrição feudal. E os ritos inventados, por mais envolvidos que estejam, muitas vezes, no próprio processo de modernização que o capitalismo prossegue, são medidas paliativas, fachadas que se erguem para ocultar as implicações totais desta imensa operação de limpeza à escala mundial.” (Connerton, 1993, p. 78). Referindo-se à Europa moderna ocidental, Le Goff afirma: “A comemoração apropria-se de novos instrumentos de suporte: moedas, medalhas, selos de correio multiplicam-se. A partir de meados do século XIX, aproximadamente, uma nova saga de estatuária, uma nova civilização da inscrição (monumentos, placas de paredes, placas comemorativas nas casas de mortos ilustres) submerge as nações européias.” (LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003, p. 458).

ritualísticas. Ao evocar e teatralizar o passado no presente, o ritual unifica o ontem e o hoje; passado e presente se assemelham, se equivalem pela retórica da reencenação ritualística<sup>110</sup>. No rito, o passado precipita-se no presente. No mais, a simetria entre passado e presente funciona pela reificação das origens. Buscando repetir o ato fundador, o ritual faz com que o tempo original cintile nitidamente no tempo presente.

Desse modo, a cidade colonial, o lugar da mineiridade, vem à tona, é vivificada através da apologia de sua história, dos grandes feitos de seus heróis: Aleijadinho, pelo viés artístico, e Tiradentes, como mártir político, são os paradigmas maiores dessa história majestosa que vem inscrita nas pedras e nos espaços da “antiga” Ouro Preto. A Inconfidência Mineira é evocada; o heroísmo e o orgulho são seus atributos fundamentais; a cidade de Ouro Preto conservaria, então, em sua paisagem, os “belíssimos episódios (...) que podem aquecer o nosso entusiasmo e inflamar o nosso patriotismo.” (SENNA, 1911, p. 26). Por conseguinte, Vila Rica é presentificada, pois “era um centro de cultura; possuía juristas profundos, poetas notáveis, oradores eloqüentes. Havia abastança, conforto, luxo.” (SENNA, 1911, p. 27). Assim, as primeiras palavras em prol da conservação arquitetônica são lançadas:

Várias pontes artísticas em arcos romanos e várias fontes públicas de dar a beber água ao povo, ainda existem na velha cidade ouropretana, atestando o cuidado dos seus antigos edis, que fizeram construir tais obras, hoje preciosos monumentos do passado.<sup>111</sup> (SENNA, 1911, p. 15).

Aqui já estava sugerida a idéia de monumento histórico. A cidade começa a ser visada como um conjunto artístico e arquitetônico coerente, um monumento em sua totalidade. Suas partes se integram em uma imagem única, fechada. A cidade, enquanto unidade artisticamente definida, reconhecida segundo um estilo particular, irá compor-se como paisagem, feito um quadro, uma cidade pitoresca portanto, onde há uma integração entre natureza e artefato humano, coerência ou unidade estético-estilística. A cidade é

---

<sup>110</sup> Podemos afirmar que o ritual é a cerimônia pela qual os mitos de origem se eternizam. Assim, a cidade histórica pode ser considerada um reduto mítico que é ritualizada para não perecer. O processo de monumentalização e patrimonialização possuem um claro conteúdo mítico e ritualístico. Cf. CONNERTON, 1993; GONÇALVES, 1996; LE GOFF, 2003; LÉVI-STRAUSS. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.

<sup>111</sup> Essa concepção de cidade monumento, ou monumento histórico, irá prevalecer nos anos 1930, quando das primeiras políticas oficiais de preservação. Não é nosso propósito entrar nessa questão mais profundamente no presente capítulo, mas no próximo.

vista como um conjunto homogêneo e harmônico, ou seja, o olhar sobre a cidade busca uma harmonia, uma certa continuidade necessária, entre os elementos da morfologia urbana: topografia, arquitetura (prédios públicos, edificações civis e religiosas) e o traçado das vias se combinam entre si para formarem a imagem singular de um passado heróico.

No ambiente severo da velha metrópole, diante de suas evocadoras casas históricas, verdadeiros monumentos que se erguem, ilustrando uma das mais nobres belas fases da vida do nosso povo. (...) Ouro Preto é a mais importante das cidades históricas de Minas; ela é por excelência um vasto monumento nacional. (VASCONCELLOS, 1934, p. 14-15).

Assim, um elemento determinaria a existência do outro; há uma interdependência entre as partes que conformam a urbes. Tais elementos constituiriam um quadro a ser contemplado; fariam parte de um ethos estético, histórico e cultural. A cidade feita monumento requer uma visão que privilegia a forma tal como ela se apresenta ao olhar, como se esta forma encarnasse, em si mesma, as virtudes reveladas através da história. A cidade é apreendida, em sua totalidade, em um estilo singular, uma paisagem bonita, pictórica, a imagem de um passado e de uma história que deve ser preservada da ação destrutiva do tempo<sup>112</sup>. A materialidade, a topografia e morfologia, a natureza de seu entorno, a arquitetura e o espaço urbano em geral se tornam símbolos históricos, signos de uma memória coletiva e, portanto, de uma identidade. Ouro Preto é a imagem fechada, terminada, natural e íntegra, do passado: conforma-se enquanto uma auto-referência, uma verdade visível e palpável, convincente, inquestionável, autônoma e absoluta (CHOAY, 2001; GUIMARÃES, 1997; NORA, 1996). É como se a simples menção de seu nome já evocasse, por si só, um conjunto rígido e inestimável de significados históricos. A cidade como uma referência artística e histórica unificada, ela toda, pressupõe uma auto-suficiência semiológica, seus sentidos e qualificativos estão inscritos e visíveis em sua

---

<sup>112</sup> “Gloriosa Ouro Preto! Quando a horda vandálica quiser destruir-te, parará às portas da tua cidade, como outrora Átila às portas de Roma.

E quando a horda, na sua fúria invasora, insistir em investir contra ti, o Itacolomi deixará o leito em que repousa e precipitar-se-á contra os invasores, que pretenderem profanar teu solo sagrado e desrespeitar tuas gloriosas tradições.” (PINTO, Moreira. *Ouro Preto*. In: Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907, p. 714).

materialidade, pré-moldados na sua imagem<sup>113</sup>. A cidade é um signo nítido, unívoco, reflexo do passado que se deseja representar.

A visão da cidade como monumento parece estar, em muitos casos, relacionada com uma compreensão da cidade como obra absoluta e acabada – a cidade ideal –, passível, portanto, de ser reconhecida como excepcional, este lugar cristalizado e imutável do consagrado, seja pelo registro do tombamento ou do inventário. (CASCO, 2001, p. 97).

Com efeito, a preocupação em preservar a história ouropretana passa a ser a preocupação em preservar a própria cidade, uma vez que ambas, história e cidade, comporiam juntas a imagem de um passado legendário que deveria ser preservado. O fator físico da cidade, que antes era detratado como obstáculo ao progresso, como lúgubre, melancólico e insalubre, passa a ser valorizado segundo seus riscos pictóricos de inestimável beleza. Ouro Preto vem a ser concebida como peça de exposição de belos panoramas (ARGAN, 1992; SITTE, 1992); o espaço se torna um objeto de fruição estética. A cidade como obra de arte é uma idéia que vem no bojo da noção de cidade histórica; nos núcleos urbanos considerados históricos está latente o pressuposto artístico como marca identitária (ARGAN, 1992). “A beleza cênica desses panoramas literalmente imobiliza o caminhante embevecido. Agora, ele, como observador, está diante de um belo quadro, que seu olhar esquadrinha atentamente, em todas as direções e sentidos.” (ALCÂNTARA, 2001, p. 185).

A característica estética da cidade reforça sua identidade ímpar, sua particularidade distintiva. O desenho urbano de Ouro Preto é caracterizado agora pela evidência de uma especificidade, a topografia e a forma urbana não são mais um defeito a

---

<sup>113</sup> Há que se ressaltar, dialogando com Lucrécia Ferrara, o potencial cognitivo da imagem. Assim, ao vermos uma representação fotográfica, por exemplo, de Ouro Preto reconhecemos imediatamente a cidade e logo remetemos sua imagem a conhecimentos prévios que acumulamos ao longo de nossas vidas. Trocando em miúdos, ao vermos Ouro Preto, nos reportamos a conhecimentos históricos tais como o evento da Inconfidência Mineira, a economia colonial mineradora, a revolta de Felipe dos Santos e tantos outros capítulos famosos da história pátria. A cidade histórica envolve pressupostos que devem vir à tona à menor menção de seu nome ou a qualquer imagem que a represente, a reproduza em seus traços reconhecíveis, em sua forma divulgada ou disseminada socialmente. Cf. FERRARA, Lucrécia D’Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.

ser corrigido, mas uma qualidade a ser apreciada, um elemento visual que atesta a singularidade da cidade e a diferencia da monotonia dos traçados urbanos modernos<sup>114</sup>.

Fisicamente [Ouro Preto] é mais bela: é original, é superior ao vulgar. O seu aspecto apazivelmente impressiona, impele a imaginação para supremos devaneios. Sempre a vista é aqui solicitada por alturas, arremessos impetuosos da terra na direção do céu. (SENNA, 1911, p. 370).

Diogo de Vasconcellos discursa sobre o valor histórico das obras de arte de Ouro Preto, considerando esta cidade como um monumento do passado, um patrimônio que deveria ser preservado:

(...) os monumentos, quaisquer que sejam, grandes ou pequenos, bem ou mal acabados, constituem por certo, o patrimônio herdado; e cada um na proporção de seu valor, ou de sua lenda, concorre para o conjunto das tradições, que fizeram desta cidade o centro e o coração da história. (SENNA, 1911, p. 135).

Para Vasconcellos (1934), em Ouro Preto “não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo”. A cidade como um todo, no seu entender, compunha um monumento histórico.

Personalidades históricas de vulto, como Tiradentes, Aleijadinho e Felipe dos Santos, eram lembradas por meio da cidade; fatos históricos, que representavam valores morais como liberdade, soberania, dignidade e honra, estariam ligados, intrinsecamente, à materialidade e à espacialidade urbanas.

Não há com efeito rua, nem casa, que seja omissível numa revista literária tendente a relacionar as recordações ligadas ao movimento dramático da história nesta povoação, da qual fizeram parte os eminentes e mais notáveis vultos do passado. (...) Não há portanto casa ou rua em que não vibrem recordações as mais caras de um povo. (...) Cidade que foi o cérebro organizador da casa mineira, oficina das leis e da ordem, é

---

<sup>114</sup> A cidade histórica é, portanto, um conjunto de “vestígios capazes de ser reconhecidos, criando um sentido de pertencimento a um território, com base na cultura e na história – referenciais que vinculam o cidadão ao lugar e criam identidades.” (MOTTA, Lia. *Cidades mineiras e o IPHAN*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 127). Cf. BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

o maior monumento de seus monumentos. Quando mesmo a fatalidade das circunstâncias fizesse um dia eclipsar a civilização bastaria o testemunho mudo de nossas ruínas para se reatar o passado ao futuro, e o povo mineiro achar o segredo perdido de suas energias.

Se as nossas estátuas são guardas mudas, mas vigilantes da liberdade, as nossas torres, os faróis luminosos que hão de entreter o culto do passado, na marcha animosa do porvir, afugentando o cepticismo e guiando as crenças de nossos destinos. (VASCONCELLOS, 1934, p.101-102).

Os “lugares” de Ouro Preto seriam, portanto, referências do seu passado glorioso, heróico. Dessa forma, ruas, sítios, ângulos, praças, casas, adros eram associados aos grandes feitos históricos e à existência presente dos heróis do passado, como se uma memória coletiva estivesse sedimentada na concretude da cidade. Essa idéia de trazer o passado ao presente, fazendo-o contínuo, permanente, através da experiência de ver e sentir a cidade, pode ser exemplificada numa das atitudes da prefeitura municipal que consistiu na fixação de placas, escudos, guirlandas e bandeiras em diversos locais de Ouro Preto; estas placas indicavam nomes de cidades brasileiras que simbolizariam a história pátria, e de pessoas ilustres que teriam vivenciado um fato relevante nestes lugares. Assim, na entrada da cidade, ladeando a rua Diogo de Vasconcellos, foram colocados postes nos quais penduraram-se escudos com os nomes de cidades importantes para a história do Brasil. As cidades serviam como emblemas do tempo histórico, de modo a integrar, junto a Ouro Preto, a constituição de uma história mineira e nacional. As cidades homenageadas pela sua importância histórica eram:

(...) as cidades de S. Paulo, de Taubaté, Guaratinguetá e Pindamonhangaba, como predecessoras de Vila Rica (...). Em seguida vinham então as Municipalidades Mineiras por ordem de antiguidade, Mariana, Sabará, S. João d’El Rei, Caheté, serro, Pitangui, Minas Novas, Barbacena, e assim até as prefeituras mais recentes, e cada escudo com a respectiva data municipal. (SENNÁ, 1991, p. 318).

Noutras localidades da cidade, foram alocadas placas nas quais se escreveram os nomes de grandes personalidades do passado, isto é, de personagens que faziam parte da história ouropretana; estas placas avisavam o transeunte de que, naquele local, protagonizado pelo nome indicado na placa, um evento histórico acontecera.

Foi pensamento da Comissão sintetizar a história de Ouro Preto em nomes próprios de personagens, que a criaram de modo a se constituir a própria história de Minas.

Neste intento, à lista das Municipalidades Mineiras, que afinal não são mais que desdobramentos históricos de Vila Rica, entraram as personalidades por grupos, que se inscreveram nas ruas e sítios escolhidos segundo a localização mais conforme aos acontecimentos. É assim que no largo da Matriz e passagens adjacentes figuram Philippe dos Santos, Paschoal da Silva, Frei Vicente Botelho e outros vultos de 1720.

No Largo da Alegria e rua de São José, liam-se os inconfidentes de 1789, sendo o nome de Tiradentes em escudo especial, em frente ao lugar onde morou, e o Dr Cláudio Manoel à esquerda do prédio onde foi sacrificado, segundo a tradição.

Na rua dos contos e Direita liam-se os nomes dos signatários do termo, ou auto dos instituidores, e primeiros camaristas de Villa Rica. Na rua do ouvidor até a casa que foi do Dr. Cláudio Manoel figuraram os poetas da Arcádia Mineira, os literatos e escritores filhos da cidade.

Na rua direita de Antônio Dias até o largo de Marília se viam os bandeirantes, e primeiros povoadores da cidade. A Praça [Tiradentes] ficou designada para os mais notáveis Governadores e Presidentes, que exerceram as funções do governo na velha capital, colocando-se em torno da estátua de Tiradentes os governadores do regime republicano até a mudança para Belo Horizonte. (SENNA, 1911, p. 319).

A representação de Ouro Preto enquanto cidade histórica fundamentava-se na estreita ligação entre imagem, visibilidade, e discurso histórico. A paisagem urbana era agora enaltecida por um discurso que a representava como a realidade de um tempo pretérito. Denominado-se os lugares da cidade, evocar-se-ia e se concretizaria sua história. O espaço urbano passa a ser teatralizado, ou seja, tido como um meio cenográfico onde se poderia ver o próprio passado; a cidade transforma-se em um palco da história<sup>115</sup>.

O cenário é contudo envolvido e beatífico na sua alegria simples e comunicativa que nos dá vontade de ser como esse passado, simples, aventureiro e alegre, no espreguiçamento espiritual com que nos

---

<sup>115</sup> Notamos aqui uma ligação entre verdade histórica e visibilidade. O que vemos é o que representa a realidade de um passado, é o testemunho desse passado. Essa ligação entre ver e testemunhar a história, essa relação entre a visão a verdade, como documento, remonta à Grécia antiga. Cf. ARENDT, Hannah. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979; GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989; HARTOG, François. *A arte da narrativa histórica*. In: BOUTIER, Jean, DOMINIQUE, Julia (orgs). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998; PIRES, Francisco Murari. *Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

adaptamos, nos amoldamos, afinal, ao próprio ambiente. Ao contrário do que se pensa, as cidades coloniais de Minas são de uma alegria um tanto solene, mas comunicativa; uma alegria cheia de luz e de sol que nos dá a impressão de cenografia. (VASCONCELLOS, 1934, p. 13).

Pregava-se também a necessidade de aliança histórica, de uma continuidade, entre Ouro Preto e Belo Horizonte, como se a recente capital fosse o prolongamento da antiga. Dessa forma, os fantasmas da transferência da capital, que envolviam Ouro Preto, seriam exorcizados: esta não seria mais uma cidade renegada, inferiorizada, esquecida, mas sim o suporte moral da cidade moderna, a raiz da mineiridade. Desse modo, aliava-se um discurso progressista, em prol de Belo Horizonte e portanto da cidade moderna, a um discurso de conservação da tradição, tendo em vista a cidade de Ouro Preto. Passado e futuro eram, então, vistos como a face de uma mesma moeda: enquanto Belo Horizonte representava o espírito empreendedor do mineiro, o desenvolvimento econômico, o progresso científico, Ouro Preto representava a raiz desse progresso, o nascedouro da identidade mineira. Tradição e modernidade não deveriam se excluir. “Convém registrar que não menos entusiastas foram os filhos que os amigos da cidade, sobretudo em Belo Horizonte, confirmando-se que uma cidade é o prolongamento da outra.” (Senna, 1911, p. 316).

Uma vez estabelecida essa aliança entre o novo e o velho, entre o moderno e o antigo, Ouro Preto era inserida dentro da atualidade como a cidade unida a Belo Horizonte. A aura de cidade decadente que a circundava teria de ser dissipada<sup>116</sup>.

Espalhava-se e exagerava-se a decadência da cidade; falava-se no desaparecimento da ex-capital; tudo aqui eram ruínas e abandono. E, entretanto, logo que se falou na sua festa, o entusiasmo foi geral. De toda parte recebeu ela adesões, saudações, demonstrações de carinho de toda a sorte; todas prestaram concurso à sua festa, fazendo com que esta saísse digna das tradições da cidade e do amor do povo. (SENNA, 1911, p. 336).

---

<sup>116</sup> “Os viajantes estrangeiros se impressionaram a princípio com o horizonte de Ouro Preto, por demais aproximado, com as suas paisagens sombrias e melancólicas e com os traços aflitivos dos trabalhos dos mineiros, e os geógrafos exageraram algum tanto a sua perspectiva tristonha, o seu clima frio e nebuloso, aliás muito modificado, por terem desaparecido, nestes últimos anos (..) os densos nevoeiros que encobriam antigamente a cidade”. (SENNA, 1911, p. 122).

O passado precisava ser cristalizado para que as futuras gerações se espelhassem nos heróis, nas tradições, nos grandes e gloriosos feitos pretéritos<sup>117</sup>. E Ouro Preto guardava em seus prédios e vias uma história heróica, a tradição e os valores da civilização mineira.

Por todos os cantos da velha metrópole se encontra um edifício ligado à tradição; as suas velhas ruas, chafarizes, oratórios; as ruínas de velhas e resistentes construções, os sinais de exploração do ouro, o Morro da Queimada, o caminho de Mariana, tudo afinal, inspira e recorda o passado. (VASCONCELLOS, 1934, p. 15).

O futuro só seria construído de forma digna e justa a partir da preservação da história, tendo em vista que apenas no correr dos séculos é que se solidificam as tradições, é só na permanência secular, e não na mudança contínua, que se cria os valores de um povo. E Ouro Preto trazia em si as insígnias dessa tradição. Sendo assim, se o passado deveria ser preservado, Ouro Preto deveria ser preservada, já que era esta cidade um cenário deste passado. Lúcio dos Santos enfatiza em seu discurso justamente a necessidade de salvaguardar o passado das contingências do tempo:

Há alguma coisa que permanece acima de todas as vicissitudes, alguma coisa que sobrenada em todos os naufrágios, que atravessa todas as idades, que sobrevive mesmo à destruição e às ruínas. São as tradições de um povo quando elas podem fazer o seu orgulho e orientar o seu progresso, e quando ele sabe guardá-las, respeitá-las e fazer delas o seu mais sagrado patrimônio. (SENNA, 1911, p. 350).

As comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto terminaram em 9 de julho. Contudo, a partir de então, uma nova visão da cidade passou a prevalecer na sociedade. A festividade em pauta, repetindo, serviu como meio de divulgação das primeiras idéias preservacionistas, e a concepção de cidade histórica começava a ganhar corpo e uma melhor definição. Apesar de não haver ainda, por essa época, nenhum projeto de preservação da cidade, podemos afirmar que as preocupações em fazê-lo já estavam lançadas. E tal preocupação fica evidente no pronunciamento do Dr. Affonso Celso:

---

<sup>117</sup> “A edacidade do tempo, a indiferença dos homens de hoje e o abandono em que deixamos tudo que é nosso vão destruindo pouco a pouco suas obras valiosas.” (Senna, 1911, p. 109).

Em nome de quantos aqui nasceram, viveram, lutaram, sofreram, agiram, sonharam – bandeirantes, poetas, artistas, sacerdotes, juristas, estadistas, guerreiros – concito todos os que me ouvem, e traduzindo o sentimento acorde dos filhos de Minas, dos bons brasileiros, dos amigos do belo, do nobre e do bem, concito-os a tomarem um compromisso, firmarem juramento, adotarem um imprescindível programa, concretizado neste lema: Reviva Ouro Preto! Sim! Reerga-se Ouro Preto! Ressurja Ouro Preto! Restaure-se Ouro Preto! Basta que o decretem a energia, a coragem, a perseverança mineiras, comprovadas em tamanhas iniciativas e realizações. O declínio de Ouro Preto importa uma iniquidade, uma ingratidão, um sacrilégio. (SENNA, 1911, p. 377).

No período em questão, já começavam a surgir as primeiras preocupações preservacionistas que serviriam como base às políticas patrimoniais federais da década de 1930; as bases conceituais sobre o que fosse histórico, o que mereceria ser preservado, começavam a ser esboçadas. Porém, não apenas Ouro Preto seria protegida contra a ação do tempo, mas também todas as cidades erguidas em um passado que refletissem em seus espaços as imagens desse período. Ouro Preto seria o paradigma maior da história mineira e brasileira; um modelo de cidade histórica para a nação. Como Diogo de Vasconcellos relata em seu discurso,

As cidades antigas, berços das nações, são lastros conservadores que resistem à dissolução; padrões genuínos, em que se aferem os caracteres de um povo nas inconstâncias dos tempos (...). Minas achará nas suas cidades antigas os monumentos e ruínas para reaver também os modelos e os pergaminhos pelos quais lhe renasçam as artes e os esplendores da civilização. (SENNA, 1911, p. 355-356).

Neste capítulo, reiterando, procuramos mostrar como a cidade começa a ser vista segundo seu valor histórico. Neste momento, em que se verifica uma guinada na valorização da antiga capital de Minas, os conceitos de monumento e patrimônio ainda não estão muito bem delineados, senão sugeridos. O período abordado aqui, final do século XIX e começo do XX, apenas suscita e esboça temas e questões que serão desenvolvidos posteriormente.

A partir da década de 1920, Ouro Preto adquire um papel de relevância histórica ante a sociedade brasileira, e sua forma monumental e patrimonial já estará bem distinguida e solidificada. Veremos no terceiro e último capítulo dessa dissertação como

deu-se a consolidação da imagem de Ouro Preto como cidade histórica, patrimônio e monumento nacional.

**Figura 8 - Vista de Ouro Preto, 1911, autor desconhecido**



**Fonte: SENNA, 1911.**



# Capítulo 3. A consolidação de Ouro Preto como cidade histórica

### 3.1 A redescoberta modernista de Minas Gerais

Nesta primeira parte do terceiro e último capítulo enfatizaremos os discursos dos modernistas paulistas sobre as cidades históricas de Minas em geral, e de Ouro Preto em particular; partimos de um artigo de Mário de Andrade publicado em 1920 na Revista do Brasil, no qual ele lança suas primeiras concepções sobre a importância das obras de arte mineiras para a identidade nacional, e terminaremos na excursão que os modernistas paulistas<sup>118</sup> fizeram a Minas em 1924. Tanto o texto de Mário como a viagem dos modernistas nos oferecem subsídios essenciais à compreensão do processo de construção do valor histórico ouropretano. Vejamos como os modernistas, conforme seu ideário, concebem a cidade e como eles contribuíram, no início da década de 1920, à consolidação de seu qualificativo histórico.

Em junho de 1919, Mário de Andrade chegava a Ouro Preto pela primeira vez. Com o fito de buscar as origens de um gênio artístico autenticamente brasileiro, Mário segue a Minas para contemplar e estudar as construções civis e religiosas da cidade. Baseado nessa viagem, Mário publica um estudo denominado “A arte religiosa no Brasil”<sup>119</sup>. Procurando flagrar os primeiros indícios de uma arte brasileira genuína, Mário de Andrade elege, a partir deste artigo, os conjuntos arquitetônicos baiano, carioca e principalmente o mineiro, destaque para Ouro Preto e as obras de Aleijadinho, como os legítimos representantes do que seriam as primeiras manifestações artísticas nacionais. Estas manifestações, calcadas principalmente na arquitetura, indicariam os primórdios de uma identidade brasileira, a origem de nossa nacionalidade.

Para Mário, uma expressão artística diferenciada, brasileira, começa a ser construída na segunda metade do século XVIII. É neste período que artistas como Aleijadinho, em Minas, mestre Valentim, no Rio de Janeiro, e os santeiros Chagas e Domingos Pereira, na Bahia, desenvolvem uma arte insubmissa aos padrões lusos, uma arte espontânea e inventiva, que não copiava inteiramente os modelos da metrópole, mas que primava pela originalidade e pela inovação. Segundo Mário de Andrade, nas obras

---

<sup>118</sup> Eis os modernistas que visitaram Ouro Preto em 1924: Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars, Dona Olívia Guedes Penteadó, Oswald de Andrade Filho, ou Nonê, Godofredo da Silva Telles e René Thiollier. Cf. AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Editora 34, 1997.

<sup>119</sup> Este estudo foi publicado como crônica na Revista do Brasil, volume 14, nº 54, do ano de 1920.

destes escultores e arquitetos, o que sobressai é um traço que “denuncia um gênio virgem (...), puro e inocente”. (ANDRADE, 1993).

Ao invés de simplesmente importar os modelos metropolitanos, através da cópia rude ou do plágio grosseiro, estes artistas procuraram inovar, transformar tais modelos, acrescentar espontaneamente concepções e soluções próprias, de modo a fabricar um estilo distinto, único. Partindo do lusitano modelo barroco, estes primeiros artistas brasileiros teriam talhado uma forma própria, por que diferenciada, estabelecendo, na visão de Mário, as origens de uma arte brasileira tradicional e autêntica. Ainda que tributários dos princípios construtivos europeus (leia-se barrocos), tais artífices não abriram mão de reinventar estes princípios, adaptá-los a seus meios e recursos, recriá-los, enfim, à sua própria maneira (ANDRADE, 1993).

Antes do período aludido, contudo, não se poderia falar em um estilo artístico brasileiro, uma vez que o que aqui era produzido não fazia mais do que copiar simploriamente os modelos da metrópole portuguesa<sup>120</sup>. Dissertando sobre as principais igrejas e capelas erguidas no Brasil nos dois primeiros séculos de colônia, Mário de Andrade afirma criticamente:

Todas essas igrejas, assim como os templos de maior porte, edificados mais tarde, obedecem a uma certa ordem de tipos arquitetônicos que, tendo-se vulgarizado por todo o Brasil, tomaram uma feição fortemente acentuada, donde muito bem se poderia originar um estilo nacional. O jesuítico, o plateresco, o rocóco – que mais não são que um só estilo com mínimas variantes, provenientes dos países onde assim se denominou o estilo barroco, – aí domina, porém mais simples, mais pobre, menos pedantesco<sup>121</sup>. (ANDRADE, 1993, p. 47).

A arquitetura assume papel de destaque na pesquisa marioandradina sobre as origens da nacionalidade brasileira. Vale dizer que esta arquitetura, aflorada na segunda metade do dezoito, foi erigida de acordo com o espírito religioso inerente à sociedade de então. A arquitetura teria assumido a lídima imagem do que marca a nação incipiente.

---

<sup>120</sup> “Se me pusesse a disreter sobre a arte cristã no Brasil, depois do veturoso 1500, não só quase nada teria que dizer, como ver-me-ia obrigado a navegar num pérvido mar de conjecturas. As primeiras manifestações artísticas, verdadeiramente nossas, aparecem passado bem mais de século do descobrimento.” (ANDRADE, 1993, p. 45).

<sup>121</sup> “...os tipos portugueses trazidos para a nossa terra, ainda pobre e sem facilidade de operários e material, simplificaram-se. Os primeiros padrões são de pouco interesse artístico.” (ANDRADE, 1993, p. 49).

Para Mário, um dos valores mais arraigados da identidade tupiniquim, o qual teria moldado, em sua visão, nossas origens artísticas, morais e éticas, seria a religiosidade. A arquitetura, como expressão desta religiosidade, torna-se, aqui, a expressão maior e primeira de uma identidade nacional.

**Figura 9 - Ouro Preto, aspecto da Rua Tiradentes em 1922, Luiz Fontana**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

Embora Mário de Andrade localize as origens de uma arte tipicamente brasileira em três matrizes, quais sejam, Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gérias, é nesta última onde se teria constituído a expressão máxíma da brasilidade. Em sua perspectiva, Minas

conformaria o nicho privilegiado no qual se teriam dado as mais originais, autênticas e belas criações artísticas brasileiras. Aqui, a figura de Aleijadinho adquire um papel de suma importância: o “arquiteto escultor”<sup>122</sup> simbolizaria o gênio maior, o artífice exemplar porquanto mais dotado de originalidade, que iniciara e/ou fundara uma tradição artística nacional.

Desenvolvida em rápida escala, a arquitetura religiosa ilhou-se em três centros principais: Bahia (a que também se ajuntará Pernambuco), Rio de Janeiro e Minas. (...) Na Bahia, o Barroco atinge uma expressão menos sincera, a construção é mais erudita; no Rio de Janeiro a preocupação artística exterior diminui ao passo que a decoração interna atinge ao delírio, produzindo a obra-prima do entalhe que é a igreja de S. Francisco da Penitência; em Minas, vamos deparar a suprema glorificação da linha curva, o estilo mais característico, duma originalidade excelente. Três escultores dominam nesses três centros: Chagas, O Cabra, na Bahia; mestre Valentim, no Rio de Janeiro; Antonio Francisco Lisboa nas Minas Gerais. (ANDRADE, 1993, p. 50).

Portanto, Minas, principalmente pelas obras atribuídas ao Aleijadinho, compõe a paisagem favorita de Mário no que diz respeito ao começo da formação de uma arte nacional e, por conseguinte, de um cânone identitário, de uma nacionalidade. Ele vai encontrar nas cidades mineiras ditas históricas, especialmente em Ouro Preto, São João Del Rei e Congonhas, exemplos ou modelos legítimos, originais, de uma autêntica manifestação autóctone. A posição que Minas assume no discurso marioandradino tornar-se-á paradigmática para que se estabeleça as referências do que virá a ser, anos mais tarde, considerado como autenticamente brasileiro. Essa visão marcará profundamente o movimento modernista e será decisiva para a famosa viagem dos paulistas às cidades históricas de Minas Gerais em abril de 1924.

Porém, por que Mário de Andrade considerou Minas Gerais como o lócus onde se desenvolvera o mais característico estilo artístico brasileiro? E qual a importância de Ouro Preto nessa valoração?

Para este autor, antes da segunda metade do século XVIII, não teria havido as condições necessárias para a fatura de uma arte ou de uma imagem do que seria o Brasil; subordinado a Portugal na figura de colônia de exploração, dividido em capitânias e

---

<sup>122</sup> “...no Aleijadinho une-se ao gênio do escultor o gênio do arquiteto...” (ANDRADE, 1993, p. 66).

regiões bastante isoladas umas das outras, o país ainda não adquirira uma imagem coesa de nação, nem passara por acontecimentos que lhe sedimentassem uma visão histórica coerente e unificada. A partir da segunda metade do século XVIII, teriam surgido as primeiras expressões artísticas e espontâneas de uma identidade nacional.

A Colônia dera por dois séculos certas expressões grandiosas da sua significação histórica e social. A Guerra Holandesa, o Bandeirismo, Gregório de Matos, a igreja e convento de S. Francisco, na Bahia. Todos estes fenômenos, porém, são esporádicos, seccionados geográfica, cronológica e socialmente. Embora expressões muito específicas de colonialismo, são frutos das condições de determinadas capitânias, não são frutos da Colônia. Não resultam da coletividade colonial. Expressões desta principiam aparecendo com freqüência só mesmo da segunda metade do século dezoito em diante, como a posição burocrática e centralizadora da cidade do Rio de Janeiro, com a expansividade antimarítima das Minas Gerais, com a influência do homem colonial sobre a Metrópole, como a normalização do mestiço. (ANDRADE, 1975, p. 15).

Segundo Mário, uma arte genuína teria se desenvolvido em Minas graças ao isolamento e distância das cidades mineiras em relação aos centros litorâneos. Sendo um meio geográfico de difícil acesso, pôde germinar nas terras mineiras a “mais característica arte religiosa do Brasil.” (ANDRADE, 1993, p. 78). Aliado ao fator geográfico, Mario coloca o fator econômico do desgaste, ou mesmo decadência, das atividades mineradoras. A crise da mineração redundou na depauperação das cidades mineiras durante a segunda metade do século XVIII, após um curto período de bonança visto no começo desta centúria. A inércia econômica mais as dificuldades geográficas teriam contribuído para fazer de Minas uma estância mais livre, porque isolada e empobrecida, das influências portuguesas. O empobrecimento das Minas teria exigido de seus artífices soluções construtivas mais simples e econômicas que as do barroco lusitano, isto é, improvisações e invenções que respondessem aos limites materiais impostos por um meio sócio-econômico bastante instável e severo. Por seu turno, o isolamento geográfico teria conferido aos construtores mineiros liberdade e espontaneidade para que se criassem essas novas soluções sem a influência peremptória dos modelos reinóis.

Para Andrade, nas Minas Gerais setecentista, após as primeiras décadas da febre aurífera, e a partir do seu esfriamento, pôde a Igreja reinar com mais autoridade e liberdade, bem como implantar um estilo arquitetônico original, próprio, de acordo com suas condições materiais e técnicas. A distância dos núcleos litorâneos teria proporcionado aos artífices mineiros uma proteção natural aos modelos europeus, ao passo que nos centros urbanos costeiros esses modelos chegavam e eram assimilados facilmente. Portanto, Minas Gerais, por suas oscilações econômicas e pela posição distanciada que mantinha dos grandes centros, como Rio de Janeiro e Salvador, que ficavam mais expostos à influência lusitana, teria apresentado as condições para que ali se concebesse e erigisse uma arte religiosa autenticamente nacional, livre do cânone português. Comparando Minas a Bahia e Rio de Janeiro, Andrade afirma:

Foi nesse meio oscilante de inconstâncias [Minas Gerais] que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja pôde aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original, que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião própria nos dois outros centros [Rio e Bahia]. Estes viviam de observar o jardim luso que a miragem do Atlântico lhes apresentava continuamente aos olhos: em Minas, se me permitirdes o arrojado da expressão, o estilo barroco estilizou-se. As igrejas construídas quer por portugueses mais aclimados ou por autóctones algumas, provavelmente, como o Aleijadinho, desconhecendo até o Rio e a Bahia, tomaram um caráter mais bem determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional. (ANDRADE, 1993, p. 78).

Mário discerne na arquitetura das cidades mineiras, pois, um estilo único e original, cuja unidade estilística representaria a verdadeira expressão artística nacional. Este estilo denominar-se-ia barroco mineiro. Distinto das matrizes européias, o barroco mineiro se caracterizaria pelo traçado contido, harmônico, e pela graciosidade da linha curva. Mais simples que os modelos lusos, o barroco mineiro, segundo Mário, incorporaria em seu plano arquitetônico o elemento decorativo, o que lhe conferia uma unidade estética mais bela e nobre, estando isento de uma decoração abundante, exagerada, extravagante, que seria de muito mau gosto na visão marioandradina. Livre da pompa e da hiperbólica ornamentação, típica do modelo português, o barroco mineiro, ao incorporar em seu plano arquitetônico a própria decoração, e não fazê-la um elemento externo, constitui, nas palavras de Mário, a expressão primeira de um estilo brasileiro

naquilo que ele possui de belo ou artístico. O barroco mineiro, enfim, seria o primeiro estilo artístico da nacionalidade tupiniquim. Ao diferenciar o barroco mineiro de matrizes lusitanas, e colocá-lo em um posto de autonomia e singularidade, Mário afirma:

Ora, na arquitetura religiosa de Minas a orientação barroca – que é o amor da linha curva, dos elementos contorcidos e inesperados – passa da decoração para o próprio plano do edifício. Aí os elementos decorativos não residem só na decoração posterior, mas também no risco e na projeção das fachadas, no perfil das colunas, na forma das naves. (ANDRADE, 1993, p. 79-80).

Ao passo que o barroco da Europa fazia do excesso de elementos decorativos um determinante do estilo, o barroco mineiro assimilava esses elementos ao plano ou à materialidade do edifício. No entanto, esta diferença, que demarca irredutivelmente as distinções de ambos os estilos, não suprime as afinidades que certamente eles possam ter, como, por exemplo, a linhas curva, que proporciona perspectivas de surpresa e arrebatamento. Os modelos europeus teriam servido como base para que se inventasse outro estilo, para que dele surgisse outra manifestação estético-estilística. O barroco mineiro encerraria singularidades que o fizessem único, mas selaria, também, soluções construtivas que permitiriam relacioná-lo à matriz lusa. Desta diferenciação, contudo, nasce um estilo como uma nova referência histórica. De um lado teríamos, assim, o barroco europeu, com sua própria exegese e caracterização, e, de outro, o barroco mineiro, como unidade artística autônoma, uma vertente primordial da história e da identidade brasileiras. O barroco mineiro torna-se, mais que um estilo, um capítulo inestimável da história pátria (um signo histórico), uma vez que cinge o início de uma tradição artística, um momento ímpar no que diz respeito à constituição de uma arte autóctone. “Com esse caráter assume a proporção dum verdadeiro estilo, equiparando-se, sob o ponto de vista histórico, ao egípcio, ao grego, ao gótico. E é para nós um motivo de orgulho bem fundado que isso se tenha dado no Brasil.” (ANDRADE, 1993, p. 80).

A noção de autenticidade histórica subjaz o olhar de Mário ao conjunto arquitetônico de Minas colonial. Ele já chama de monumentos as edificações religiosas de cidades como Ouro Preto, Mariana, Sabará e São João Del Rei. No discurso de Mário, Minas Gerais cintila como a jóia que insere de uma vez o Brasil na história das nações

mundiais; por seu estilo único e original, Minas simbolizaria não só o orgulho de colocar o Brasil entre as maiores nações do globo, mas também representaria o começo de uma identidade nacional, de uma tradição histórica. O maior gênio, o mestre supremo da excelência do barroco mineiro é Antonio Francisco Lisboa, o Aleijadinho; a cidade onde se concentraria o maior brilho deste estilo, Ouro Preto.

Por não ter sido instruído, ou erudito, Aleijadinho teria desenvolvido uma arte, nas palavras de Mário, mais realista e pessoal: tratava-se de um gênio autodidata que teve de inventar por si mesmo, rústica e espontaneamente, uma forma única de expressão. Além da falta de estudo, Aleijadinho teria passado grande parte de sua vida padecendo de uma doença que lhe extraviou ou definhou as mãos e os pés, o que exigia que ele amarrasse os instrumentos de trabalho, pincéis e cutelos, aos tocos que lhe restavam dos braços<sup>123</sup>. Daí ele manifestar em sua obra uma autenticidade inquestionável, uma brasilidade, pois ele criou “feições novas” (ANDRADE, 1993), inventou a seu modo um novo mundo de figuras e representações, a despeito ou graças às suas deficiências<sup>124</sup>.

Antonio Francisco Lisboa é o único artista brasileiro que eu considero genial, em toda a eficácia do termo. Esse mesquinho, que atravessou toda uma vida insulado na dor de ser feio e repelente, buscando dia a dia na sua bíblia a consoladora recompensa de se ver amado por um Deus, procurando na afeição do seu Maurício, como um Camões da escultura, um eco das amizades que lhe recusara o mundo, sem meios para uma viagem de estudos ao rio ou à Bahia somente, na sujeição constante das formas que vencia tirando da pedra ou da madeira os seus santos e os seus anjos, esse mesquinho considero-o eu um mesquinho genial. (...) Toda a Minas religiosa está tão impregnada da sua genialidade, que se tem a impressão de que tudo nela foi criado por ele só. Esse mísero, feíssimo, corcunda, baixote, sem mãos, amarrando nos côtos dos braços os instrumentos com que fazia explodir da pedra sabão as visagens dos seus romanos e borboletear o sorriso alado dos seus arcanjos, reduziu Minas num só artista: ele!<sup>125</sup> (ANDRADE, 1993, p. 84-85).

---

<sup>123</sup> Esta é uma versão historiográfica da qual se serviu Mário de Andrade em seus estudos sobre Aleijadinho e na sua representação do mesmo. Não podemos dizer ao certo se a informação de que este artífice trabalhou apesar dos limites impostos por sua patologia seja historicamente válida.

<sup>124</sup> Cf. GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

<sup>125</sup> “O Brasil deu nele o seu maior engenho artístico, eu creio. Uma grande manifestação humana. A função histórica dele é vasta e curiosa. No meio daquele enxame de valores plásticos e musicais do tempo, de muito superior a todos como genialidade, ele coroava uma vida de três séculos coloniais. Era de todos, o único que se poderá dizer nacional, pela originalidade de suas soluções. Era já um produto da terra, e do homem vivendo nela, e era um inconsciente de outras existências melhores de além-mar: um aclimado, na

Para Mário de Andrade, Antônio Lisboa “transporta ao seu clímax a tradição luso-colonial da nossa arquitetura, lhe dando uma solução quasi pessoal, e que se poderá ter por brasileira por isso.” (ANDRADE, 1975, p. 31). As principais obras de Aleijadinho, os maiores exemplos de sua estética pessoal e brasileira, seriam os doze Profetas, do Santuário de Congonhas, e a igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto. Os primeiros marcariam a história por sua grandiosidade, e a segunda, por sua perfeição<sup>126</sup>. A dita igreja, no entanto, destaca-se em seu balanço final porque apresentaria já soluções distintas dos padrões luso-coloniais, caracterizando-se “por uma graça mais sensual e encantadora, por uma delicadeza tão suave, eminentemente brasileiras.” (ANDRADE, 1975)<sup>127</sup>.

Mário, sempre se preocupando em estabelecer comparações, vislumbra uma tal dignidade artística às obras do barroco mineiro, em geral, e à obra de Aleijadinho, em particular, que as insere dentro de um movimento histórico universal. Ao fazer a correspondência do barroco mineiro a obras de caracteres distintos, porém de mesma envergadura estética e estilística, Mário procura não apenas caracterizar, dar substância ou valor ao produto nacional, como estabelece também um código próprio a este produto, uma significação histórica irreduzível. Assim, a historicidade do barroco mineiro, formado principalmente pelas obras do Aleijadinho, e sua valoração dentro de uma tradição e identidade nacionais permitem que este conjunto comunique-se com uma dinâmica histórica maior: só é brasileira a arquitetura religiosa das Minas Gerais porque encerra em si uma dignidade artística universal; e só é universal, essa mesma arquitetura, porque traduz o espírito de um povo, ou seja, funda a manifestação de uma nacionalidade. Vejamos como Mário descortina seu raciocínio mediante comparações entre as igrejas de Aleijadinho<sup>128</sup> e exemplares de arte renascentista:

---

extensão psicológica do termo.” (ANDRADE, Mário de. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª edição. Brasília: Martins editora/INL, 1975, p. 45).

<sup>126</sup> “Se em S. Francisco de Assis deixou sua obra mais perfeita, em Congonhas do Campo está a sua obra mais grandiosa.” (ANDRADE, 1993, p. 86).

<sup>127</sup>“(…) o trabalho que mais me orgulha de toda a arte nacional, S. Francisco imortaliza o homem que a imaginou.” (Ibid., p. 88).

<sup>128</sup> Principalmente as duas igrejas de São Francisco de Assis: uma em Ouro Preto e outra em São João Del Rei (ANDRADE, 1975).

É certo que elas não possuem majestade, como bem denunciou Saint-Hilaire. Mas a majestade não faz parte do Brasileiro, embora faça parte comum da nossa paisagem. Carece, no entanto, compreender que o sublime não implica exatamente majestade. Não é preciso ser ingente para ser sublime. As igrejas do Aleijadinho não se acomodam com o apelativo “belo”, próprio à São Pedro de Roma, à catedral de Reims, à Batalha, ou à horrível São Marcos de Veneza. Mas são muito lindas, são bonitas como o quê. São dum sublime pequenino, dum equilíbrio, duma pureza tão bem arranjadinha e sossegada, que são feitas pra querer bem ou pra acarinhar, que nem na cantiga nordestina. São barrocas, não tem dúvida, mas a sua lógica e equilíbrio de solução é tão perfeito, que o jesuitismo desaparece, o enfeite se aplica com uma naturalidade tamanha, que si o estilo é barroco, o sentimento é renascente. O Aleijadinho soube ser arquiteto de engenharia. Escapou genialmente da luxuosidade, da superfectação, do movimento inquietador, do dramático, conservando uma clareza, uma claridade é melhor, puramente da Renascença. (ANDRADE, 1975, p. 34-35).

Num primeiro momento, ao proceder a uma caracterização da arquitetura de Aleijadinho, Mário elucidava os principais qualificativos do ser brasileiro, o qual nortearia esta mesma arquitetura e seria por ela espelhada. Desprovido de afetação, de pompa ou majestade, o brasileiro se traduziria pelo equilíbrio, pela delicadeza, pureza, naturalidade e simplicidade, e tais virtudes formadoras da identidade nacional estariam vigentes e visíveis nas obras de Aleijadinho e no barroco mineiro em geral. Por outro lado, quando compara este estilo a estéticas outras, Mário o localiza dentro de uma cadeia histórica, em sua singularidade, demarcando seu valor de originalidade e autenticidade. Assim, a economia nos motivos decorativos e a escala modesta de suas construções conferem ao barroco mineiro, senão influência direta, ao menos algumas afinidades espirituais, como nos diz Andrade, com o desenho neoclássico. Daí sua originalidade: não bastasse desvincular-se da égide dos padrões barrocos lusitanos, o barroco mineiro assumiria ainda a economia, a serenidade e o equilíbrio próprios ao renascimento. Tomando por base aspectos gerais do barroco propriamente dito, mas distanciando-se deste a partir de soluções e invenções particulares, e motivado por uma certa espiritualidade renascentista, o barroco mineiro adquire sua forma ímpar e adentra o rol dos estilos que marcaram a história universal, contribuindo, além do mais, à construção de referências identitárias nacionais. Destoando dos procedimentos do barroco europeu, que culminam na afetação, no exagero e na suntuosidade, mas mantendo com ele certos princípios construtivos, o

estilo surgido e desenvolvido em Minas seria a mais valiosa prova e reflexo de um espírito artístico brasileiro, e, por isso, universal.

A concepção marioandradina de arte religiosa nacional, que encontra em Minas seus paradigmas, é central à compreensão modernista do que seja a identidade do país. A partir do estudo da obra de mestres como o Aleijadinho, Mário de Andrade lança as primeiras propostas em torno de um projeto de construção da nacionalidade ou de uma tradição nacional. Ele enxerga o passado visando seu presente. É a busca das origens do ser brasileiro que vai orientar a construção desse mesmo ser no presente, prolongando-o ao futuro.

Porém, Mário de Andrade percebia um hiato entre as primeiras manifestações artísticas brasileiras e seu presente. Para ele, a segunda metade do século XVIII tinha sido a época áurea das artes brasileiras e demarcaria o início de uma tradição e de uma identidade nacional. Representada principalmente pela arquitetura religiosa do barroco mineiro, a brasilidade que surgia nesta centúria esgotara-se no início do século XIX, permanecendo ausente até então<sup>129</sup>. Em outras palavras, segundo Mário, durante o século XIX, teria dado-se uma crise ou mesmo um desaparecimento daquela arte genuína brasileira desenvolvida no século anterior<sup>130</sup>. Para Mário,

---

<sup>129</sup> Segundo Gomes Júnior (1998), a visão de Mário, neste momento, sobre a arquitetura colonial brasileira, estaria dialogando com a concepção de Ricardo Severo, para o qual a arquitetura brasileira também teria perdido sua originalidade e sua estética particular durante o século XIX. Cabia, então, ao artista do presente (leia-se década de 1920) recuperar a autêntica linguagem arquitetônica setecentista, que estava esquecida naquele momento, mas que demonstrava as verdadeiras raízes da tradição nacional e representava o cânone da brasilidade. “De maneira bastante explícita, Ricardo Severo promovia uma clivagem na história da arquitetura que, sem negar a importância do neoclassicismo, trazido para o Brasil após a vinda da missão francesa, colocava entre parênteses a tradição do século XIX e o ecletismo que caracterizara as últimas décadas. Tratava-se, no caso, de estabelecer uma re ligação entre o século XX e o século XVIII, com o sentido de reinventar uma arquitetura verdadeiramente nacional, baseada na tradição que, segundo ele, melhor se havia adaptado às condições naturais e culturais brasileiras.” (GOMES JÚNIOR, 1998, p. 51). Cf. SEVERO, Ricardo. *A arte tradicional no Brasil*. In: Revista do Brasil, vol. IV, Ano II. São Paulo, Janeiro-abril de 1917.

<sup>130</sup> Mário não entra em detalhes para explicar esse desaparecimento. Ele apenas diz que a arte genuína do Brasil teria cedido terreno, durante todo o século XIX e começo do seguinte, a cópias de modelos europeus. Ou seja, importava-se arquitetura européia ao invés de seguir uma tradição iniciada na época de Aleijadinho. Segundo Mário: “É inegável que o estado da nossa confissão religiosa e do clero melhoraram dia a dia; mas no domínio da arte, além da decadência, os elementos de que dispomos dispersam-se, orientam-se por idéias diversas e errôneas. Em vez de continuarmos a suave ascensão que trilhamos, buscando na tradição o trigo alimentar, procuramos outros estilos, outras fórmulas como se pudessem estes comovidamente falar à alma do povo. (..) Na Europa cada país esforça-se por conservar as suas tradições artísticas, ao passo que entre nós, também aquinhoados com uma tradição, embora parca, o que impera é o desejo de ‘épater le bourgeois’ com formas exóticas. (...) Queríamos ser progressistas, reformadores, cubistas, fomos buscar o que não era nosso, imitamos sem altivez, copiamos sem engenho (...) O erro nosso

O complexo artístico e arquitetônico religioso colonial brasileiro era o único monumento de alta civilização em um país de passado tão curto e tão desleixado no plano da cultura. Era o pouco que tinha sido edificado com chances de durar e, portanto, com capacidade de dizer, pela própria monumentalidade, algo que pode ser traduzido em uma expressão como esta: ‘foi assim que tudo começou’. (GOMES JÚNIOR, 1998, p.64).

Dessa maneira, Mário, juntamente com outras vozes modernistas, propõe recuperar, no seu presente, essa tradição artística nacional que surgira na segunda metade do século XVIII, mas que estava esquecida.

Ouro Preto e as demais cidades históricas de Minas Gerais (Mariana, São João Del Rei, Tiradentes, Sabará, etc.) assumem o foco das atenções modernistas, pois serão consideradas como recintos onde se teriam preservado os maiores exemplos da arte original brasileira. As cidades coloniais mineiras compunham a imagem de uma arte original, a arte setecentista, pois conservavam visíveis as marcas dos tempos pródigos de Aleijadinho; suas construções civis e religiosas atestavam ou espelhavam a verdadeira brasilidade. Tais cidades, enfim, eram a relíquia oriunda do século XVIII e serviam como paradigma de uma tradição artística e histórica, ditando no presente as formas que a nacionalidade deveria tomar no futuro. A cidade colonial mineira torna-se, na visão modernista, um modelo a ser seguido, um exemplo de arte genuína e um testemunho histórico de importância definitiva na construção da identidade e tradição brasileiras. O projeto modernista, assim, incluía a preservação de Ouro Preto e das demais cidades mineiras ditas históricas, seja como meio de se assegurar uma identidade nacional, seja como forma de recuperar uma tradição artística esquecida.

Compartilhando das inquietações de Mário de Andrade, em 1924, os modernistas paulistas viajam a Minas Gerais, onde permanecem entre os dias 15 e 30 de abril, para pesquisar os fundamentos da brasilidade. Participaram da caravana Oswald de Andrade, seu filho Nonê, Tarsila do Amaral, Mário de Andrade, o jornalista René Thiollier, a fazendeira Olívia Guedes Penteado, o advogado Goffredo Telles e o poeta franco-suíço

---

de construir igrejas nos mais estrangeiros dos estilos propaga-se com rapidez perniciososa por todo o Brasil. Quebrou-se bruscamente a cadeia da arte religiosa nacional: todos os estilos penetraram a praça numa sarabanda de mistificações.” (ANDRADE, 1993, p. 91-92).

Blaise Cendrars<sup>131</sup>. Oswald de Andrade batizou a viagem a Minas como *Viagem de descoberta do Brasil*, já que os modernistas visavam, com esta excursão, procurar os traços históricos e artísticos da civilização brasileira. A viagem a Minas surge dentro desta proposta modernista de visitar o passado brasileiro, naquilo que ele possuía de mais genuíno, de descobrir as origens da nacionalidade para se construir um país moderno. A partir da descoberta desse passado, os modernistas reviveriam uma tradição perdida e, por conseguinte, constituiriam as bases de uma identidade moderna brasileira, seja ela estética, política ou histórica. Vale dizer do papel de destaque atribuído a Minas Gerais pelos modernistas ante o restante da nação. Minas, como foi dito, era considerado o Estado onde a brasilidade teria se desenvolvido de maneira mais espontânea e autêntica, uma vez que estava mais distantes dos centros litorâneos e sofria, por isso mesmo, menos influência da metrópole portuguesa. Nas Gerais residia esquecido o Brasil primitivo, o Brasil de Aleijadinho e do barroco mineiro, o país em suas primeiras manifestações identitárias e tradições históricas. Os modernistas incumbiram-se de desvendar e resgatar a nação mediante a redescoberta de Minas Gerais.

Depois de passarem rapidamente pela Zona da Mata mineira, Juiz de Fora e Barbacena, os excursionistas chegam a São João Del Rei na noite do dia 16 de abril, onde permanecem até sexta-feira da paixão. De sexta-feira até domingo de Páscoa os modernistas ficam em Tiradentes, de onde se dirigem para Belo Horizonte após o término da Semana Santa<sup>132</sup>. Em 22 de abril chegam à capital mineira para conhecer localidades próximas como o Barreiro, Sabará, lagoa Santa e a Serra do Cipó. Depois de Belo Horizonte, o grupo parte a Ouro Preto, lá chegando no dia 26<sup>133</sup>. No dia 29 os modernistas passam a tarde em Mariana. Em 30 de abril chegam a Congonhas, de onde retornam a São Paulo.

O que mais interessava ao grupo modernista era a parte histórica de Minas. E como parte histórica compreendia-se a série de edificações, pinturas, estatuária, tradições religiosas e objetos, de modo geral, remanescente do século XVIII. Podemos afirmar que

---

<sup>131</sup> A idéia dos modernistas era aproveitar em Minas as festividades da semana santa. Assim, os componentes da caravana modernistas pretendiam estudar as manifestações de uma religiosidade que eles consideravam autenticamente brasileira (AMARAL, 1997).

<sup>132</sup> Para saber de maiores detalhes da viagem ver VENTURA, 2000.

<sup>133</sup> Segundo Alexandre Ventura (2000), Mário de Andrade e Goffredo da Silva Telles não participaram deste último trecho da viagem. Foram a Ouro Preto: Oswald de Andrade, Tarsila do Amaral, Cendrars, D. Olívia e Nonê, já que Thiollier retornara a São Paulo depois da Semana Santa.

os modernistas procuravam, sobretudo, as provas do barroco mineiro. Importava as riquezas do passado mineiro: as cidades coloniais, as celebrações religiosas do povo que sobreviviam ao tempo, as paisagens interioranas, etc. O passado mineiro seria o arcabouço de valores e referências essenciais à construção daquele Brasil idealizado pelos modernistas. Em 18/04/1924, o jornal “Minas Gerais” noticiava:

Um grupo de cavalheiros e senhoras da alta sociedade paulistana está para fazer excursão pelo Estado de Minas Gerais, aproveitando os dias da Semana Santa para observar a sobrevivência dos nossos costumes. (“Jornal Minas Gerais”, Belo Horizonte, 18/04/1924, nº 91, apud VENTURA, 2000, p. 25).

No dia 23 de abril do mesmo ano, O jornal “Diário de Minas” noticiou a excursão modernista da seguinte maneira: “Belo Horizonte desde ontem hospeda um brilhante grupo de artistas e intelectuais paulistanos que veio a Minas recolher aspectos, costumes e tradições das nossas cidades históricas.” (“Diário de Minas”, Belo Horizonte, nº 4454, 23/04/1924, apud VENTURA, 2000, p. 25).

Portanto, a *Viagem de descoberta do Brasil*, tal como denominada por Oswald, tinha esse sentido de descoberta de um passado nacional, qual seja, o passado do ouro, do barroco mineiro, que, embora não estivesse perdido, permanecia esquecido pelo restante do país. Era preciso recuperar esse passado, revisitá-lo, redescobri-lo.

A viagem modernista, outrossim, fazia uma analogia às excursões dos bandeirantes paulistas do século XVII, excursões estas que desbravaram os interiores do país a procura de jóias e metais preciosos e contribuíram para a formação do território nacional. Os modernistas, assim, se proclamavam os bandeirantes do século XX, isto é, aqueles aos quais caberia a tarefa de redescobrir as preciosidades esquecidas no interior do Brasil, aqueles que iriam redescobrir, enfim, a própria nação. Minas Gerais, tal como no século XVII, seria desbravada pelas bandeiras paulistas modernistas em primeiro lugar, pois que assumira, no imaginário destes viajantes, um papel de maior importância para a composição do cenário da história pátria<sup>134</sup>.

---

<sup>134</sup> Os modernistas consideravam Minas Gerais uma civilização nascida da empresa dos bandeirantes paulistas. Essa idéia de ligação entre São Paulo e Minas rendeu a imagem de Minas como uma fruta paulista, ou seja, uma sociedade descendente da sociedade paulista (VENTURA, 2000).

Segundo o ideário modernista, o Brasil primitivo e original encontrava-se em Minas. E as cidades mineiras consideradas históricas refletiam a arte brasileira original, através principalmente de sua arquitetura, e simbolizavam um passado histórico fundamental na construção do Brasil moderno. Descobrir este passado, o projeto modernista procurava, pelo aspecto estético, estabelecer as referências de uma arte própria, autônoma, desvinculada do plágio e da importação cega de modelos europeus, e buscava, pelo lado político-identitário, resgatar o passado histórico que daria as bases para a construção da nacionalidade brasileira<sup>135</sup>.

Para os viajantes, o Brasil não tinha ainda um nacionalismo apoiado em uma corrente de arte e nem mesmo um projeto político que se podia dizer nacional. Por isso, a viagem toma um sentido de resgate do passado e de produtos culturais da colônia ‘que se estragam lentamente’ e que referenciar (sic) as formas necessárias à construção da nacionalidade. (VENTURA, 2000, p. 28).

O movimento modernista compartilhava de afinidades e motivações estéticas com vanguardas européias tais como o cubismo e o futurismo. No entanto, antenados e estudando o que se passava na Europa em termos de inovações estéticas, os modernistas se utilizavam dessas noções vanguardistas para criar seu próprio vernáculo. Assim, a partir do diálogo com as novas linguagens estéticas que surgiam no além mar, os modernistas propuseram a recriação e revalorização de uma estética nacional e de uma tradição artística própria. A “vanguarda modernista brasileira” primária, então, por uma busca no passado de motivos que seriam reinventados no presente, que tomariam as formas da inovação, por assim dizer, e não pautava-se em uma ruptura radical com esse mesmo legado pretérito. As novas linguagens e soluções advindas com o cubismo, por exemplo, serviam aos modernistas brasileiros como um meio de se reinventar uma tradição artística nacional<sup>136</sup>.

---

<sup>135</sup> Segundo João Luiz Lafetá (2000), o modernismo se dividiria em duas fases. A primeira, dos anos 1920, diria respeito ao projeto estético, onde se daria as reformulações das artes brasileiras e suas relações com as vanguardas européias; a segunda fase, década de 1930, privilegiaria o caráter ideológico de fundação de uma nacionalidade. Cf. LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.

<sup>136</sup> Segundo Sevcenko (1992), as vanguardas européias, que pretendiam romper com as tradições artísticas vigentes nos países europeus, serviram aos países latinos como forma de reinvenção de uma tradição, motivando artistas a olharem o passado como depositário de referências vitais à criação artística do

O Brasil moderno estaria estreitamente ligado ao passado e a uma tradição singular<sup>137</sup>. Este passado e esta tradição faziam-se visíveis em Minas, principalmente nas cidades coloniais como Ouro Preto, Congonhas, Mariana, São João Del Rei, entre outras. Pelo lado estético, cabia aos modernistas descobrir um campo de criação vinculado a uma tradição propriamente brasileira; pelo lado político ou identitário, era preciso desvendar um passado histórico que respaldasse a constituição do ser brasileiro. Este passado revelaria os primórdios de uma alma nacional. Era necessário, portanto, recuperar e preservar esse quinhão histórico que corria o risco de se perder, de se descaracterizar, e ser esquecido para todo o sempre. Os modernistas se dirigem a Minas Gerais não apenas com o intuito de observar e estudar as riquezas do passado mineiro, mas também para chamar a atenção da nação à sua mais nobre herança. As cidades coloniais mineiras são os objetos mais importantes dessa empreitada modernista. Dentre estas cidades, Ouro Preto é o tesouro maior. “Ouro Preto surgiu aos olhos dos excursionistas como o ponto máximo da viagem. Aquela cidade de passado majestoso, de perfeita integração das artes com a paisagem de sonho, capital de um tempo perdido (...).” (AMARAL, 1997, p. 72).

A viagem dos modernistas a Minas ofereceu suporte empírico ao movimento dos paulistas. Conhecer a Minas histórica e barroca significava conhecer os antecedentes da modernidade nacional. Minas, assim, era moderna porque tradicional<sup>138</sup>. Tarsila do Amaral vislumbrou em Minas novas soluções para sua pintura, que, segundo a mesma, estava demasiado impregnada de influências européias. No intuito de expungar essas marcas exteriores, e buscando uma maneira de criar autônoma, uma maneira brasileira por assim dizer, Tarsila afirma:

---

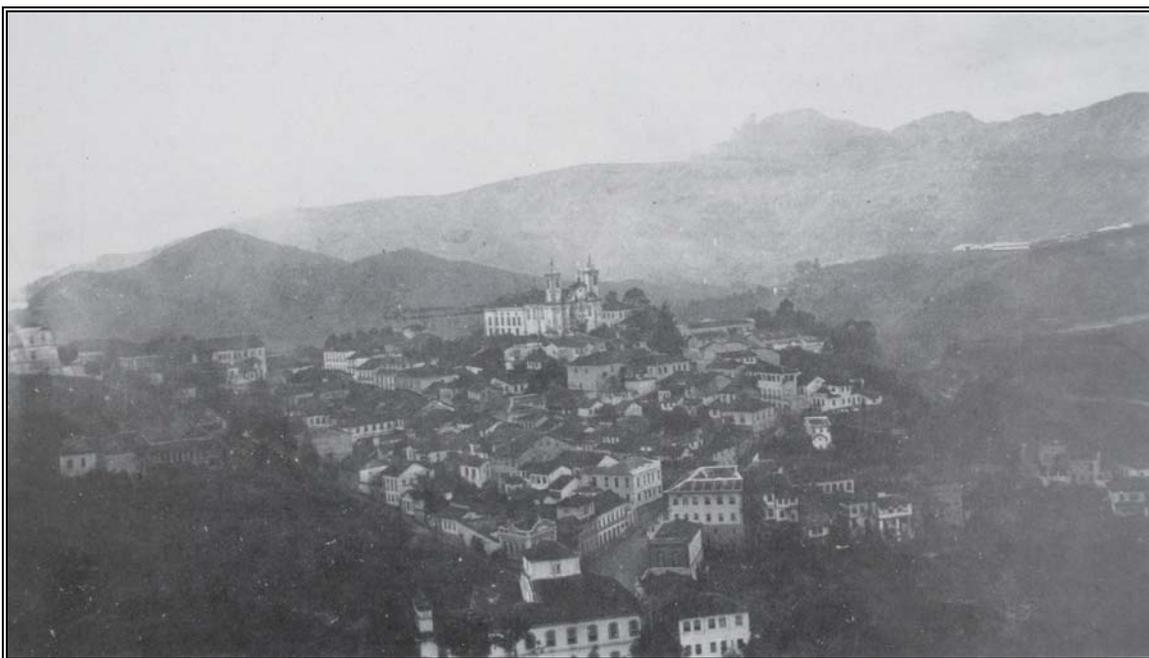
presente. Cf. SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992. Não é nosso propósito empreender uma análise mais ampla e profunda sobre o movimento modernista. Sobre o tema ver: AMARAL, 1997; ÁVILA, Affonso (org). *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975; CASTRO, Sílvio. *Teoria e política do modernismo brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979; SANTIAGO, Silviano. *A permanência do discurso da tradição no modernismo*. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas das letras*. Rio de janeiro: Rocco, 2002.

<sup>137</sup> “O discurso da tradição foi ativado pelos primeiros modernistas, e logo no início do movimento. Desde 1924, com a viagem a Minas feita pelos modernistas de São Paulo, ciceroneando Blaise Cendrars. (...) A viagem marca uma data, momento importante para discutir a emergência, não só do passado pátrio (mineiro, barroco, etc.), mas do passado enquanto propiciador de uma manifestação estética primitiva (ou naïve).” ( SANTIAGO, 2002, p. 112).

<sup>138</sup> “Na perspectiva da busca das fontes primárias da cultura brasileira, o modernismo teve que se haver com aquilo que começava a ser chamado barroco.” (GOMES JÚNIOR, 1998, p. 25).

Impregnada de cubismo, teórica e praticamente, só enxergando Léger, Glaizes, Lhote, meus mestres em Paris; depois de diversas entrevistas sobre o movimento cubista, dadas a vários jornais brasileiros, senti um deslumbramento diante das decorações populares das casas de moradias de S. João Del rei, Tiradentes, Congonhas do Campo, Sabará, Ouro Preto e outras pequenas cidades de Minas, cheias de poesia popular. Retorno à tradição, à simplicidade. (AMARAL, 1939, não paginado, apud VENTURA, 2000, p. 26).

**Figura 10 - Vista de Ouro Preto, foto tirada pelos excursionista, 1924**



**Fonte: AMARAL, 1986**

Por seu turno, Oswald de Andrade se aproveitou da viagem para elaborar seu “Manifesto da poesia Pau Brasil” (AMARAL, 1997), que privilegiava elementos cotidianos na escrita poética e formulações mais simples e despojadas de poesia; a temática do movimento Pau Brasil estava ligada ao passado nacional, aos costumes e tradições populares, ao linguajar do povo, a uma candura e simplicidade que se consideravam brasileiras por excelência. Mário se inspirou na viagem para escrever seus poemas, artigos, estudos, etc, (como seus escritos sobre o Aleijadinho), Thiollier e Cendrars também extraíram da viagem motivos para comporem suas respectivas obras. Enfim, buscando um ethos para a arte brasileira autêntica, os modernistas, ao

descobrirem esta arte viajando pelo “passado” de Minas, conceberam sua estética própria, estabelecendo o que eles consideravam uma tradição artística nacional. O passado servia ao presente como um norte. A viagem a Minas foi decisiva ao movimento modernista (VENTURA, 2000).

O que merece reparo nessa viagem é a atitude paradoxal dos viajantes. São todos modernistas; homens do futuro. E a um poeta de vanguarda que nos visita, escandalizando os espíritos conformistas, o que vão eles mostrar? As velhas cidades de Minas, com suas igrejas do século XVIII, seus casarões coloniais e imperiais, numa paisagem tristonha, onde tudo é evocação do passado e, em última análise, tudo sugere ruínas. Pareceria um contra-senso apenas aparente. Havia uma lógica interior no caso. O divórcio da realidade brasileira, em que a maior parte dos nossos escritores sempre viveu, fazia com que a paisagem da Minas barroca surgisse aos olhos dos modernistas como qualquer coisa de novo e original, dentro, portanto, do quadro de novidade e originalidade que eles procuravam. E não falaram, desde a primeira hora, numa volta às raízes da nacionalidade, na procura do filão que conduzisse a uma arte genuinamente brasileira? Pois lá nas ruínas mineiras haviam de encontrar, certamente, as sugestões dessa arte. (BRITO BROCA, Blaise Cendrars no Brasil, em 1924. “A Manhã”, Rio de Janeiro, 4 de maio de 1952, Apud AMARAL, 1997, p. 58-59).

*A Viagem de descoberta do Brasil* contribuiu para a divulgação das cidades históricas mineiras pelo Brasil e ajudou a ampliar sua importância no contexto nacional. Os modernistas de São Paulo acabaram por intensificar os valores de preservação que já vinham sendo fecundados desde o início do século XX. A partir de então, a noção de patrimônio ganha lastro nos meios intelectuais e institucionais. Os referenciais históricos e artísticos nacionais vão se consolidando ao longo do decênio de 1920. O barroco mineiro ganha o papel paradigmático daquilo que teria de ser preservado, patrimonializado, resgatado do esquecimento. A nação encontraria seus elementos identitários principalmente nas obras de Aleijadinho e nas cidades coloniais de Minas Gerais. Portanto, *A Viagem de descoberta do Brasil* só faz intensificar os discursos que, uma década antes, pregavam a salvaguarda de um passado esquecido e prestes a aniquilar-se.

No barroco de Aleijadinho, encontram-se as expressões artísticas e arquitetônicas que determinam os fundamentos dos jeitos e atitudes do brasileiro. Nessa trajetória, os discursos desse viajante solitário voltam-se

para a perda iminente de um passado que deveria ser preservado, a perda que significaria o descarte de elementos nacionais importantes para a composição e renovação da herança nacional. Mário argumenta que o registro das obras poderia iniciar um movimento de recuperação dessa herança. Talvez por esse motivo era importante para os modernistas em ‘Viagem de descoberta do Brasil’ registrar as obras barrocas como valiosas e elegem algumas como especiais. (VENTURA, 2000, p. 90).

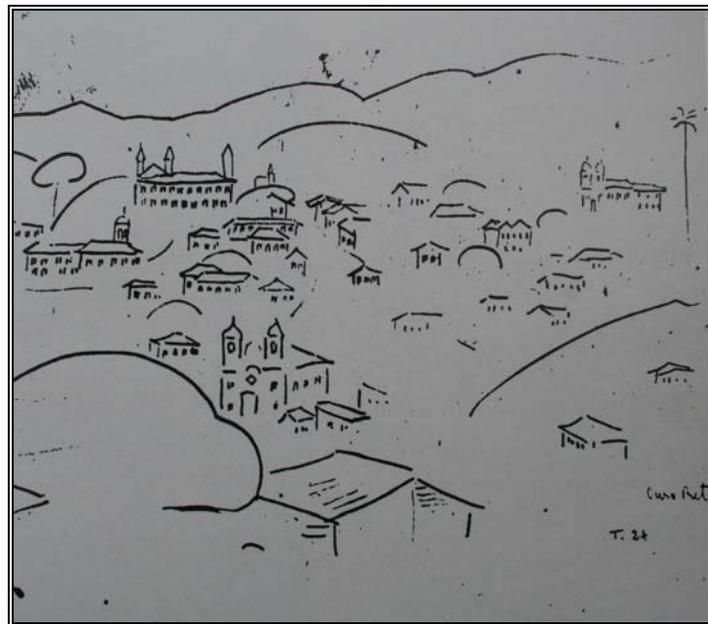
Preocupados com o descaso e o abandono em relação às obras do barroco mineiro, e vendo em tais obras o signo de um passado histórico importante na construção da nacionalidade, os modernistas passam, então, a vislumbrar ações em torno da questão da preservação patrimonial. No decorrer da viagem, aventa-se a idéia de criar um mecanismo institucional para proteger estes bens de valor histórico, tais como os monumentos religiosos, os objetos sacros, as cidades coloniais como um todo, e demais obras oriundas do período de ouro setecentista. Esta organização de proteção ao patrimônio chegou a ser batizada de Sociedade dos Amigos das Velhas Igrejas de Minas Gérias, e visava, de imediato, frear os freqüentes roubos de peças sacras feitos às igrejas coloniais mineiras. A gatunagem aos objetos sacros que enfeitavam os altares dos antigos templos religiosos mineiros era notória e solapou uma quantidade considerável do conjunto que viria a ser, anos mais tarde, tombado como patrimônio histórico e artístico nacional. Era preocupante a situação vulnerável em que se achava os tesouros setecentistas de Minas. Daí ser projetada a criação de uma instituição que protegesse esses bens (AMARAL, 1997; ANDRADE, 1993; VENTURA, 2000).

O movimento modernista é primordial para compreendermos o processo que culminou na criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na primeira metade da década de 1920, portanto, os intelectuais paulistas ajudaram a mapear as principais referências ao inventário deste patrimônio, o qual viria representar um dos meios de conhecimento e construção da moderna nacionalidade.

Com a *Viagem de descobrimento do Brasil* os modernistas de São Paulo abrem o caminho para a institucionalização da cidade histórica. E a noção de cidade histórica se fortalece. Para os paulistas que visitaram Congonhas, Ouro Preto, Mariana, Tiradentes, São João Del Rei, Sabará, a cidade histórica compunha-se de um certo número de elementos homogêneos e constantes, era vista, ela toda, como uma obra de arte. Como vimos no capítulo anterior, o qualificativo histórico pressupunha uma valoração estética.

Dentro dessa concepção, os modernistas viam a cidade histórica como um quadro estável e cristalizado do passado. Este quadro representava a feitura de linhas simples e a harmonia do homem com a natureza. A cidade histórica é vista como um conjunto arquitetônico harmônico e pitoresco, como um estilo coerente, puro, primitivo e fechado. A força ou beleza deste estilo residiria justamente na sua harmonia e coerência. E aqui voltamos à questão estilística abordada no início deste capítulo. Interessava aos modernistas essa candura, inventividade e simplicidade características da arquitetura religiosa do barroco mineiro: a economia de seus traços, as soluções arquitetônicas modestas, espontâneas e originais, a falta de suntuosidade e exagero de seu plano<sup>139</sup>.

**Figura 11 - Vista de Ouro Preto, 1924, Tarsila do Amaral**

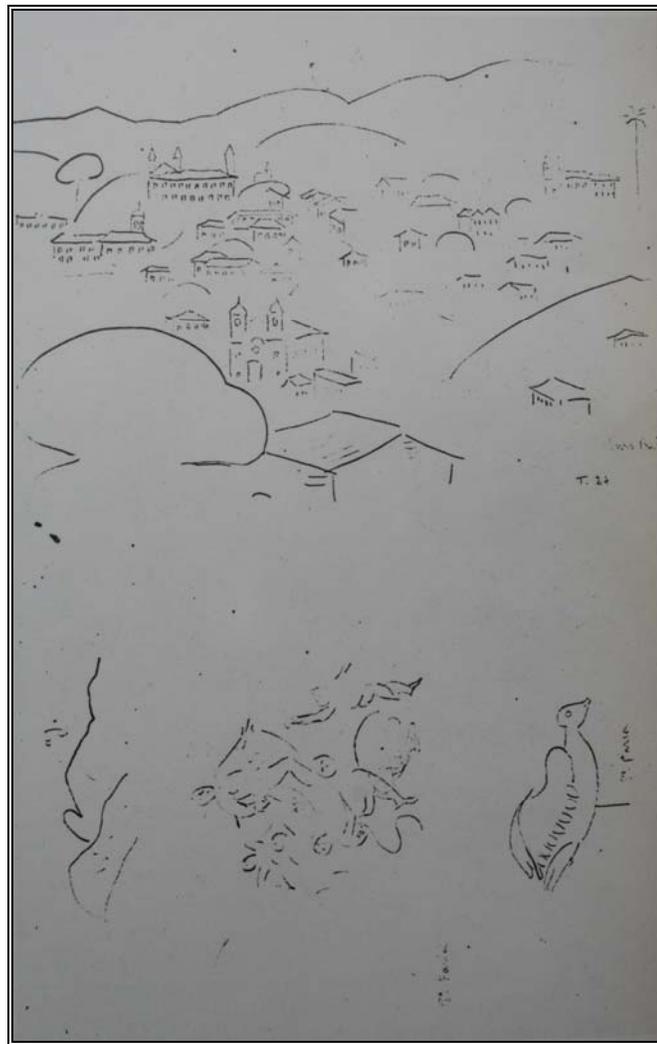


**Fonte: AMARAL, 1986.**

<sup>139</sup> No caso de Ouro Preto, a própria topografia e o traçado da cidade passam a ser vistos como elementos constitutivos de uma obra de arte, de modo a comporem, juntamente com a arquitetura, uma bela paisagem, uma paisagem pitoresca, plástica, artística. “As sinuosidades dos traçados e os fortes aclives dos logradouros conferem excepcional irregularidade aos conjuntos edificados. Essa irregularidade é ainda mais acentuada pelo fato de as casas se apresentarem coladas umas às outras e contarem com número variado de pisos, sem qualquer ordenação definida. Esse conjunto de fatores produz, nos logradouros da cidade, nas ruas, becos e praças, um forte sentido pitoresco (...). A inserção das igrejas e capelas nesta paisagem urbana – seja daquelas localizadas em pontos altos do sítio (São Francisco de Paula, São José, Santa Efigênia e capelas do alto da serra), seja das localizadas especificamente na trama urbana (as duas paróquias já citadas, capelas do Carmo, de São Francisco de Assis, do Rosário, ou as duas Mercês) – ainda mais acentua a extrema variedade, a riqueza dos pontos de vista e o pitoresco do sítio urbano de Ouro Preto.” (TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Ouro Preto: cidade histórica, cidade de hoje*. In: Revista Barroco nº 18. *O território barroco no século XXI*. Ouro Preto/Belo Horizonte: Rona Editora/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, anos 1997-2000, p. 406).

Percebemos que os quadros pintados por Tarsila pautam-se pela economia dos traços e pela harmonia da paisagem retratada. Simplicidade, tranqüilidade e singeleza são as tônicas dos seus desenhos. Nestes, as cidades históricas mineiras são representadas como se estivessem a levitar, tamanha é a leveza com que a artista aborda seu tema. Tarsila pinta a cidade colonial como se esta cidade não estivesse sob a ação do tempo: a cidade é vista como um espaço ideal, integrada a uma natureza harmonizada e atemporal. A própria natureza, representada pela plasticidade da topografia e pela vegetação, está perfeitamente integrada ao espaço urbano.

**Figura 12 - Ouro Preto e Padre Faria, 1924, Tarsila do Amaral**

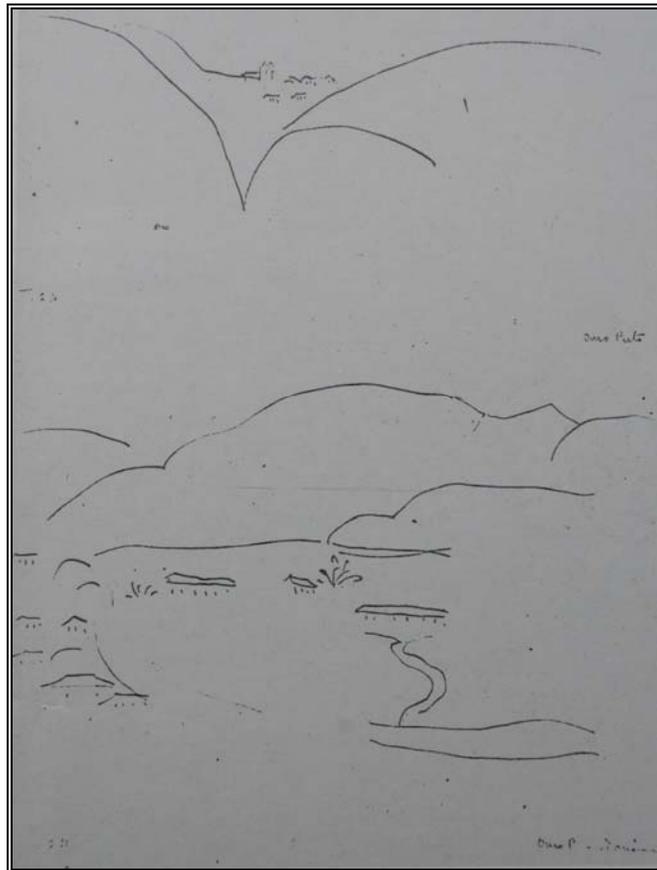


**Fonte: AMARAL, 1986**

As cidades históricas são, assim, cidades museus; cidades onde o passado se congelou; cidades em que não há necessidade de transformação, já que qualquer tipo de mudança colocaria em risco a unidade da sua imagem, da sua estética. A cidade histórica é estetizada, ou seja, deve ser vista como uma pintura, uma obra de arte; não pode, por isso mesmo, ser alvo de transformações, o que a descaracterizaria. A cidade histórica é uma paisagem do passado nacional.

Nessa nova imagem das cidades e da colônia com construções do século XVIII, os artistas que compõe a 'caravana modernista' criam uma homogeneização. É como se as edificações do século XVIII acabassem de ser descongeladas e essas construções ainda conservassem os ares e os brilhos dos seus primeiros anos. Com esse comportamento, o grupo coloca suas propostas como referenciais, passando a ditar o que deve ser alvo de preservação e que, em 1924, devia ser recuperado como novas referências para o passado da nação. (VENTURA, 2000, p. 97).

**Figura 13 - Dois panoramas, Ouro Preto e Mariana, 1924, Tarsila do Amaral**



**Fonte: AMARAL, 1986**

Novamente aqui, como dissertamos no segundo capítulo, há uma idéia de decadência e esquecimento que subjaz à visão de cidade histórica. Pois esta representa aquela sociedade pretérita que abastou-se pela atividade mineradora, uma sociedade política e economicamente dinâmica, rica; a cidade histórica fora o espaço dos grandes movimentos populacionais, dos grandes negócios, mas que, em 1924, encontrava-se inerte, jogada no limbo do tempo, paralisada. E a própria inércia da cidade histórica garantiria seu valor enquanto tal. Ela era a reminiscência de tempos áureos, a sobrevivente do processo temporal demolidor que deveria ser protegida desse mesmo processo por comportar em si referências históricas primordiais à nação. “Nas nossas recordações quase tanto como o interior de St.º Antônio. ‘Quelle merveille!’ na cidade morta, o deserto, modorra, a grande igreja eleva as torres curtas.” (ANDRADE, 1972, p. 113-114).

A viagem dos intelectuais paulistas a Minas Gerais reafirma as cidades coloniais mineiras como centros de referência artística e histórica do povo brasileiro. Deste modo, a partir da excursão modernista, Ouro Preto passa a fazer parte dessa linguagem maior que conveniu-se chamar barroco mineiro<sup>140</sup>. A partir de então, compartilhando das características das cidades coloniais de Minas, Ouro Preto se insere num programa mais amplo, num campo relacional maior<sup>141</sup>, o que a possibilitará ser identificada e tombada como patrimônio anos mais tarde. O barroco mineiro, portanto, será uma referência central às atividades do SPHAN nas primeiras décadas de sua atuação<sup>142</sup>.

---

<sup>140</sup> Como nos informa Gomes Júnior (1998), em meados do século XIX, no Brasil, começa a aparecer a idéia de um estilo barroco. Porém, este era visto como uma forma degenerada, extravagante, excessiva, de mau gosto, contrastando com os modelos neoclássicos, representantes da boa forma e do bom gosto. Somente na década de 1920, então, segundo Gomes Júnior, é que o barroco ganha uma valorização positiva no Brasil, principalmente o que se convencionou chamar barroco mineiro, estilo este considerado o mais brasileiro das vertentes barrocas. Vale dizer que não faz parte da nossa proposta um estudo mais detalhado do barroco mineiro. Sobre o tema ver ÁVILA, Affonso. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967; ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1980; MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1973.

<sup>141</sup> “A cidade mineira, com construções de prédios públicos da administração portuguesa, o casario e os edifícios religiosos do século XVIII aparecem como imagens fundadoras de um passado colonial e merecem ser resgatadas, para sustentar um projeto de nação moderna.” (VENTURA, 2000, p. 101).

<sup>142</sup> Veremos mais adiante como figuras importantes do movimento modernista, seja em Minas ou em São Paulo, vieram a compor os quadros do SPHAN e contribuíram na construção das políticas patrimoniais no país, como é o caso de Mário de Andrade e Carlos Drummond de Andrade.

**Figura 14 - Paisagem de Ouro Preto, 1924, Tarsila do Amaral**



**Fonte: Projecto Cultural Artistas do Mercosur, 1998**

Neste primeiro tópico do terceiro e último capítulo de nossa dissertação, trabalhamos com as visões do modernismo paulista sobre o legado histórico e artístico de Minas Gerais no que diz respeito à formação de uma tradição e uma identidade brasileira. Consideramos que os intelectuais de São Paulo ajudaram a abrir um campo que já vinha sendo explorado desde o começo do século XX. No entanto, outras vozes se juntaram ao coro de Tarsila, Mário e Oswald de Andrade.

Vejamos agora como os discursos destes modernistas afinam-se ao imaginário que vinha sendo construído no interior do Estado de Minas Gerais relativo à questão do patrimônio e da cidade histórica.

### 3.2 Vozes de Minas

Em 1916, o jornalista e crítico literário Alceu Amoroso Lima, cujo pseudônimo era Tristão de Athayde, publica na “Revista do Brasil” um artigo intitulado “Pelo Passado Nacional”, no qual ele defende a preservação do patrimônio histórico de Minas Gerais e do Brasil (LIMA, 1916). Intelectual de renome no panorama jornalístico brasileiro a partir do final dos anos 1920, Alceu Amoroso escreveu sobre os mais variados temas, como sociologia, política, crítica literária, história, economia, religião, ética, etc., obtendo papel de destaque pela sua coluna de “O Jornal”, intitulada “Vida Literária”<sup>143</sup>.

Em se tratando, portanto, de um escritor de prestígio, Tristão de Athayde publica num dos periódicos mais influentes nos meios intelectuais da época o que se poderia chamar de uma defesa pública do patrimônio histórico mineiro e brasileiro. Este artigo da “Revista do Brasil” é uma voz de peso no processo de emergência das primeiras noções do que seria o patrimônio histórico e artístico nacional; ele demonstra, além do mais, as preocupações em torno da questão histórica e patrimonial oriundas de um intelectual mineiro, isto é, preocupações que provêm do seio de Minas e antecede os estudos dos modernistas paulistas.

Para confeccionar seu artigo, Alceu Amoroso Lima visitou Ouro Preto e Diamantina<sup>144</sup>, cidades escolhidas pelo autor por apresentarem o que lhe convinha chamar de patrimônio histórico, relíquias do passado. Assim, Alceu ressalta, em tom de denúncia, o abandono a que foram relegadas estas cidades e o quão lamentável é este abandono e esta ruína para a constituição do presente da nacionalidade. Vejamos como o autor concebe e caracteriza a imagem que ele elege histórica.

---

<sup>143</sup> Tiramos essas informações do conhecido livro de João Luiz Lafetá (2000). Este autor, referindo-se ao decênio de 1920, faz as seguintes afirmações sobre Alceu Amoroso Lima: “Todas as obras importantes que surgiram por esta época passaram pelo seu crivo de julgador; foi crítico do Modernismo, o divulgador de pesquisas literárias das vanguardas de então; sua palavra podia ser decisiva, sua opinião era capaz de consagrar, sua presença era constante e respeitada, seus juízos eram recebidos muitas vezes como definitivos, encerrando discussões. Era conhecido como o crítico lúcido, inteligente, imparcial, sereno, culto, dotado de sensibilidade, argúcia, e espírito aberto o bastante para ser capaz de perceber, nas hesitações de um estreante, a potencialidade do talento.” (LAFETÁ, 2000, p. 77).

<sup>144</sup> Alceu Amoroso Lima foi acompanhado nesta viagem por Virgílio Melo Franco de Andrade e seu neto Rodrigo, futuro fundador diretor do SPHAN. (MENICONI, 2000).

Venho de um grato colóquio com as cousas do nosso passado. Na retina se me estampam ainda a alvura das capelinhas montanhezas, entre o anil do céu e o verde das frondes, o porte simbólico dos cruzeiros, a pedra corroída dos velhos chafarizes, os muros negros, as árvores anciãs. Por algum tempo, curto em dias, mas longo em meditação e saudade, conversei às sombras dos nossos mortos nas ruínas das nossas paisagens. E se ousa agora tomar da pena, é porque deles, dos nossos mortos amados, ouvi uma longa queixa sentida contra o desamparo em que deixam os brasileiros de hoje.

É a voz das mortas gerações que fala por minha voz; a voz dos homens que primeiro assentaram a pedra angular da nossa pátria. Acorrei, filhos ingratos desta terra: vinde ouvir a lamentação das ruínas!

Vila Rica e o Tejuco, hoje Ouro Preto e Diamantina, encarnaram a epopéia bandeirante. A Capital do ouro e a Capital do diamante foram a dupla expressão do sonho radioso, que permitiu e realizou a conquista do sertão. O ouro era o sol que aquecia as imaginações após as noites de desalento; os diamantes as estrelas que consolavam as ambições, passados os dias de borrasca e descrença. (LIMA, 1916, p. 1).

Ouro Preto, pelo ouro, e Diamantina, pelo diamante, são aqui evocadas como os tesouros maiores da pátria. Suas histórias refletiriam, dessa forma, o heroísmo, a *epopéia*, da construção da nação. Uma história grandiosa assim deveria ser prezada, valorizada e preservada nas reminiscências que sobreviveram à ação do tempo. O Passado ao qual Alceu Amoroso se referia não era um passado para ser esquecido, mas uma instância para ser lembrada, revivida, naquilo que ela possuía de incomum, aventureiro, belo e grandioso. A visão das cidades se coaduna com a impressão de uma paisagem pitoresca que espelha as linhas de um passado mítico.

Novamente aqui o passado vem cristalizado no desenho urbano, nas ruínas ou na pátina riscada nas pedras da cidade; o desenho urbano transforma-se numa paisagem pretérita inquestionável, num dado natural, por assim dizer, do que remanesceu desse passado. O aspecto ruidoso da cidade é um indício de sua antiguidade e, por isso mesmo, um sinal do seu simbolismo histórico. No entanto, a ruína era o sinal de que a cidade soçobrava e necessitava, urgentemente, ser recuperada, resgatada, preservada, protegida do tempo enfim<sup>145</sup>. Alceu Amoroso conversou com Ouro Preto e Diamantina; seu colóquio sugere uma personalização unívoca e extática destas cidades, como se estas fossem corpos estáveis, incorruptíveis, símbolos de um tempo superior, áureo, heróico;

---

<sup>145</sup> Cf. RUSKIN, John. *The seven lambs for architecture*. New York: Hill and Wang, 1989; RIEGEL, A. *Le cult moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, 1984.

mais que cidades, Ouro Preto e Diamantina seriam espelhos ou relíquias de um passado majestoso e primevo por encarnarem os valores ancestrais fundamentais ao mundo presente. Porém, são preciosidades desamparadas por esse mesmo mundo. Ouro Preto e Diamantina encerram um passado que deve ser recuperado para o bem do próprio presente. O discurso de Tristão de Athayde é rico em imagens evocativas e reverentes e está sempre a acalentar a busca de um passado histórico exemplar, vital ao presente.

Mas não eram somente Ouro Preto e Diamantina que entraram no campo de visão de Alceu Amoroso; outras cidades mineiras são listadas pelo autor e Minas Gerais é alçada ao papel de protagonista na composição histórica da nacionalidade.

Vila Rica e o Tejuco foram, em todos os tempos, dois brazeiros da libertação da terra. Quando por mais não fosse, só por isso, devemos ajoelhar-nos piedosamente à beira destes dois túmulos, onde repousam as primeiras asas com que o nosso Brasil bateu os flancos ainda infantis. Nesse território heróico das Minas Gerais são muito as cidades mortas: Ouro Preto, Diamantina, Mariana, Sabará, São João Del Rei, Serro, Caeté e várias outras, tiveram outrora uma vida brilhante florescente, de que o viver atual não é mais do que uma pálida lembrança. Em todas elas o presente é um mero evocador. Eis a função das cidades mortas: acordar em nossas almas o respeito pelas coisas de antanho, penhor seguro de um amor positivo às coisas do presente. Para sermos verdadeiros patriotas, para alcançarmos esse patriotismo superior em que o coração é um simples colaborador da razão, precisamos comover o nosso espírito ante o espetáculo da tradição. O passado é um grande educador, comunicando-nos essa comoção indispensável ao trabalho fecundo das idéias, mas as suas lições só são verdadeiramente instrutivas quando têm por cenário o quadro em que ele se desenrolou. No Brasil, sobretudo, agonizante à mingua de patriotismo, é de urgente necessidade guardar para a nossa e para as gerações vindouras a moldura do nosso passado. (LIMA, 1916, p. 2).

Alceu chama de “cidades mortas” aquelas que “emolduram” o passado nacional. Mortas, talvez, por não serem mais as cidades “brilhantes” que foram em outrora, mas por serem mais que simples cidades: a própria imagem congelada (emoldurada) de um passado valioso. E o patriotismo de Alceu consistia em reverenciar esses belos “cenários” pretéritos. Daí que, reverenciando tais quadros, os brasileiros iriam instruir-se nas mais sábias lições legadas pelo pioneirismo dos seus ancestrais: as lições que exprimiriam os ideais de liberdade e trabalho, pilares da soberania nacional. No mais, era preciso olhar para o passado para ver nele o que havia de mais grandioso e continuar sua obra ao longo

do tempo. Era preciso olhar o passado, enfim, para conhecer a tradição que se deveria manter. E essa tradição estava preservada nos remanescentes históricos, como as cidades de Ouro Preto, Mariana e Diamantina, por exemplo, que representavam as origens da nação. O Brasil, na perspectiva de Tristão de Athayde, era um país jovem que ainda não tinha consciência da sua importância histórica nem da sua própria identidade. Fazia-se necessário, por conseguinte, denunciar essa ignorância e reabilitar o passado do país<sup>146</sup>.

Somos um povo em infância, somos nós os fazedores do passado, não há dúvida, mas não poderemos levar avante a nossa missão se desprezarmos o que para nós constitui o passado da pátria. A perspectiva das origens é um elemento primordial dos povos em formação: e é pela memória do passado que deve começar a obra da construção nacional. (LIMA, 1916, p.14).

Tal como nos discursos dos intelectuais de São Paulo, Alceu Amoroso Lima também elege Minas Gerais como o reduto histórico-nacional supremo. Por conseguinte, apoiados nesta visão de que Minas Gerais cumpre papel de destaque na história do Brasil, os políticos mineiros corroboram a centralidade histórica mineira ante o conjunto da federação: em outubro de 1924, o deputado federal Augusto de Lima Jr. propõe o projeto de lei nº 181 que objetivava a criação de um Serviço do Patrimônio. Em junho de 1925, o presidente de Minas Gerais Mello Viana cria uma comissão a fim de debater a criação de um órgão federal que preservasse e restaurasse o patrimônio histórico e artístico brasileiro<sup>147</sup>. Essa comissão era composta por: Dom Antonio Cabral, arcebispo de Belo

---

<sup>146</sup> “(...) Era meu intuito lançar o alarma entre aqueles cuja voz pode ser ouvida. Citei alguns fatos; se quisesse completar a resenha, teria de fazer uma nomenclatura de todos os nossos velhos monumentos, pois o mal, de que morrem os que acabo de mencionar, é uma epidemia nacional!” (LIMA, 1916, p. 14).

<sup>147</sup> Cf. RUBINO, 1991. No ano de 1923, deputados apresentaram um projeto de lei para a criação da Inspeção de Monumentos Históricos e, um ano mais tarde, foi acrescentada a este projeto uma ementa que previa coibir a venda e a dispersão das obras de arte pelos negociantes de antiguidades. Em 1926, a Inspeção de Monumentos Históricos foi criada em Minas Gerais; no ano seguinte, a Inspeção foi criada na Bahia; em 1928, é a vez de Pernambuco receber os serviços da Inspeção de Monumentos Históricos. Em âmbito federal, a primeira iniciativa em relação à proteção patrimonial deu-se no ano de 1920, quando Bruno Lobo, presidente da Sociedade Brasileira de Belas Artes, encarregou o professor Alberto Childi, conservador de Antiguidades Clássicas do Museu Nacional, de elaborar um projeto de lei visando defender o patrimônio nacional; em 1923, o deputado federal pernambucano Luiz Cedro apresentou à câmara um projeto para a criação de mecanismos para a proteção patrimonial; em 1924, o poeta mineiro Augusto de Lima também apresentou seu projeto sobre o patrimônio; e, em 1925, o jurista mineiro Jair Lins esboçou um anteprojeto de lei federal para a defesa do patrimônio brasileiro. Todos esses projetos malograram. Não cabe aqui nos estender mais sobre os antecedentes da criação de uma instituição patrimonial no Brasil. Cf.

Horizonte; Dom Joaquim Silvério dos Santos, arcebispo de Diamantina; Diogo de Vasconcelos, historiador e diretor da Instrução do Estado, Nelson de Senna, deputado e também historiador<sup>148</sup>; Augusto de Lima, deputado federal e escritor; Ângelo de Macedo, engenheiro; Francisco Negrão de Lima, chefe de gabinete do Secretário do Interior; e Jair Lins, jurista e relator desta comissão<sup>149</sup>. Nesta época, Minas sofria com a dilapidação das suas obras de arte sacra pelo comércio de antiguidades; a comissão formada por Mello Vianna inventariou o acervo dos objetos de arte remanescente do barroco mineiro, intensificando a vigilância sobre esses bens, de modo a impedir que muitas dessas obras saíssem do Estado. A mesma comissão promoveu uma restauração na igreja de São Francisco de Assis de Ouro Preto, um dos principais exemplares da genialidade de Aleijadinho<sup>150</sup>.

Podemos afirmar que o artigo de Alceu Amoroso Lima antecede e prenuncia as preocupações, em torno da questão do patrimônio histórico, daqueles modernistas que estiveram em Minas Gerais no ano de 1924; por sua vez, a caravana dos intelectuais paulistas veio dinamizar e influenciar esse processo de patrimonialização de um passado que se queria fundamental.

...os excursionistas manifestaram a sua admiração pela obra de governo que Minas está realizando neste momento e pelas riquezas artísticas que aqui encantam, sobretudo, nos velhos templos que urge conservar, na beleza primitiva. (“Minas Gerias”, Belo Horizonte, 27/04/1924, nº 97, apud VENTURA, 2000, p. 95).

---

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005; KERSTEN, 2000.

<sup>148</sup> Trata-se do mesmo Nelson de Senna que anos antes registrara em livro as memórias históricas das comemorações do Bi-centenário de Ouro Preto. Ver o segundo capítulo desta dissertação.

<sup>149</sup> Palestrando em Ouro Preto no ano de 1968, Rodrigo Mello Franco de Andrade afirma sobre a comissão formada por Mello Vianna: “Não poderia ser organizada comissão mais representativa do que aquela, uma vez que, além de contar com as personalidades que conheciam melhor o patrimônio histórico mineiro e exerciam funções importantes no meio, incluía os titulares prestigiosos das três únicas arquidioceses na época existentes em Minas Gerais, sob cuja jurisdição se achavam os monumentos e obras de arte religiosos situados no território do Estado.” (ANDRADE, Rodrigo M. Franco de. *Rodrigo e o SPHAN: coletânea de textos sobre patrimônio cultural*. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987, p. 19-80, apud RUBINO, 1991, p. 43).

<sup>150</sup> Veremos mais adiante que esta obra de restauração foi criticada por Gustavo Barroso anos mais tarde, quando ele esteve em Ouro Preto para realizar as primeiras restaurações de peso na cidade. Pelas pesquisas que fizemos, não pudemos encontrar mais detalhes sobre a comissão de Mello Vianna. As informações colhidas, todas elas, estão aqui explicitadas. Ao que tudo indica, esta comissão foi importante porque demonstra os pioneiros esforços em torno da criação de medidas que protegessem os bens patrimoniais, em Minas e no Brasil; no entanto, suas ações foram modestas e não surtiram o efeito mais amplo de fundar uma instituição que implementasse uma política oficial de proteção.

Em abril de 1924, por ocasião da *Viagem do descobrimento do Brasil*, os modernistas de São Paulo estiveram em Belo Horizonte, onde encontraram um grupo de jovens literatos mineiros, composto por Carlos Drummond de Andrade, Pedro Nava, Emilio Moura, Francisco Martins de Almeida, Gregoriano Canêdo, entre outros<sup>151</sup>. O Grupo da Rua da Bahia, como ficaram conhecidos estes mineiros, ou Grupo Estrela, pois freqüentavam um café chamado Estrela, situado à mesma Rua da Bahia, depois do contato com os modernistas paulistas, voltaram-se para a questão da conservação de obras do passado histórico brasileiro. A partir do contato entre os paulistas e os mineiros, estes nortearam-se pelos ideais modernistas e estabeleceram um intenso diálogo com as diretrizes do movimento. O Grupo Estrela tornou-se a voz modernista das Minas Gerais e empreendeu, como seus interlocutores paulistas, uma contundente defesa do passado nacional, especialmente do legado barroco de Minas Gerais, da construção de uma tradição estética autêntica, bem como da revisão/renovação das linguagens, manifestações ou formas artísticas e literárias brasileiras<sup>152</sup>.

A viagem dos paulistas a Minas propiciou os vínculos entre este grupo e o grupo modernista mineiro; a ligação entre ambos recrudescer e ampliou o movimento que ora se propunha, fortalecendo ainda mais os discursos em prol da construção de uma nacionalidade ancorada nas referências das linguagens populares, do barroco mineiro, das paisagens interioranas, e de tudo aquilo que era considerado o passado nacional. Ser moderno significava, nesse momento, ser nacional e pressupunha a defesa de um passado e de uma memória histórica<sup>153</sup>. O modernismo brasileiro formava-se com base no legado deste passado.

Os modernistas mineiros<sup>154</sup>, assim, passam a enxergar o patrimônio histórico do seu Estado e a denunciar o abandono e a falta de proteção que o envolviam. Em 1925, os intelectuais da Rua da Bahia lançam um periódico chamado “A Revista”, onde expõem

---

<sup>151</sup> Cf. BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.

<sup>152</sup> “Para os modernistas do grupo do Estrela um dos sentidos da viagem foi, sem dúvida, o rompimento com o provincianismo, a abertura para novos interlocutores fora dos ‘círculos restritos’ de Belo Horizonte. A viagem abre aos escritores mineiros uma passagem para o modernismo de São Paulo e, por conseguinte, do restante do país. Foi a primeira vez que intelectuais de expressão nacional discutiam as produções literárias e plásticas desses jovens futuristas e, o mais importante, deram um voto de confiança a eles. Era um convite claro para compor o projeto de nação.” (VENTURA, 2000, p. 40).

<sup>153</sup> Ver apêndice.

<sup>154</sup> Sobre os modernistas de Minas ver BOMENY, 1994; DIAS, Fernando Correia. *O movimento modernista em Minas: uma interpretação sociológica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971.

suas idéias e projetos, mantendo o diálogo com os precursores paulistas. A edição de inauguração de “A Revista” trazia uma denúncia contra o abandono das obras artísticas e históricas de Minas, entre elas as cidades históricas, e contra a dilapidação de peças sacras importantes para a formação do conjunto barroco. O texto denominado “Os nossos tesouros artísticos” trazia as seguintes palavras:

É de todos sabido que as chamadas cidades históricas de Minas são verdadeiros museus de arte tradicional. Menos sabido, porém igualmente verdadeiro, é que um mercantilismo desenfreado procura dispersar as admiráveis riquezas desses museus, por meio de transações mais ou menos lucrativas e sempre condenáveis. Em consequência, vamos perdendo pouco a pouco as majestosas alfaias que engalanavam as nossas igrejas, e, com elas, inúmeras preciosidades de cerâmicas, móveis de estilo, jóias, bordados, tecidos, etc., etc.,... Sabemos, por exemplo, de um estrangeiro que, percorrendo com vagares de beneditino o interior do estado, adquiriu, entre muitos outros objetos, um soberbo crucifixo do século XVIII pela ridícula quantia de 25\$000! A pessoa que realizou esse altíssimo negócio deu-se por satisfeita... O que não sabemos é qual foi a opinião que ficou tendo de nós o ardiloso estrangeiro<sup>155</sup>, que meses depois regressava ao seu país...

Nessas condições, é muito de louvor a resolução do presidente Mello Vianna, organizando uma comissão para estudar os meios de impedir esse comércio abusivo e danoso. Folgamos em ver realizado o sonho do grupo de intelectuais paulistas que, o ano passado, fez uma longa e proveitosa excursão às nossas cidades históricas. Aliás, o sonho era de todos, paulistas ou mineiros, que temos a coragem de nos preocupar com assuntos de arte nesse tempo de vida cara e de revoluções caudilhescas. Em Belo Horizonte, os novos bandeirantes trataram com entusiasmo de lançar as bases de uma associação que tivesse por fim defender o nosso malbaratado patrimônio artístico. A idéia floresceu. A comissão escolhida pelo Sr. Mello Vianna tratará provavelmente de estabelecer uma sociedade protetora das obras de arte em Minas, com uma organização elástica, de sorte a permitir a sua atuação nos diferentes municípios mineiros, em cada um dos quais deve estar sempre alerta um defensor da boa causa. (“A Revista”, 1925, p. 46).

Vemos nesse relato a maturação da idéia de patrimônio a partir da denúncia do comércio de obras sacras e da apologia à comissão criada por Mello Vianna. As cidades históricas mineiras são também consideradas museus pelos modernistas de Minas, por isso deveriam ser tratadas como tais, isto significava dizer: preservadas em sua arquitetura colonial e protegidas contra a dilapidação de suas peças barrocas. Estamos em

---

<sup>155</sup> Não pudemos tomar conhecimento de quem seria esse “estrangeiro”.

meados da década de 1920, quando o valor histórico e artístico atribuído a certas reminiscências (valor determinante da noção de patrimônio) se rotiniza nos discursos dos intelectuais modernistas, seja em Minas ou em São Paulo, já apontando para a sua consolidação em âmbito federal, o que se dará na década seguinte.

**Figura 15 - Ouro Preto, Escola de Minas, década de 1920, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

Em 1926, viaja a Ouro Preto o diretor do Museu Histórico Nacional Gustavo Barroso. Uma vez lá, Gustavo Barroso lamenta seu estado decrépito, ruinoso<sup>156</sup>. As ruínas em que se encontrava a cidade alarmaram o diretor do Museu Histórico Nacional, fazendo com que ele voltasse a Ouro Preto dois anos depois, em 1928, com o fito de

---

<sup>156</sup> Depois de visitar Ouro Preto em meados da década de 1920, o escritor Gilberto de Alencar também impressiona-se com o aspecto avariado da cidade. Segundo ele, a cidade agonizava. Fazia-se necessário socorrê-la. Nas palavras do autor: “Como é que se deixa assim morrer, desaparecer a cidade talvez mais interessante do Brasil, aquela que foi o teatro dos episódios porventura mais belos e elevados da história brasileira? Da história brasileira, que não é assim tão opulenta de acontecimentos realmente notáveis? Como se consente nesta rejeição clamorosa, neste repúdio que chega a ser, não apenas irritante, mas lamentavelmente vergonhoso?” (ALENCAR, Gilberto de. *Cidade do sonho e da melancolia; impressões de Ouro Preto*. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1926, p. 12).

avaliar o real estado das igrejas, chafarizes e os principais casarões da cidade para propor um programa da restauração e conservação arquitetônicas.

A situação era alarmante. Caíra o telhado da igreja do Rosário, que as chuvas arruinavam dia a dia. Viera abaixo o mirante e metade da cobertura da famosa Casa dos Contos. Terminava a administração municipal a criminosa demolição da Casa de Marília de Dirceu. (Anais do Museu Histórico Nacional, 1948, p. 6).

Gustavo Barroso, tendo em vista o estado calamitoso dos principais prédios históricos ouropretanos, rumou a Belo Horizonte, ainda na ocasião de sua viagem de 1928, onde se encontrou com o presidente de Minas o Sr. Antônio Carlos, antigo colega de parlamento, a quem propôs medidas para a conservação e restauro daquelas construções históricas. O diretor do Museu Histórico Nacional obteve do governador a verba de 200 mil cruzeiros para a realização das urgentes obras de Ouro Preto, repassando esse dinheiro para a prefeitura desta cidade, pela qual correram os pagamentos. Assim, Gustavo Barroso foi encarregado, pelo governo de Minas, a inspecionar, tecnicamente, os trabalhos de restauração. Retornando ao Rio de Janeiro, onde cumpria suas obrigações de jornalista e diretor do referido museu, Gustavo Barroso teve com o então Ministro da Viação, Dr. Victor Konder, dirigente chefe do prédio da Casa dos Contos, onde funcionava a sede dos Correios, em Ouro Preto, para solicitar-lhe o valor de 50 mil cruzeiros a serem vertidos às reformas previstas neste mesmo prédio. Os 50 mil foram doados e Victor Konder se responsabilizou pela fiscalização técnica do restauro da Casa dos Contos. Ademais, Gustavo Barroso lançou mão de sua profissão de jornalista e, mediante freqüentes notas na imprensa, chamou a atenção pública à questão da restauração e proteção de Ouro Preto como patrimônio histórico nacional<sup>157</sup>. Em um artigo publicado no jornal “Correio da Manhã”, datado de 26 de julho de 1928, cujo título é “As igrejas de Minas e a Sé Velha da Bahia”, Barroso escreve:

O Sr. Antônio Carlos pretende realizar na sua terra um obra inteligente e digna de todos os louvores: a defesa do patrimônio Histórico, Artístico e tradicional de Minas, que é dos mais ricos do Brasil. Já o Sr. Melo Vianna dera alguns passos, os primeiros, nesse sentido, procurando

---

<sup>157</sup> As referências a este parágrafo estão nos Anais do Museu Histórico e Artístico Nacional, vol.V, 1948.

impedir a saída de antiguidades do estado e auxiliando a conservação e restauração de monumentos como a igreja de São Francisco de Assis, em Ouro Preto.

As obras executadas nesse maravilhoso templo alevantado pelo Aleijadinho, infelizmente, não foram confiadas a um conhecedor do assunto ou a um homem de gosto e saber. Assim, meteram no corpo da igreja um rodapé de ladrilhos brancos modernos. É sabido que as igrejas de Minas, com exceção do Carmo, de Ouro Preto, não têm azulejos. A cerâmica nos tempos coloniais raramente passou do litoral para o interior devido às dificuldades de transporte, todo ele em lombo de burro ou em carros de bois. Além do grande peso, estava sujeita a quebrar-se facilmente.

(...)

Malgrado tais senões, a restauração dessa linda igreja foi vantajosa. Protegeu-a. Limpou-a. Deu-lhe mais de um século de vida. E é de louvar o bom gosto que presidiu a alguns consertos, sobretudo o lajeamento do pátio pela forma antiga. (BARROSO, 1948a, p. 6-7).

Gustavo Barroso indica como início da defesa do patrimônio histórico em Minas Gerais as atitudes da comissão de Mello Vianna. Apesar de criticar as obras de restauração empreendidas por esta comissão na igreja de São Francisco de Assis, apontando erros crassos na forma como foi conduzida, sua avaliação final a propósito dessa obra é positiva. Gustavo Barroso tem em mente apoiar e incentivar as medidas de restauro, concorrendo, como supervisor técnico, para a sua melhoria e aperfeiçoamento.

Em fins da década de 1920, Ouro Preto já é tida como patrimônio e seu valor histórico fica cada vez mais entranhado, óbvio. Em 1928, obras de restauração são realizadas na cidade sob a supervisão técnica de Gustavo Barroso, personalidade esta de suma importância no processo de restauração da arquitetura colonial ouropretana, assim como o foi o presidente de Minas na ocasião, o Sr. Antônio Carlos. Se Barroso supervisionou as obras de restauro, o Sr. Antônio Carlos, representando o governo do Estado, patrocinou as mesmas. Foram restauradas, então, a igreja de Nossa Senhora do Rosário, a igreja de Nossa Senhora do Carmo, a Matriz do Pilar, a capela de São João, a Casa dos Contos, a ponte de São José, além dos principais chafarizes da cidade<sup>158</sup>.

As restaurações empreendidas neste momento na cidade de Ouro Preto procuraram restabelecer os prédios avariados segundo seus traços de origem. Nas

---

<sup>158</sup> Os chafarizes restaurados foram: chafariz da Glória, chafariz dos Contos, chafariz do largo de Dirceu, chafariz de Cláudio Manuel e chafariz do Alto da Cruz. Sobre as informações deste parágrafo ver Anais do Museu Histórico e Artístico nacional, vol.V, 1948.

edificações restauradas, Gustavo Barroso procurou refazer ou resgatar as partes perdidas ou estragadas pela ação do tempo. Buscando uma fidelidade histórica, assentada numa visão de autenticidade estilística, as restaurações foram orientadas no sentido de restabelecer analógica e integralmente os modelos e padrões arquitetônicos originais<sup>159</sup>. Essa busca de uma originalidade ou autenticidade estilística, pautada numa reconstrução dos prédios restaurados em suas formas primeiras, aponta para a preocupação de Barroso em resgatar a cidade perdida, em fazer visível um passado histórico, em revivê-lo na sua arquitetura genuína. A cidade histórica deveria, portanto, ser a prova verdadeira e incontestável do passado que a legitimava enquanto tal, e, para tanto, urgia que esta cidade fosse restaurada em sua imagem original. O atributo histórico assentava-se sobre essa imagem arquitetural pretérita, e era possibilitado desde que essa imagem, delineada pela arquitetura, estivesse recuperada (visível) e conservada. Vejamos como Barroso avaliou as obras de restauro realizadas na igreja do Rosário:

Grande parte do telhado restaurada. Examinei as madeiras adquiridas. Boas. Examinei o tempo todo com Odorico Neves<sup>160</sup>, que está instruído de tudo como deve ser feito, respeitando o estilo e as usanças da época, de maneira a não ser cometida asneira alguma. (Anais do Museu Histórico Nacional, 1948, p. 30).

As “asneiras” que poderiam ser cometidas consistiriam em desrespeitar “o estilo e as usanças da época.” (Anais do Museu Histórico Nacional, 1948). A fiscalização de Barroso atuava contra esses equívocos de restaurações, norteando-se por uma fidelidade aos elementos arquitetônicos originais, ou seja, históricos. A noção de um tempo outro, distinto de seu presente, orientava Barroso a distinguir o passado histórico naquilo que este possuía de específico e genuíno, devendo ser restaurado dentro de suas características próprias, singulares. Tal visão fica mais clara ainda na crítica que Gustavo fez às restaurações empreendidas na igreja de São Francisco de Assis pelo governo de Mello Vianna. Segundo suas palavras:

---

<sup>159</sup> Infelizmente não encontramos imagens destas restaurações.

<sup>160</sup> Membro da Irmandade do Rosário à época e zelador da igreja. Anais do Museu Histórico e Artístico nacional, vol.V, 1948.

Nessa igreja foram cometidos alguns erros, quando a restauraram. Estes gritam! Há um rodapé de azulejos brancos modernos que deve ser retirado quanto antes, restabelecendo a parede lisa de outrora ou fazendo-se continuar o lambris de madeira pintada da capela mor (...). As portas e balaustradas que deviam ser enceradas ou, quando muito, envernizadas, foram pintadas fingindo madeira. É um crime. Falece-me autoridade para intervir no caso; mas julgo que se devia sanar isso, restabelecendo-se a obra antiga como era de verdade. (Anais do Museu Histórico Nacional, 1948, p. 31).

A verdade histórica das edificações pautava-se na visão de Gustavo Barroso segundo a qual havia estilos arquitetônicos que pertenciam a momentos históricos específicos e por isso deviam ser restaurados conforme foram engendrados em seus respectivos tempos (MENICONI, 2000). Era preciso trazer à tona esses estilos, em suas formas, usos e materiais próprios, para que seus tempos correspondentes fossem vivificados. O passado que se queria historicizar em Ouro Preto dependia, portanto, das obras de restauração que respeitassem a originalidade e autenticidade dos edifícios. A crítica de Gustavo Barroso às reformas no assoalho da igreja do Carmo é outro exemplo de seu modo de conceber o restauro de artefatos históricos. Nesta igreja foram trocados o antigo assoalho de tábuas de baraúnas, em forma de campas, sob o qual se sepultavam os mortos, por um assoalho de tacos, um tipo de moderno piso. Sobre esta reforma, Barroso depõe:

O que vi se fazendo no Carmo é um crime e mostra que se não deve confiar às irmandades o cuidado de restauração dos templos, sim entrega-lo a quem entenda do assunto. Todo o assoalho de rijas tábuas de baraúna era em forma de campas, em quadros, com os respectivos números das antigas sepulturas, o que caracterizava uma época. Como os barrotes que sustentavam esse tabuado estivessem em alguns pontos apodrecidos, levantaram todas as campas e resolveram fazer um assoalho moderno, em tacos de duas cores. Houve protestos de algumas pessoas contra esse horror. Então, resolveram serrar os tabuões das campas em tiras estreitas, modernizando a velha baraúna colonial!... Ora, o tabuado de campas é característico do tempo em que a igreja foi construída e representa o uso dos enterros no sagrado, como se dizia, isto é, dentro do templo. É um crime tocar nisso. Se os barrotes estão carunchados, basta levantar as tábuas e substituí-los por outros. Pode-se mesmo fazer um baldrame de concreto invisível sobre o qual se coloquem de novo as campas, com seus números significativos. O aspecto continuará tradicional. Se a baraúna das campas está suja e feia, basta limpa-la e encera-la. Mas tirar o caráter colonial do chão da igreja é que é inconcebível! (Anais do Museu Histórico Nacional, 1948, p. 31-33).

O que importava era manter o caráter colonial dos prédios restaurados, a sua imagem tradicional. Somente assim se teria a Ouro Preto histórica em sua integridade, em seus caracteres e atributos próprios, distintivos, que a garantissem como artefato histórico. Gustavo Barroso indica, então, as diretrizes das restaurações, as quais deveriam guiar-se pelo respeito aos materiais, aos usos e formas tradicionais ou históricas (autênticas) da arquitetura em questão.

Vemos aqui, uma vez mais, que o principal recinto, lócus, por assim dizer, das preocupações de Barroso é a cidade de Ouro Preto. Esta surge como o lugar por excelência do barroco mineiro e um dos principais capítulos da história pátria: dentre as cidades históricas, é Ouro Preto a mais destacada, visada, valorizada, característica. Em Ouro Preto, a memória nacional encontra seu lugar privilegiado, seja como símbolo das maiores soluções artísticas ou estéticas<sup>161</sup>, seja como palco de acontecimentos heróicos que marcaram a história do país, como a Inconfidência Mineira e a revolta de Felipe dos Santos. Data do dia 3 de novembro de 1928 um artigo de Gustavo Barroso intitulado “A cidade sagrada”, publicado no “Correio da Manhã”, onde ele exaltava Ouro Preto como patrimônio histórico do Brasil<sup>162</sup>. Neste artigo, Barroso deixava bem clara sua mensagem a respeito desta cidade:

...Ouro Preto me atrai e me fascina, porque ali não é somente o passado que sinto, palpo e respiro, porém, o passado de minha terra, o passado de minha raça e o passado de minha língua. (...)  
Esse amor de nossas coisas fez-me voltar várias vezes a Ouro Preto e pregar sempre a necessidade de tornar aquela cidade uma como cidade sagrada do Brasil, defendendo dos insultos do tempo e protegendo das tolices dos homens a soberba floração dos seus monumentos. (BARROSO, 1948b, p. 12-13).

Na visão de Barroso, Ouro Preto retém vivo um passado histórico nacional; um passado imprescindível para a definição da identidade da nação. Neste passado estão as origens e qualidades do ser nacional; este passado é o patrimônio dos brasileiros, aquilo

---

<sup>161</sup> “(...) Ouro Preto, destacando-se nitidamente da vulgaridade monótona que caracteriza a maioria das cidades do Brasil, tem deveras aspectos únicos, feições raras, formas imprevistas, que a tornam em verdade interessante e de fato bela, dando, quase sempre, a alegria e a surpresa do inédito”. (ALENCAR, 1926, p. 120).

<sup>162</sup> Cf. Anais do Museu Histórico e Artístico nacional, vol.V, 1948.

que os define, aquilo que lhes pertence de mais genuíno, sua herança e seu caráter (sua terra, sua língua, sua raça). Desse modo, a memória pátria retida neste passado, a memória que molda e fundamenta a identidade brasileira, deve estar protegida da ação do tempo; o que significa que a cidade, por trazer inscrita em sua materialidade a imagem deste passado e dessa memória histórica, deve ser salvaguardada, ou, nas palavras de Barroso, sacralizada, blindada para não sofrer as transformações inerentes à modernidade<sup>163</sup>.

Com as referidas obras de restauro e salvaguarda da arquitetura colonial ouropretana, o patrimônio histórico e artístico brasileiro passa a possuir seus contornos. Ouro Preto torna-se a cidade onde encerram-se os critérios estéticos e as formas arquitetônicas que identificam o patrimônio nacional. A partir de então, outras cidades deveriam seguir o exemplo de Ouro Preto e passar pelas mesmas restaurações.

O belo e nobre exemplo do Sr. Antônio Carlos foi, afinal, seguido por outros governantes no nosso país. Na Bahia, o maravilhoso Convento de S. Francisco, a Sé Velha, em vésperas de ser posta criminalmente abaixo, e tantas outras obras mereceram a atenção do estado. Olinda e Recife estão cheios de vestígios e relíquias que exigem cuidado e amor. (BARROSO, 1948b, p. 14).

Se Ouro Preto constitui-se, nesse momento, como paradigma do que seja uma cidade histórica, outras cidades, dentro ou fora do Estado de Minas, são também visadas e classificadas segundo esse paradigma. Ao procurar o Sr. Antônio Carlos, Gustavo Barroso recorre ao poder estatal com o objetivo de salvaguardar todo um conjunto do que se delineava como patrimônio histórico e artístico da nação. A partir das obras de restauração empreendidas em Ouro Preto na década de 1920, o poder público começa a chamar pra si a responsabilidade de proteger e divulgar o patrimônio histórico e artístico do país. Com as iniciativas do Sr. Antônio Carlos e de Gustavo Barroso relativas à proteção deste patrimônio, as reminiscências que simbolizam uma memória histórica

---

<sup>163</sup> “Na efervescência das idéias e lutas modernas, no corre-corre, no lufa-lufa, no vai-vem desta prodigiosa época de aviões e radiotelegrafia, a palavra passado provoca quase sempre um risinho de mofa. Mas a pressa dos dias atuais, as necessidades decorrentes da existência moderna não matarão nunca o passado, porque ele é a essência das coisas humanas. É o saber acumulado, é a experiência ganha, é o caminho feito, é o que há-de verdadeiramente conquistado. (...) O desprezo do passado seria mais do que ingratidão, porque seria inconsciência.” (BARROSO, Gustavo. *A cidade sagrada*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948b, p. 12).

nacional, que servem de aparato para essa memória, passam a merecer a atuação do Estado<sup>164</sup>. Considerando que esse patrimônio correspondia aos interesses nacionais, a questão patrimonial, e com ela a questão da institucionalização e consolidação da cidade histórica, vai se constituindo como uma política governamental.

O Sr. Antônio Carlos pretende realizar um grande plano de defesa dos monumentos históricos de Minas, tanto os de valor artístico como os de valor tradicional, quer leigos, quer religiosos. Por isso procurará conservar as igrejas, chafarizes, pontes e outros vestígios do passado daquela terra nas suas principais cidades: Ouro Preto, Mariana, Sabará, Cachoeira do Campo, S. João d'El Rei, Tiradentes, Diamantina, etc., organizará um museu, mandará copiar em fotografias e desenhos toda a documentação arquitetural, de mobiliário e de usos que for possível; e fará de Ouro Preto uma verdadeira Nurembérgia do sertão. (BARROSO, 1948a, p. 7-8).

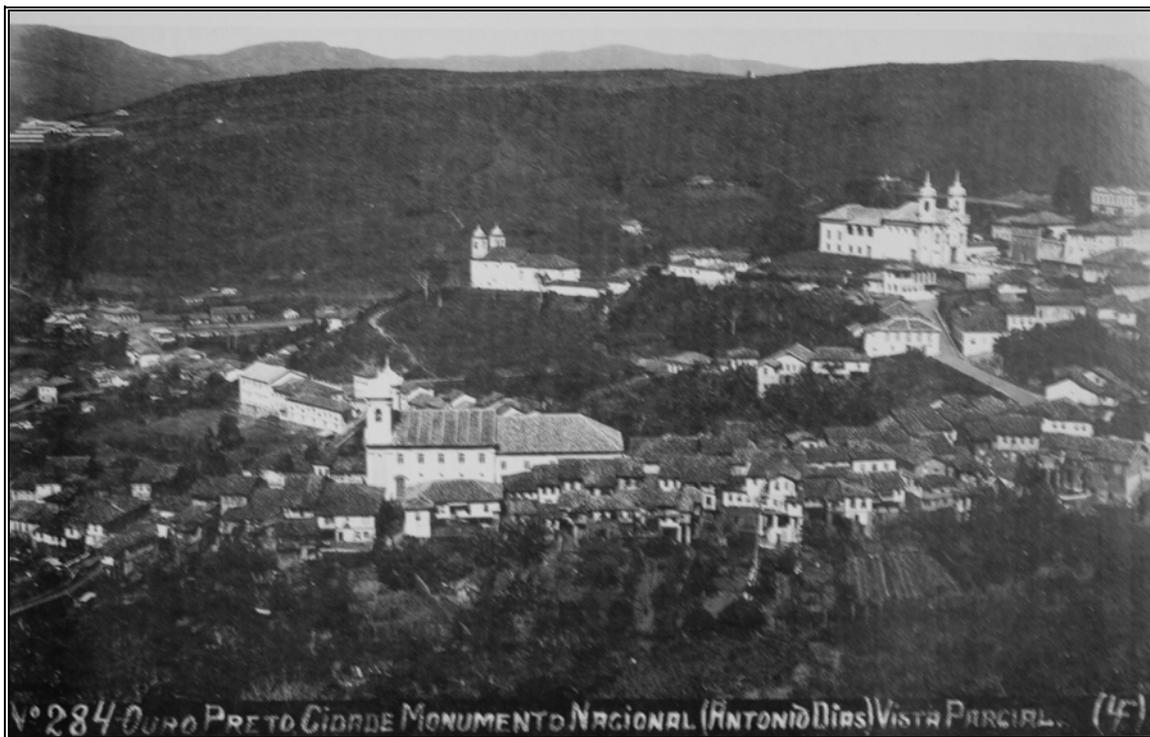
Vale dizer que as cidades históricas, em sua integridade, são consideradas por Barroso como um monumento; a cidade histórica, ela toda, comporta uma série de vestígios e provas do passado, tais como móveis, chafarizes, pontes, prédios públicos e privados, templos religiosos, enfim toda uma “documentação arquitetural”, que a possibilita o papel de reduto do passado histórico, o lugar privilegiado da memória nacional<sup>165</sup>. A cidade histórica é vista como um todo, como uma obra homogênea, coerente, fechada e museificada. A cidade histórica é transparente porque reflete o passado, e é museu porque esse passado não deve apenas estar visível, mas também protegido da ação do tempo, de modo a permanecer às futuras gerações. Barroso também opera uma distinção entre valor tradicional e valor artístico, porém os congrega sob um denominador comum, qual seja, o valor histórico.

---

<sup>164</sup> Hobsbawm (1990) nos alerta para o fato de que nas nações modernas o Estado é o grande promotor e defensor das imagens e referências nacionais. A nação moderna se organiza e se molda pelo Estado; a nação assume a expressão política e territorial do Estado, confunde-se com ele (tornando-se o que se conhece por Estado-Nação). Cf. HOBBSAWM, Eric. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.

<sup>165</sup> Ver apêndice.

**Figura 16 - Ouro Preto, cidade Monumento Nacional, Antônio Dias, vista parcial, década de 1930, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

Dessa forma, chegamos a um momento em que o campo para a criação de uma instituição pública que cuidasse do patrimônio histórico brasileiro já estava aberto. A cidade histórica já poderia ser facilmente reconhecida em fins da década de 1920. Ouro Preto torna-se um símbolo do passado nacional, uma cidade sagrada, pois que comprova a existência de uma história pátria grandiosa; é a prova de uma história cujos legados e/ou valores – como liberdade, soberania, audácia, etc. – não apenas fundamentam a identidade nacional, mas a garante em seu presente e a legitima em seu devir. Ouro Preto torna-se cenário da história<sup>166</sup>, a cidade paradigmática em cujas ruas, becos, praças e edificações resistiam os registros de uma memória histórica que se buscava instituir. Assim, a cidade histórica estava caracterizada e demarcada: seu modelo maior era Ouro

---

<sup>166</sup> “A terra da Inconfidência é um cenário cheio de verdadeira grandiosidade, que desde logo empolga, impressiona e comove. Dentro daquele ambiente, o lance romântico e generoso da conjuração mineira parece tornar-se mais altanado. Sente-se ali que ele foi realmente belo e digno, o mais belo talvez de quantos, em nossa terra, foram tentados pela liberdade.” (ALENCAR, 1926, p. 15-16).

Preto<sup>167</sup>. Só faltava agora uma legislação apropriada que a tombasse como monumento nacional e a protegesse oficialmente.

Figura 17 - Aspecto da Procissão de Corpus Christi, 1931, Luiz Fontana



Fonte: FONTANA, 1996

Ouro Preto não se vê, nem se revê, sem a emoção religiosa de quem transpõe o ádito de um santuário. Essa impressão não vem do aspecto original e solene de sua paisagem; do espetáculo grandioso dessas ásperas montanhas cujos cimos pareceram ao homem dignos de ser os pousos da divindade (...).

O que a visão alcança através do quadro desta natureza ciclópica é a alma das gerações que aqui viveram, é a civilização que criaram na dor e na luta, é a fé que as animava, é o sentimento vivo que nutriam, de que estavam fundando uma pátria, à qual deviam o dom da liberdade. Não há um trato deste cenário augusto, nem palmo das encostas audazes e dos lóbregos subterrâneos, nem uma pedra destas ruas que não sejam a página sangrenta de uma história de trabalhos e sofrimentos, de esperanças e desenganos, de revezes e triunfos. (...) As mesmas ruínas vivem e falam. E falam através dos séculos o verbo da virtude intrépida do labor heróico, do sacrifício generoso de todas as fortunas da

<sup>167</sup> “Derramando pelas alturas as casas e os templos, austera e imponente nas linhas sombrias da arquitetura colonial, parecia falar-nos naquele silêncio patético, da grandeza do passado, cheio de tantas glórias.” (ALENCAR, 1926, p. 17).

existência aos ideais eternos que santificam os mártires e inspiram os criadores e guias dos povos.

Ouro Preto é, entre todas, a cidade matriz da liberdade no Brasil. Esta é a Jerusalém onde os profetas anunciaram e padeceram por ela, onde os precursores lhe abriram o caminho, onde ela se ergueu, altiva e serena, diante dos sacerdotes da tirania, onde sofreu o suplício e a morte, onde ressurgiu na alvorada luminosa da nacionalidade, onde vive na eternidade das tradições e no fervor do culto, que aqui lhe reservou sempre um asilo inviolado e uma proteção impertérrita. (Revista do Archivo Público Mineiro, Belo Horizonte, Ano XXII, 1928. Discurso do senador Francisco Sá, por ocasião das comemorações do 30º aniversário da fundação de Belo Horizonte, p. 17).

### **3.3 A cidade monumento**

No dia 12 de julho de 1933, Getúlio Vargas, chefe do governo provisório do Brasil, assina o decreto nº 22.928 que eleva Ouro Preto à condição de monumento nacional. Com tal medida, o governo federal chama para si a responsabilidade de tutelar a cidade. O tombamento de Ouro Preto, ou seja, sua transformação em monumento, consolida seu valor histórico. O texto do decreto nº 22.928 vem corroborar os pontos que vimos até aqui sobre a noção de cidade histórica. Vejamos o que diz o decreto.

O chefe do governo provisório da República dos Estados Unidos do Brasil, usando das atribuições contidas no artigo 1º do decreto nº 19398, de 11 de novembro de 1930;

Considerando que é dever do poder público defender o patrimônio artístico da nação e que fazem parte das tradições de um povo os lugares em que se realizam os grandes feitos de sua história;

Considerando que a cidade de Ouro Preto, antiga capital do estado de Minas Gerais, foi teatro de acontecimentos de alto relevo histórico na formação da nossa nacionalidade e que possui velhos monumentos, edifícios e templos da arquitetura colonial, verdadeiras obras de arte, que merecem defesa e conservação;

Resolve:

Art. 1º - Fica erigida em Monumento Nacional a cidade de Ouro Preto, sem ônus para a União federal e dentro do que determina a legislação vigente.

Art. 2º - Os monumentos ligados á História Pátria, bem como as obras de arte, que constituem o patrimônio histórico e artístico da cidade de Ouro Preto, ficam entregues à vigilância e guarda do governo do Estado de Minas Gerais e da municipalidade de Ouro Preto, dentro da órbita governamental de cada um.

Art. 3º - Os monumentos de arte religiosa, mediante acordos que forem firmados entre as autoridades eclesiásticas e o Governo do estado de Minas e a municipalidade de Ouro Preto, poderão ser por estes mantidos em estado de conservação e assim incorporados ao patrimônio artístico e histórico do Monumento Nacional erigido pelo presente decreto.

Art. 4º - Em virtude deste decreto nenhuma alteração ou modificação advirá no organismo municipal da cidade de Ouro Preto e, bem assim, em todas as suas relações de dependência administrativa com o governo do Estado de Minas Gerais.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário. (Decreto nº 22928 de 12 de julho de 1933).

A cidade de Ouro Preto como um todo passa a ser considerada monumento histórico. Isto significa que a cidade é convertida em símbolo e palco de grandes acontecimentos históricos. O monumento histórico, segundo Françoise Choay (2001), é uma categoria específica de monumento, uma construção do mundo ocidental moderno. Para a autora, todo monumento tem uma função memorial. Porém, este “valor primordial” do monumento, ou seja, seu objetivo de rememorar, é construído de modos distintos no monumento e no monumento histórico: enquanto o primeiro é uma construção deliberada, cujos sentidos, homenagens e comemorações são designadas *a priori*, o monumento histórico é uma apropriação feita *a posteriori*, incidindo sobre aqueles objetos ou artefatos que são considerados exemplares de um passado histórico. O monumento é arquitetado com um propósito claro: fazer rememorar uma certa data, um certo feito, homenagear mártires e heróis ou evocar determinadas entidades sagradas; sua simbologia é erigida junto com o artefato. Já o monumento histórico, por sua vez, é aquele objeto cujas funções originais não tinham a ver com rememorações, destoavam de propósitos mnemônicos; este objeto é monumentalizado posteriormente, transformado em signo histórico, ou melhor, em símbolo memorial em um tempo distinto de seu mundo de origem. O monumento histórico recebe seu valor de monumento, e portanto sua semântica mnemônica, num momento posterior a seu contexto de origem, às suas funções e significados primeiros. A escolha de um monumento histórico depende da formação de um *corpus* técnico, de um campo de saber específico que seja autorizado a dizer o que deve e o que não deve receber este título, ou seja, o que deve ou não ser tombado – o tombamento é o ato institucional que oficializa o monumento histórico enquanto tal. Geralmente eleitos e elencados por historiadores e estudiosos de arte, o

monumento histórico sempre é enquadrado num conjunto de conceitos, interpretações, descrições, caracterizações tais, feitas *a posteriori* e sempre segundo o veredicto desse *corpus* técnico ou desses saberes que cotejam, julgam, recortam e elegem o artefato a ser vertido em monumento. Para Choay (2001), a junção entre o valor artístico e o histórico é o que fundamenta a origem da noção de monumento histórico: esta noção engloba aqueles objetos que referenciam ou atestam uma história das manifestações estilísticas ou estéticas; engendrados no passado, estes objetos, uma vez ligados ao movimento histórico e laureados pelo valor artístico, servem como testemunhos dos estilos que se sucederam num processo temporal, de modo a constituir a prova, os signos visíveis, reais e incontestáveis, desse suceder temporal, dessa história que se quer, a todo instante, rememorar, reter, narrar.

O monumento histórico, com efeito, reatualiza constantemente, pelo seu potencial mnemônico calcado em sua concretude e visibilidade, os fatos relevantes que vivificam o passado histórico: podemos afirmar que o significado maior do monumento histórico consiste em reverter o tempo evadido, isto é, trazer ao presente as marcas do passado na forma de um testemunho seguro e duradouro (RIEGL, 1984). Por sua presença e grandeza, tanto simbólica quanto espacial, o monumento histórico permite que seja conservada uma temporalidade contínua e linear, pautada pela aliança entre passado, presente e futuro; sua existência, enfim, é uma maneira de reparar as perdas que deram-se com as transformações sociais e serve para resguardar ou redimir do esquecimento aquelas sociedades que estão em um processo moderno e industrial de reprodução. Portanto, o monumento histórico é uma construção do presente, um valor do presente que obedece às demandas simbólicas e sócio-culturais desse mesmo presente; uma invenção baseada nas premissas, regras e significados desses saberes presentes; um objeto tornado alegoria memorial; um artefato visto como reflexo de um mundo pretérito, mas que veicula sentidos, identidades e uma memória histórica-coletiva à atualidade<sup>168</sup>.

(...) o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada *a priori*, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído *a posteriori* pelos olhares convergentes do historiador e do amante da arte, que o

---

<sup>168</sup> “A natureza afetiva do seu propósito é essencial: não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva.” (CHOAY, 2001, p. 18).

selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte. Todo objeto do passado pode ser convertido em testemunho histórico sem que para isso tenha tido, na origem, uma destinação memorial. De modo inverso, cumpre lembrar que todo artefato humano pode ser deliberadamente investido de uma função memorial. (CHOAY, 2001, p. 25-26).

De acordo com Choay, o termo *monumento histórico* teria surgido na França na primeira metade do século XIX. De forma documentada, este termo foi utilizado oficial e primeiramente pelo ministro do interior francês Guizot em outubro de 1830 (CHOAY, 2001; FONSECA, 2005; KERSTEN, 2000), sugerindo ao rei a criação do “cargo de inspetor geral dos monumentos históricos da França”<sup>169</sup>, de modo a estabelecer uma política que designasse e protegesse aqueles objetos ou artefatos remanescentes de um tempo anterior à Revolução Francesa e que, por esta anterioridade, simbolizavam a passagem do tempo, a sucessão de períodos históricos. Esses objetos, por remeterem às diferenças temporais ou por atestarem o desenvolver da história, foram tidos como monumentos históricos e tornaram-se alvo de proteção da Inspeção de Monumentos Históricos, órgão criado pelo mesmo ministro acima citado<sup>170</sup>. Antes, contudo, já à época da Revolução Francesa, foram criadas as condições para que a noção de monumento histórico viesse à tona. Com a Revolução, foram construídos museus, inventários, realizados alguns tombamentos e estabelecidos outros instrumentos legislativos de preservação que já apontavam para a idéia de monumento histórico, mas que ainda não eram predicados por tal expressão, cuja concepção será oficializada, consolidada e melhor utilizada décadas mais tarde por Guizot.

A concepção de monumento histórico teria nascido no bojo das transformações sociais disparadas pelas revoluções industrial e francesa. O advento de um tempo marcado por estas transformações marcou, segundo Choay (2001), fissuras entre períodos históricos distintos, de modo a gerar as condições para que se estabelecessem referências mais ou menos precisas entre os mesmos períodos. A era industrial desencadeou

---

<sup>169</sup> Françoise Choay faz um estudo da trajetória e disseminação do termo “monumento histórico” pela Europa e por todo o ocidente desde a primeira metade do dezanove até a década de 1960. Cf. CHOAY, 2001.

<sup>170</sup> Neste texto, Choay (2001) dialoga com Aloïs Riegl, jurista, filósofo e historiador da arte, em cujo estudo pioneiro ele procede a uma discriminação entre monumento e monumento histórico. Cf. RIEGL, A. *Le cult moderne des monuments: son essence e a genèse*. Paris: Seuil, 1984.

processos de transformações e degradações de tal monta que os modelos tradicionais de sociedade ruíram, dando lugar às formas sociais de renovação (e pulverização) permanente. Estes processos deixaram um lastro de resíduos e ruínas de criações humanas pregressas. A revolução dos modos de produção rompe com as maneiras tradicionais de criação e instaura um novo tempo no qual os produtos, objetos, e artefatos humanos em geral tendem rapidamente à ruína ou à obsolescência. Assim, os objetos que sobrevivessem a esse processo dramático de transformações e atribuições, aqueles artefatos que, embora resistindo à dinâmica compressora dos tempos modernos, representassem no presente os tempos que se foram, os mundos defasados, estes objetos, portanto, tornar-se-iam as referências daquilo que se convencionou chamar monumento histórico<sup>171</sup>. Essa noção de que existem no presente formas estéticas, arquitetônicas, objetos enfim que pertencem a um mundo passado é o que permite a idéia de monumento histórico.

A Revolução Industrial, como ruptura em relação aos modelos tradicionais de produção, abria um fosso intransponível entre dois períodos da criação humana. Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, o corte da industrialização continuou sendo, durante toda essa fase, uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual começa a modernidade. Em outras palavras, ela marca a fronteira que limita, a jusante, o campo temporal do conceito de monumento histórico (...). (CHOAY, 2001, p. 127).

Vale repetir que a escolha dos objetos que irão representar esses marcos temporais, esses divisores históricos, dar-se-á através de saberes especializados, de uma intelectualidade e de um *corpus* técnico autorizado para tanto. Uma vez escolhido e tombado, o monumento histórico espelhará a autenticidade e realidade de um mundo pretérito, será um testemunho fiel do passado que se consumou, demarcará, pois, os territórios distintos, as fronteiras, por assim dizer, entre um hoje e um ontem, suas diferenças e distâncias temporais. O monumento histórico persiste no presente, mas mostra o passado; se, num primeiro momento, um dado objeto torna-se obsoleto ou

---

<sup>171</sup> “O mundo acabado do passado perdeu a continuidade e a homogeneidade que lhe conferia a permanência do fazer manual dos homens. O monumento histórico adquire com isso uma nova determinação temporal. Doravante, a distância que dele nos separa se desdobra. (...) essa fratura do tempo relega o campo dos monumentos ao canto de uma finitude inapelável.” (CHOAY, 2001, p. 136).

estranha-se no presente, ele pode vir a ser um monumento histórico justamente por sugerir este estranhamento: certamente, seus usos, significados e funções de origem se perdem para dar lugar a outros significados, funções e usos.

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico. (CHOAY, 2001, p. 113).

O objeto tombado como monumento histórico dá visibilidade a um tempo único, a um passado histórico singular que diz diretamente sobre a identidade coletiva nacional. O campo dos objetos tombados irá constituir o patrimônio histórico de uma nação. É este patrimônio que funda uma memória histórica e colabora ao enlaçamento da coletividade sob um rol de referências comuns. Daí que o patrimônio nacional também encerra uma dimensão pedagógica e cognitiva: ele serve para transmitir ao povo suas virtudes, características, tradições, identidades, valores, etc., elementos estes constitutivos do ser nacional que exaltam a nação, propagam a idéia de civilidade e civismo, conglomeram o povo sob um denominador comum, ou seja, sob a imagem da união, da pacificação dos conflitos, da subtração das diferenças, da apologia à solidariedade e da comunhão de sentimentos<sup>172</sup>. Ao assumir a dimensão de monumento histórico, o artefato, legitimamente cotejado como originário de um tempo passado específico, responderá às demandas do Estado nacional em construir uma história, uma identidade e uma tradição que o unifique e legitime<sup>173</sup>.

Tanto artística como historicamente, Ouro Preto torna-se referência para a instauração de uma tradição popular e de uma identidade nacional, pois ali se deram feitos decisivos na conformação da história pátria e, por consequência, da nacionalidade. Ou seja, a nacionalidade ancora-se, ou valida-se, sobre a construção de uma história heróica e sobre a confirmação dessa história nas provas ou vestígios pretéritos que

---

<sup>172</sup> “(...) a nação é objetivada na forma de uma entidade distante, integrada, unificada, idêntica a si mesma, presente, ainda que ausente, próxima, ainda que distante”. (Gonçalves, 1996, p. 21).

<sup>173</sup> “A questão do patrimônio se situa numa encruzilhada que envolve tanto o papel da memória e da tradição na construção de identidades coletivas, quanto os recursos a que têm recorrido os estados modernos na objetivação e legitimação da idéia de nação.” (FONSECA, 2005, p. 51). Cf. HOBBSAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

persistem no presente. O passado histórico é comprovado pela presença, ou resistências, de artefatos que trazem marcas e vestígios de outrora. Ouro Preto ficará reconhecida como a cidade que não mudou<sup>174</sup>, que manteve suas feições barrocas, uma cidade cujas características arquitetônicas originais mantiveram-se ao longo do tempo, uma cidade, enfim, que não sofreu as mudanças e transformações da sociedade moderna<sup>175</sup>. Ouro Preto torna-se a cidade histórica por possuir a visibilidade, as características estéticas e visuais, que demarcam um período de tempo tido como referencial para a composição do quadro histórico, identitário e artístico da nação<sup>176</sup>.

Por ter vencido as contingências do tempo, a ex-capital de Minas Gerais, a Vila Rica de outrora, consolida seu papel de testemunha da história e acaba por divulgar e instituir uma imagem cristalizada de si mesma. Esta imagem não poderá, a partir de então, ser modificada já que ela representa a própria prova de um passado histórico que se quer imortal. A cidade torna-se, com efeito, um emblema imune às vicissitudes temporais, e assim ela deve permanecer no porvir.

Vejamos, pela seqüência de figuras colocadas abaixo, como os traços da cidade mantiveram-se praticamente inalterados ao longo de mais de meio século. Temos três fotografias que retratam a cidade em três momentos diferentes: a primeira é do começo da década de 1870; a segunda data de 1881; e a terceira mostra Ouro Preto nos anos subseqüentes a seu tombamento. Todas, entretanto, enquadram o tecido urbano mais ou menos do mesmo ângulo e reproduzem uma imagem marcada pela constância ou padronização do olhar sobre a cidade.

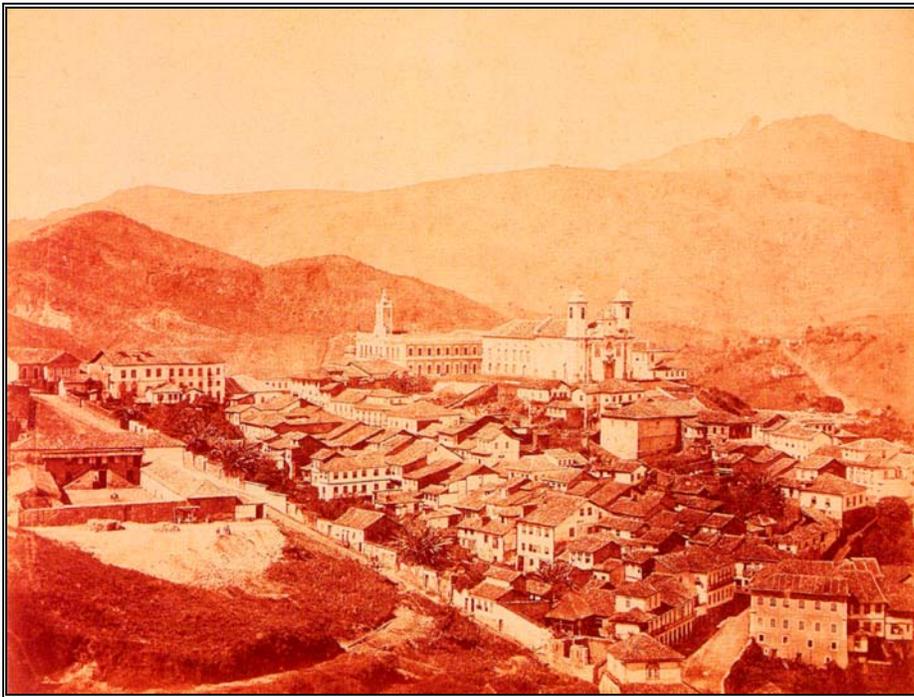
---

<sup>174</sup> “Não se pode dizer de Ouro Preto que seja uma cidade morta. (...) Ouro Preto é a cidade que não mudou, e nisso reside o seu incomparável encanto. Passada a época ardente da mineração (em que foi, de resto, um arraial de aventureiros, a sua idade mais bela como fenômeno de vida), e a salvo do progresso demudador, pelas condições ingratas da situação topográfica, Ouro Preto conservou-se tal qual, em virtude mesmo da sua pobreza (...).” (BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000, p. 34).

<sup>175</sup> “A estrutura urbana pré-industrial e sobretudo as pequenas cidades ainda quase intactas passam a ser vistas como frágeis e preciosos vestígios de um estilo de vida original, de uma cultura prestes a desaparecer, que deviam ser protegidos incondicionalmente, e, nos casos extremos, postos de lado ou transformados em museus.” (CHOAY, 2001, p. 193).

<sup>176</sup> “(...) ao partir da identificação, nos limites do Estado nacional, de bens representativos da nação – demarcando-os assim no tempo e no espaço – a noção de patrimônio contribui para objetivar, tornar visível e real, essa entidade ideal que é a nação, simbolizada também por obras criadas expressamente com essa finalidade (bandeiras, hinos, calendário, alegorias e mesmo obras de artistas plásticos, como David). A necessidade de proteger esse patrimônio comum reforça a coesão nacional.” (FONSECA, 2005, p. 59).

**Figura 18 - Vista de Ouro Preto, cerca de 1870, autor desconhecido**



**Fonte: Arquivo do Museu da Inconfidência**

**Figura 19 - Vista de Ouro Preto, 1881, Guilherme Libencan**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

Figura 20 - Vista panorâmica, anterior à década de 1940, Luiz Fontana



Fonte: FONTANA, 1996

Ouro Preto é, assim, a prova definitiva da história, de seus heróis, mártires e eventos grandiosos, além de atestar um gênio artístico autenticamente brasileiro. Esta cidade, portanto, conglera a imagem de um passado majestoso e a expressão de uma estética genuína. O patrimônio histórico e artístico acaba por encontrar em Ouro Preto o seu paradigma. O passado que a cidade representa encerra sob um mesmo signo a excelência artística e a sobranceria histórica. Neste caso, o qualificativo de patrimônio artístico encontra respaldo na dimensão histórica, já que esse patrimônio artístico só é patrimônio por referir-se a um passado histórico, isto é, por ser, antes de tudo, um patrimônio histórico. O valor histórico antecede o artístico porque o patrimônio artístico refere-se, sobretudo, a uma origem pretérita, a um tempo passado. Falar em patrimônio é falar naquilo que o passado lega ao presente. Seja qual for o caráter do patrimônio – artístico, arquitetônico, religioso, etc. – o patrimônio estudado aqui pressupõe sempre

uma concepção histórica. A história, ou uma dada noção de história, subjaz à idéia de patrimônio (FONSECA, 2005).

Ouro Preto não apenas passa a comportar vários monumentos históricos em seu perímetro urbano, mas a cidade é tombada como um todo, pois que considerada segundo uma unidade estilística ou arquitetônica homogênea, coesa e coerente, conformada por um casario compacto, monolítico, integrado sob um denominador estético comum, uma cidade, enfim, composta de um “conjunto urbano barroco” (OLIVEIRA, 2005). A cidade é o grande monumento artístico e histórico<sup>177</sup>; a oficialização de seu status patrimonial a consolida como cidade histórica na sua totalidade<sup>178</sup>. Além de testemunhar feitos heróicos do passado brasileiro, Ouro Preto também é vista como uma grande obra de arte acabada, idealizada, cujas paisagens e perspectivas comporiam belos quadros pictóricos; a cidade ela toda torna-se um quadro digno de ser apreciado e preservado por sua excelência estética<sup>179</sup>. O passado representado por Ouro Preto é sacralizado, mitificado, reverenciado como o lugar de grandes feitos e remetido à idéia de origem de um estilo arquitetônico e artístico genuinamente nacional<sup>180</sup>.

O ato do tombamento foi enfocado como um ritual, um drama social, momento privilegiado que torna possível observar o afloramento de diferentes narrativas que justificam as formas tangíveis que expressam o patrimônio. No processo ritualístico, o bem sacralizado que recebe a chancela do tombamento revela características peculiares – ser singular e único. Ao passar pelo processo ordenado por um corpo seletivo de especialistas cujo poder é delegado pelo Estado, lhe são atribuídos novos significados. Ao se diferenciar dos demais objetos, edificações ou

---

<sup>177</sup> “Ouro Preto, é, assim, a única cidade do mundo considerada oficialmente em bloco monumento público de arte e de história. Não se conhece outra cidade com tais honrarias nas nações civilizadas.” (RACIOPPI, 1940, p. 95).

<sup>178</sup> “O conceito de monumento histórico não poderia designar um edifício isolado, separado do contexto das construções no qual se insere. A própria natureza da cidade e dos conjuntos urbanos tradicionais resulta dessa dialética da ‘arquitetura maior’ e de seu entorno. É por isso que, na maioria dos casos, isolar ou ‘destacar’ um monumento é o mesmo que mutila-lo. O entorno do monumento mantém com ele uma relação essencial.” (CHOAY, 2001, p. 200-201).

<sup>179</sup> Segundo Lia Motta, “as primeiras ações do Patrimônio nos centros tombados tratavam a cidade como expressão estética, entendida segundo critérios estilísticos, de valores que não levavam em consideração sua característica documental, sua trajetória e seus diversos componentes como expressão cultural e parte de um todo socialmente construído.” (MOTTA, 1987, p. 108).

<sup>180</sup> “A visão da cidade como monumento parece estar, em muitos casos, relacionada com uma compreensão da cidade como obra absoluta e acabada – a cidade ideal – passível, portanto, de ser reconhecida como excepcional, este lugar cristalizado e imutável do consagrado, seja pelo registro do tombamento ou do inventário.” (CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. *Reinventando a cidade: um diálogo entre Marco Polo e o Imperador*. In. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional nº 29. Brasília: IPHAN, 2001, p. 97).

construções do dia-a-dia, e ser inscrito no Livro do Tombo, incorpora-se ao conjunto patrimonial – mítico, sagrado, sacralizado. (KERSTEN, 2000, p. 23).

**Figura 21 - Ouro Preto, vista parcial da cidade, anterior à década de 1940, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

O tombamento da cidade reforça sua necessidade de ser preservada, de ser conservada da ação derrisória do tempo<sup>181</sup>. Desde o começo do século XX, quando surgem os primeiros discursos em prol de sua imagem histórica, até o momento de seu tombamento, em 1933, Ouro Preto vinha sendo vista como uma relíquia que necessitava de proteção especial e urgente. Neste mesmo ano, os professores da Escola de Arquitetura de Belo Horizonte Celso José Werneck e Luiz Pinto Coelho visitaram Ouro Preto e publicaram declarações no jornal “Correio Mineiro” denunciando a incúria com que os monumentos ouropretanos eram tratados. Tais declarações foram editadas em uma coluna no dito jornal sob o título de “Profanando Ouro Preto”, e dizia o seguinte:

---

<sup>181</sup> “(...) uma vez que se insere em um lugar imutável e definido num conjunto objetivado e fixado pelo saber, o monumento histórico exige, dentro da lógica desse saber, e ao menos teoricamente, uma conservação incondicional.” (CHOAY, 2001, p. 27).

Os acadêmicos Celso José Werneck e Luiz Pinto Coelho, da Escola de Arquitetura da Capital, que acabam de regressar de Ouro Preto, prestaram ao Correio Mineiro interessantes declarações.

Como é geralmente sabido, Ouro Preto que foi elevada a monumento nacional, encerra grandes preciosidades históricas que se devem conservar com carinho e veneração, como documentos vivos do nosso passado.

Entretanto, os fatos que vamos mencionar muito entristecem os mineiros, mormente aos ouropretanos, ciosos da tradição de sua terra.

(...)

Disse-nos o acadêmico Luiz Pinto Coelho:

- De todas as cidades que temos visitado, a que nos causou, sem dúvida alguma, melhor impressão, sob o ponto de vista artístico, foi Ouro Preto. Ouro Preto é das nossas cidades a mais rica e completa em matéria de estilo colonial.

Penso que o governo deveria nomear uma comissão de técnicos para mais de perto controlar a restauração dos prédios.

Notamos, com pesar, verdadeiros atentados, vamos dizer, à arquitetura e ao bom senso, como por exemplo numa das igrejas, no meio de tantos motivos decorativos, primores da arte de nosso aleijadinho, uma cousa destoa terrivelmente: uma colossal barra de moderníssimos azulejos contornando o interior, rivalizando com os nossos modernos banheiros!

É triste, muito triste, e todos ouropretanos, como qualquer pessoa de bom gosto, assim o sabe.

(...)

Num outro templo, uma barra de óleo berrante está em desarmonia com o ambiente e outras coisas que devem ser sanadas (...). (“Correio Mineiro”, Belo Horizonte, 25/07/1933, p. 1, Ano VI, nº 123).

A luta para conservar a cidade, a luta contra a sua ruína, ou contra a perda de seus traços históricos, é a luta pela sua patrimonialização e tombamento. A cidade histórica necessita de uma ação contínua de preservação para existir enquanto tal. Este patrimônio somente continuará a ser patrimônio se for devidamente preservado de sua ruína<sup>182</sup>. A noção de que há constantemente uma perda espreitando as relíquias do passado motiva as iniciativas de proteção destes bens<sup>183</sup>. O tombamento garante os recursos governamentais, legislativos e técnicos, para se providenciar a conservação patrimonial de forma mais

---

<sup>182</sup> “O Brasil é metaforicamente redimido quando os elementos que compõem o patrimônio nacional são resgatados e preservados de um processo de desaparecimento e destruição.” (Gonçalves, 1996, p. 129).

<sup>183</sup> “(...) o presente aparece corroído pela perda da situação original, distante espacial e temporalmente, definida como contínua, íntegra e coerente, cabendo, portanto, às ações patrimonialistas resgatar, restaurar e preservar os fragmentos que restaram. Com base nesta retórica foi construído e definido o universo dos bens patrimoniais brasileiros. Se não houvesse o perigo da destruição e da perda, não haveria necessidade de preservá-los.” (KERSTEN, 2000, p. 48).

eficaz. É o Estado quem delimita, portanto, o que deve ser tombado, o que deve tornar-se patrimônio. À Ouro Preto coube a primazia de receber a tutela do poder público, pois nesta cidade conservaram-se referências de um passado que se queria fundamental para a história pátria, pois nela se encontram obras artísticas de uma fineza e autenticidade sem igual. A cidade resistiu ao tempo, à perda e à ruína, trazendo ao presente as marcas do passado, marcas estas que se confundem com seus prédios civis, chafarizes, pontes, praças, templos, etc., e acabam caracterizando e legitimando a sua imagem histórica.

Desse modo, a história atestada pela materialidade da cidade assume uma narrativa consensual. O patrimônio histórico ouropretano é a prova dos fatos pretéritos, a verdade histórica, os vestígios ou reminiscências do que realmente aconteceu. O discurso do patrimônio pretende instaurar uma imagem pura do passado, cristalizada, sacralizada, uma verdade incontestável. Ao remeter-se a um passado cuja imagem é amalgamada em suas edificações, em seu conjunto arquitetônico como um todo, Ouro Preto gera significados que transcendem sua materialidade. Em outras palavras, ao confundir-se com um passado histórico, ao transmitir a realidade inconspicua desse passado, ao tornar-se patrimônio enfim, a cidade adquire um status de relíquia, uma aura simbólica, passa a ser um objeto sagrado cujas mensagens apontam para valores e/ou tradições caros à constituição da nacionalidade. Pelo tombamento, a cidade torna-se símbolo, isto é, patrimônio nacional, reconhecido pelo título de cidade histórica<sup>184</sup>. “Ter-se-ia a sensação de sentir, ver e ouvir os ecos do passado inscritos nos bens patrimoniais. (...) Desta maneira, o patrimônio enraizar-se-ia na concretude de um espaço-tempo que adquiram vida e significado presente.” (KERSTEN, 2000, p. 45).

Investida pelo discurso patrimonial, Ouro Preto antecipa a formação de uma instituição apropriada à defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Com seus templos, sua arquitetura civil, praças, chafarizes e vias, a cidade é lida como reduto de um passado histórico: suas edificações e sua morfologia são interpretadas pela retórica patrimonial como um signo histórico digno de ser preservado da ação do tempo; a cidade é percebida como uma parte do passado histórico brasileiro, um lugar onde esse passado se cristalizou para remeter às gerações futuras suas lições e garantir a autêntica identidade

---

<sup>184</sup> Para Márcia Kersten (2000), grosso modo, o tombamento é um ritual que sacraliza o bem tombado. Cf. RUBINO, 1991.

nacional através e apesar das turbulências do devir; trata-se de um passado que permanece no presente e dessa permanência depreende o seu significado maior, ou seja, sua condição de relíquia que interliga passado e presente, com vistas a manter-se no futuro, exercendo a função de guardiã de uma memória coletiva e de valores constitutivos da nacionalidade<sup>185</sup>. Os atributos de Ouro Preto, como “cidade barroca”, “cidade sagrada”, “cidade histórica”, ganham força com a retórica patrimonial e visam oferecer pilares à imagem de uma nação unida, sem conflitos, soberana e grandiosa<sup>186</sup>.

Uma vez tombada, a cidade inaugura as ações governamentais em torno da questão da proteção patrimonial no país. O tombamento de Ouro Preto em 1933 pode ser visto como um prenúncio à fundação do SPHAN, dada em 30 de novembro de 1937 com o Decreto-Lei nº 25<sup>187</sup>. O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional surgiu como um órgão governamental destinado a elencar, tomar, restaurar e proteger o patrimônio histórico e artístico do país. Fundado sob a supervisão e liderança de Rodrigo Melo Franco de Andrade, seu diretor por 30 anos, e vinculado ao Ministério da Educação e Saúde – MES – cujo ministro era Gustavo Capanema, o SPHAN foi a primeira instituição estatal brasileira a tomar conta do tema patrimonial. Desse modo, o modelo de passado, de memória histórica, representado por Ouro Preto servirá como paradigma para as futuras políticas patrimoniais empreendidas pelo SPHAN (FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996). O barroco mineiro institui-se como o marco supremo da nacionalidade<sup>188</sup>; as figuras de Tiradentes, Aleijadinho, Cláudio Manuel, entre outros, passam a compor capítulo central na história pátria. Ouro Preto torna-se o símbolo maior

---

<sup>185</sup> “É por meio deste processo sacralizador que suportes visíveis transformam-se em bens patrimoniais, comprovando um determinado passado histórico. Ao sofrer esta transformação, o bem – um fato, personagem, documento ou arquitetura – tem sua essência modificada, agregando-se a ele qualidades até então não identificadas.” (KERSTEN, 2000, p. 49).

<sup>186</sup> “A nação passa a ser colocada como o valor mais alto na escala de símbolos político-culturais, conseguindo integrar diferentes tradições, religiões, etnias e classes. A nação constitui a entidade máxima à qual se deve lealdade. O ideal nacional envolve o desenvolvimento de um tipo específico de solidariedade que vem predominar sobre outras formas de consciência de pertencimento.” (OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1986, p. 23).

<sup>187</sup> “(...) o tombamento de Ouro Preto foi mais que uma medida proclamatória a partir do Museu Nacional, começa ali a política efetiva de proteção ao patrimônio do país.” (RUBINO, 1991, p. 62).

<sup>188</sup> “(...) a entronização do barroco firmou-se como a pedra de toque da política preservacionista.” (MICELI, Sergio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987, p. 44).

do patrimônio nacional e uma referência palmar à história que se queria instaurar. Ouro Preto fala dessa história, é seu testemunho fiel e vivo<sup>189</sup>.

Geralmente datando dos séculos XVII e XVIII (período da opulência do ouro) a maior parte dos templos destas Gerais, Vila Rica de outrora, Ouro Preto de hoje, oferece ao seu visitante apreciador de arte, muito de fino, de suntuoso e de atraente, herança havida dos nossos ancestrais. Encarado sob esse prisma, conjugado com o que de tradição e de História temos, é o cenário nacional, por excelência, o berço de nossa brasilidade. (RUAS, 1951, p. 30-31).

**Figura 22 -- Grande Parada em Homenagem do Proto-Martir da Inconfidência, 1929, Luiz Fontana**



**Fonte: Acervo Fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória - IFAC/UFOP**

Com o advento do Estado Novo e com as políticas culturais desenvolvidas na década e 1930<sup>190</sup>, Ouro Preto reforça-se como referência histórica da nação e o barroco

<sup>189</sup> “Tiradentes, Cláudio Manoel, Gomes Freire, não são nomes que precisem de ruas para serem aumentados ou lembrados. Principalmente de ruas que ninguém chama pelos seus nomes, que lhes deram. As suas figuras trágicas ou possantes não estão apenas entre duas fileiras de casas. Toda a cidade os evoca, em cada esquina, em cada pedra, e dali os seus vultos imensos, maiores que as montanhas que a cercam, se projetam por toda Minas e todo o Brasil.” (FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Roteiro lírico de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d’Oliveira, 1937, p. 13).

mineiro estabelece-se como a mais valiosa referência da estética brasileira. Trazendo para o presente as marcas do passado, a cidade é elo vital na construção de uma tradição nacional. Personalidades que atuaram nas políticas culturais e patrimoniais da década de 1930, como Carlos Drummond de Andrade, Mário de Andrade, Gustavo Capanema, Gustavo Barroso, Rodrigo Melo Franco de Andrade, Lúcio Costa, entre tantos, buscarão em Ouro Preto o espelho da cultura brasileira genuína, da arte tupiniquim autêntica, da história pátria heróica, da cultura popular, enfim, de todo um quadro simbólico considerado como a imagem do Brasil. Muitos destes intelectuais eram modernistas, ou simpatizantes do movimento, e tinham em Ouro Preto um documento vital para os seus ideais<sup>191</sup>. O projeto cultural do modernismo das décadas de 1920 e 1930, que incorporava a busca das origens da brasilidade, em muito se inspirou no legado estético da viagem empreendida por Mário de Andrade e companhia às cidades históricas de Minas Gerais em 1924. Grande parte destes intelectuais veio a compor os quadros do SPHAN, dedicando-se à causa patrimonial<sup>192</sup>.

Desde os anos trinta, o barroco tem sido oficialmente usado como um signo totêmico da expressão estética da identidade nacional brasileira. Outros estilos, como o neo-classicismo, foram colocados de lado. Nos anos vinte, o barroco foi “redescoberto” por intelectuais “modernistas” em busca de uma arte e uma cultura brasileira autêntica. (...) A paisagem e a arquitetura barroca das antigas cidades coloniais mineiras desempenharam um importante papel na obra de poetas e artistas brasileiros. Elas eram usadas como temas para a produção de uma autêntica arte brasileira. Cidades, casas e igrejas coloniais barrocas eram consideradas como signos de um Brasil original e esquecido, um exemplo de vitalidade e originalidade cultural. Após a famosa viagem dos modernistas, em 1924, as cidades coloniais mineiras tornaram-se, progressivamente, um foco de atenção nacionalista. (GONÇALVES, 1996, p. 69-70).

---

<sup>190</sup> “Com a instauração do estado Novo, a reforma administrativa foi ampliada, e o Estado passou a ser apresentado como representante legítimo dos interesses da nação (...)” (FONSECA, 2005, p. 85).

<sup>191</sup> “Os intelectuais exerceram, portanto, durante o Estado Novo, um papel político fundamental na construção da nação, e, no caso das instituições culturais, atuavam como organizadores da cultura, como mediadores entre o Estado e a sociedade, entre a cultura e o povo.” (FONSECA, 2005, p. 121). Cf. CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2000.

<sup>192</sup> Em 1936, Gustavo Capanema, então ministro da educação e saúde, encomenda a Mário de Andrade a concepção e redação de um ante-projeto para a constituição de categorias sobre o patrimônio brasileiro. O ante-projeto de Mário, contudo, não foi aprovado. Cf. FONSECA, 2005. Sobre as ações da intelectualidade brasileira na formação e composição das políticas patrimoniais e culturais no país nos baseamos em FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996; RUBINO, 1991, além de outros (ver bibliografia).

Ouro Preto, desse modo, passa a ser divulgada como um dos bens mais valiosos da cultura e do patrimônio brasileiros: sua coerência estilística, seus prédios, praças e ruas que atestam a pátina de um tempo sagrado, primevo, e sua forma, seu desenho ou morfologia, que resistiu ao impacto da modernidade, tudo isso faz reatar, mediante a imagem que a cidade re-apresenta, presente e passado, uma tradição que estava em vias de se perder; faz viva, portanto, uma memória histórica<sup>193</sup>.

No ponto de vista da arquitetura, Ouro Preto é, por isso, a mais singular das cidades do Brasil: é a mais completa sobrevivência que temos da era colonial. Em outros lugares encontramos este ou aquele edifício, este ou aquele monumento colonial; em Ouro Preto, porém, encontramos nada menos que uma “cidade colonial”, perfeitamente conservada na integridade dos seus detalhes. (...) Os que querem conhecer e compreender o Brasil colonial devem vir aqui; os que aqui não vierem eu não vacilo em afirmar que não poderão conhecê-lo, nem compreendê-lo bem. Minas deve conservar Ouro Preto assim – estrutura colonial; não deixar que se lhe modifique nada. Da grandeza do seu presente, da sua capacidade de progresso e de renovação, ela poderá exibir Ouro Preto – e lhe terá mostrado o mais eloqüente dos padrões. (DELAMARE, 1935, p. 241).

**Figura 23 - Ouro Preto, vista parcial da cidade, década de 1930, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

---

<sup>193</sup> Ver apêndice.

Neste momento, reforçam-se os discursos em prol do turismo. Ouro Preto e demais cidades históricas mineiras, como Mariana, Sabará e Diamantina, começam a ser qualificadas como redutos turísticos, onde a economia do turismo poderia encontrar grandes rendimentos. Na década de 1930, surgem, então, os primeiros guias turísticos de Ouro Preto, como os escritos por Manuel Bandeira e Afonso Arinos de Mello Franco (BANDEIRA, 2000; FRANCO, 1937). Em 1938, o governo de Minas Gerais e a prefeitura de Ouro Preto, representados respectivamente pelo governador Benedito Valladares e pelo prefeito Washington de Araújo Dias, resolvem construir um hotel na cidade. Visando incentivar o turismo, o poder público financia, com o apoio técnico do SPHAN, a construção do Grande Hotel de Ouro Preto, obra finalizada em 1940 no terreno localizado acima da Casa dos Contos, seguindo o projeto arquitetônico de Oscar Niemeyer<sup>194</sup>. Sobre o tema do turismo, há um relato interessante de um ex-ministro uruguaio, Sr. Manoel Bernardez, o qual esteve em Ouro Preto à época do tombamento da cidade, publicado no jornal “A Tribuna” em setembro de 1933. Diz o artigo:

(...) Ouro Preto tem seu maior elogio no decreto que o consagrou Monumento Nacional, apontando-o ao entusiasmo desportivo dos brasileiros e à curiosidade das caravanas internacionais. Até 12 de julho, data do decreto que a consagrou, Ouro Preto era uma cidade melancólica, vegetando tristemente no seu nobre passado: desde esse dia é um movimento perene, eternamente atual, que a nação brasileira assumiu o sagrado compromisso de manter indestrutível através dos séculos. Aquele decreto teve assim, além de seu objeto tradicionalista e patriótico, esta imprevista e nobre conseqüência: converteu Ouro Preto num centro de poderosa atração para correntes turísticas. (“A Tribuna”, Belo Horizonte, 1933, p. 7).

Por conseguinte, Minas Gerais assume o papel central neste incipiente processo de patrimonialização. Com o tombamento de Ouro Preto, em 1933, o barroco mineiro consagra-se como o estilo artístico brasileiro, as cidades coloniais mineiras oferecem, a partir de então, a visibilidade do século XVIII, quando teriam se formado os principais

---

<sup>194</sup> Cf. CAVALCANTI, Lauro. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006; UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil*. Tradução de Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.

traços de nossa identidade histórica e estética. A arquitetura e as cidades setecentistas de Minas tornam-se o bastião, o símbolo mor, desse patrimônio<sup>195</sup>.

O Estado de Minas, pólo dinâmico da economia no século XVIII, considerado berço da Inconfidência mineira, foi transformado em centro irradiador de cultura e catalisador das expressões estéticas. As cidades históricas de Minas Gerais foram definidas como registros da nacionalidade, encontrados nos lugares e momentos de luta pela independência. Estas cidades passaram a ser vistas como documentos históricos, cidades-museus. Casas, prédios, ruas, praças e paisagens, justapondo critérios artísticos, arquitetônicos, etnográficos e históricos do país e cristalizando em sua materialidade um passado de lutas ligado a figuras de heróis nacionais. (KERSTEN, 2000, p. 85).

A Constituição promulgada em 1934 aprovou o regulamento do Museu Nacional e organizou em anexo a ele o primeiro serviço de proteção de monumentos históricos e artísticos, a Inspetoria de Monumentos Históricos, serviço este que se restringiu às cidades históricas mineiras<sup>196</sup>. A Carta foi a primeira a regulamentar e institucionalizar a questão patrimonial no Brasil. Neste ano, portanto, é assinado, em 12 de julho, o decreto nº 24.735 que regulamentou o Museu Nacional e criou a Inspetoria de Monumentos Históricos (FONSECA, 2005). Assim como o Museu, esta inspetoria era dirigida por Gustavo Barroso, o mesmo que promoveu as primeiras restaurações em Ouro Preto na década de 1920. No ano de 1935, e por via das atividades da aludida inspetoria, Barroso apresenta um “Plano de Restauração” da cidade de Ouro Preto, que previa uma gama mais ampla de restaurações a serem executadas por toda a cidade. A verba para o projeto estava avaliada em 200 mil réis, e foi designado Epaminondas Macedo o engenheiro responsável pelas obras. Colaborou também para a supervisão técnica dessas restaurações o artista José Washt Rodrigues. Foram restaurados, então, quase todos os chafarizes, pontes, capelas e templos, no maior empreendimento do tipo feito no Brasil até aquele

---

<sup>195</sup> “Nesse momento, no que se refere à construção da nação, o barroco é emblemático, é percebido como a primeira manifestação cultural tipicamente brasileira, possuidor, portanto, da aura de origem da cultura brasileira, ou seja, da nação. Daí o valor totêmico que se constrói, sendo identificado, sistematicamente, como representação de ‘autêntico’, de ‘estilo puro’.” (SANTOS, Marisa Veloso Motta. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1992, apud. FONSECA, 2005, p. 93).

<sup>196</sup> “No plano mais amplo, a Constituição introduziu uma novidade jurídica, o abrandamento do direito de propriedade, quando revestida de função social. Pela primeira vez apareceu claramente definida como dever do Estado a proteção aos bens culturais e naturais, e o impedimento à evasão de obras de arte do país, norma desconsiderada nas legislações posteriores.” (KERSTEN, 2000, p. 79). Cf. RUBINO, 1991.

momento<sup>197</sup>, quando Ouro Preto já era reconhecidamente uma cidade histórica e seu título de monumento nacional já havia sido oficialmente decretado dois anos antes, como que renunciando a criação, em 1937, do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – SPHAN – uma espécie de sucedâneo da Inspetoria de Monumentos Históricos, que foi extinta neste mesmo ano.

---

<sup>197</sup> As restaurações levaram por volta de dois anos para serem terminadas. Sobre o tema ver os Anais do Museu Histórico Nacional, vol.V. Cf. MENICONI, 2000.

# Considerações finais



De capital de Minas Gerais, passando pela perda de sua centralidade política e administrativa, e chegando a patrimônio histórico e artístico nacional: eis, em poucas palavras, a trajetória de Ouro Preto que aqui buscamos traçar. Nosso objetivo central neste trabalho foi demonstrar o processo de construção da imagem de cidade histórica, tendo como objeto a cidade referida.

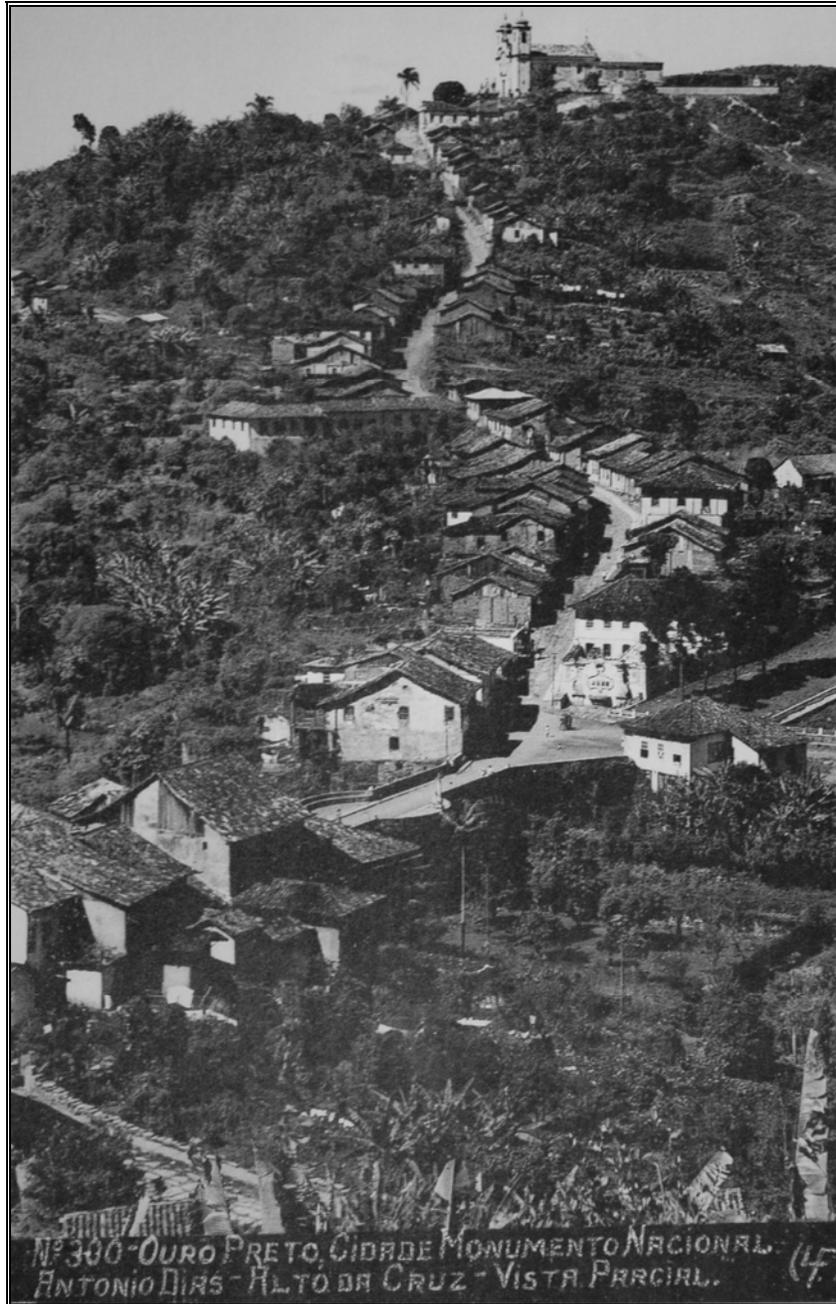
Tentamos mostrar que a cidade histórica é uma construção história que se baseia em ver na materialidade da cidade, em seus prédios, ruas, praças, etc., a imagem de um passado, de uma história fundamental à identidade de um povo. Essa construção, que empreendemos compreender, é, ela mesma, um tema a ser problematizado e historicizado; constitui, portanto, um objeto histórico dos mais densos e interessantes.

Ao partirmos da questão da transferência da capital mineira, primeiro capítulo, e do projeto de modernização feito com vistas à remodelação de Ouro Preto, estávamos demarcando um momento onde a cidade ainda não era considerada histórica, o que significa dizer que sua materialidade poderia ter sido, como então foi cogitado, modificada segundo os parâmetros técnicos de um projeto urbanístico ou de acordo com os interesses políticos de uma elite.

Com a mudança da capital para Belo Horizonte, inaugurada em 1897, Ouro Preto adentra um período de crise econômica e identitária. O esquecimento que rondou a cidade e a perspectiva de sua ruína fizeram com que a cidade fosse idealizada de outra maneira. A visão que marcará a cidade a partir de então é aquela que vê em sua forma o espelho de um passado valioso. Tentamos, assim, marcar claramente as fronteiras entre um momento em que o desenho e a estrutura de Ouro Preto eram alvos de ásperas críticas, estando a cidade sujeita a um projeto de remodelação, o que transformaria drasticamente seu traçado, e um momento posterior de surgimento e fortalecimento de sua imagem histórica, cujos pressupostos principais seriam a conservação e restauração da cidade em seus caracteres coloniais e barrocos. No entanto, vale frisar, a criação de uma identidade que se sustentasse na história e na tradição fez parte destes dois momentos fronteiriços. Ouro Preto é enfocada, nestes dois instantes, como uma cidade do passado. Esta visão poderia ter um significado ignominioso, como o teve em fins do século XIX, mas poderia ser motivo de orgulho, assim sendo aos que desejavam, já no início do século XX, sua conservação. Seja sua materialidade preservada ou não, seja Ouro Preto concebida nos

ideais modernos ou preservada em seu traçado colonial, os argumentos de sua identificação sempre se dirigiam a referências históricas. Portanto, o imaginário que envolveu Ouro Preto (cidade do passado, cidade antiga, cidade histórica) servia a discursos que poderiam tanto enaltecê-la como detratá-la.

**Figura 24 - Antônio Dias, Alto da Cruz, vista parcial, posterior a 1927, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

Assim, a imagem de cidade histórica que é sugerida no começo do século XX, e melhor divulgadas a partir dos festejos do Bi-centenário, em 1911, ganha contundência na década de 1920 com as concepções, estudos e ações de Mário de Andrade, Oswald de Andrade, Alceu Amoroso Lima, Tarsila do Amaral e Gustavo Barroso. Este último foi uma figura fundamental para a consolidação de Ouro Preto como cidade histórica, pois, como colocamos no terceiro capítulo, ele foi o principal responsável pelas primeiras obras de restauro empreendidas nesta cidade.

Quando, em julho de 1933, é promulgado o decreto que tombava Ouro Preto, a transformando em monumento histórico e artístico nacional, a cidade já estava preparada para receber tal título uma vez que o processo de construção de sua imagem histórica já vinha se desenrolando desde fins do século XIX e começo do XX. Intentamos trazer à tona justamente esse processo que antecede a oficialização do título de cidade histórica outorgado a Ouro Preto. Ou seja, quando Ouro Preto é tombada, já havia uma representação histórica bem construída e sedimentada que a justificasse e legitimasse enquanto cidade histórica, como patrimônio da nação. Neste estudo, nos interessamos pelos antecedentes da cidade oficial, pelo imaginário que foi, paulatinamente, sendo construído em torno da ex-capital de Minas Gerais.

Sendo o primeiro bem a ser tombado, Ouro Preto servirá como modelo a outros tombamentos e, conseqüentemente, como uma cidade histórica paradigmática, na qual outras cidades históricas deveriam ser espelhadas. Ouro Preto, com efeito, passa a representar, na década de 1930, um modelo patrimonial, um exemplo inestimável do que deveria ser considerado patrimônio nacional, dada sua singularidade histórica e sua excelência artística. Ouro Preto não apenas surge como a primeira cidade a ser patrimonializada, mas, sobretudo, como o grande emblema histórico da nação. Com o tombamento de Ouro Preto, inauguram-se os esforços de implementação de políticas patrimoniais no Brasil.

## **Nota final sobre a patrimonialização da cidade histórica**

Crítica recorrente entre os estudiosos das políticas patrimoniais no Brasil (ARANTES, 1984; CASCO, 2001; FONSECA, 2005; GONÇALVES, 1996; KERSTEN, 2000; MICELI, 1987; MOTTA, 1987; RUBINO, 1991; SANTOS, 1992), o tombamento das primeiras cidades históricas, destaque para Ouro Preto e as cidades coloniais mineiras, primava pela idealização destas cidades, ou pela museificação delas. A cidade histórica era vista como uma obra já acabada, uma obra de arte fechada, imutável. Essa concepção de cidade histórica, segundo tais autores, acabava cristalizando a cidade e eclipsando suas dinâmicas e processos próprios, sua mutabilidade inerente enfim. Em outras palavras, esses primeiros discursos patrimonialistas estetizam e mitificam as cidades, as interpretando e significando como reminiscências irretocáveis e imodificadas do passado. As cidades históricas, uma vez vistas como suportes congelados de um passado, instauravam uma imagem que, muitas vezes, não concernia à sua (documentada) constituição histórica, à sua historicidade, ou às transformações pelas quais esta mesma cidade passara, transformações estas que foram desconhecidas ou ignoradas pelos discursos do patrimônio em nome de uma suposta imutabilidade, uma coerência estética ou estilísticas ou uma homogeneidade arquitetônica conformadora destes núcleos urbanos. As cidades históricas foram simbolizadas por estes discursos como exemplares fiéis, intocados, de um tempo original onde se teria dado o nascimento da brasilidade e de eventos primordiais à história pátria<sup>198</sup>. A crítica dirigida a esse discurso que museifica e mitifica a cidade histórica consiste em fazer ver o quanto essa visão cristalizadora renegou processos sociais, econômicos e culturais que contribuíram para formar historicamente estas mesmas cidades. Ao ignorar tais processos, o discurso do patrimônio, neste primeiro momento, acabou por operar um esquecimento de fatores e movimentos importantes na própria escrita das histórias da cidade histórica. Como nos alerta Heliana Angotti Salgueiro, referindo-se a Ouro Preto:

---

<sup>198</sup> “(...) a coerência narrativa é concebida, ilusoriamente, como coerência factual. A nação é transformada num distante objeto de desejo – o distante passado nacional, a identidade nacional autêntica – contaminado pela coerência com que é narrado e, simultaneamente, buscado.” (GONÇALVES, 1996, p. 20).

(...) o estilo das casas de Ouro Preto se completa no século XIX. Este enfoque sobre a arquitetura de uma cidade que se tornou um mito, significa levar em conta antes os graus de disjunção e as variantes estilísticas do que a uniformidade e a homogeneização artificial de uma historicidade construída pela política patrimonial.

(...) A arquitetura doméstica de Ouro Preto desmente as leituras lineares de tipologias, pois associa diferentes temporalidades de traços estilísticos (...) podemos considerar Ouro Preto como sendo menos uma cidade colonial do que uma cidade do século XIX.

(...) A cidade hoje mostra poucos traços da arquitetura doméstica extremamente simples, da época da corrida do ouro. São os períodos posteriores que permitiram o “acabamento” ou o “refinamento rústico” da sua arquitetura “barroca colonial”. Já o território e a forma urbana, estes não conheceram grandes mudanças. (SALGUEIRO, 1996, p. 126-127).

Ou seja, a imagem da Ouro Preto setecentista, homogênea e intocável, pregada pelo discurso patrimonial, não procede a uma análise mais profunda, já que a maior parte de seu conjunto arquitetônico relaciona-se, conforme nos atesta Salgueiro, ao século XIX, e não ao século anterior, como se acreditava na década do tombamento da cidade<sup>199</sup>. Por outro lado, essa imagem de cidade colonial, setecentista e barroca, respondia às demandas simbólicas de então. Como já foi dito, a retórica patrimonial é seletiva e investe em seus objetos interpretações e valores que convém aos interesses de quem a utiliza. Nas décadas de 1920 e 1930, estava em jogo a constituição de pilares que sustentassem uma identidade nacional baseada nos ideais de soberania, heroísmo, autenticidade e excelência artística. A imagem acalentada em Ouro Preto bastou a estes propósitos<sup>200</sup>. Como disse Lia Motta:

Esvaziada economicamente, a cidade [Ouro Preto] foi usada como matéria-prima para um laboratório de nacionalidade de inspiração modernistas, deixando as populações que lá moravam subordinadas a

---

<sup>199</sup> “As medidas ditadas por uma visão uniformizante da cidade falseiam a percepção dos diferentes momentos de sua historicidade, estagnando-a em nome de um século XVIII mítico, que convinha ser louvado como idade do ouro.” (SALGUEIRO, 1996, p. 137).

<sup>200</sup> “O conjunto artístico e arquitetônico representado por Ouro Preto e outras ‘cidades históricas’ de Minas é usado para autenticar uma narrativa na qual a região é descrita como o ‘berço’ dos mais autênticos e originais valores da cultura brasileira. (...) nas narrativas histórico-políticas, assim como nas narrativas culturais do patrimônio, Ouro Preto é descrita como o ‘berço’ de valores políticos e culturais brasileiros. Nesse sentido, a cidade é, por um lado, um conjunto urbano concreto e contingente, com suas ruas, casas, monumentos, população, etc.; por outro, é a cidade metafórica ou “lendária”, associada a valores nacionais transcendentais.” (GONÇALVES, 1996, p. 123-124).

esta visão idealizada, não sendo elas sequer motivo de referência. (MOTTA, 1987, p. 110).

A partir dos anos 1980, muitos estudiosos se debruçaram sobre o tema do patrimônio e sobre a história do SPHAN e de suas transformações. Foge ao nosso recorte empreender uma análise sobre o caráter e os significados deste serviço ou analisar mais a fundo a questão do patrimônio no Brasil. Pretendemos pontuar um processo anterior ao SPHAN, que, de certa forma, acabou por antecipá-lo, fundamentá-lo<sup>201</sup>. Ouro Preto foi tombada mesmo antes de existir uma instituição que cuidasse dos bens patrimoniais. É sintomático, na história da construção do patrimônio nacional, como esta cidade antecede e suscita as prerrogativas, valores e diretrizes que vieram substancializar a experiência institucional do patrimônio histórico e artístico brasileiro<sup>202</sup>. Em rápidas palavras, o processo que consolidou Ouro Preto como cidade histórica ofereceu os subsídios principais para a construção de uma instituição patrimonial. Foi justamente esse processo que buscamos apreender. Se esta busca foi feliz ou não, o leitor concluirá por si mesmo. As disputas que se deram mais tarde em torno da questão patrimonial ficarão, talvez, para um estudo futuro. De qualquer maneira, deixamos aqui uma sugestão de pesquisa. O patrimônio está em aberto.

---

<sup>201</sup> O “Conjunto Arquitetônico e Urbanístico da Cidade de Ouro Preto” é inscrito no Livro “Tombo das Belas-Artes” em 20 de janeiro de 1938 (processo 070-T-38, fls 08, número de inscrição 39), sendo a primeira cidade a ser registrada pelo SPHAN. Cf. OLIVEIRA, 2005.

<sup>202</sup> Segundo Silvana Rubino (1991), o século XVIII possui o maior índice de bens tombados nos primeiros anos do SPHAN. Os bens setecentistas, ou seja, os classificados como coloniais, barrocos, ou setecentistas, destaque para as obras artísticas de Minas Gerais, formaram o alvo de excelência das políticas patrimoniais das décadas de 1930 e 1940.

# APÊNDICE.

A cidade histórica  
como “lugar de  
memória”: uma  
sugestão de leitura



Podemos dizer que a cidade histórica constitui-se, tomando de empréstimo um famoso conceito, como um “lugar de memória<sup>203</sup>”, isto é, surge como uma forma de conciliar memória e história, estabelecendo, por meio do atributo histórico, vínculos identitários que pertenceriam, primeiramente, à instância da memória. Assim, memória e história são formuladas, sintetizadas, pela materialidade deste lugar<sup>204</sup>.

Segundo Pierre Nora (1996), a memória diz respeito às experiências grupais e individuais construídas dentro de um continuum temporal. Essa experiência carece, para consolidar-se enquanto tal, de uma prática coletiva, de um jogo de trocas simbólicas, políticas, sociais, lingüísticas, que se prolonga no tempo, ligando passado, presente e futuro. A memória seria, assim, um meio de manutenção e de equilíbrio de certos códigos sociais, valores, práticas, costumes, hábitos, etc. Prolongando-se no tempo, unindo o passado ao presente, e vislumbrando durar no porvir, a memória atuaria como uma totalidade, uma identidade unificadora, uma forma de transmitir, de geração a geração, sua própria imagem. A memória reifica a imagem que um segmento social tem de si; ela reatualiza esta imagem mediante a repetição de gestos, de costumes, que se dão espontânea e cotidianamente e que asseguram o reconhecimento que cada indivíduo possui em relação ao grupo a que pertence. Vale dizer, no esteio de Nora (1996), que a

---

<sup>203</sup> NORA, Pierre. *General Introduction: Between Memory and History*. In: NORA, Pierre (org). *Realms of Memory: rethinking the French past (vol.1: conflicts and divisions)*. New York: Columbia University Press, 1996.

<sup>204</sup> Cabe aqui abrir um parêntesis para explicar o conceito de lugar, distinguindo-o da noção de espaço. O lugar se constrói pelo imaginário social, isto é, através de uma ligação emotiva, de uma identificação de grupos sociais a certos referentes estáveis, concretos, palpáveis, visíveis. O lugar constrói-se no decorrer do tempo, quando permanece de geração a geração, fixando-se como um ponto fundamental no reconhecimento que dado grupo ou sociedade tem de si. O lugar é constituído pelo jogo ou acúmulo de visões intersubjetivas: ele conglomera os indivíduos, mediante um apelo emotivo, em torno de uma imagem comum, ele os identifica. O lugar é uma forma de pertencimento e precisa ser durável para caracterizar-se como tal; sua durabilidade assegura sua eficácia como referencial identitário. Ao contrário, o espaço é uma medida abstrata, formal, transcende as identidades históricas e sociais, é regido por leis universais e neutras, pelas regras da física, da geometria, da ciência e da técnica enfim; assim, pode ser manipulado e modificado *ad infinitum*; faz tábula rasa do passado, sua temporalidade é o vazio temporal; é mutante, não comporta marcas históricas e tende a rejeitar qualquer historicidade. Podemos dizer que o plano urbanístico faz dissolver os lugares, os quais foram constituídos ao longo de um processo histórico, na sucessão de temporalidades múltiplas, pelo acúmulo paulatino dos sedimentos de épocas passadas. Deste modo, as cidades, como Ouro Preto, que não sofreram as intervenções dessa técnica urbanística abstrata figurarão, muito provavelmente, no imaginário social, como “lugares de memória”. “A distinção entre espaço e lugar é fundamental na forma urbana. Mais do que apego emocional por onde se vive, a questão envolve uma experiência temporal”. (SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997, p. 160-161). Cf. CARLOS, Ana Fani A. *Lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996; GIDDENS, 1991; SANTOS, Milton. *A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção*. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2004.

memória é coletiva por excelência, pois, mesmo que nos referimos a memórias individuais, estamos nos referindo a um conjunto de imagens, de representações elaboradas através da troca e da partilha que este indivíduo estabeleceu, ao longo de sua vida, com os diversos espaços e segmentos com os quais teve contato. Uma memória individual, assim, nada mais é do que um conjunto de representações estimuladas e evocadas a partir de referências que cada um de nós temos do mundo social em que vivemos, dos grupos que freqüentamos, das pessoas com quem estivemos, dos nossos espaços comuns de sociabilidade.

(...) os indivíduos estão sempre ligados por dependências recíprocas, percebidas ou invisíveis, que modelam e estruturam sua personalidade e que definem, em suas modalidades sucessivas, as formas da afetividade e da racionalidade. (CHARTIER, 2002, p. 92).

Ao contrário da memória, que é, podemos dizer, uma continuidade flagrante do passado no presente, ou a fluência do antes no agora, a história dá-se pela descontinuidade, pela ruptura entre um tempo presente e um tempo pretérito. A perspectiva que temos das diferenças entre um hoje e um ontem, enquanto instâncias muito bem delimitadas e distintas uma da outra, decorre de uma representação histórica do tempo. Se a temporalidade instituída pela memória baseia-se num continuum, numa analogia identitária, num jogo de equivalências entre os tempos, a história, por seu turno, faz o inventário das diferenças, estabelece os pontos de ruptura, as fissuras, as descontinuidades e desigualdades temporais. Deste modo, a história é feita por uma atitude deliberada, questionadora, sistemática e esquemática; o historiador, ao debruçar-se sobre seu objeto de estudo, escolhe os pontos principais para formular seu trabalho, descartando outros que ele entende serem de menor importância, e parte a um trabalho intelectual que prima pela reconstrução crítica do passado<sup>205</sup>. Como construção que problematiza o passado deliberadamente, a história suplanta a memória (as memórias grupais), já que esta se caracteriza, principalmente, pela espontaneidade e unicidade de

---

<sup>205</sup> “Os conceitos do historiador são, com efeito, não vagos, mas por vezes metafóricos, precisamente porque devem remeter ao mesmo tempo para o concreto e para o abstrato, sendo a história – como as outras ciências humanas ou sociais – uma ciência não tanto do complexo, como se prefere dizer, mas do específico...” (LE GOFF, 2003, p. 41).

suas evocações, e aquela mira apenas suas escolhas particulares e pauta-se por uma ordenação discursiva relativizante. A história narra as mudanças, a sucessão dos acontecimentos e as fraturas do tempo; a memória se fia na imutabilidade e permanência de um rol de sentimentos, pensamentos, discursos e valores diversos. Enquanto a história resume, sintetiza, relativiza, diferencia, sendo, portanto, incompleta, lacunar, a memória, ao contrário, unifica, identifica, sacraliza, só existe na permanência, na repetição, e continua memória, por isso mesmo, somente se estiver completa, indivisa, auto-suficiente, sempre presente.

Memory and history, far from being synonymous, are thus in many respects opposed. Memory is life, always embodied in living societies and as such in permanent evolution, subjects to the dialectic of remembering and forgetting, unconscious of the distortions to which is subject (...). History, on the other hand, is the reconstruction, always problematic and incomplete, of what is no longer. Memory is always a phenomenon of the present, a bond tying us to the eternal present; history is a representation of the past. (...) History, being an intellectual, nonreligious activity, calls for analysis and critical discourse. Memory situates remembrance in a sacred context. History ferrets it out; it turns whatever it touches in prose. (...) Memory is an absolute, while history is always relative. (NORA, 1996, p. 3).

O atributo histórico nasce dessa fissura temporal que estabelece os liames, as distâncias e diferenças entre os tempos que se sucedem, ou melhor, entre o passado e o presente. Esse contraste entre os tempos, pois que divididos por um hiato, coloca em cheque as memórias dos vários segmentos sociais e faz inflacionar, assim, a temporalidade histórica. É essa ruptura, essa força motriz geradora de uma irreversibilidade temporal, de um antes e de um agora estanques, diacrônicos e distantes, que arruína a memória e faz surgir as condições para se criar uma consciência histórica demasiadamente ampliada. Assim, a história avança, acumula-se, enquanto a memória evanesce. O tempo fragmentado da modernidade fortalece a visão histórica em detrimento da memória, que, por sua própria natureza, incompatibiliza-se com essa fragmentação.

(...) a história começa somente no ponto onde acaba a tradição, momento em que se apaga ou se decompõe a memória social. (...) Assim, a necessidade de escrever a história de um período, de uma sociedade, e mesmo de uma pessoa desperta somente quando eles já estão muito distantes no passado... (HALBWACHS, 1990, p. 80).

Por conta dessa adversidade entre memória e história, instaurada pela dinâmica social da sociedade capitalista, é que surge a necessidade de elegermos “lugares de memória”, porque, se o homem moderno estivesse conciliado com o tempo de suas memórias, não necessitaria destes lugares. O “lugar de memória” vem preencher um vazio deixado pelo tempo traumatizante da modernidade, da sociedade industrial, que desvincula, desliga, desenraiza o indivíduo de suas origens e tende a destruir as comunidades, os grupos, enfim, as identidades coletivas sociais. Os “lugares de memória” acabam por combinar sob um mesmo denominador dois termos a princípio contraditórios: a memória e a história. Isto significa dizer que, considerando a rapidez e amplitude das mudanças efetivadas na sociedade moderna, a memória já não encontra mais as condições de existência senão na forma de reminiscências, de resquícios, vestígios. A memória já não integra mais as práticas, os valores, os hábitos concretos e espontâneos que durariam no dia-a-dia das sociedades, fluente e naturalmente. A memória, no tempo avassalador do capitalismo, não compõe mais a substância que outrora congregava os grupos, que formava as experiências sociais. Agora, a memória é historicizada, apropriada pela história<sup>206</sup>, relegada a determinados espaços, a lugares específicos que têm a função de resguardar do tempo demolidor o que ainda resta do passado. Nesse sentido, os “lugares de memória”, seriam os museus, arquivos, cidades históricas, monumentos, livros, comemorações, efemérides, etc. Por ter sido aniquilada, renunciada, a memória transmutou-se em lugares específicos, em fragmentos<sup>207</sup>.

---

<sup>206</sup> Cf. SEIXAS, Jacy Alves de. *Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

<sup>207</sup> “The equilibrium between the present and the past is disrupted. What was left of experience, still lived in the warmth of tradition, in the silence of custom, in the repetition of the ancestral, has been swept away by a surge of deeply historical sensibility. Our consciousness is shaped by a sense that everything is over and done with, that something long since begun is now complete. Memory is constantly on our lips because it no longer exists. (...) But that rift has stirred memory sufficiently to raise the question of its embodiment: there are sites, lieux de mémoire, in which a residual sense of continuity remains. Lieux de mémoire exist

Pois é como um “lugar de memória” que podemos compreender Ouro Preto no que tange à construção de seu predicado histórico. Já não mais sendo a capital de Minas Gerais, mas uma cidade “antiga”, e representando, pela sua arquitetura, a imagem de um mundo pretérito, Ouro Preto será pronunciada como a cidade guardiã de uma memória histórica que resiste aos processos sociais destrutivos do mundo moderno. O “lugar de memória” surge, assim, do que sobrevive, ou remanesce, ao tempo destruidor da modernidade. Ou seja, o surgimento da cidade histórica depende desse processo temporal mutante, que gera as condições, pela própria dramaticidade e vigor de suas mudanças, de se elencar e eleger os resquícios pretéritos que resistem no presente, mas que foram engendrados em outrora. Quanto maior for o ritmo das mudanças, maior será a produção desses resquícios que servirão como “lugares de memória” ou testemunhos de um passado histórico<sup>208</sup>.

Lieux de mémoire are fundamentally vestiges, the ultimate embodiments of a commemorative consciousness that survives in a history which, having renounced memory, cries out for it. The notion has emerged because society has banished ritual. It is a notion produced, defined, established, constructed, decreed, and maintained by the artifice and desire of a society fundamentally absorbed by its own transformation and renewal. By its very nature that society values the new over the old, youth over old age, the future over the past. Museums, archives, cemeteries, collections, festivals, anniversaries, treaties, depositions, monuments, sanctuaries, private associations – these are relics of another era, illusions of eternity. (NORA, 1996, p. 6).

O paradoxo de tal equação reside no fato de que os mesmos fatores que contribuem para o esquecimento, para a ruptura do presente com o passado, ou seja, as

---

because there are no longer any milieux de mémoire, settings in which memory is a real part of everyday experience”. (NORA, 1996, p. 1).

<sup>208</sup> “The ‘acceleration of history’ thus brings us face to face with the enormous distance that separates real memory – the kind of inviolate social memory that primitive and archaic societies embodied, and whose secret died with them – from history, which is how modern societies organize a past they are condemned to forget because they are driven by change; the distance between an integrated memory, allpowerfull, sweeping, um-self-conscious, and inherently present-minded – a memory without a past that eternally recycles a heritage, relegating ancestral yesterdays to the undifferentiated time of heroes, inceptions, and myth – and our form of memory, which is nothing but history, a matter of sifting and sorting. This distance has steadily increased since modern man accorded himself the right, the capacity, and even the duty to change”. (Ibid., p. 2).

mudanças desencadeadas pela sociedade industrial, concorrem à reconstrução desse passado cindido, dessas memórias em vias de esboroamento. Na medida em que se rompe com o passado, estabelece-se uma perspectiva de distancia e diferença, de alteridade, entre o agora e o antes que servirá de fonte para as rememorações e as construções de símbolos que servirão como condutores de uma narrativa histórica. A perspectiva de distância e diferença, de ruptura portanto, entre presente e passado gera a noção de tempo histórico e faz com que busquemos em nosso vários passado as referências devidas para cerzir a linha do tempo, para alinhar uma continuidade temporal, que vem do passado e culmina no presente, de modo a conceder um sentido a nossa contemporaneidade. Busca-se, através das fissuras do passado, construir uma história, ou melhor, uma narrativa histórica que dê conta de nos fazer compreender o mundo caótico e mutante em que vivemos<sup>209</sup>. A esta narrativa que alinha passado e presente por meio de referências evocadas de tempos anteriores, damos o nome de tradição histórica (HOBSBAWM, 1997). Ocorre que esta tradição pauta-se na construção de uma memória histórica, e aqui cabe diferenciar memória coletiva de memória histórica<sup>210</sup>.

Grosso modo, a memória coletiva diz respeito às experiências que o indivíduo retém de suas vivências num dado meio social. A memória desse indivíduo tem um caráter coletivo, pois toda experiência pressupõe um campo de partilha e de aprendizado. Em outras palavras, a experiência de um indivíduo decorre de suas vivências em um espaço comum: o indivíduo possui a memória que é compartilhada com outros indivíduos de seu grupo social, de seus espaços de sociabilidade. A memória possui, portanto, um caráter afetivo e identitário marcante, pois concerne a todo universo social de uma pessoa, seus valores, seus códigos morais, seus hábitos, etc. Podemos afirmar, então, que a memória de um indivíduo é, sobretudo, uma memória coletiva social, já que partilhada com indivíduos que frequentam os mesmo espaços e comungam de discursos e linguagens semelhantes (BOSI, 1994; ELIAS, 1994; HALBWACHS, 1990)<sup>211</sup>. Só

---

<sup>209</sup> Para Ecléa Bosi (1994), lembrar é ressignificar o mundo. Cf. BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.

<sup>210</sup> Cf. HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.

<sup>211</sup> “É porque concordam no essencial, apesar de algumas divergências, que podemos reconstruir um conjunto de lembranças de modo a reconhecê-lo”. (HALBWACHS, 1990, p. 25).

lembramos em relação aos grupos e espaços sociais que participamos ao longo de nossas vidas<sup>212</sup>. “A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a Igreja, com a profissão; enfim, com os grupos de referência peculiares a esse indivíduo.” (BOSI, 1994, p. 54).

Diríamos voluntariamente que cada memória individual é um ponto de vista sobre a memória coletiva, que este ponto de vista muda conforme o lugar que ali eu ocupo, e que este lugar mesmo muda segundo as relações que mantenho com outros meios<sup>213</sup>. (HALBWACHS, 1990, p. 51).

Considerando que estes espaços de sociabilidade, onde se dão as experiências e memórias coletivas, encontram-se constantemente sob o perigo de soçobrar, de não resistir aos abalos da temporalidade moderna, logo, a própria memória social também corre o risco de aniquilamento, ruindo consigo as identidades individuais e grupais. A falência ou a obsolescência desses espaços de sociabilidade decretam a ruína da memória e da identidade do homem moderno, que não se reconhece mais no mundo em que vive. Os mecanismos de trabalho e as mudanças sociais da modernidade imprimem um ritmo de vida, um ethos sócio-cultural, que atomiza as pessoas, isolando-as de espaços sociais de partilha, de modo a impedir que se troque experiências e que se forme tradições e memórias coletivas (SENNETT, 1998)<sup>214</sup>.

---

<sup>212</sup> “É difícil encontrar lembranças que nos levem a um momento em que nossas sensações fossem apenas o reflexo dos objetos exteriores, no qual não misturávamos nenhuma das imagens, nenhum dos pensamentos que nos prendiam aos homens e aos grupos que nos rodeavam. Se não nos recordamos de nossa primeira infância, é, com efeito, porque nossas impressões não se podem relacionar com esteio nenhum, enquanto não somos ainda um ente social”. (HALBWACHS, 1990, p. 38).

<sup>213</sup> “Um homem, para evocar seu próprio passado, tem frequentemente necessidade de fazer apelo às lembranças dos outros. Ele se reporta a pontos de referência que existem fora dele, e que são fixados pela sociedade.” (HALBWACHS, 1990, p. 54). “A recuperação do eu pressupõe rememorar a presença indelével dos outros. Quando isso ocorre, configura-se a memória enquanto uma operação eminentemente coletiva e aí, e tão-somente aí, reconciliamo-nos conosco e até com o nosso próprio corpo.” (ARRUDA, Maria. *A Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990, p. 204).

<sup>214</sup> Referindo-se à contemporaneidade, De Decca (1992) afirma: “Numa certa medida, com a aceleração desmesurada da história do século 20, o cidadão contemporâneo vai se dando conta de uma ruptura definitiva com o passado e o tradicional sentimento de continuidade entre o passado e o presente vai se tornando a cada dia mais residual. Enfim, os suportes sociais da memória coletiva, que sempre forma os elementos principais de criação do sentimento de continuidade e de preservação das sociedades pré-industriais, foram sendo paulatinamente destruídos e hoje o cidadão se sente cada vez mais mutilado em seus sentimentos coletivos com relação ao passado. (...) O tempo desta história que se acelera

Uma vez enfraquecidas as experiências que cada indivíduo possui com seu grupo, ou mesmo findas estas experiências, esses indivíduos se vêem órfãos de si mesmos, aliados, alienados, exilados em seu próprio mundo<sup>215</sup>. Para preencher essa lacuna de referências identitárias e grupais, se inventam as memórias históricas. Estas consistem em símbolos que transcendem as experiências e vivências espontâneas do indivíduo; é uma construção *a priori* que articula passado e presente numa postura deliberada de encobrir diferenças e pacificar conflitos. Sob a égide de uma memória histórica, se conglopera os mais distintos e conflituosos segmentos sociais; a memória histórica dita uma história que impõe uma identidade a toda a sociedade; não tem a ver com a substância mesma da memória coletiva, qual seja, as vivências cotidianas de cada pessoa, seus dramas particulares, suas alegrias e decepções, suas contradições, suas experiências coletivas e múltiplas.

Ao contrário, como construção crítica, deliberada e apriorística, a memória histórica quer-se unívoca, totalitária e coerente; fazendo-se em tom oficial, ela dita as formas do que deve ser rememorado e do que deve ser esquecido, e busca no passado o que mais lhe convém ser retido; trata-se de uma forma resumida e esquemática do passado. A memória histórica diz respeito à história dos vencedores: é uma produção voluntária do passado. Sua retórica pauta-se pela escolha de referências que atestem uma história dos grandes feitos, dos grandes heróis. A memória histórica, enfim, deve ser compreendida dentro dos esforços de construção de uma nacionalidade. De caráter ideológico, a memória histórica pretende tecer uma memória que diga respeito a todos os cidadãos de uma nação, e que faça com que tais cidadãos se reconheçam como pertencentes a essa nação, a essa memória.

---

vertiginosamente em nosso século é o tempo das mudanças, das transformações e da destruição, ao passo que o tempo da memória coletiva é o da permanência e o da continuação”. (DE DECCA, Edgar S. *Memória e cidadania*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p.129-130).

<sup>215</sup> “O drama da modernidade constitui-se precisamente no choque que interrompe o fluxo da experiência tradicional, na destruição sistemática desses espaços-tempos insulados, no esquecimento produzido pelo desencontro de linguagens, na lógica desestruturante das identidades comunitárias, na violência como apanágio legal do Estado.” (HARDMAN, Francisco Foot. *Antigos Modernistas*. In: NOVAES, Adauto (org). *Tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992, p. 293). “Ao perder a certeza de um mundo futuro, o homem moderno foi arremessado para dentro de si mesmo, e não de encontro ao mundo que o rodeava; longe de crer que este mundo fosse potencialmente imortal, ele não estava sequer seguro de que fosse real”. (ARENDRT, 2001, p. 333-334).

Enquanto a memória pessoal, coletiva ou social, como queiram, é fluida, elíptica, variada, imprecisa, espontânea, involuntária, repleta de lapsos e lacunas, a memória histórica faz-se rígida, voluntária, fechada, deliberada, verdadeira, definitiva, inconteste, unificadora, clara, uma memória que traduza exatamente o passado em sua inteireza, real e objetivamente. Partindo de modelos fechados e abstratos, a memória histórica está dissociada das experiências coletivas. A memória histórica é veiculada pelo discurso dominante e manipula o passado a fim de confeccionar uma auto-imagem que seja legitimadora, e que opere como identidade de toda a nação<sup>216</sup>. As memórias dos diversos grupos sociais que compõem uma nação não entram em jogo na construção da memória histórica nacional, ao contrário, são simplesmente transpostas, suprimidas, diluídas, silenciadas, recalçadas ou ignoradas.

O apelo a um sentimento de pertença, ou melhor, o fator emotivo está presente tanto na memória histórica quanto nas memórias coletivas grupais. O principal atributo das memórias grupais transfere-se para a memória histórica, qual seja, a ligação afetiva, que torna-se, por exemplo, um mecanismo eficaz na solidificação do vínculo entre indivíduo e nação. A memória histórica forja um sentimento de afeto entre os grupos, os indivíduos e a nação. Aliás, tal memória é, entre outras coisas, uma forma de expandir esse apelo emotivo-afetivo, essas subjetividades, a esferas mais amplas que ultrapassam o campo individual e grupal, a abstrações tais como nação, pátria, região, estado, etc<sup>217</sup>. Cada indivíduo, sob a ótica da memória histórica, é levado a crer, para além das suas vivências mais cotidianas, que pertence a tal pátria ou nação, que faz parte dessa ou daquela região, que possui uma identidade maior que suas experiências imediatas, uma identidade que o conecte a grupos e pessoas os mais diversos e distantes<sup>218</sup>. Com efeito, a

---

<sup>216</sup> “A possibilidade de construção fechada de uma versão unívoca do passado repousa no poder de decidir sobre o que será ou não preservado enquanto registro à disposição da posteridade.” (SILVA, Olga Brites da. *Memória, preservação e tradições populares*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do Patrimônio Histórico, 1992, p. 18).

<sup>217</sup> “Ela [a memória] sacraliza o passado, partindo, para quem rememora, de uma relação afetiva com o passado que tende a mitificá-lo. Não existe memória que não passe pela afetividade”. (SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a destruição e a preservação: notas para o debate*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997, p. 19).

<sup>218</sup> Imaginemos um gaúcho e um cearense contemporâneos, para falar do Brasil. Podemos dizer que esse gaúcho e esse cearense, embora nunca tenham se visto nem compartilhado vivências, possuem a mesma identidade do ponto de vista nacional, uma vez que pertencem à mesma memória histórica, a saber, a memória histórica de seu país, o Brasil. Assim, tanto o gaúcho quanto o cearense podem se reconhecer nos “lugares de memória”, nos símbolos históricos de sua nação, tais como Ouro Preto, que, a bem da verdade,

memória histórica é uma lembrança simulada para atingir a todos os segmentos sociais, a despeito de suas diferenças, contrastes ou mesmo adversidades<sup>219</sup>.

Há acontecimentos sociais que modificam ao mesmo tempo todas as existências. Eles são raros. Embora possam oferecer a todos os homens de um país alguns pontos de referência no tempo. Mas geralmente, a nação está longe demais do indivíduo para que este considere a história de seu país de outro modo do que como um quadro muito amplo, com o qual sua história pessoal não tem senão muito poucos pontos de contato. (HALBWACHS, 1990, p. 79).

Dessa forma, os “lugares de memória” surgem como suportes dessas memórias históricas, nascem para encobrir as lacunas deixadas pelo tempo e satisfazer as demandas de uma imagem nacional, de uma identidade coletiva totalizadora, de uma memória histórica enfim<sup>220</sup>. Sob o ponto de vista da memória histórica é que se vão estabelecer os “lugares da memória”, isto é, os lugares que contém a história que se deve contar, que é permitida narrar, pois que responde aos objetivos do discurso nacionalista oficial.

Assim é que a sociedade completamente historicizada, destruindo continuamente os vínculos coletivos da memória, acaba por criar uma nova percepção histórica, que buscará recriar o campo da memória em lugares bastante particulares. (...) Em outras palavras, se a sociedade histórica destrói as bases da memória coletiva espontânea, ela ao mesmo tempo desenvolve uma percepção histórica que, diante do perigo de uma perda definitiva do passado, começa a recriar deliberadamente lugares de memória. (DE DECCA, 1992, p. 131).

---

está muito distante, tanto geográfica como historicamente, do gaúcho e do cearense. O gaúcho e o cearense não compartilham, portanto, da mesma memória social, coletiva, mas se identificam na outra memória, a histórica, a memória da história nacional. Cf. ARENDT, Hannah. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1997; GONÇALVES, 1996; HOBBSAWM, 1990; NORA, 1996; OLIVEIRA, 1986.

<sup>219</sup> “A memória coletiva avança no passado até certo limite, mais ou menos longínquo aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite ela não atinge mais os acontecimentos e as pessoas numa apreensão direta. Ora, é precisamente aquilo que se encontra além desse limite que detém a atenção da história. Costuma-se dizer às vezes que a história se interessa pelo passado e não pelo presente. Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais”. (HALBWACHS, 1990, p. 109).

<sup>220</sup> Nosso raciocínio e argumentação apontam para uma estreita relação, um vínculo mesmo entre os termos “lugar de memória” e memória histórica. Em outras palavras, o “lugar de memória” acaba sendo um espaço onde está resguardada não as memórias coletivas dos grupos sociais, mas uma memória histórica nacionalista, tal como aqui foi colocada. Um existe em função do outro.

Por conseguinte, eleger “lugares de memória” é apropriar-se simbolicamente de objetos e artefatos que pertenceram a épocas passadas, ou seja, foram tecidos em mundos que sofreram as escleroses do tempo, em mundos que já não existem ou que tornaram-se obsoletos, mas que, por outro lado, ajudam, com seus resquícios, a iluminar e dar sentido ao mundo presente. Como Ouro Preto, os “lugares de memória” são referências, signos, chaves de compreensão desse mesmo presente. A construção da memória histórica é, portanto, um trabalho do presente, feito em função deste. Devemos compreender essa construção, esse trabalho da memória, como uma maneira de dar inteligibilidade e sentido ao presente; o presente é revisto à luz do passado, e a história é feita conforme as escolhas e as indagações, as demandas enfim, postas na atualidade (BOSI, 1994; HALBWACHS, 1990; PESAVENTO, 1999).

(...) as imagens do passado legitima geralmente uma ordem social presente. É uma regra implícita pressupor uma memória partilhada entre os participantes em qualquer ordem social. Se as memórias que têm do passado da sociedade divergem, os seus membros não podem partilhar experiências ou opiniões. (CONNERTON, 1993, p. 3).

Para compreendermos a cidade histórica, e tudo que tiver este valor, é preciso compreender o caráter historicizante de nossa sociedade. As mudanças constantes pelas quais essa sociedade passa acabam engendrando uma overdose de eventos<sup>221</sup> que, por sua vez, dispõem-se às mais variadas construções simbólicas. O tempo histórico é permeado e fomentado pela mudança, pela produção de eventos distintos e singulares, por assim dizer, e pela ruptura entre um agora e um antes, que é alteridade. O contraste advindo dessa ruptura compõe a perspectiva de que temos um passado e de que podemos e devemos concebê-lo ligado ao presente, por mais que este passado seja distinto do presente (é esta cesura que gera a necessidade de correspondência entre os tempos). Essa ligação, ou seja, essa continuidade dá-se pela narrativa histórica, pela percepção de que

---

<sup>221</sup> A idéia de evento ou acontecimento pressupõe ruptura. O acontecimento, singular em todo caso, é retirado de um movimento contínuo, de uma esfera totalizante; é visto no que tem de único e diferente. Assim uma tensão é criada entre presente e passado, uma distância entre essas esferas temporais, pela emergência do evento, ou ruptura do acontecimento (aqui, evento e acontecimento são vistos como sinônimos). Cf. FOUCAULT, 1979.

temos um passado diferente e distanciado do agora, mas que, pela própria diferença, faz compreensível este agora, e também pela eleição daquilo que constitui os referenciais, marcas ou vestígios pretéritos (signos históricos). Vale ressaltar que esta eleição pressupõe esquecimento, pois se trata de uma escolha, de um recorte: é o esquecimento que incentiva a memória histórica e o ato de rememorar<sup>222</sup>.

Voltando a Ouro Preto, é justamente por ter sido a cidade condenada a perdas políticas e econômicas, por ter sido vítima de uma estagnação e um esquecimento, tornando-se a imagem de um mundo ultrapassado, findo, que ela adquire seu valor histórico, representando um passado que pode dizer muito ao presente. Aqui, a história também é produzida de acordo com as preocupações e indagações do presente<sup>223</sup>.

Por resistir às mudanças e abalos do tempo, a cidade legitima-se como registro, prova, desse mesmo processo temporal transformador desencadeado pelos meios modernos de reprodução social<sup>224</sup>. Ouro Preto torna-se, no presente, o espelho fiel de um mundo passado, isto é, constitui-se como a verdadeira imagem de um tempo findo; a cidade fixa-se como verdade histórica, prova legítima do passado, porque resistiu às contingências de um movimento histórico infrene, trazendo em sua materialidade as marcas de épocas que se evadiram. O esquecimento está constantemente à espreita, daí ser necessário buscar naqueles vestígios remanescentes referências com as quais se constroem sentidos ou explicações para o mundo presente. O perigo do esquecimento aciona as rememorações e fomenta a produção de memórias históricas, de “lugares de memória”, através do mapeamento dos vestígios pretéritos ou do inventário das reminiscências. Em Ouro Preto, uma história se indicia, pois a cidade superou o

---

<sup>222</sup> Sobre as relações entre o esquecimento e a recordação ver BENJAMIN, 1986. “Se podemos assim ler as histórias que a humanidade se conta a si mesma como o fluxo constitutivo da memória e, portanto, de sua identidade, nem por isso o próprio movimento da narração deixa de ser atravessado, de maneira geralmente mais subterrânea, pelo refluxo do esquecimento; esquecimento que seria não só uma falha, um ‘branco’ de memória, mas também uma atividade que apaga, renuncia, recorta, opõe ao infinito da memória a finitude necessária da morte e a inscreve no âmago da narração.” (GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª edição. São Paulo: perspectiva, 2004, p. 3).

<sup>223</sup> Estamos nos referindo, neste caso, ao presente de quem, no começo do século XX, procura em Ouro Preto um referencial de passado. Não é ao nosso mundo hodierno que nos referimos quando falamos em presente ou passado. Para Benjamin (1986), só perde o sentido o que no presente não é percebido como mirado pelo passado.

<sup>224</sup> “Nas condições modernas, a bancarrota decorre não da destruição, mas da conservação, porque a própria durabilidade dos objetos conservados é o maior obstáculo ao processo de reposição, cuja velocidade em constante crescimento é a única coisa constante que resta onde se estabelece esse processo.” (ARENDR, 2001, p. 265)

esquecimento, que seria consolidado com a transformação que não se deu, e tornou-se documento histórico<sup>225</sup>.

Em outras palavras, Ouro Preto passa a representar um lugar onde uma memória histórica teria se preservado, um “lugar de memória”; sua imagem de cidade colonial serve ao presente como um atestado dos feitos passados que refletem os valores constitutivos da identidade mineira e brasileira. Essa identidade está resguardada da ação destrutiva do tempo nos vestígios que lhe foram resistentes; tais vestígios somente resistem porque provêm de uma origem que é tida como pura e incorruptível. Assim, a identidade de um povo, de uma nação, não sofre os abalos do tempo porque enraíza-se num ponto de origem inviolável. A identidade funda-se nessa idéia de um começo absoluto, isto é, uma origem alheia às transformações do devir; um lócus de valores puros que delineiam o caráter de uma nação. Por seu turno, a memória salvaguardaria essa identidade original das vicissitudes temporais, fazendo com que ela se prolongue e se presentifique perpetuamente. O mito de origem é um dos principais pressupostos que irá orientar a busca do valor histórico intrínseco nos objetos do passado (BANN, 1994; CATROGA, 2001; VERNANT, 1990).

(...) eis que por todo o sempre em objetos, nem por vezes grandiosos, é que se fixam os marcos iniciais de toda civilização.

Neste sentido bem é que se atenda não haver em todo o espaço de Minas povoação, senão esta [Ouro Preto], onde se conservem tantos e tão caros vestígios primitivos. (VASCONCELLOS, 1934, p. 17-18).

A memória torna-se, assim, a via de acesso a um tempo que, de outra forma, seria inacessível: o tempo primevo, o início absoluto, o tempo da origem. Essa origem significa a pureza de um povo, de uma nação. Falar das origens é evocar as qualidades e virtudes que não foram, por serem originais, corroídas pelo tempo. O original define uma identidade, a singulariza, de modo a constituir a essência de um povo. O que está na origem é imarcescível. Recordar possui, portanto, um valor sagrado, já que transmite à sociedade do presente os valores primordiais, seus fundamentos, seu verdadeiro e eterno

---

<sup>225</sup> Para Le Goff (2003), “todo documento tem em si um caráter de monumento”.

ser, sua originalidade. O que habita a origem é imortal, é a causa primeira que determina a continuação dos grandes feitos ao longo dos tempos. A origem é um estado puro, primitivo; buscá-la é desejar preservar um momento de harmonia, onde a quintessência de um povo encontra-se inteira e palpável. O ponto de origem é o instante anterior às mudanças e ruínas do mundo moderno, o qual se vê ameaçado pela marcha inexorável das rupturas e dos eventos históricos, por uma sucessão drástica e ininterrupta de acontecimentos e transformações engendradas através dos mecanismos de reprodução da sociedade industrial.

Os heróis nacionais se imortalizam por pertencerem à origem da nação, ou seja, porque são seus fundadores. Por guardar a origem, a memória incorpora um papel de revelação. Graças ao culto da memória, a idade heróica e primordial de um povo, sua própria essência, será mantida e transmitida de geração a geração. A memória protege os homens dos males e contingências do devir uma vez que blinda seus valores essenciais, originais. Ao vincular-se à sacralização de um passado original, a memória assume tonalidades épicas, heróicas e míticas<sup>226</sup>.

O passado revelado desse modo é muito mais que o antecedente do presente: é sua fonte. Ascendendo até ele, a rememoração não procura situar os acontecimentos em um quadro temporal, mas atingir o fundo do ser, descobrir o original, a realidade primordial da qual saiu o cosmo e que permite compreender o devir em seu conjunto<sup>227</sup>. (VERNANT, 1990, p. 112).

Como representante de um tempo original, distanciado do presente, Ouro Preto simbolizará o lugar de origem da mineiridade e de valores primordiais à nação. À idéia de

---

<sup>226</sup> Segundo Ecléa Bosi (1994), toda recordação é uma atitude épica (ver Bosi, 1994), ou seja, ela visa a “representar fenômenos acabadamente, palpáveis e visíveis em todas as suas partes, claramente definidos em suas relações espaciais e temporais.” (AUERBACH, Erich. *Mimeses: representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002, p. 4). Sobre a representação épica, nos baseamos em Auerbach (2002), Principalmente o capítulo intitulado “A Cicatriz de Ulisses.”

<sup>227</sup> Estamos nos apropriando de uma passagem de um livro conhecido de Jean Pierre-Vernant (1990), no qual ele discorre sobre as formas míticas do pensamento grego antigo. Para este estudioso, ao buscar as origens, a memória evade-se para fora do tempo, pois tem a ver com a “gênese do mundo”. “Tempo original, as realidades primordiais são o fundamento inabalável do mundo de hoje”. (VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre os gregos: estudos de psicologia histórica*. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990).

origem corresponde a de autenticidade. Neste passado original encontram-se os autênticos (verdadeiros) preceitos que garantem a singularidade e a grandeza de uma nação; é nesta origem que a nação se diferencia das demais e assume a sua identidade. Vale lembrar que essa busca da origem é uma construção do presente e, portanto, responde a problematizações postas pelas sociedades do presente em relação a seu passado e a sua formação histórica<sup>228</sup>. A origem é o que gera uma tradição; é o que funda valores os mais caros a uma sociedade, confere sentido e finalidade (telos) ao movimento histórico e assegura, fortalecida, a identidade de um povo<sup>229</sup>.

A procura das origens do ser humano, a busca de uma genealogia que situe o homem no espaço e no tempo fazem parte do universo simbólico de todos os povos, como nos mostra a universalidade das construções dos “mitos de origem”. As origens comuns facilitam as aproximações e as cisões entre grupos e indivíduos. A inserção dos indivíduos em uma esfera denominada nação pode ser pensada como uma forma moderna deste processo mais amplo de busca ou construção de origens comuns<sup>230</sup>. (OLIVEIRA, 1996, p. 3).

Deste modo, Ouro Preto passa a significar a fonte da civilização mineira e brasileira, a matriz de seu sucesso, o capítulo primeiro de uma história vitoriosa, a essência que fecunda e antecede o devir de um tempo cujo sentido aponta, sempre, para

---

<sup>228</sup> “(...) a exigência de rememoração do passado não implica simplesmente a restauração do passado, mas também uma transformação do presente tal que, se o passado perdido aí for reencontrado, ele não fique o mesmo, mas seja, ele também, retomado e transformado.” (GAGNEBIN, 2004, p. 16). No entanto, é como se essa origem fosse um “além retrospectivo”, um “nicho imaculado” que excedesse qualquer historicidade, um além temporal voltado ao passado. Essa “gênese ideal” foi uma crença surgida na Grécia antiga. “Pensemos, de início, nos textos para os quais a origem, embora fundada pela escrita, é remetida ao exterior do gesto que a produz – em virtude de um recalçamento, diríamos – e transformada em marco inicial, ponto zero de onde parte todo sentido. Essa operação permite à escrita desenrolar-se no tempo sem se dispersar nele e buscar uma coincidência entre o presente da escrita e um tempo original, que é recolhido ou reencontrado, mais ou menos intacto, pelos signos. No pólo oposto, encontram-se os textos que exibem o quanto os signos produzem o passado no presente mesmo da escrita: objeto de uma construção, a memória, antes mesmo de encaminhar-se para uma origem cada vez mais recuada, é produzida no porvir dos signos”. (GUIMARÃES, César. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997, p. 19). Cf. ARENDT, 1979; AUERBACH, 2002; VERNANT, 1990.

<sup>229</sup> “Para dominar o tempo e a história e satisfazer as próprias aspirações de felicidade e justiça ou os temores em face do desenrolar ilusório ou inquietante dos acontecimentos, as sociedades, as sociedades humanas imaginaram a existência, no passado e no futuro, de épocas excepcionalmente felizes ou catastróficas e, por vezes, inseriram essas épocas originais ou derradeiras numa série de idades, segundo uma certa ordem” (LE GOFF, 2003, p. 283).

<sup>230</sup> “...a nação é retirada da história e da contingência e transformada num distante objeto de desejo, numa entidade estável e permanente, dotada de coerência e continuidade.” (GONÇALVES, 1996, p. 26).

um presente melhor, para o progresso social. A cidade torna-se o depósito de referências passadas que sustentam esse porvir promissor. Ouro Preto, enfim, liga-se a sua sucedânea Belo Horizonte: esta é um prolongamento ou uma continuação daquela. Ouro Preto gerou valores civilizatórios, e estes continuam em Belo Horizonte, que, por sua vez, passa a encarnar a imagem do presente e suscitar aquela dos tempos vindouros.

É em Ouro Preto que se embebe, é nas cidades antigas que se nutre a raiz da árvore gigantesca e gloriosa que, em Belo Horizonte, oferece a copa frondosa ao beijo quente da civilização de Minas Gerais. (RACIOPPI, 1940, p. 15).

A cidade traduziria o autêntico e o singular do brasileiro e do mineiro, e essa autenticidade e singularidade constituem os aspectos centrais de seu valor histórico, uma vez que marcam as diferenças e as fissuras entre o passado e o presente, e permitem reconhecer a cidade como objeto de outrora. Ouro Preto refletiria a idade dourada, os primórdios da nação, a época heróica dos fundadores, arautos da liberdade e da nacionalidade soberana, o tempo mítico da opulência do ouro, da magnificência do barroco, quando se tem início a construção de um vernáculo forte, de uma imagem nacional verdadeira, grandiosa e autêntica. Nesse sentido, podemos afirmar que o valor artístico que também será atribuído a Ouro Preto está estreitamente vinculado ao valor histórico. Trata-se de uma invenção histórica, ou seja, da construção de um olhar: a cidade é vista como depositário de referências estéticas e estilísticas pretéritas caras à constituição de uma identidade nacional; seu valor de arte se baseia, primeiramente, em sua imagem de “lugar de memória”, isto é, um lugar onde valores artísticos autenticamente nacionais, legítimos, puros e fundamentais, pois que pertencentes à origem da nação, estão salvaguardados da ação derrisória do tempo. O estilo barroco-colonial de Ouro Preto também diria respeito à idéia de origem de um gênio artístico genuinamente brasileiro, que, por isso mesmo, deveria ser preservado. Ver Ouro Preto em seus traços barrocos, em sua estética singular, significa, então, ver o passado<sup>231</sup>, ou

---

<sup>231</sup> A memória está estreitamente ligada a uma vocação icônica, concerne a uma experiência do olhar mais do que às dos outros sentidos. Ver é lembrar. A memória precisa de imagens. Cf. GUIMARÃES, 1997.

melhor, ver a própria história composta pelos grandes feitos históricos e gestos artísticos que concorrem à formação de um caráter nacional.

**Figura 25 - Ouro Preto, cidade Monumento Nacional, Praça Tiradentes, década de 1930, Luiz Fontana**



**Fonte: FONTANA, 1996**

Portanto, podemos compreender a construção da imagem de cidade histórica sob o ponto de vista de um “lugar de memória”. Embora muitos discursos tragam uma ligação pessoal com a cidade<sup>232</sup>, é pela esfera de uma identidade maior, nacional ou mineira, que Ouro Preto será evocada, isto é, segundo uma memória histórica, oficial e nacionalista, como acima foi exposto, e não do ponto de vista de uma memória individual ou coletiva, queremos dizer, de grupos sociais específicos (memória espontânea,

---

<sup>232</sup> O tema da ligação afetiva dos indivíduos e grupos sociais com a cidade poderia ser trabalhado sob outros pontos de vista, como, por exemplo, o enfoque da metodologia da história oral. Não é o nosso caso. Cf. BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001b; BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001a.

cotidiana)<sup>233</sup>. A cidade histórica se conforma sobre os pressupostos simbólicos da memória histórica, atua como suporte dessa memória oficial e nacionalista, e não repousa em memórias de vivências individuais ou grupais, tal como explicamos anteriormente<sup>234</sup>.

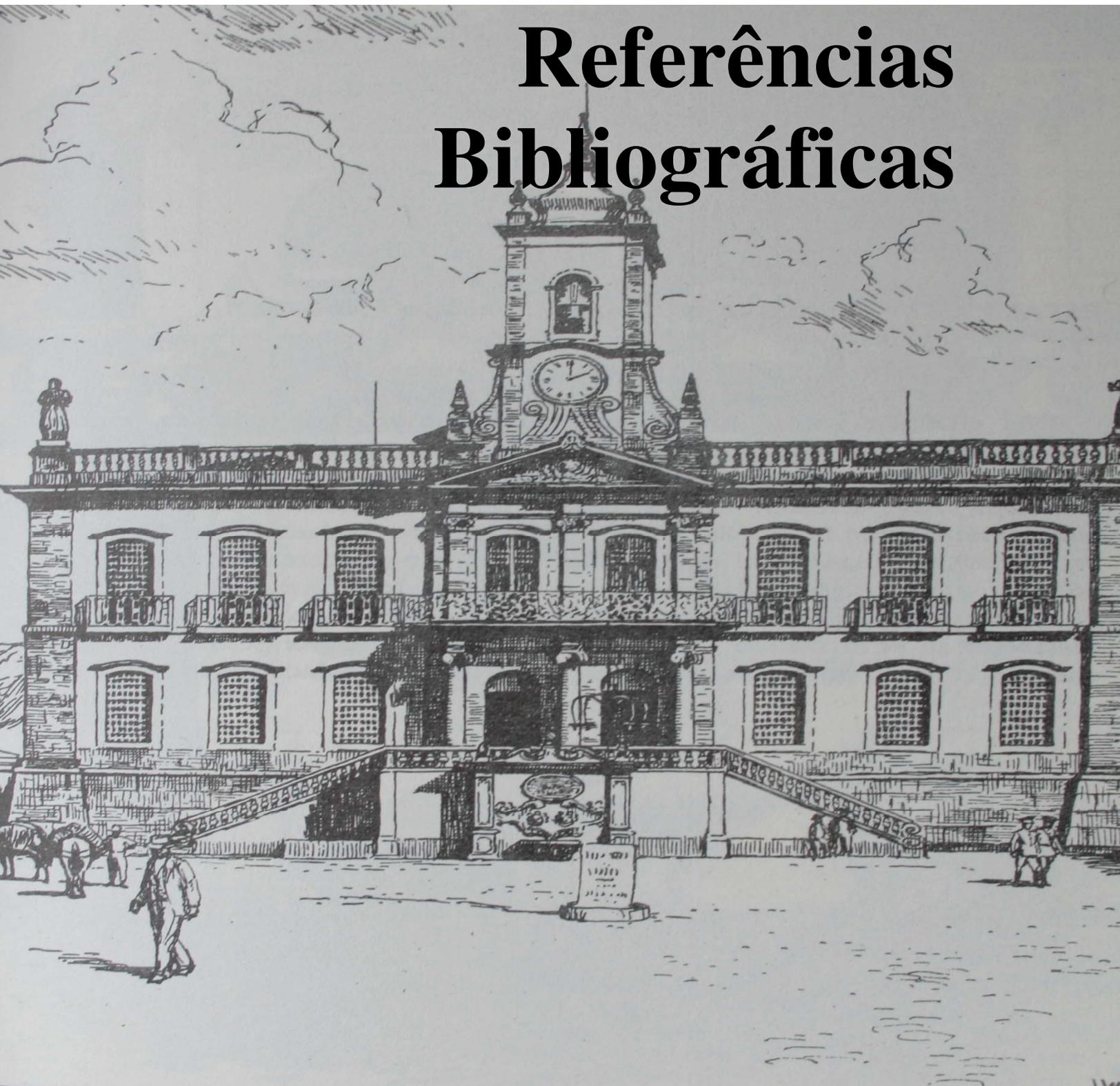
A memória [histórica] é ativada visando, de alguma forma, ao controle do passado (e, portanto, do presente). Reformar o passado em função do presente via gestão das memórias significa, antes de mais nada, controlar a materialidade em que a memória se expressa (das relíquias aos monumentos, aos arquivos, símbolos, rituais, datas, comemorações...). Noção de que a memória torna poderoso(s) aquele(s) que a gere(m) e controla(m). (SEIXAS, 2001, p. 42)

---

<sup>233</sup> “A memória coletiva é da ordem da vivência, a memória nacional se refere a uma história que transcende os sujeitos e não se concretiza imediatamente nos seus cotidianos”. (ORTIZ, 1991, p. 190).

<sup>234</sup> A memória histórica é uma memória controlada pela história, reflexiva, planejada: contrapõe-se à memória espontânea e involuntária dos grupos sociais (memórias coletivas). Cf. HALBWACHS, 1990; CONNERTON, 1993.

# Referências Bibliográficas



## Fontes primárias

### A) Livros e artigos

ALENCAR, Gilberto de. *Cidade do sonho e da melancolia; impressões de Ouro Preto*. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1926.

AMARAL, Aracy A. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Tonenge/Gráfica Raízes, 1986.

ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Expeimento/Giordano, 1993.

\_\_\_\_\_. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª edição. Brasília: Martins editora/INL, 1975.

\_\_\_\_\_. *Crônicas de Malazarte – VIII*. América Brasileira, Rio de Janeiro, janeiro, 1924. In: BATISTA, M. R., LOPEZ, T. P. A., LIMA, Y. S. (orgs). *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29*. São Paulo: IEB/USP, 1972.

BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.

BARROSO, Gustavo. *As igrejas de Minas e a Velha Sé da Bahia*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948.

\_\_\_\_\_. *A cidade sagrada*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948.

BIBLIOTECA NACIONAL. *Ouro Preto: sesquicentenário de elevação de Vila Rica à categoria de Imperial cidade de Ouro Preto, 1823-1973*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.

COELHO, José Efigênio Pinto. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987.

DELAMARE, Alcibíades. *Villa Rica*. São Paulo: Nacional, 1935.

FONTANA, Luiz. *Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana*. Ouro Preto: IFAC-UFOP, 1996.

LIMA, Alceu Amoroso. *Pelo passado Nacional*. In: Revista do Brasil, Vol. III, Ano 1. São Paulo, setembro-dezembro de 1916.

- LIMA, Augusto de. *Comendador José Pedro Xavier da Veiga*. In: Revista do Archivo Publico Mineiro. BH: Imprensa Official, Ano XVI, volume I, 1911.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital: apontamentos históricos*. In: Revista do Archivo Publico Mineiro. BH: Imprensa Official, Ano X, 1905.
- MAIA, A.E. dos Santos. *Ouro Preto: Homens idéias e fatos*. Ouro Preto: s. ed., 1972.
- \_\_\_\_\_. *Ouro Preto: momentos, crônicas, anacrônicas*. Ouro Preto: Editora Santa Edwiges, s.d.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Roteiro lírico de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d'Oliveira, 1937.
- OZZORI, Manuel. Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do Município de Ouro Preto. Ano 1- 1890. Belo Horizonte. MAZZA/IAC/UFOP, 1990.
- PINTO, Moreira. *Ouro Preto*. In: Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas Gerais, 1907.
- PROYECTO CULTURAL ARTISTAS DEL MERCOSUR. *Tarsila do Amaral*. Buenos Aires: Banco Velox, 1998.
- RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.
- RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.
- SENNÁ, Nelson. *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1911.
- SILVA, João Pinheiro. *Cesário Alvim*. In: Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1906.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *Arte em Ouro Preto: as obras de arte da edição comemorativa do Bi-Centenário de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1934.
- \_\_\_\_\_. *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. In: Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XIV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas Gerais, 1910.

VASCONCELLOS, Salomão de. *Imagem histórica*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.

## **B) Jornais**

-**A Ordem**, Ano II, nº 53, Ouro Preto, 19/06/1890. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-**A Ordem**, Ano III, de 30 de abril de 1891. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-**A Gazeta**, Ano I, nº17, Belo Horizonte, 1904. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**A Ordem**, Ano IV, nº189, Ouro Preto, 26/12/1892. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-**A Tribuna**, Belo Horizonte, setembro de 1933. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Correio da Noite**, julho de 1893. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Correio Mineiro**, p.1, Ano VI, n.123, 25/07/1933. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Diário de Notícias**, Ano I, nº15, Belo Horizonte, 9 de março de 1907. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Diário do Povo**, Ano I, nº1, Belo Horizonte, 7 de setembro de 1907. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Jornal Independência**, número único, Ouro Preto, 7 de setembro de 1907. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Jornal Mineiro**, Ano I, nº10, Ouro Preto, 24 de outubro de 1897. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**Jornal Mineiro**, Ano II, nº73, Ouro Preto, 12 de fevereiro de 1899. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

-**O Itacolomy**, Ano 1, Número 1. Ouro Preto, 10 de outubro de 1890. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-**Opinião Mineira**, Ano I, nº1, Ouro Preto, 5 de janeiro de 1894. (Hemeroteca Pública de Minas Gerais).

### **C) Revistas**

-**Revista Geral dos Trabalhos**. nº I. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & CIA, Abril de 1895. (Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas).

-**Revista Geral dos Trabalhos**. nº II. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & CIA, Agosto de 1895. (Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas).

### **D) Documentação administrativa**

-Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais, sessão de 9/05/1891. (Arquivo Público Mineiro).

-Anais do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. 5ª Sessão extraordinária do Congresso Constituinte do Estado de Minas Gerais. 04/05/1891. (Arquivo Público Mineiro).

-Balanço de todas as caixas de receita e despesa da Câmara Municipal de Ouro Preto desde o início de sua administração a 7 de março de 1892 até 31 de dezembro do mesmo ano. Ouro Preto: Typographia Silva Cabral, 1893. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Câmara Municipal de Ouro Preto. Estatuto Municipal. Ouro Preto: Typografia Silva Cabral, 1894. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Câmara Municipal de Ouro Preto. Ouro Preto, 1895, Typographia Silva Cabral. Relatório apresentado à Câmara Municipal em sessão de 2 de janeiro de 1895 pelo presidente e agente executivo Randolpho José Ferreira Bretas. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, aprovado pelo decreto nº 558 de 14 de setembro de 1891. In: Livro de Contratos, 1891, p. 38v-44. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Decreto nº 22928 de 12 de julho de 1933. (Arquivo Noronha Santos – IPHAN).

-Informação sobre o Contrato Celebrado pela Intendência Municipal para os Melhoramentos da Cidade de Ouro Preto. Ouro Preto: Typographia A Ordem, 1891. (Arquivo Público Mineiro).

-Livro de atas da Câmara e Intendência Municipal nº 98, anos de 1885 a 1890. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Livro de atas da Câmara e Intendência Municipal nº 109, anos de 1891 a 1893. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Livro de Contratos, 1891. (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).

-Relatórios da Assembléia Provincial de Minas Gerais/ livro nº 4. Ouro Preto: Typographia “Vinte de Agosto”, 1886. (Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas).

## **E) Documentos iconográficos**

- Vista de Ouro Preto, 1881, Guilherme Libencam (Arquivo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória, IFAC – UFOP).
- Vista da Praça Tiradentes, 1881, Guilherme Libencan (Arquivo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória, IFAC – UFOP).
- Vista do bairro de Antônio Dias, 1881, Guilherme Lebencan (Arquivo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória, IFAC – UFOP).
- Projecto de Boulevard, 1891, autor desconhecido (Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto).
- Vista do antigo Palácio dos Governadores, 1881, Guilherme Libencan (Arquivo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória, IFAC – UFOP).
- Vista de Ouro Preto, cerca de 1870, autor desconhecido (Arquivo do Museu da Inconfidência).

### **Locais de Pesquisa**

- 1) Arquivo Público da Prefeitura Municipal de Ouro Preto (Ouro Preto).
- 2) Biblioteca de Obras Raras da Escola de Minas (Ouro Preto).
- 3) Arquivo Público Mineiro (Belo Horizonte).
- 4) Hemeroteca Pública de Minas Gerais (Belo Horizonte).
- 5) Arquivo Noronha Santos – IPHAN (Rio de Janeiro).
- 6) Biblioteca Casa dos Contos (Ouro Preto).
- 7) Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro).
- 8) Biblioteca Casa do Pilar (Ouro Preto).
- 9) Biblioteca do Museu de Arte Contemporânea da USP (São Paulo).
- 10) Instituto de Estudos Brasileiros, IEB – USP. (São Paulo).
- 11) Arquivo do Museu da Inconfidência (Ouro Preto).
- 12) Arquivo fotográfico do Núcleo de Mentalidade e Memória, IFAC – UFOP (Ouro Preto).

## Bibliografia geral

- ALCÂNTARA, Antônio Pedro Gomes de. *A aparência das coisas*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional Nº 29. Brasília: IPHAN, 2001.
- ALENCAR, Gilberto de. *Cidade do sonho e da melancolia; impressões de Ouro Preto*. Juiz de Fora: Typographia Brasil, 1926.
- ALMEIDA, Carla Maria C. *Minas Gerais de 1750 a 1850: bases da economia e tentativa de periodização*. In: LPH Revista de História, nº5. Ouro Preto: Editora da UFOP, Departamento de História/UFOP, 1995.
- AMARAL, Aracy A. *Blaise Cendrars no Brasil e os modernistas*. São Paulo: Editora 34, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Tarsila: sua obra e seu tempo*. São Paulo: Tonenge/Gráfica Raízes, 1986.
- ANDRADE, Mário de. *A arte religiosa no Brasil*. São Paulo: Expeimento/Giordano, 1993.
- \_\_\_\_\_. *Aspectos das artes plásticas no Brasil*. 2ª edição. Brasília: Martins editora/INL, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Crônicas de Malazarte – VIII*. América Brasileira, Rio de Janeiro, janeiro, 1924. In: BATISTA, M. R., LOPEZ, T. P. A., LIMA, Y. S. (orgs). *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29*. São Paulo: IEB/USP, 1972.
- ANDRADE, Rodrigo M. F. *Rodrigo e o SPHAN*. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.
- ANTONIL, André João (João Antônio Andreoni). *Pelas minas de ouro: Cultura e opulência do Brasil*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1967.
- ARANTES, Antônio Augusto (org). *Produzindo o passado: estratégias de construção do patrimônio cultural*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- ARANTES, Otilia. *Urbanismo em fim de linha e outros estudos sobre o colapso da modernização arquitetônica*. 2ª Ed. São Paulo: EDUSP, 2001.
- ARAÚJO, Emanuel. *O teatro dos vícios: transgressão e transigência na sociedade urbana colonial*. Rio de Janeiro: José Olímpio, 1993.

- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. Trad. Roberto Raposo. 10. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Entre o passado e o futuro*. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- \_\_\_\_\_. *Origens do totalitarismo*. Trad. Roberto Raposo. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- ARGAN, Giulio Carlo. *História da Arte como História da cidade*. Trad. Pier Luigi Cabra. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- ARRUDA, Maria. *A Mitologia da Mineiridade: o imaginário mineiro na vida política e cultural do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- AUERBACH, Erich. *Mimeses: representação da realidade na literatura ocidental*. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- ÁVILA, Affonso. *O lúdico e as projeções do mundo barroco*. 2ª ed. São Paulo: Perspectiva, 1980.
- \_\_\_\_\_. (org). *O modernismo*. São Paulo: Perspectiva, 1975.
- \_\_\_\_\_. *Resíduos seiscentistas em Minas*. Belo Horizonte: Centro de Estudos Mineiros, 1967.
- BANDEIRA, Manuel. *Guia de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2000.
- BARBOSA, Francisco de Assis. *Minas e a Constituinte de 1890*. In: Seminário de Estudos Mineiros República Velha em Minas Gerais. BH: UFMG/PROED, 1982.
- BARBOSA, Lauro Sérgio Versiani, DORNELAS, Humberto (orgs). *Memórias de Ouro Preto*. Ouro Preto: Editora UFOP, 1993.
- BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descritiva*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, Centro de estudos Históricos e Culturais, 1996.
- BARROSO, Gustavo. *As igrejas de Minas e a Velha Sé da Bahia*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948a.
- \_\_\_\_\_. *A cidade sagrada*. In: Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948b.
- BATISTA, M. R., LOPEZ, T. P. A., LIMA, Y. S. (orgs). *Brasil: 1º tempo modernista – 1917/29*. São Paulo: IEB/USP, 1972.
- BENEVOLO, Leonardo. *História da cidade*. Trad. Silvia Mazza. São Paulo: Perspectiva, 1983.

- BENJAMIN, Walter. *Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo*. 3ª edição. Trad. José Carlos Martins Barbosa e Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Editora Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. 2ª edição. Trad. Sérgio Paulo Rouanet. São Paulo: Brasiliense, 1986.
- BERMAN, Marshall. *Tudo que é sólido desmancha no ar*. Trad. Carlos Felipe Moisés e Ana Maria L. Ioriatti. São Paulo: Cia das Letras, 1986.
- BIBLIOTECA NACIONAL. *Ouro Preto: sesquicentenário de elevação de Vila Rica à categoria de Imperial cidade de Ouro Preto, 1823-1973*. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, 1973.
- BOMENY, Helena. *Guardiães da razão: modernistas mineiros*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 1994.
- BOSCHI, Caio César. *Os leigos e o poder: irmandades leigas e política colonizadora em Minas Gerais*. São Paulo: Ática, 1986.
- BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 3ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 1994.
- BOXER, Charles. *A Idade de ouro no Brasil: dores de crescimento de uma sociedade colonial*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BRAUDEL, Fernand. *Escritos sobre a história*. 2ª edição. Trad. Jacó Guinsburg. São Paulo: Perspectiva, 1992.
- BRESCIANI, Maria Stella. *Cidade, cidadania e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Cidade e História*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Londres e Paris no século XIX: o espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O charme da ciência e a sedução da objetividade: Oliveira Vianna entre intérpretes do Brasil*. São Paulo: Unesp, 2005.

- \_\_\_\_\_(org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001a.
- BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001b.
- BURMEISTER, Dr. Herman. *Viagem ao Brasil através das Províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Edusp, 1980.
- BURTON, Richard. *Viagem do Rio de Janeiro a Morro velho*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- CABRAL, Henrique Barbosa da Silva. *Ouro Preto*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1969.
- CAMPOFIORITO, Ítalo. *A cultura das três cidades*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.
- CARLOS, Ana Fani A. *Lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996
- CARVALHO, José Murilo de. *A formação das Almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Cia. das Letras, 1987.
- CASCO, Ana Carmem Amorim Jara. *Reinventando a cidade: um diálogo entre Marco Polo e o Imperador*. In. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* N° 29. Brasília: IPHAN, 2001.
- CASTRO, Sílvio. *Teoria e política do modernismo brasileiro*. Petrópolis: Editora Vozes, 1979.
- CATROGA, Fernando. *Memória, História e Historiografia*. Coimbra: Ed. Quarteto, 2001.
- CAVALCANTI, Lauro (org.). *Modernistas na Repartição*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Moderno e brasileiro: a história de uma nova linguagem na arquitetura (1930-60)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- CHALHOB, Sidiney. *A cidade febril: cortiços e epidemias na Corte Imperial*. São Paulo: Cia. das Letras, 1996.

- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Editora da Universidade, 2002.
- CHAVES, Cláudia M. *Perfeitos negociantes: mercadores das minas setecentistas*. São Paulo: Annablume, 1999.
- CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: Editora UNESP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *O urbanismo: utopias e realidades, uma antologia*. Trad. Dafne Nascimento Rodrigues. São Paulo: Perspectiva, 1979.
- COELHO, José Efigênio Pinto. *A mudança da capital 1897-1987: um trabalho de restauração e pesquisa do arquivo da Câmara Municipal de Ouro Preto*. Ouro Preto: Artes Gráficas Tiradentes LTDA, 1987.
- COMPAGNON, Antoine. *Os cinco paradoxos da modernidade*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- COMTE, Auguste. *Os pensadores*. Trad. José Arthur Giannotti e Miguel Lemos. São Paulo: editora Nova Cultural, 2005.
- CONNERTON, Paul. *Como as sociedades recordam*. Trad. Maria Manuela Rocha. Oeiras: Celta Editora, 1993.
- COSTA, Emília Viotti da. *Da Monarquia à República: momentos decisivos*. 2ª ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1979.
- DE DECCA, Edgar S. *Memória e cidadania*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do patrimônio Histórico, 1992.
- DELAMARE, Alcibíades. *Villa Rica*. São Paulo: Nacional, 1935
- DELSON, Roberta Marx. *Novas Vilas para o Brasil-Colônia: planejamento espacial e social no século XVIII*. Brasília: Editora ALVA-CIORD, 1997.
- DIAS, Fernando Correia. *O movimento modernista em Minas: uma interpretação sociológica*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1971.
- ELIAS, Norbert. *A sociedade dos indivíduos*. Trad. Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- \_\_\_\_\_. *O processo civilizador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990.

- FERRARA, Lucrécia D'Alessio Ferrara. *Cidade: imagem e imaginário*. In: SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- FERRARA, Lucrécia D'Alessio. *Os significados urbanos*. São Paulo: Edusp, 2000.
- FONSECA, Janete Flor de Maio. *Tradição e Modernidade: a resistência de Ouro Preto à mudança da capital*. Belo Horizonte: UFMG/Departamento de História, 1998. (Dissertação de Mestrado).
- FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio e processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/MinC – IPHAN, 2005.
- FONTANA, Luiz. *Referências: Ouro Preto em Luiz Fontana*. Ouro Preto: IFAC-UFOP, 1996.
- FOUCAULT, Michel. *As palavras e as coisas*. 8ª ed. Trad. Salma Tannus Muchail. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1979.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Roteiro lírico de Ouro Preto*. Rio de Janeiro: Sociedade Felipe d'Oliveira, 1937.
- GAGNEBIN, Jeanne Marie. *História e narração em Walter Benjamin*. 2ª edição. São Paulo: perspectiva, 2004.
- GIDDENS, Anthony. *As conseqüências da Modernidade*. Trad. Raul Fiker. São Paulo: Editora UNESP, 1991.
- GINZBURG, Carlo. *Mitos, emblemas e sinais: morfologia e história*. São Paulo: Cia. das Letras, 1989.
- \_\_\_\_\_. *Relações de força: história, retórica, prova*. São Paulo: Cia. das Letras, 2002.
- GOMES, Ângela de Castro (org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- GOMES JÚNIOR, Guilherme Simões. *Palavra peregrina: o Barroco e o pensamento sobre artes e letras no Brasil*. São Paulo: EDUSP, 1998.

- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.
- GUIMARÃES, César. *Imagens da memória: entre o legível e o visível*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1997.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice/Editora Revista dos Tribunais, 1990.
- HALL, Peter. *Cidades do amanhã: uma história intelectual do planejamento e dos projetos urbanos do século XX*. Trad. Perola de Carvalho. São Paulo, Perspectiva, 1995.
- HARDMAN, Francisco Foot. *Antigos Modernistas*. In: NOVAES, Adauto (org). *tempo e História*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- HARTOG, François. *A arte da narrativa histórica*. In: BOUTIER, Jean, DOMINIQUE, Julia (orgs). *Passados recompostos. Campos e canteiros da História*. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ/FGV, 1998.
- HOBSBAWM, Eric. *A Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2ª edição. São Paulo: Cia. das Letras, 2003.
- \_\_\_\_\_. *A Era dos Impérios. 1875-1914*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.
- \_\_\_\_\_. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Trad. Maria Célia Paoli e Anna Maria Quirino. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1990.
- HOBSBAWM, Eric, RANGER, Terence. *A invenção das tradições*. Trad. Celina Cardim Cavalcante. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. 26ª edição. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- IGLÉSIAS, Francisco. *Trajetória política do Brasil, 1500-1964*. 3ª ed. São Paulo: Cia. das Letras, 2000.
- JACOBS, Jane. *Morte e vida de grandes cidades*. Trad. Carlos S. Mendes Rosa. São Paulo: Martins Fontes, 2000.
- JERÔNIMO, Alcebíades Taciano. *Lendas, tradições e costumes de Ouro Preto*. Belo Horizonte, Imprensa Oficial, 1967.

- KERSTEN, Márcia Scholz de Andrade. *Os rituais do tombamento e a escrita da história: bens tombados no Paraná entre 1938-1990*. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.
- LAFETÁ, João Luiz. *1930: a crítica e o modernismo*. São Paulo: Duas Cidades/Editora 34, 2000.
- LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. 5ª edição. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Por amor às cidades: conversações com Jean Lebrun*. Trad. Reginaldo Carmello Corrêa de Moraes. São Paulo: Editora UNESP, 1998.
- LEME, Maria Cristina da Silva. *Urbanismo: a formação de um conhecimento e de uma atuação profissional*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- LENHARO, Alcir. *As tropas da moderação: o abastecimento da Corte na Formação Política do Brasil. 1808-1842*. São Paulo: Símbolo, 1979.
- LÉVI-STRAUSS. *O pensamento selvagem*. São Paulo: Cia. Editora Nacional, 1976.
- LIBBY, Douglas Cole. *Transformações e trabalho em uma economia escravista. Minas no século XIX*. São Paulo: Brasiliense, 1988.
- LIMA, Alceu Amoroso. *Pelo passado Nacional*. In: Revista do Brasil, Vol. III, Ano 1. São Paulo, setembro-dezembro de 1916.
- LIMA, Augusto de. *Comendador José Pedro Xavier da Veiga*. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. BH: Imprensa Oficial, Ano XVI, volume I, 1911.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. *História da Inconfidência de Minas Gerais*. 3ª edição. Belo Horizonte: Itatiaia, 1968.
- LINHARES, Joaquim Nabuco. *Mudança da Capital: apontamentos históricos*. In: Revista do Arquivo Público Mineiro. BH: Imprensa Oficial, Ano X, 1905.
- LINHARES, Maria Yedda Leite. *O Brasil no século XVIII e a idade do ouro: a propósito da problemática da decadência*. In: Seminário sobre cultura mineira no período colonial. Belo Horizonte: Conselho estadual de Cultura de Minas Gerais, 1979.
- LIRA, José Tavares Correia de. *Freguesias morais e geometria do espaço urbano: o léxico das divisões e a história da cidade do Recife*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.

- LOMBARDI, Giorgio. *A cidade histórica como suporte da memória*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do patrimônio Histórico, 1992.
- LOPES, Myriam Bahia. *O Rio em movimento: quadros médicos e(m) história*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2000.
- LUCCOCK, John. *Notas sobre o Rio de Janeiro e Partes Meridionais do Brasil*. elo Horizonte: Editora Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- LYNCH, Kevin. *A imagem da cidade*. Trad. Jefferson Luiz Camargo. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- MACHADO, Lourival Gomes. *Barroco Mineiro*. São Paulo: Edusp/Perspectiva, 1973.
- MAGALHÃES, Beatriz de Almeida, ANDRADE, Rodrigo Ferreira. *Belo Horizonte: um espaço para a República*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1989.
- MAIA, A.E dos Santos. *Ouro Preto: Homens idéias e fatos*. Ouro Preto: s. ed., 1972.
- \_\_\_\_\_. *Ouro Preto: momentos, crônicas, anacrônicas*. Ouro Preto: Editora Santa Edwiges, s.d.
- MARTINS, Roberto Borges. *A economia mineira no século XIX*. Belo Horizonte: CEDEPLAR, 1980.
- MAWE, John. *Viagens do Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1978.
- MAXUWELL, Kenneth. *A devassa da devassa: a Inconfidência Mineira, Brasil-Portugal, 1750-1808*. Trad. João Maia. 5ª edição. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. Morfologia das cidades brasileiras; introdução ao estudo da iconografia urbana. In: Revista USP. São Paulo: 144-155, julho/agosto, 1996.
- MENICONI, Rodrigo Otávio de Marco. *A construção de uma cidade monumento: o caso de Ouro Preto*. Belo Horizonte: UFMG/ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, 2000. (Dissertação de Mestrado).
- MICELI, Sergio. *SPHAN: refrigério da cultura oficial*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987.
- MIRANDA, Wander Melo (org.). *Narrativas da Modernidade*. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.

- MOTA, Carlos Guilherme Mota (org.). *Viagem incompleta: a experiência brasileira*. São Paulo: Editora Senac, 2000.
- MOTTA, Lia. *A SPHAN em Ouro Preto: uma história de conceitos e critérios*. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987.
- \_\_\_\_\_. *Cidades mineiras e o IPHAN*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- MUMFORD, Lewis. *A cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas*. Trad. Neil R. da Silva. 2ª ed. São Paulo: Martins Fontes/ Editora Universidade de Brasília, 1982.
- \_\_\_\_\_. *Arte e técnica*. Trad. Fátima L. Godinho. Lisboa: Edições 70, 1980.
- NORA, Pierre. *General Introduction: Between Memory and History*. In: NORA, Pierre (org). *Realms of Memory: rethinking the French past (vol.1: conflicts and divisions)*. New York: Columbia University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Lúcia Lippi (org). *Cidade: história e desafios*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.
- \_\_\_\_\_. *Ilha de Vera Cruz, Terra de Santa Cruz, Brasil: um estudo sobre o nacionalismo*. Tese de doutorado apresentada ao departamento de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 1986.
- OLIVEIRA, Melissa Ramos da Silva. *Gestão patrimonial em Ouro Preto: alcances e limites das políticas públicas preservacionistas*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Instituto de Geociências. Pós-graduação em Geografia. Análise ambiental e dinâmica territorial. Campinas: Unicamp, 2005.
- OMEGNA, Nelson. *A cidade colonial*. São Paulo: EBRASA, INL-MEC, 1971.
- ORTIZ, Renato. *Cultura e modernidade*. São Paulo: Brasiliense, 1991.
- OZZORI, Manuel. *Almanack administrativo, mercantil, industrial, científico e literário do Município de Ouro Preto*. Ano 1- 1890. Belo Horizonte. MAZZA/IAC/UFOP, 1990.
- PEREIRA, André Luiz Tavares. *Arquitetura, urbanismo e topografia em Ouro Preto no século XVIII*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas: Unicamp, 2000.

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. *Era uma vez o beco: origens de um mau lugar*. In: BRESCIANI, Maria Stella (org). *Palavras da Cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- PINHEIRO, Eloísa Petti. *Europa, França e Bahia: difusão e adaptação de modelos urbanos (Paris, Rio e Salvador)*. Salvador: EDUFBA, 2002.
- PINTO, Moreira. *Ouro Preto*. In: *Revista do Arquivo Público Mineiro*. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1907
- PIRES, Francisco Murari. *Tucídides: a retórica do método, a figura de autoridade e os desvios da memória*. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (re)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- POHL, Johann Emanuel. *Viagem ao Interior do Brasil*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1976.
- PRADO JÚNIOR, Caio. *Formação do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1999.
- PROYECTO CULTURAL ARTISTAS DEL MERCOSUR. *Tarsila do Amaral*. Buenos Aires: Banco Velox, 1998.
- RACIOPPI, Vicente de Andrade. *Estudantes do Rio Grande do Sul em Ouro Preto*. Belo Horizonte: Typ. Castro, 1940.
- REIS, José Carlos. *Escola dos Annales: a inovação em história*. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- REIS, Nestor Goulart. *Contribuição ao estudo da evolução urbana do Brasil 1500/1720*. 2ª Ed. São Paulo: Editora Pini, 2000.
- RESENDE, Maria Efigênia Lage. *Uma interpretação sobre a fundação de Belo Horizonte*. In: *Revista Brasileira de Estudos Políticos*. Belo Horizonte: UFMG, nº39, julho de 1974.
- RIBEIRO JÚNIOR, João. *O que é positivismo*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- RIEGEL, A. *Le cult moderne des monuments: son essence et sa genèse*. Paris: Seuil, 1984.

- ROCHA, José Joaquim da. *Geografia histórica da capitania de Minas Gerais: descrição geográfica, topográfica, histórica e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1995.
- ROUANET, Sergio Paulo. *A cidade iluminista*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- RUAS, Eponina. *Ouro Preto: sua história, seus templos e monumentos*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1951.
- RUBINO, Silvana. *As fachadas da história: os antecedentes, a criação e os trabalhos do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, 1937-1968*. Dissertação de Mestrado apresentada ao Departamento de Antropologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. Campinas: Unicamp, 1991.
- RUSKIN, John. *The seven lambs for architecture*. New York: Hill and Wang, 1989.
- SAINT-HILAIRE, August de. *Viagem pelas Províncias do Rio de Janeiro e Minas gerais*. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: EDUSP, 1975.
- SALGUEIRO, Heliana Angotti (org.). *Cidades capitais do Século XIX*. São Paulo: EDUSP, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Engenheiro Aarão Reis: o progresso como missão*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Ouro Preto: dos gestos de transformação do “colonial” aos de construção de um “antigo moderno”*. In: Anais do Museu Paulista, História e Cultura Material. Vol. 4. São Paulo: EDUSP, 1996.
- SALLES, Fritz. *Vila Rica do Pilar*. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1982.
- SANTIAGO, Silviano. *A permanência do discurso da tradição no modernismo*. In: SANTIAGO, Silviano. *Nas malhas das letras*. Rio de Janeiro: Rocco, 2002.
- SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *Entre a destruição e a preservação: notas para o debate*. In: SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme. *Memória, Cidade e Cultura*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1997.
- SANTOS, Marisa Veloso Motta. *O tecido do tempo: a idéia de patrimônio cultural no Brasil (1920-1970)*. Tese de doutorado apresentada ao Departamento de Antropologia da Universidade de Brasília, 1992.

- SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4ª edição. São Paulo: Edusp, 2004.
- SCHIAVO, Cléia, ZETTEL, Jayme (orgs). *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: EDUERJ, 1997.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil, 1870-1930*. São Paulo: Cia. das Letras, 1993.
- SCHWARZ, Roberto. *Ao vencedor as batatas: forma literária e processo social nos inícios do romance brasileiro*. São Paulo: Duas Cidades, 1977.
- SEIXAS, Jacy Alves de. Percursos da memória em terras de história: problemáticas atuais. In: BRESCIANI, Stella, NAXARA, Márcia (orgs). *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.
- SENNA, Nelson. *Bi-Centenário de Ouro Preto: memória histórica*. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1911.
- SENNETT, Richard. *Carne e pedra: o corpo e a cidade na civilização ocidental*. Trad. Marcos Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Record, 1997.
- \_\_\_\_\_. *O declínio do homem público*. São Paulo: Cia. das Letras, 1998.
- SEVCENKO, Nicolau. *Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20*. São Paulo: Cia. das Letras, 1992.
- SEVERO, Ricardo. *A arte tradicional no Brasil*. In: Revista do Brasil, vol. IV, Ano II. São Paulo, Janeiro-abril de 1917.
- SILVA, João Pinheiro. *Cesário Alvim*. In. Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1906.
- SILVA, Olga Brites da. *Memória, preservação e tradições populares*. In: O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do patrimônio Histórico, 1992.
- SIMONSEN, Roberto C. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Editora Nacional, 1978.
- SITTE, Camillo. *A construção da cidade segundo seus princípios artísticos*. Trad. Ricardo Ferreira Henrique. São Paulo: Àtica, 1992.

- SÔLHA, Hélio Lemos. *A construção dos olhares: imagem e antropologia visual*. Campinas: Unicamp, 1998. (Dissertação de Mestrado)
- SOUZA, Célia Ferraz de. *Entre as práticas populares e o poder do estado (ou público)*. In: BRESCIANI, Stella (org). *Palavras da cidade*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2001.
- SOUZA, Célia Ferraz de, PESAVENTO, Sandra Jatahy (orgs). *Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.
- SOUZA, Laura de Mello e. *Os desclassificados do ouro; a pobreza mineira no século XIX*. Rio de Janeiro: Editora Graaal, 2º edição, 1986.
- SÜSSEKIND, Flora. *O Brasil não é longe daqui. O narrador, a viagem*. São Paulo: Cia. das letras, 1990.
- TELLES, Augusto Carlos da Silva. *Ouro Preto: cidade histórica, cidade de hoje*. In: Revista Barroco nº 18. *O território barroco no século XXI*. Ouro Preto/Belo Horizonte: Rona Editora/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, anos 1997-2000.
- UNDERWOOD, David. *Oscar Niemeyer e o modernismo de formas livres no Brasil*. Tradução de Betina Bischof. São Paulo: Cosac & Naif, 2002.
- VASCONCELOS, Diogo Pereira Ribeiro de. *Breve descrição geográfica, física e política da capitania de Minas Gerais*. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro, 1994.
- VASCONCELLOS, Diogo de. *Arte em Ouro Preto: as obras de arte da edição comemorativa do Bi-Centenário de Ouro Preto*. Belo Horizonte: Academia Mineira de Letras, 1934.
- \_\_\_\_\_. *Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais*. In: Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XIV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Oficial de Minas Gerais, 1910.
- VASCONCELLOS, Salomão de. *Imagem histórica*. In: Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.
- VASCONCELLOS, Sylvio de. *Vila Rica*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1977.

- VEIGA, José Xavier da. *Efemérides mineiras, 1664-1897*. Introdução de Edilane Maria de Almeida Carneiro e Marta Eloísa Megaço Neves. Belo Horizonte: Fundação João Pinheiro/Centro de Estudos Históricos e Culturais, 1998.
- VENTURA, Alexandre de Oliveira. *A viagem de descoberta do Brasil: um exercício do Moderno em Minas Gerais*. Dissertação de mestrado apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. São Paulo: PUC, 2000.
- VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e pensamento entre o gregos: estudos de psicologia histórica*. Trad. Haiganuch Sarian. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
- WIRTH, John. *Minas Gerais na Federação Brasileira, 1889-1937: o fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

### **Revistas/periódicos**

- Anais do Museu Histórico Nacional, Vol.V. Rio de Janeiro: Imprensa Oficial, 1948.
- Anais do Museu Paulista. História e Cultura Material. Vol. 4. São Paulo: EDUSP, 1996.
- A Revista, nº1, ano 1. Belo Horizonte: Typografia do Diário de Minas, 1925.
- LPH Revista de História, nº5. Ouro Preto: Editora da UFOP, Departamento de História/UFOP, 1995.
- O Direito à Memória: patrimônio histórico e cidadania. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura/Departamento do patrimônio Histórico, 1992.
- Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte: UFMG, nº39, julho de 1974.
- Revista Barroco nº 18. *O território barroco no século XXI*. Ouro Preto/Belo Horizonte: Rona Editora/Instituto Cultural Flávio Gutierrez, anos 1997-2000.
- Revista do Archivo Publico Mineiro. BH: Imprensa Official, Ano X, 1905.
- Revista do Archivo Publico Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, III e IV. Belo Horizonte: Imprensa Official, 1906.
- Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XI. Fascículos I, II, II e IV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas Gerais, 1907.
- Revista do Archivo Público Mineiro. Ano XIV. Direção e redação de Augusto de Lima. Belo Horizonte; Imprensa Official de Minas Gerais, 1910.

- Revista do Archivo Publico Mineiro. BH: Imprensa Official, Ano XVI, volume I, 1911.
- Revista do Brasil, Vol. III, Ano 1. São Paulo, setembro-dezembro de 1916.
- Revista do Brasil, vol. IV, Ano II. São Paulo, Janeiro-abril de 1917.
- Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Minas Gerais. Volume IV. Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1957.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, nº 22. Rio de Janeiro: 1987.
- Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Nº. 29. Brasília: IPHAN, 2001.
- Revista Geral dos Trabalhos. nº I. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & CIA, Abril de 1895.
- Revista Geral dos Trabalhos. nº II. Rio de Janeiro: H. Lombaerts & CIA, Agosto de 1895.
- Seminário de Estudos Mineiros República Velha em Minas Gerais. BH: UFMG/PROED, 1982.



# Anexo A

## Transcrição de documento

Contrato celebrado entre a Intendência Municipal de Ouro Preto e os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, para os melhoramentos desta capital, aprovado pelo decreto do General Presidente deste Estado de Minas Gerais, datado de 14 de setembro de 1891, sob número 558<sup>235</sup>.

Aos doze dias do mês de setembro de mil oitocentos e noventa e um, no Paço da Intendência Municipal de Ouro Preto, presente o seu Presidente Tenente Coronel Henrique Edmundo Renault, comigo Secretário abaixo assinado, presentes as duas testemunhas também assinadas, compareceram os cidadãos Doutor José Alexandre de Moura Costa e Vicente Barreiros, com o fim de contratarem os melhoramentos e obras, como abaixo se vê, tendentes a esta capital, na forma das deliberações da Intendência, de acordo com as ordens emanadas da Excelentíssima Presidência do Estado, em vista do que se lavra este termo de contrato sob as seguintes cláusulas, sem prejuízo das condições gerais de direito.

**Cláusula primeira:**

Os contratantes obrigam-se: primeiro, a cortar o morro da Forca até o nível do caminho Novo, e a aplainá-lo em toda superfície para receber edifícios e embelezamento.

Segundo: aterrar com material extraído do morro o vale do Ribeirão Funil de modo que a área fique ao nível da estrada da Barra e nessa direção acompanhe a margem esquerda até o limite dos quintais das casas do Caminho Novo, construindo um cais de segurança para todo o aterro.

Terceiro: a construir por conta ou de terceiros nas áreas de aterros ou desaterros casas de tipos modernos com acomodações suficientes para duas, quatro, oito e dez pessoas.

Quarto: construir um teatro bem situado para ambas as Freguesias da Cidade, com proporções para seiscentos expectadores, distribuídos em duas ordens de camarotes, galerias e platéia, sendo um Camarote destinado ao Chefe do estado, e outro ao Presidente dos espetáculos. As cadeiras da platéia serão convenientemente espaçadas uma das outras, divididas em primeira e segunda classe.

---

<sup>235</sup> Livro de Contratos, 1891 – p. 38v-44.

Quinto: construir um Matadouro e dependências para o abatimento diário de 20 rezes, sendo o edifício de modo que possa se aumentado sem prejuízo de sua harmonia.

Sexto: construir um Mercado de ferro e vidro conforme o tipo modernamente adotado, espaçoso, perfeitamente arejado com bastante luz em proporção às necessidades da população da Capital, havendo um local contíguo para abrigo de tropas e carros que vierem abastecer a Cidade. Dentro do edifício, além de lugar destinado à exposição de víveres, os contratantes farão compartimentos e cobertas para serem utilizados por negociantes, merceeiros e vendedores de carnes, pão, aves, legumes, frutas, cereais, louça, etc.

Sétimo: Reparar, limpar, calçar e restaurar a fachada do antigo Mercado.

Oitavo: alargar de quatro metros e cinqüenta centímetros a rua do Jangadeiro, recuando o muro do Outeiro do Carmo empregando o matéria extraído para aterrar o desbarrancamento atrás da Cadeia. O melhoramento começará da frente do Teatro atual.

Nono: calçar com paralelepípedos as ruas constantes do edital da Intendência, com obras aí estipuladas, sendo de pedra de primeira qualidade as que servirem ao trânsito de veículos de rodas, podendo ser as demais de pedras de inferior qualidade contanto que resistentes. As ruas são: do Jangadeiro, passando pelo Congresso desde o teatro até a cadeia. Do Conselheiro Afonso Pena desde a Ponte Painhas até as imediações da Chácara “Secofo”, incluída a nova ponte, direção da rua do largo da Marcenaria. Rua da Ponte Seca desde o Rosário até o fundo da Matriz. Rua do Conselheiro Santana desde a Matriz até a Ponte Seca. Ladeira das escadinhas. Ruas das Flores. Ladeira do Gibu e rua do Jogo de Bola até a Barra.

Décimo: Além dessas obras, a empresa obriga-se a construir e trafegar uma linha de Bondes pelas ruas que comportarem este modo de locomoção, podendo completar a viação por um elevador no lugar mais conveniente ao tráfico da Estação para a Cidade.

**Cláusula Segunda:** A Intendência obriga-se: primeiro, a isentar de impostos de penas de águas e esgotos as casas e edifícios que em virtude deste contrato forem construídos, efetuando-se a canalização logo que os contratantes requeiram.

Segundo: a solicitar do governo Federal pelos meios convenientes a redução de cinquenta por cento de frete na Estrada de Ferro Central do Brasil para os materiais que deverão ser importados para as obras contratadas.

Terceiro: dispensar de qualquer imposto atual ou vindouro sobre a importação ou transporte dos referidos materiais, ficando à Intendência conseguir dos poderes competentes as isenções reclamadas pelos contratantes que excederem a sua alçada.

Quarto: ceder com isenção de pagamento de foros os terrenos do patrimônio Municipal, dentro ou fora do perímetro da Cidade, bem como a título gratuito de terrenos que os contratantes por aterros ou desaterros.

Quinto: conceder gratuitamente aos contratantes todos os materiais de construção, inclusive calcários e mármore que existem dentro ou fora do perímetro da Cidade no patrimônio Municipal, necessários à execução das obras e objetos da empresa.

Sexto: a subvencionar com cem contos de reis – RS 100:000\$000, anuais, pagos em prestações trimensais durante 10 anos as despesas a que os contratantes se obrigam em virtude deste contrato.

Sétimo: a concorrer com cento e oitenta contos de reis – RS 180:000\$000 – de uma só vez para os melhoramentos estipulados no Morro da Forca, devendo o que faltar ser inteirados pelos contratantes sem aumento das subvenções anuais acima consignadas.

Oitavo: a ceder aos contratantes durante o prazo deste contrato, as rendas do Teatro, Mercado e Matadouro, ficando, porém, à Intendência o direito de resgatar um ou mais edifício desde que aos contratantes reembolse da respectiva importância despendida.

Nono: subsidiar com a quota fixa de um por cento ao ano, paga semestralmente, o Capital que os contratantes despenderem excedente ao total da subvenção acima estipulado nos parágrafos seis e sete (6 e 7) e bem assim a garantir esse mesmo Capital com juros eventuais que completem sete por cento (7%) durante o dito prazo, de modo que a Intendência porém não pague mais de dois por cento efetivamente.

Décimo: no caso que os contratantes para executarem este contrato organizem empresa construtora de espécie anônima, como as leis permitem, poderá dar curso legal no Município, ficando a empresa obrigada a receber em pagamento de qualquer natureza estes títulos como moeda corrente em virtude do curso assim admitido com reciprocidade que se regulará depois de instalada a associação.

**Cláusula terceira:** para fiscalização no Capital, por parte da Intendência, efetivamente empregado, os contratantes obrigam-se a prestar mensalmente a relação de pessoal e materiais empregados, as folhas de pagamento, contas e quaisquer outros documentos e informações que habilitem a julgar com clareza, das somas despendidas.

Parágrafo único: a Intendência nomeará e pagará o Fiscal que houver de acompanhar e examinar as construções e mais obras.

**Cláusula quarta:** (...) avaliação dos serviços iguais ou semelhantes àqueles que ordinário são empregados e praticados nas Construções de Estradas de Ferro, far-se-á a rigor para os casos iguais e de modo eqüitativo para os casos semelhantes segundo a tabela de preços da antiga estrada de ferro D. Pedro Segundo na execução das empreitadas do ramal de Ouro Preto, classificando como ali foi admitido as escavações em terrenos de xistos ou greis endurecidos com pedra solta.

**Cláusula quinta:** os contratantes se obrigam a apresentar aprovação da Intendência os planos e plantas dos edifícios, obras e casas dentro do prazo de sessenta dias e logo que a Intendência manifestar-lhe sua decisão entrará um novo prazo de noventa dias dentro do qual darão começo às obras.

**Cláusula sexta:** serão excluídas deste contrato as ruas cujos calçamentos acaso já estejam contratados pela Diretoria de Obras Públicas ou implicitamente a outrem autorizado, salvo novos acordos. As obras de calçamento e outras que tiverem de ser usufruídas pelos contratantes serão por estes entregues à Municipalidade logo depois de concluídas.

**Cláusula sétima:** a Intendência fiscalizará a exploração dos Mercados e Matadouro marcando as respectivas taxas.

**Cláusula oitava:** as condições do número oito da cláusula primeira se aplicam igualmente ao Mercado antigo depois de restaurado, e bem assim a linha de bondes.

**Cláusula nona:** a situação do Teatro, do Matadouro e do Mercado será determinada por acordo entre os contratantes e a Intendência.

**Cláusula décima:** para as ruas novas ou pontos em que a empresa fizer acampamento de casas ou edifícios a Intendência estenderá o serviço da iluminação ficando à empresa o direito de ocupar, a título gratuito durante o prazo deste contrato, os terrenos devolutos ou caídos em comisso, a fim de sobre eles edificar.

**Cláusula décima primeira:** no caso que sejam denegadas as isenções consignadas relativas ao pagamento de impostos ou meio frete, a Intendência indenizará aos contratantes o que despendarem com isto.

**Cláusula décima segunda:** os títulos do empréstimo autorizado pelo governo do Estado serão recebidos pelos contratantes ao tipo de noventa e seis.

**Cláusula décima terceira:** a primeira prestação a que se refere o número seis da cláusula segunda será paga pela Intendência no dia 30 de março de mil oitocentos e noventa e dois.

**Cláusula décima quarta:** as disposições deste contrato, exceto as que forem referentes a ônus pecuniários diretos contra a Intendência, aplicam-se às obras e melhoramentos a todas as povoações deste município.

**Cláusula décima quinta:** além das obras contratadas a empresa obriga-se condicionalmente: primeiro, a repovoar com colonos nacionais ou estrangeiros não somente a área da antiga Cidade, como também os arrabaldes como sejam: Trpuí, Campo Grande, Saramenha, etc. Se o governo do Estado devidamente solicitado conceder para esse fim os favores e isenção tendentes a colocações de famílias na forma das leis que estiverem em vigor. Segundo, a formar a Colônia Cezario Alvim na Cachoeira do Campo, se devidamente solicitado conceder aos contratantes os favores e isenções já em leis estabelecidas para esses dois objetos. Terceiro, a estabelecer fábricas industriais nesta

cidade e seu Município, e bem assim oficinas tendentes ao aproveitamento de riquezas naturais, se do mesmo modo forem concedidas aos contratantes as faculdades constantes de leis em vigor.

**Cláusula décima sexta:** fica entendido que todas as desapropriações que se houverem de fazer para a construção de edifícios e obras especificados neste contrato ficam a cargo da Intendência, recebendo os contratantes os terrenos livres e desembaraçados de qualquer ônus, não se incluindo, porém, as casas cujo número mencionado no edital da Intendência será posto não só nos terrenos que aos contratantes pertencerem por aterro ou desaterros, mas também em outros locais na área da Cidade cedidos aos mesmos em virtude deste contrato; ficando também estipulados que por todo o tempo que os contratantes ou seus sucessores ocuparem os terrenos Municipais, além do prazo deste contrato, pagarão o aforamento que vigora hoje conforme a taxa atualmente cobrada.

**Cláusula décima sétima:** a Intendência indenizará em caso de rescisão deste contrato as perdas e danos que a empresa venha a sofrer. A rescisão só poderá ser justificada a vista de fraudes, falsificações de documentos ou excesso de prazos principais que são: um ano para início e seis anos para terminação das obras. Se a empresa, porém, houver nestes seis anos realizado dois terços pelo menos de suas obrigações, será simplesmente coagida à conclusão por meio de multas progressivas de cinco contos de reis – RS 5:000\$000 – em cada trimestre excedido. A infração das cláusulas deste contrato será punida com multas de cem mil reis a dois contos de reis a juízo da Intendência.

**Cláusula décima oitava:** toda e qualquer dúvida, desinteligência ou litígio que acaso venham suscitar-se entre as partes contratantes serão resolvidas por meio de arbitramento, dando cada parte o seu juiz, e se estes por sua vez não chegarem a acordo, decidirá a vista dos laudos um terceiro juiz, que poderá ser o Presidente do Estado nomeado pelos dois primeiros. A sentença terá força definitiva.

**Cláusula décima nona:** no caso em que a empresa realize o pensamento da cláusula primeira número dez, destinar uma seção para carteira hipotecária tendentes a empréstimos aos proprietários urbanos para o fim especial de melhorar seus prédios.

**Cláusula vigésima:** fica também estabelecida que a empresa terá preferência em igualdade de condições para construir as obras Municipais inclusive a viação férrea do Município, e mais empreendimentos que por administração ou hasta pública houverem de ser executados. Outrossim, ao governo do Estado se reserva os direitos que tem sobre esta Cidade como Capital do Estado devendo a empresa entregar-lhe os terrenos que para edifícios públicos os serviços da administração exigir sem aumento de preços e ônus que a particulares pagarem.

**Cláusula vigésima primeira:** neste contrato, as palavras contratantes e empresa são sinônimos, e aos contratantes fica reconhecido o direito de levarem a efeito a execução deste contrato, ou por si ou por empresa que organizarem, a qual é extensivo o conteúdo deste documento em todos os direitos e obrigações.

**Cláusula vigésima segunda:** o uso e gozo dos edifícios a que se referem as cláusulas primeira e oitava serão contados da data em que forem definitivamente terminados os mesmos, completando vinte e cinco anos.

**Cláusula vigésima terceira:** o prazo deste contrato será de vinte e cinco anos a contar da data em que for aprovado pelo Presidente do estado.

**Cláusula vigésima quarta:** fica entendido que o Estado garantirá os juros ao empréstimo a que se refere a cláusula doze, limite a esse compromisso, e a responsabilidade em relação à empresa.

**Cláusula vigésima quinta:** este termo depois de aprovado devidamente pelo Excelentíssimo Presidente do Estado será lavrado no respectivo livro da Intendência, pagos que sejam os competentes direitos e feita a caução a que se obrigarão os

contratantes. E para constar mandou o Presidente da Intendência lavrar este contrato em que se assina os contratantes e duas testemunhas; em tempo.

**Cláusula vinte e seis:** o número de casas de que trata a cláusula primeira número três é de cento e cinquenta a que os contratantes se obrigam a construir mediante os favores deste contrato para esse fim consignados.

**Cláusula vigésima sétima:** a taxa de aluguéis das casas será fixada conforme os tipos destas em tabelas organizadas pelos contratantes e submetidas a aprovação da Intendência de cinco em cinco anos, ficando entendido que o preço dos aluguéis estipulados não será inferior ao juro liquido de onze e cinquenta e cinco por cento sobre capital efetivamente despendido. O Decreto a que se referiu a cláusula acima número vinte e quatro é de teor seguinte: Decreto Número quinhentos e cinquenta e oito. O Doutor Presidente do estado de Minas Gerais, usando da atribuição conferida pelo Decreto do Governo Provisório nº218 – duzentos e dezoito de vinte e cinco de fevereiro de mil oitocentos e noventa, artigo primeiro, parágrafo primeiro, resolve aprovar o Contrato que com este baixa, celebrado em treze do corrente mês, digo em doze do corrente mês, pelo Conselho da Intendência do Município de Ouro Preto, com os cidadãos Doutor José Alexandre de Mouro Costa e Vicente Barreiros, para execução de diversos melhoramentos e obras desta Capital. Palácio do Governo do Estado de Minas Gerais, Ouro Preto, quatorze de setembro de mil oitocentos e noventa e um. José Cezario de faria Alvim. Pagou de novos e velos direitos a quantia de um conto e quatrocentos mil reis como se viu do conhecimento datado de quinze do Corrente sob número sete. E para constar mandou o Presidente da Intendência lavrar este contrato em que se assina com os contratantes e duas testemunhas. Eu o Tenente Coronel Jacintho Dias Coelho, secretário da Intendência Municipal de Ouro Preto a subscrevi.

O Presidente da Intendência Tenente Coronel Edmundo Renault

Vicente Barreiros

Doutor José Alexandre de Moura Costa

Testemunha: Manoel Ozzori

Testemunha: José Polycarpo de Mello Arieira

Francisco de Paula Machado de Castro

O secretário Jacintho Dias Coelho.

# Anexo B

## Cópia de Documento



# PROGRAMMA

Das festas do

BICENTENARIO DE OURO PRETO

*Julho de 1911*

DIA 7

Chegada e encontro do exmo. e revmo. sr. Arcebispo de Marianna.—Adoração do S. S. Sacramento e Benção na Matriz de Antonio Dias.

Manifestação popular á S. Exc. Revma.

Chegada dos especiaes conduzindo as pessoas de Bello Horizonte.

A' noite :

Recepção do exmo. sr. Presidente do Estado.

Iluminação da cidade.

Marcha aux flambeaux.

Saudação popular á s. exc.

DIA 8

Ao romper do dia :

Alvorada, salvas, musicas e repiques de sino.

Ao meio dia :

Hymno do Bicentenario — discurso do exmo. sr. Conde de Afonso Celso, na Praça da Independencia.

A's 2 horas da tarde :

Sessão commemorativa das municipalidades sob a presidencia do sr. Presidente do Estado.

Distribuição de medalhas commemorativas. Em seguida *Te-Deum* na Igreja do Carmo.

A's 8 horas da noite :

Banquete no salão do Forum, offerecido pelas municipalidades mineiras ao exmo. sr. Presidente do Estado.

A's 10 horas :

Fogode artificio na Praça.

DIA 9

A's 7 horas :

Alvorada, musicas, salvas, repiques de sino.

A's 9 horas :

Missa Pontifical no Carmo.

A 1 hora da tarde :

Sessão litteraria commemorativa, no Theatro Municipal.

As 3 horas :

Festa'Escolar ao exmo. sr. Ministro da Instrucção Publica.

A's 10 horas :

Baile no Forum.

A's 12 horas :

Quadros, gyrandolas e encerramento.

Todos os discursos e saudações serão por escripto e lidos para serem insertos no registro das festas *ad perpetuam*. As visitas aos logares historicos serão feitas por grupos de visitantes, á vontade.

Excepto as solemnidades religiosas podem-se fazer festas populares durante as outras.

Um cinematographo, na Praça, exporá fitas escolhidas nos tres dias.

DIA 8

Do tempo do dia :

Alvorada, salvas, musicas e repiques de sino.

Do meio dia :

Primeiro do Incentivo — discurso do exmo. sr. Governador de